



**HISTÓRIA**  
**DO**  
**BRASIL**

**2ª EDIÇÃO - 2017**



**Sormany Fernandes**

**Série Preparatório EsFCEx**

**Volume 1**

**Segunda Edição**

**Brasília**

**Luiz Alberto Tinoco Cidade**

**2017**

**Fernandes, Sormany**

**Série Preparatório EsFCEEx: História /  
Sormany Fernandes**

**1. História do Brasil. 2. Admissão à Escola  
de Formação Complementar do Exército.**

**Curso Cidade Publicações**

**ISBN**

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, meu agradecimento especial e minha consideração a dois professores extraordinários – aqueles que me levaram a gostar de ensinar com excelência – Dometildes Tinoco e Euzébio Cidade. (Olá, Mamãe e Papai! In Memoriam)

Um agradecimento sincero aos meus queridos alunos e a excelente e dedicada equipe de professores da Cadeira de História, liderada pelo Professor Sormany Fernandes, profissional ímpar, e que reúne as qualidades de um verdadeiro líder. Coordena com esmero a cadeira de humanas do Curso Cidade, com seu trabalho de incomensurável valor pedagógico reconhecido pela Direção do Curso, pela equipe que coordena e pelos demais alunos que já se prepararam em nosso Curso. Agradeço também ao prestativo colaborador de todas as horas e inestimável amigo Prof. Djalma Augusto, que procedeu a atualização dos exercícios para o corrente ano. Um agradecimento especial a Laura Maciel que executou o excelente trabalho de formatação e diagramação deste material.

Esperamos que você utilize esta obra, estudando com atenção cada item apresentado e pesquisando na bibliografia àqueles que apresentaram maior grau de dificuldade. Se você é aluno do curso presencial, traga para a aula as dúvidas dos pontos que não esteja de acordo com seu conhecimento ou poste na Fórum para que sejam esclarecidas pelo professor.

Aceite nossa companhia nesta viagem de treinamento Rumo à EsFCEx.

Bons Estudos!!

Luiz Cidade

Diretor

Prezado aluno do Curso de História do Brasil

O conhecimento, o entendimento e o perfeito domínio da História Brasileira, em suas diversas muitas vertentes, são ferramentas essenciais para o sucesso em qualquer concurso – especialmente no âmbito da carreira militar, com provas cada dia mais seletivas que abordam diversas particularidades e singularidades da nossa história.

Tendo em vista, essencial e prioritariamente, o sucesso de seus alunos, o Curso Cidade, por intermédio de sua equipe da Cadeira de História, apresenta este material, escrito a partir de um sólido embasamento teórico, calcado na Bibliografia do concurso. A presente apostila tem como objetivo fortalecer e solidificar a teoria aprendida em sala, trabalhada na apostila e praticada nos simulados semanais, cujo objetivo é ajudar a pensar com fluidez a nossa história, sem recorrer a estratégias mnemônicas ineficazes e ideias generalizadas, desprovidas de lógica.

Aproveite! O material é seu: faça um ótimo uso dele!

Temos certeza de que aquele que se dedicar com afinco à resolução das questões aqui apresentadas irá melhorar sobremaneira o seu desempenho nos exames vindouros. Nosso principal objetivo, com este material, é contribuir para melhorar o desempenho de todo candidato que, de fato, queira aprender.

Estamos aqui torcendo e trabalhando pelo seu sucesso!

Bom trabalho e bom estudo!

Equipe de História do Brasil

## E Q U I P E

### **Diretor Geral**

Luiz Alberto Tinoco Cidade

### **Diretora Executiva**

Clara Marisa May

### **Diretor de Artes**

Fabiano Rangel Cidade

### **Gerente Operacional**

Laura Maciel Cruz

### **Coordenação Geral dos Cursos Preparatórios**

Profº Luiz Alberto Tinoco Cidade

### **Coordenação dos Cursos de Idiomas EAD**

Profº Dr. Daniel Soares Filho

### **Secretarias**

Evelin Drunoski Mache e Juliana Lara Paulis

### **Suporte Técnico**

Jefferson de Araújo e Geraldo Luís da Silva Júnior

### **Editoração Gráfica**

Edilva de Lima do Nascimento

### **Fonoaudióloga e Psicopedagoga**

Mariana Ramos – CRFa 12482-RJ/T-DF

### **Assessoria Jurídica**

Luiza May Schmitz – OAB/DF – 24.164

### **Assessoria de Línguas Estrangeiras**

Minike Rangel Cidade (Poliglota-Suíça)

## **Professores dos Concursos**

Albert Iglésia – Língua Portuguesa,  
 Valber Freitas Santos – Gramática (EAD)  
 Drº Paulo de Souza – Redação e Literatura  
 Sormany Fernandes – História Geral e do Brasil  
 Djalma Augusto – História Geral e do Brasil  
 Drº Adriano Andrade – Geografia geral e do Brasil  
 Enio Botelho – Geografia Geral e do Brasil  
 Drª Janaina Mourão – Geografia Geral e do Brasil (EAD)  
 Luiz Alberto Tinoco Cidade – Espanhol  
 Drº Daniel Soares Filho – Espanhol (EAD)  
 Maristella Mattos Silva – Espanhol (EAD)  
 Monike Cidade – Espanhol e Alemão (EAD)  
 Leandro Rodrigues - Inglês  
 Márcia Mattos da Silva – Francês (EAD)  
 Marcos Henrique – Francês  
 Edson Antonio S. Gomes – Administração de Empresas  
 Ellen Mara Teles Lopes – Administração de Empresas  
 Tomé de Souza – Administração de Empresas (EAD)  
 Alexandre Santos de Oliveira – Direito  
 Drº Evilásio dos Santos Moura – Direito  
 Emerson Marques Lima – Direito  
 Alexandre Rodrigues Soares – Ciências Contábeis  
 Kelvin Nogueira – Ciências Contábeis  
 Genilson Vaz Silva Sousa – Ciências Contábeis  
 Rodrigo Flórido Brum – Ciências Contábeis  
 Ricardo Sant'Ana – Informática  
 Cláudio Lobo – Informática  
 Fladmy Alves – Informática  
 Cintia Lobo César – Enfermagem  
 Alexandre Sampaio – Enfermagem  
 Sara Delfino da Silva – Enfermagem  
 Marcelo Herculano – Enfermagem  
 Lacerda – Enfermagem  
 Elaine Moretto – Enfermagem (EAD)  
 Leonardo Barra Vieira – Matemática Financeira  
 Murilo Roballo – Matemática  
 Marcos Massaki – Física I, II e III  
 Prof. Jônatas Gonçalves – Química,  
 Prof. Bruno Lüke – Matemática,  
 Tamara Sant'Ana - Matemática, Química e Física  
 Gabriel - Matemática, Química e Física

SUMÁRIO

<b>PARTE I – BRASIL COLONIAL .....</b>	<b>9</b>
<b>I. A Expansão Marítima e Comercial Europeia .....</b>	<b>9</b>
1. O Mercantilismo.....	9
2. A Formação de Portugal .....	10
A expansão ultramarina europeia .....	11
3. O Pioneirismo Português e a Escola de Sagres.....	12
4. Novas Tecnologias.....	12
5. Os Tratados Feitos com a Espanha .....	14
6. O Descobrimento A Viagem de Cabral.....	14
7. As Consequências da Expansão Marítima .....	16
<b>II. OS HABITANTES DO BRASIL ANTES DE CABRAL.....</b>	<b>16</b>
<b>III. O BRASIL PRÉ-COLONIAL E O PAU BRASIL (1500 – 1530) .....</b>	<b>17</b>
<b>IV. A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1. A Expedição de 1530 de Martim Afonso de Souza. ....	19
2. Capitânicas Hereditárias.....	20
3. Os Governos Gerais .....	21
4. Divisão do Brasil em dois Governos .....	23
5. O Domínio Espanhol e a Nova Divisão do Brasil .....	23
<b>V. BASES DA COLONIZAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
1. Pacto colonial.....	24
2. Sistema de Plantation .....	24
<b>VI. EMPRESA AÇUCAREIRA .....</b>	<b>25</b>
1. Introdução .....	25
2. O ciclo do açúcar .....	25
3. A Camada Senhorial e a Sociedade Açucareira .....	27
4. Os Escravos Indígenas.....	27
5. Os escravos negros .....	30
6. Invasões Holandesas e a Decadência da Empresa Açucareira.....	32
<b>VII. EXPANSÃO TERRITORIAL, TRATADOS LIMITES E OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....</b>	<b>38</b>
1. Pecuária .....	39
2. Drogas do Sertão e os Jesuítas.....	40
3. Entradas e Bandeiras.....	42
4. Outras atividades econômicas.....	47
5. Tratados Limites.....	50
<b>VIII. A MINERAÇÃO.....</b>	<b>51</b>
1. O Ouro .....	51
2. Os Diamantes .....	51
3. Consequências e Transformações na Colônia .....	52
4. Revolução Agrícola .....	53
<b>IX. REVOLTAS NATIVISTAS CONTRA O MONOPÓLIO LUSITANO .....</b>	<b>54</b>
1. Revoltas Nativistas.....	55
2. Aclamação de Amador Bueno (São Paulo – 1641) .....	55
3. A Revolta da Cachaça (Rio de Janeiro /1660-1661) .....	56
4. A Revolta contra o Xumbergas (Pernambuco -1666).....	57
5. A Revolta de Beckman (Maranhão/1684).....	58
6. A Guerra dos Emboabas (1708-1709).....	59

7. A Guerra dos Mascates (Pernambuco /1710-1711) .....	60
8. A Revolta do Sal (São Paulo/1710) .....	62
9. Os Motins do Maneta (Salvador /1711) .....	62
10. A Revolta de Vila Rica (1720).....	63
11. O Levante do Terço Velho (1728).....	65
<b>X. MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO COLONIAL .....</b>	<b>65</b>
1. Inconfidência Mineira (1789).....	65
2. Conjuração Carioca (1794).....	67
3. A Conjuração Baiana (1798).....	67
3. Revolução Pernambucana.....	68
<b>XI. A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.....</b>	<b>70</b>
1. O governo de Dom João no Brasil.....	70
2. O Processo de Independência.....	74
3. As guerras da Independência .....	78
4. Os limites de nossa independência .....	80
5. A Cultura no Período Colonial .....	80
<b>PARTE II – BRASIL IMPÉRIO .....</b>	<b>82</b>
<b>I. O PRIMEIRO REINADO.....</b>	<b>82</b>
1. O Reconhecimento da Independência.....	82
2. Grupos Políticos.....	83
3. A Assembleia Constituinte de 1823.....	83
4. A Constituição Outorgada de 1824.....	85
5. A Confederação do Equador (1824) e Guerra da Cisplatina (1825-1828).....	86
6. Situação Econômica .....	88
7. A Crise e a Abdicação.....	88
<b>II. PERÍODO REGENCIAL .....</b>	<b>90</b>
1. Os Grupos Políticos .....	90
2. As Regências Trinas.....	90
3. O Ato Adicional de 1834 .....	93
4. As Regências Unas.....	94
5. As Revoltas Regenciais Separatistas .....	95
6. A Revolta dos Escravos Malês .....	102
7. Situação Econômica .....	102
8. O Golpe da Maioridade (1º ato) .....	102
<b>III. SEGUNDO REINADO .....</b>	<b>103</b>
1. A consolidação da ordem interna .....	104
2. Estrutura Política.....	106
3. Economia e Modernização .....	109
4. Política externa .....	114
5. Decadência e Queda do império .....	120
6. Cultura no Brasil Imperial.....	126
<b>EXERCÍCIOS.....</b>	<b>126</b>
1. BRASIL COLONIAL .....	126
2. BRASIL IMPÉRIO .....	201
<b>GABARITOS.....</b>	<b>219</b>



## PARTE I – BRASIL COLONIAL

### I. A Expansão Marítima e Comercial Europeia

#### Comentário inicial

Caro estudante, começaremos aqui nossa "viagem" pela História do Brasil. Nosso objetivo neste tópico é compreender os principais motivos que trouxeram os europeus ao "Novo Mundo" e o "início" da história brasileira.

Tradicionalmente a história brasileira é contada a partir do chamado "descobrimento do Brasil". O ano 1500 seria então o "marco zero" da história brasileira. No entanto é sabido que essa terra já existia e era habitada por diversos povos - os silvícolas.

Certamente, estimado leitor, você sabe que os rios, morros, planaltos e planícies já estavam aqui, mas ainda não existia o "Brasil" enquanto país.

Dessa forma uma "completa história brasileira" vai além do ano de 1500. São muito mais que cinco séculos de História! Pesquisas recentes demonstraram que o homo sapiens habitava essas terras havia pelo menos dez mil anos. No Piauí, estado do nordeste brasileiro, pesquisadores tentam provar que, se Cabral chegou em terras americanas cinco séculos atrás lá o homem teria chegado há cinquenta mil anos – ou seja, quinhentos séculos!

Verdadeiras ou não, tais suspeitas demonstram que uma "verdadeira" história do território brasileiro indubitavelmente é anterior à chegada de Cabral no Brasil.

No entanto é somente o período mais "recente" da história brasileira que nos interessa diretamente tendo em vista os objetivos desse curso. Estudaremos a vida dos povos indígenas, principalmente o contato com os europeus, posto que esse é um item do conteúdo programático. Todavia é a partir da chegada dos europeus que nos ocuparemos daqui em diante.

Entender os motivos que os trouxeram ao "Novo Mundo" é fundamental para que possamos compreender os fatos posteriores. O programa curricular da avaliação não aborda diretamente o tema Expansão Marítima e Comercial Europeia, mas por questões didáticas ele será o nosso ponto de partida. Como em uma novela é necessário que saibamos o que aconteceu antes para entendermos melhor o que aconteceu depois.

Sobre o assunto leia o texto a seguir.

Bons estudos!

#### 1. O Mercantilismo.

A colonização do Brasil estava, como não poderia deixar ser, dentro do sistema mercantilista mundial. Nossa economia, graças ao Pacto Colonial, era transformada em uma economia periférica, cuja função, era gerar riquezas para a metrópole.

Nessa fase de construção do sistema capitalista comercial os estados nacionais desenvolvem um conjunto de práticas econômicas conhecidas como Mercantilismo que vigoraram entre as potências europeias durante os séculos XV e XVIII. Esse sistema tinha como princípios fundamentais:

- **Intervencionismo:** intervenção direta do Estado na economia cuja finalidade principal era enriquecer a burguesia, financiadora dos Estados nacionais, e ampliar o poder de seus reis.
- **Balança comercial favorável:** Maior exportação e menor importação gerando um saldo positivo para o Estado.
- **Protecionismo:** para manter a balança comercial favorável, garante o mercado interno às indústrias nacionais impedindo que produtos estrangeiros entrem nesse mercado.

- **Monopólios:** o Rei entrega a exclusividade de comércio a alguns grupos visando o controle do preço e o aumento do lucro
- **Metalismo:** política de acumulação de metais preciosos formando uma reserva que garantirá a manutenção da riqueza e do poder.
- **Colonialismo:** expansão do mercado rumo a África, Ásia e América na procura de novos e tradicionais produtos, além da mão-de-obra, ampliando o mercado consumidor e desenvolvendo um comércio mundial.
- **Industrialismo:** abastecer o mercado interno e fornecer manufaturados às áreas coloniais.  
Existiram vários tipos de Mercantilismos, mas, basicamente, eles estavam ligados às riquezas que cada nação poderia extrair de suas colônias. A saber:
  - **Espanha:** seu tipo de Mercantilismo foi chamado de Bulionista ou Metalista, ou seja, seu propósito era acumular metais preciosos, isto se explica, pois teve contato precocemente com tribos que conheciam o ouro e a metalurgia na América.
  - **Portugal:** em princípio Portugal adotou o comercialismo, ou seja, valorização das trocas comerciais, mas a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro no Brasil se tornou metalista.
  - **França:** desenvolveu o Industrialismo ou Colbertismo devido ao seu ministro Colbert, que optou pelo desenvolvimento das manufaturas têxteis com amplo incentivo do governo.
  - **Holanda:** seu Mercantilismo baseava-se na sua ampla frota naval, sendo responsáveis pela maioria dos fretes marítimos. Também buscou a implementação privilegiadas Companias de Comércio. É importante lembrar que na Holanda estavam concentrados os maiores bancos da Europa (grande capital judeu).

O Mercantilismo serviu como um incentivo à construção naval devido a necessidade de exploração colonial de áreas do além mar. Esse empreendimento exigia a disponibilidade de muita mão de obra o que obrigava os Estados a adotarem uma política de incentivo ao crescimento populacional

## 2. A Formação de Portugal

A península Ibérica, onde surgiu o Estado Português, fica situada na Europa, tendo seu território banhado pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo. A atividade pesqueira e a troca de mercadorias sempre foi uma constante naquela região da Europa. Os fenícios foram os primeiros a estabelecer entrepostos comerciais, que depois foram herdados pelos romanos que ampliaram esses entrepostos no litoral, que, mais tarde, caem nas mãos dos muçulmanos. No século XIV, Portugal afirmou-se como primeiro Estado moderno da Europa. Sua origem ligou-se a um movimento peculiar à Península Ibérica chamado de Reconquista, que consistiu na expulsão dos muçulmanos que dominavam parte dessa Península.

### Dinastia de Borgonha

Inicialmente haviam quatro reinos na península ibérica: Leão, Castela, Navarra e Aragão. O nobre Henrique de Borgonha recebeu do Rei de Leão e Castela, como recompensa por seus serviços de luta contra os muçulmanos, o Condado Portucalense. Mais tarde seu filho, D. Afonso Henriques, conseguiu a independência do condado através da assinatura, em 1143, do Tratado de Zamora, formando o Reino de Portugal e fundando a primeira dinastia portuguesa.

Auxiliado por cruzados que se dirigiam para o Oriente, D. Afonso Henriques estendeu os domínios do Reino de Portugal para o sul, conquistando as localidades de Santarém, Lisboa, Palmela e Évora aos mouros. A dinastia de Borgonha teve seu fim, quando em 1383, faleceu D. Fernando I, sem deixar herdeiros.

### A dinastia de Avis

A segunda dinastia portuguesa é a dinastia de Avis. Ela era apoiada pela burguesia mercantil, pois o último rei da dinastia de Borgonha (D. Fernando I) faleceu sem deixar herdeiro. Para não perderem sua independência para o reino de Castela, pois a sua filha D. Beatriz, herdeira única do trono português, era casada com o Rei de Castela, comerciantes portugueses das cidades do Porto e de Lisboa financiaram o Mestre da Ordem Militar de Avis, D. João I, para armar um exército, enfrentar as pretensões de

Castela e assumir o trono. A batalha de Aljubarrota em 1385 marca o fim da sucessão do trono português dando início à dinastia de Avis que durou até 1580. A revolução de 1383-1385 foi um momento decisivo no processo de centralização política do Estado Português.

**Figura 1: À Descoberta da História e Geografia de Portugal.**



Fonte: MARIA LUÍSA SANTOS, CLÁUDIA AMARAL, LÍDIA MAIA, À Descoberta da História e Geografia de Portugal – 5º Ano, Porto: Porto Editora.

Sob o comando da dinastia de Avis foi elaborada a expansão marítima portuguesa. Incentivados pelo Infante D. Henrique de Avis – “ O NAVEGADOR”, grandes sábios, cartógrafos e navegadores se reuniram na lendária Escola de Sagres.

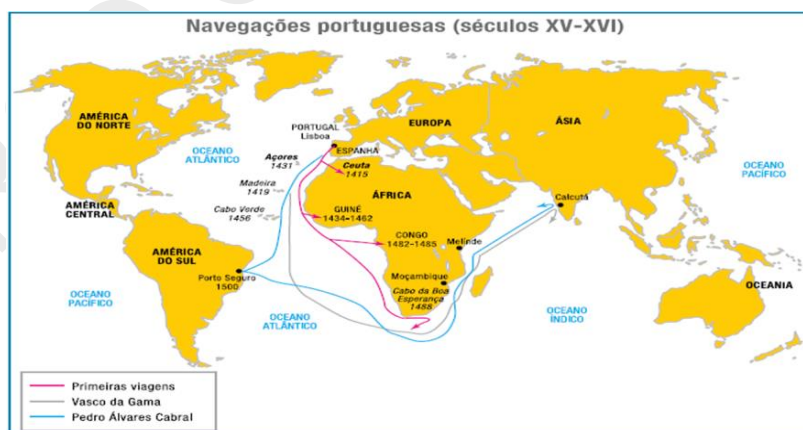
### A expansão ultramarina europeia

Chamamos de expansão marítima o processo de saída do homem europeu em busca de riquezas em outros continentes via Oceano Atlântico, conhecido à época como Mar Tenebroso. Cabe aqui ressaltar que este foi um processo lento, fruto da união de diversos fatores e interesses.

Portugal foi o primeiro país da Europa a se atirar na aventura atlântica concorrendo para isso diversos fatores.

Ocupou sempre lugar de destaque na economia lusa a atividade pesqueira, sendo esta a origem da experiência portuguesa em navegação, mas o projeto expansionista português data do início do século XV. O comércio foi o grande motor da expansão marítima portuguesa, pois as famosas especiarias (pimenta, canela, gengibre, noz moscada, cravo, etc.), para serem distribuídas para o Norte da Europa, passavam pelos portos portugueses estimulando o comércio. No entanto, as especiarias atingiam preços absurdos quando chegavam em Portugal devido à distância dos centros produtores e ao monopólio exercido pelas cidades italianas de Gênova e Veneza na compra dos produtos em Constantinopla.

**Figura 2: Navegações portuguesas.**



Adaptado de ALCEU LUIZ PAZZINATO e MARIA HELENA VALENTE SENISE História moderna e contemporânea. São Paulo: Ática, 1999.

A situação piorou depois de 1453, devido à tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, dificultando o comércio de especiarias pelo Mar Mediterrâneo.

A solução encontrada foi buscar um novo caminho para se chegar a origem das especiarias: o Oriente. O problema era como chegar...

### 3. O Pioneirismo Português e a Escola de Sagres

- Muitas foram as causas do pioneirismo português nas grandes navegações, entre elas destacaremos:
- Posição geográfica estratégica (Península Ibérica – Sudeste europeu);
- Portugal foi o primeiro Estado Nacional Moderno (centralização do poder);
- Presença de uma forte burguesia e do capital judeu.
- A Espanha estava preocupada em expulsar os árabes de seu território;
- O rei e a burguesia mercantil de Portugal uniram-se com o objetivo de expandir o comércio marítimo.
- Tradição Naval;
- Existência de escolas de navegação.

Quanto a Escola de Sagres, o infante D. Henrique, filho do Rei D. João I, estabeleceu no seu castelo na Ponta de Sagres em Portugal, um centro náutico, que coletava informações de mapas e instrumentos de navegação. Em Sagres, com apoio e a proteção do Infante, reuniam-se cartógrafos, matemáticos e peritos náuticos. A fundação deste centro de estudos está inserida no contexto das transformações sociais pelas quais a Europa passava naquele momento, com a propagação dos ideais humanistas que buscavam explicações racionais e científicas para a compreensão do mundo, fugindo das teorias religiosas.

**Figura 3: Representação do Infante Dom Henrique num dos Painéis de São Vicente de Fora.**



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga Lisboa, Portugal.

Mantinha-se, no entanto, segredo das principais descobertas principalmente na divulgação de mapas, os famosos portulanos, nome dado aos documentos nos quais estavam descritos os itinerários marítimos com distâncias e ilustrações dos principais portos marítimos e lugares de atracação.

A centralização do Estado português ainda no século XIV, a abundância de capital judeus para o financiamento, a obtenção de informações técnicas, os interesses da burguesia mercantil, da Igreja, da nobreza, principalmente a partir do Infante D. Henrique, em busca de novas possessões territoriais, possibilitaram a Portugal, entre 1415 e 1500, diversas viagens e descobertas náuticas.

Estas ações eram assim motivadas, ao mesmo tempo, pelo espírito medieval de cruzada e cavalaria e por considerações políticas e econômicas ligadas ao desenvolvimento do capitalismo.

### 4. Novas Tecnologias

A Escola de Sagres também foi responsável por aperfeiçoar várias tecnologias na área de navegação como o sextante (peça árabe utilizada na localização de meridianos através de estrelas) e a bússola (invenção chinesa utilizada pelos árabes para localizar o norte verdadeiro através de uma agulha magnética).

Figura 4: Astrolábio.



Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt>

Figura 5: Nau de Pedro Álvares Cabral.



Fonte: Livro das Armadas (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa).

Uma das invenções mais importantes foi a caravela com vela triangular que permitiu a navegação em mar oceânico. A caravela navegava contra o vento e tornava as viagens bem mais rápidas que as antigas embarcações utilizadas no Mediterrâneo. Depois das caravelas Sagres produz a "nau", uma evolução em relação a caravela maior, mais comprida e mais rápida.

A primeira conquista portuguesa foi a cidade de Ceuta (1415), grande entreposto comercial no norte da África. Em 1420, foram atingidas as Ilhas da Madeira e Açores. Seguindo a política de contornar a costa africana para poder chegar às Índias (Périplo Africano), o Navegador Gil Eanes, em 1434, dobra o cabo Bojador. Em 1488, Bartolomeu Dias conseguiu dobrar o cabo das Tormentas (que passou a ser chamado de cabo da Boa Esperança). Coroando o projeto português, em 1498, Vasco da Gama descobre o caminho marítimo para as Índias, chegando a Calicute.

Enquanto a costa ocidental da África era explorada, a navegação no Atlântico era um segredo de estado, só quebrado por Colombo que pretendia alcançar o Oriente pelo Ocidente navegando para a coroa espanhola. Sua teoria teria dado certo se não houvesse em seu caminho um continente desconhecido pelos europeus: a América. Sua descoberta acirrou as relações entre Portugal e Espanha como você verá a seguir.

Observe o esquema abaixo sobre as causas da expansão marítima e comercial europeia.

#### **Causas econômicas:**

- Cobiça de terras a serem descobertas.

#### **Causas políticas:**

- Atuação da burguesia, que passou a financiar parte das viagens marítimas;
- Formação dos Estados Nacionais absolutos capazes de financiar o empreendimento.

#### **Causas religiosas:**

- Levar a fé católica a outros povos;
- Busca do Paraíso Terrestre.



### **Causas tecnológicas:**

- Os grandes progressos náuticos, muitas vezes copiados dos árabes, como: bússola, astrolábio, caravela, portulanos;
- Mudança de mentalidade europeia com o movimento humanista que buscava explicações racionais para compreensão do mundo.

## **5. Os Tratados Feitos com a Espanha**

No ano de 1492, a Espanha iniciou sua expansão marítima. Os reis espanhóis, Fernando II e Isabel I, financiaram o projeto do navegador genovês (italiano) Cristóvão Colombo, que pretendia chegar às Índias navegando para o Ocidente, acreditando que a terra era redonda. Colombo chega à América em outubro de 1492, pensando ter chegado às Índias.

A descoberta da América por Colombo em 1492 abriu uma etapa de negociações entre Portugal e Espanha sobre as descobertas, tendo a Igreja o papel de mediadora. O primeiro tratado entre os dois países foi a **Bula "Inter Coetera"**, de 1493, na qual o Papa Alexandre VI estabelecia um meridiano de 100 léguas a Oeste do arquipélago de Cabo Verde, concedendo à Espanha todas as possessões a Oeste deste meridiano cabendo à Portugal tudo a Leste. Portanto os resultados da primeira expedição de Colombo iniciaram uma disputa pela partilha do mundo.

O rei de Portugal, D. João II, não ficou satisfeito com a bula papal, pois a linha imaginária passaria no meio do Atlântico, ameaçando as conquistas portuguesas nas rotas do Atlântico Sul. Em 1494, foi assinado o **Tratado de Tordesilhas**, que seria o definitivo entre portugueses e espanhóis. Foi traçado um novo meridiano, agora a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, ficando as terras a leste do mesmo meridiano para Portugal. O novo tratado garantiu a Portugal não apenas as rotas do Atlântico, como também uma parte da América, onde mais tarde Cabral fundaria o Brasil.

## **6. O Descobrimento A Viagem de Cabral**

Com o objetivo de fundar feitorias na Índia e de forçar o Marajá de Calicute a aceitar comercializar com Portugal, o rei D. Manuel I, O Venturoso, preparou uma grande esquadra composta de 13 caravelas, a mais poderosa das expedições até então organizada. Com artilharia, munições e mantimentos a esquadra levava o melhor possível. Transportava 1.500 homens de armas, entre os quais 20 degredados que deviam ser deixados em terra para aprender a língua. Esta esquadra estava sob o comando do Fidalgo Pedro Álvares Cabral, embaixador de Portugal perante o Marajá de Calicute (cidade da Índia). Cabral não era navegador, mas por ser a figura mais importante da frota, assumiu o comando. Tinha os melhores comandantes de navios na sua esquadra.

No dia 09 de março de 1500 a frota partiu do porto do Tejo em direção à Índia, contornando a costa africana, como era o projeto português, mas a viagem tinha objetivos secretos, e se afastou muito da costa africana. No dia 21 de Abril de 1500 foram avistados os primeiros sinais da terra. A 22 de abril: terra firme. Era a costa, atualmente do sul da Bahia. O primeiro ponto percebido foi um monte, chamado de monte Pascoal, por estarem próximos da Páscoa. Aproximando-se da terra, Cabral entrou em contato pacífico com os indígenas. No dia 26, foi rezada a primeira missa, na localidade chamada Coroa Vermelha por frei Henrique de Coimbra, franciscano; o escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu notícia do descobrimento para que o navegador Gaspar de Lemos a levasse a Portugal e noticiasse o Rei e a Europa das novas possessões portuguesas. O Brasil teve vários nomes além de Pindorama como os índios a chamavam, foi batizada pelos portugueses como Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e Brasil.

**Figura 6: Desembarque de Cabral em Porto Seguro (estudo), óleo sobre tela, Oscar Pereira da Silva, 1904.**



Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

O local chamado por Cabral como um porto seguro é hoje identificado como Baía Cabralia, ao sul da Bahia. Não se conhecem as cartas de Cabral e as dos demais comandantes. As únicas que nos restam são a de Pero Vaz de Caminha e a do Astrônomo Mestre João.

### A Questão da Intencionalidade do Descobrimento

Muitos historiadores admitem que houvesse intencionalidade no descobrimento, isto é, julgam que os portugueses já sabiam ou suspeitavam da existência de terras ao Oeste do Atlântico Sul. Entre os argumentos podemos citar os seguintes:

- A carta de Pero Vaz de Caminha não demonstra surpresa com a nova descoberta.
- O retorno do navegador Gaspar de Lemos para Portugal com a carta de Caminha uma vez eu se encontravam perdidos.
- Embora estivessem perdidos conseguiram se deslocar do Brasil para a Índia para cumprir a missão
- D. João II não aceitou a primeira demarcação estabelecida pelo papa Alexandre VI, através da Bula Inter Coetera.
- Mestre João, físico e cirurgião do rei de Portugal, alemão de nascimento, era dos mais categorizados astrônomos da época. Muito entendido na arte de determinar a longitude de leste a oeste, não haveria ele, sendo um dos componentes da esquadra cabralina, encarregado de corrigir com presteza a rota do Cabo da Boa Esperança a Calicute?
- O mapa de Cantino que foi roubado de Sagres em 1502 e levado para a Itália. Como Portugal poderia ter um mapa tão detalhado da região se a primeira expedição colonizadora ocorre em 1501 com Gaspar Lemos e Américo Vespúcio que tiveram a função fazer um primeiro mapa do litoral e nomear os acidentes geográficos com nomes de santos da igreja católica.

**Figura 7: Mapa de Cantino feito em 1502.**



Fonte: Academia de Ciências de Lisboa.

## 7. As Consequências da Expansão Marítima

As grandes navegações representaram um dos mais significativos acontecimentos da Idade Moderna. Entre as principais transformações trazidas por este processo podemos citar:

- mudança do eixo econômico europeu do Mar Mediterrâneo para os Oceanos Atlântico e Índico;
- decadência econômica das cidades italianas;
- surgimento de duas novas potências: Portugal e Espanha;
- europeização do mundo.
- comprovação da esfericidade da terra;
- ampliação do mundo conhecido com a descoberta de novos continentes;
- alta de preços na Europa;
- fortalecimento da burguesia;
- reestabelecimento do escravismo;
- formação de impérios coloniais;
- propagação da fé católica para América, África e Ásia;
- comércio de proporções mundiais que agora uniam diversos continentes;
- dizimação de civilizações americanas o extermínio dessas culturas.

Esse processo para Portugal trouxe um sério problema também. Como o reino era muito pequeno, Portugal se deparou com enormes extensões territoriais para conquistar, não tendo de imediato a força para poder dominá-lo por inteiro.

## **II. OS HABITANTES DO BRASIL ANTES DE CABRAL**

No Brasil foram encontrados muitos sítios arqueológicos (conjuntos de vestígios encontrados em uma determinada região) e seu estudo tem contribuído muito para elucidar o modo de vida dos povos que aqui viveram nos primeiros tempos.

Os sítios arqueológicos encontrados no litoral brasileiro são conhecidos como sambaquis, ou seja, montes de conchas e esqueletos de peixes associados e artefatos de pedra que atingem de 2 a 30 metros de altura, resultantes das sucessivas ocupações de comunidades que se alimentavam de animais marinhos, deixando os restos dos alimentos (cascas de moluscos e esqueletos de peixes) na própria área de habitação. Alguns sambaquis datam de 10 mil anos atrás.

São comuns também as pinturas rupestres, encontradas nas paredes rochosas das cavernas, em lajes de pedras e em fragmentos de rochas. Trata-se de desenhos de figuras humanas e de animais, cenas de caça e pesca. No Brasil, já foram catalogados mais de 220 abrigos usados por esses grupos pré-históricos, com cerca de 9 mil figuras pintadas. As mais famosas estão em cavernas de Minas Gerais e do Piauí.

Após essa fase pré-histórica os habitantes do Brasil passaram a se organizar em tribos, o que representa um avanço dentro da fase pré-histórica. Ao chegar ao novo mundo os portugueses se depararam com habitantes que eles identificaram como gentio. Eram índios, em sua maioria do grupo étnico Tupi-guarani. Inicialmente tiveram contato com duas grandes macro-famílias, os Tupinambás e os Tupiniquins, que viviam em constante luta entre si e praticavam a antropofagia ritual.

Os outros grupos indígenas brasileiros além do tupi eram: Jê, Aruaque e Caraíba. Estes por sua vez se subdividiam em diversas outras famílias de línguas.

O grupo tupi ocupava a área referente ao litoral brasileiro, desde o Ceará até São Paulo. Desta região até o Rio Grande do Sul, os Guaranis dominavam. O grupo Jê ocupava a região do Sertão se estendendo desde o Maranhão e Piauí até o Mato Grosso. Os Aruaques e Caraíbas ocupavam a região norte que inclui o Amapá, Pará e perto do Amazonas.

Os índios brasileiros praticavam a caça, a pesca, a coleta de alimentos das matas e a agricultura, sendo os principais produtos a mandioca, milho, amendoim e feijão, seu método agrícola baseava-se na coivara, cujo princípio básico era a queimada realizada



após as colheitas. Este método levava ao cansaço do solo e obrigava as aldeias a se deslocarem em busca de melhores regiões que os alimentasse. Por isso, afirmamos que a maioria dos índios brasileiros eram seminômades. Neste percurso, eram comuns os choques e guerras com outras tribos na disputa pelo território.

**O termo índio nasceu de um engano histórico: ao desembarcar na América, o navegador Cristóvão Colombo chamou seus habitantes de índios, pois pensava ter chegado às Índias.**

**Outras designações para o habitante da América pré-colombiana: aborígenes, ameríndio, autóctone, brasilíndio, gentio, íncola, "negro da terra", nativo, bugre, silvícola, etc...**

### **III. O BRASIL PRÉ-COLONIAL E O PAU BRASIL (1500 – 1530)**

O processo de colonização do Brasil surgiu dentro da lógica comercial da Europa de então. A expansão marítima modificou o mundo. O comércio, na Europa, teve grande impulso, devido às especiarias vindas da Ásia e também à infinidade de produtos que chegavam da África como ouro e marfim.

No Brasil, de imediato, os portugueses não encontraram coisa alguma que fosse objeto de comercialização, exceção feita ao pau-brasil, madeira utilizada para tingir roupas. Por isso o comércio com as Índias era, sem dúvida, mais rentável aos cofres portugueses. Além disso, Portugal não dispunha de pessoal, dinheiro e navios suficientes para manter duas linhas de comércio ao mesmo tempo, com o Oriente e com o Brasil. Devido a isso, até 1530, Portugal não se interessou muito pelo Brasil.

**Figura 8: Jean de Lery. Século XVI.**



Jaen de Lery. Século XVI.

O primeiro reconhecimento da terra foi feito pelo próprio navio encarregado de levar as cartas narrando o descobrimento ao Rei D. Manuel I, sob o comando de Gaspar de Lemos. Verificou não se tratar de uma simples ilha, como dissera Cabral, mas um grande continente.

Para que fossem obtidas maiores informações a respeito da terra descoberta, foram enviadas algumas expedições. Em 1503, o governo português arrendou os direitos de exploração do pau-brasil e um grupo de comerciantes liderados por Fernando de Noronha. O arrendatário comprometia-se a pagar imposto ao governo português pela extração do pau-brasil, que era considerado estanco do rei

de Portugal, ou seja, patrimônio real. Para a extração do pau-brasil, foi montado ao longo do litoral algumas feitorias, depósitos destinados a armazenar pau-brasil.

**Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses.**

*Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.*

### O ciclo do pau-brasil

A madeira do pau-brasil era conhecida dos europeus desde a Idade Média. No Brasil era natural da Mata Atlântica. Foi uma riqueza disputada entre franceses e portugueses e não justificou de imediato um esforço colonizador. A descoberta do pau-brasil favoreceu um processo de conhecimento inicial da nossa terra e aproximou Portugal dos holandeses, maiores compradores do produto e seus aliados.

**Figura 9: Derrubada do pau-brasil**



(Derrubada do pau-brasil em ilustração da Cosmografia Universal de André Thevet, 1575.)

Os indígenas conheciam o pau-brasil pelo nome de Ibirapitanga, os portugueses já conheciam uma variedade do pau-brasil, existente na Índia, dela serviam para extrair uma tinta de cor vermelha, muito procurada no ocidente para o tingimento de tecidos, enquanto sua madeira era utilizada para a construção de embarcações e móveis.

A forma de exploração do pau-brasil foi feita por meio de escambo, ou seja, a troca de quinquilharias vindas de Portugal pelo trabalho do índio de executar a derrubada e o transporte de toras até as feitorias portuguesas. Com o tempo, a relação entre portugueses e índios se agravou levando os portugueses a escravizarem indígenas para o trabalho.

## **IV. A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO**

### Comentário

**Caro estudante! No tópico anterior vimos o que foi a expansão marítima e comercial europeia bem como as causas do pioneirismo português.**

**Na passagem do século XV para o XVI as nações ibéricas lideraram a corrida colonial. Portugal, depois Espanha, uniram o mundo de forma nunca imaginada anteriormente. O império português abarcou áreas distantes do globo terrestre. Prova disso é que atualmente o idioma português é falado em todos os continentes. No Japão, por exemplo, o século XVI é conhecido como o "Século Cristão". Oceania, África, América e Ásia foram visitadas e exploradas pelos portugueses.**

**Num primeiro momento, ao se depararem com uma nova terra, os portugueses não colonizavam, antes optavam pela instalação de feitorias, bases militares e postos comerciais ao mesmo tempo. Essa estratégia foi utilizada em**

vários locais, inclusive no Brasil. Era uma forma tateante de colonização e garantia, ainda que de forma superficial, o domínio do território recém descoberto. Portugal sempre teve problemas com o tamanho reduzido de sua população e a tarefa colonizatória exigia um esforço muito significativo.

**Colonizar é habitar!**

Isso não era tarefa fácil para um país pequeno e de população reduzida diante da vastidão das terras "descobertas".

Vasco da Gama foi quem atingiu e completou a rota para o Oriente contornando a África. O Oriente era a fonte das cobiçadas e desejadas especiarias. Alguns chegaram a imaginar que ele não conseguiria voltar e já estaria morto. A viagem estava demorando demais. Contrariando expectativas Vasco da Gama voltou e trouxe consigo boas notícias. O projeto português, iniciado em 1415 estava finalizado. O caminho marítimo para o Oriente estava descoberto.

A possibilidade de novos ganhos animara os portugueses. Imediatamente, D. Manuel, rei de Portugal em 1500, decidiu enviar uma nova expedição com destino às Índias. Chefiada por Pedro Álvares Cabral o objetivo principal consistia em estabelecer um entreposto comercial na "terra das especiarias". Cabral cumprira a missão e nesse percurso "descobriu" o Brasil.

A "descoberta" teria sido intencional ou não? Isso é uma outra história...

O fato é que o Brasil não interessou muito aos portugueses no primeiro momento, logo após a chegada de Cabral.

No início do século XVI era no Oriente - terra das caras especiarias - onde se encontravam as maiores possibilidades de lucro. A longa e penosa viagem de Vasco da Gama proporcionara um lucro de aproximadamente 2000%. Dessa forma o Brasil, entre os anos 1500 e 1530, serviria basicamente como um entreposto de passagem. Metais preciosos não foram encontrados e nada, nem um atrativo comercial, justificava o difícil esforço colonizatório naquele momento. O Brasil ficou em "segundo plano". Era o Oriente que interessava aos portugueses naquela conjuntura. Por isso os anos iniciais da história do Brasil são classificados como período Pré-Colonial (1500-1530). Não houve efetiva colonização nesse período. Basicamente a exploração de uma madeira de tinta avermelhada era o que acontecia por essas paragens.

Somente a partir de 1530, com a instalação do sistema das Capitanias Hereditárias, é que os portugueses decidiram iniciar a colonização do Brasil. Novos fatos se sucederam. A mudança é a única lei da História.

Quais fatos ocorreram e mudaram a postura dos portugueses diante do Brasil? Por que, somente depois de três décadas, eles decidiram iniciar a colonização? Trataremos dessas e outras questões relativas ao período nesse tópico.

**Boa leitura!**

## 1. A Expedição de 1530 de Martim Afonso de Souza.

A partir de 1530, surgiu um verdadeiro dilema para a coroa portuguesa: ou ocupava as terras brasileiras ou as perdia para os franceses que constantemente vinham ao nosso litoral em busca de pau-brasil. Também devemos mencionar que o comércio dos portugueses com o Oriente sofreu uma baixa devido à concorrência de outras nações que chegavam às Índias para comercializar. Logo, a coroa portuguesa associada à burguesia mercantil, iniciou pioneiramente entre os Estados modernos, uma nova forma de exploração econômica das terras americanas, que não se assemelhava ao simples escambo nem se baseava na extração predatória de metais preciosos.

Organizada por D. João III, o Colonizador, a expedição era constituída de cinco navios, trazendo cerca de quatrocentas pessoas, entre elas trabalhadores, padres e soldados. Era comandada por Martim Afonso de Souza, que recebeu ordens de explorar o litoral desde o Maranhão até o rio da Prata, dar combate aos franceses e estabelecer núcleos de povoação.

Logo que chegou ao Brasil aprisionou três naus francesas, que regularmente frequentavam o nosso atual litoral, também explorando o pau-brasil, inclusive um dos fatores para o início da ocupação estava ligado ao receio de Portugal perder suas terras para outros países europeus.

Nessa expedição foi fundada a primeira vila brasileira, São Vicente, em 22 de janeiro de 1532, com a ajuda de João Ramalho e também a segunda vila do Brasil: Santo André da Borda do Campo. Foram trazidas as primeiras mudas de cana-de-açúcar, as primeiras cabeças de gado e foi construído o primeiro engenho no Brasil.

## 2. Capitanias Hereditárias

Portugal percebeu que não conseguiria por muito tempo manter o território que havia tomado posse nas terras americanas, enviando apenas expedições, pois a colônia era bastante extensa e a presença de navios estrangeiros no que hoje é o litoral brasileiro era muito comum. Além disso, havia falta de recursos do Estado português para colonizar o Brasil e um grande interesse na manutenção do lucrativo comércio com o Oriente. O Reino Português vai optar pela divisão da colônia em grandes faixas de terras que seriam doadas a nobres, fidalgos e mercadores, para que esses realizassem a colonização no Brasil. Assim a colônia foi dividida em grandes lotes de terras, as Capitanias Hereditárias. Algumas capitanias e seus donatários:

**Figura 10: Capitanias hereditárias**



Fonte: Luís Teixeira. Roteiro de todos os sinais..., c. 1586. Lisboa, Biblioteca da Ajuda

### **Mais importantes**

- Primeira Capitania do Maranhão: donatário João de Barros
- Itamaracá: Donatário Pero Lopes
- Ilhéus: Jorge de Figueiredo Correia
- Porto Seguro: Pero de Tourinho
- Bahia de Todos os Santos: Francisco Pereira Coutinho
- São Vicente: Martim Afonso de Souza
- Pernambuco: Duarte Coelho

**Os donatários receberam uma doação de Coroa, pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar militares e milícias sob seu comando.**

Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

### Documentos que normatizavam o sistema de Capitanias

- Carta de Doação: Título de posse dado pelo Rei, e a propriedade de 10 léguas de terra ao longo da costa, dividida em quatro ou cinco lotes, isentos de qualquer tributo, exceto o dízimo. Concedia, ainda, o privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas.



- **Foral:** Dizia os direitos e deveres do donatário:
  - ✓ **Direitos:** cobrar impostos, distribuir sesmarias (lotes doados a outros colonos), explorar a capitania, administrar a justiça, escravizar os índios.
  - ✓ **Deveres:** pagar o imposto ao rei de Portugal, principalmente na extração do pau-brasil, cuidar da terra, não vender, trocar ou dividir a capitania.

Como vimos pelo fato da coroa não ter condições financeiras de bancar a colonização do Brasil, entregou esta responsabilidade aos donatários. No entanto, o rei mantinha uma série de privilégios sobre a exploração da terra, tais como: monopólio sobre o comércio da capitania, direito exclusivo de cunhagem de moedas, direito de 1/5 sobre a produção de metais preciosos encontrados e 1/10 (a dízima) sobre produtos exportados.

Contudo, o projeto das capitanias não deu muito certo, só prosperando as capitanias de Pernambuco e São Vicente. As razões desse fracasso foram: área muito grande das capitanias, o que dificultava o controle do território; poucos recursos dos donatários, ataques indígenas e estrangeiros; dificuldades de comunicação com a Europa e entre as capitanias.

Devido principalmente à falta de recursos, muitos donatários se quer vieram tomar posse de suas terras na colônia. Era preciso que o rei tomasse novas providências para viabilizar a colonização.

### 3. Os Governos Gerais

O fracasso das Capitanias Hereditárias forçou o governo de Portugal a elaborar uma nova forma de organização administrativa do Brasil. Diante das dificuldades dos donatários, a coroa portuguesa resolveu nomear um governador-geral para a colônia, tornando-se então participante direto da empresa colonial. O Governador representaria diretamente o rei e teria poderes de fiscalização sobre todas as capitanias. Portanto, a criação do governo-geral não destruiu o sistema de capitanias, mas diminuiu os poderes dos donatários.

**A instituição de um Governo-geral representou um esforço de centralização administrativa, mas isso não significa que o Governo-geral detivesse todos os poderes, nem que em seus primeiros tempos pudesse exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitanias era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento.**

Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.

#### Primeiro Governo Geral (1549-1553)

Em 1548 o donatário da capitania da Bahia e morto juntamente com os seus colonos por um levante dos índios tupinambás, o que faz com que o rei resolva intervir na situação e nomear um governador geral para o Brasil. Em 1549, chegou ao Brasil o primeiro governador geral, Tomé de Souza, trazendo consigo funcionários, soldados, artesãos e padres jesuítas.

**Figura 11: Chegada de Tomé de Sousa à Bahia, numa gravura de começo do século XIX**



O Regimento Geral era a carta que dava autoridade ao governador, suas obrigações e deveres.

As funções do Governo Geral eram:

- Exercer a justiça na colônia;
- Comandar a defesa da costa brasileira;
- Dar apoio ao processo colonizador incentivando a montagem de engenhos e auxiliando o combate aos índios;
- Zelar e fiscalizar a arrecadação dos impostos que cabiam ao rei;
- Implantar novos cargos administrativos na colônia.

O governo-geral se estabeleceu na capitania da Bahia, onde Tomé de Souza fundou a cidade de Salvador, primeira capital da colônia. As capitanias continuaram existindo governadas pelos donatários, que ficavam agora subordinados ao governador-geral. Tomé de Souza vem com autorização Papal para criar no Brasil o Primeiro Bispado. O primeiro Bispo do Brasil é frei Sardinha.

Para auxiliar o governador vieram alguns funcionários reais:

- Ouvidor-mor — encarregado da Justiça.
- Provedor-mor — encarregado dos impostos.
- Capitão-mor — encarregado da defesa das costas do Brasil.
- Alcaide-mor — responsável pela segurança.

### As Câmaras Municipais

O poder local era exercido nas câmaras municipais e os vereadores eram escolhidos entre os homens-bons, que eram os grandes proprietários de terra. As Câmaras Municipais sempre defendiam seus interesses. O poder político estava, portanto nas mãos dos senhores de engenho. As Câmaras Municipais eram presididas por um juiz ordinário, também escolhido pelos "homens bons" que eram considerados "puros de sangue", e acumulavam vários poderes:

- administração municipal,
- regulamentação das feiras e mercados,
- obras de infraestrutura,
- regulamentação dos ofícios e do comércio,
- construção de edifícios públicos,
- abastecimento de mão-de-obra escrava de acordo com as necessidades da região,
- cobrança de impostos,
- catequese e, se necessário, guerras contra os índios.

Embora o sistema de Governo Geral tenha sido criado para centralizar o poder político, dando aos governadores gerais amplos poderes, eles não conseguiam, porém, impor totalmente sua autoridade aos senhores de engenho. A classe que dominava econômica, social e politicamente o Brasil colonial era a dos grandes proprietários de terras, a chamada aristocracia rural.

### O Segundo Governo Geral (1553-1558)

O segundo governador geral do Brasil foi Duarte da Costa. O seu governo é tido como fraco, pois ocorreu a invasão francesa na Guanabara, onde foi fundada a França Antártica, em 1555 (tentativa de estabelecer uma colônia francesa de povoamento no Brasil, de caráter protestante).

Também é fundado em 25 de janeiro de 1554, o colégio São Paulo de Piratininga, por José de Anchieta, onde hoje é a cidade de São Paulo. Porém, no seu governo, os índios se organizam na Confederação dos Tamoios. A tribo dos Tamoios (quer dizer mais antigo do lugar), organizados, impôs resistência ao domínio lusitano, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o litoral sul, até São

Vicente. Em 1575, Antônio de Salema, com uma força de 400 portugueses e de 700 índios aliados, provenientes do Espírito Santo, derrota a confederação dos Tamoios, pondo fim à primeira resistência organizada contra o domínio português.

### O Terceiro Governo Geral (1558-1572)

**Figura 12: Mem de Sá**



Manuel Vitor Filho.  
Retrato de Mem de Sá

Retrato de Mem de Sá por Manuel Vitor Filho.

O Governo de Mem de Sá, terceiro governador geral, é de pacificação da colônia, segue-se a proibição de escravizar indígenas. Durante seu governo, seu sobrinho, Estácio de Sá fundou a Cidade do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565 e empreendeu a guerra definitiva que levou a expulsão dos franceses da Baía da Guanabara entre 1565 e 1567.

## 4. Divisão do Brasil em dois Governos

Com a morte de Mem de Sá, o rei nomeou D. Luís de Vasconcelos para ser o quarto governador geral da colônia. Ele foi, porém, atacado por piratas franceses e morreu antes de chegar ao Brasil.

Com o objetivo de administrar melhor o vasto território brasileiro, Portugal decidiu, então, dividir a colônia em dois governos distintos em 1572:

- O governo do norte, com capital em Salvador, foi dado a D. Luís de Brito.
- O governo do sul, com capital no Rio de Janeiro, foi dado a D. Antônio de Salema

A tentativa não teve êxito e, em 1578, Lourenço da Veiga unificou os dois governos, tornando-se o quinto governador geral.

## 5. O Domínio Espanhol e a Nova Divisão do Brasil

Em 1578, o rei português, D. Sebastião, faleceu sem deixar herdeiros. O rei de Portugal morreu lutando na batalha de Alcácer-Quibir, Norte da África, contra os muçulmanos. Seu tio, o Cardeal D. Henrique, assume o trono, mas já contava com sessenta e cinco anos, morrendo então dois anos depois que assumiu o trono. Fica então vago o trono português; o nome mais próximo na linha de sucessão é a do rei Filipe II da Espanha, que assume o trono português. Ele era da dinastia dos Habsburgo, se tornando o soberano mais poderoso que o mundo já conheceu até então. Tinha o apelido de diabo do meio-dia, pois o Sol nunca se punha em seu reinado.

Apesar da unificação das coroas, Filipe II tentou preservar a imagem de Portugal, não o tratando como nação conquistada, mas como um reino independente, que tinha como rei o mesmo rei de Espanha. Este tratamento foi assegurado com a assinatura do juramento de Tomar, 1581. Ele garantia que Portugal continuaria com suas leis e a administração continuaria nas mãos dos portugueses.

O domínio espanhol trouxe as seguintes consequências para a evolução da colônia americana de Portugal:

- Foi incentivada a ocupação do interior do território.
- A linha de Tordesilhas na prática deixou de existir, já que todas as terras agora pertenciam à Espanha.

- A primeira visitação do tribunal do Santo Ofício ao Brasil, expulsando os cristãos-novos.  
Durante o domínio espanhol houve outra tentativa de melhorar a administração do Brasil e defender o litoral contra a invasão dos franceses. Em 1621, o território brasileiro foi outra vez dividido, desta vez em dois grandes estados. As diversas capitanias passaram a ser administradas em dois blocos que durariam até 1774. Eram eles:
- Estado do Maranhão (da Amazônia ao Ceará): a capital era São Luís. Transformou-se mais tarde em Estado do Grão-Pará, com capital em Belém.
- Estado do Brasil (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul): a capital em Salvador. A partir de 1763 a capital passou a ser o Rio de Janeiro.

## **V. BASES DA COLONIZAÇÃO**

### **1. Pacto colonial**

Pacto colonial era, na verdade, a forma com que as metrópoles dominavam suas colônias. Na verdade era uma imposição colonial, pois as colônias só poderiam fazer comércio com a metrópole. A colônia fornecia produtos tropicais e matéria-prima para a metrópole enquanto esta vendia manufaturas e escravos à colônia, além de investir capitais no processo de colonização. Dessa forma a colônia deveria produzir aquilo que a metrópole não conseguia produzir.

Como fornecíamos produtos primários, com menor valor agregado, e consumíamos produtos do setor secundário, as manufaturas, com maior valor agregado, isso garantia a metrópole uma balança comercial sempre favorável. Também devemos destacar outro artifício utilizado pela metrópole para garantir sempre o lucro que era a imposição do preço das mercadorias por nós produzidas. Dessa forma, o pacto colonial dava a base necessária para a balança comercial sempre favorável na metrópole e mantinha a colônia sempre dependente de sua pátria mãe.

Melhor negócio desse sistema para a metrópole era, sem dúvida, o tráfico negreiro que podia dar lucros de até 13 mil por cento. Isso explica a imposição da mão de obra negra escrava nas regiões de maior lucratividade na colônia.

Para o sucesso dessa empreitada era necessário trazer não só os colonos, mas também a cultura metropolitana para a colônia. Deveria se disseminar o consumo dos produtos metropolitanos por isso a necessidade de criação de hábitos europeus em terras indígenas.

### **2. Sistema de Plantation**

Como toda colônia de área tropical, o Brasil será colonizado de acordo com um processo já desenvolvido pelos portugueses nas ilhas atlânticas próximas da Europa e da África, o sistema de plantation. Esse sistema possuía três pilares básicos que eram o latifúndio, a monocultura, a produção voltada para o mercado externo e a utilização da mão de obra escrava.

O latifúndio era uma herança da nobreza feudal ainda muito forte e que tinha como finalidade manter a concentração de renda nas mãos de famílias mais abastardas. Já a monocultura facilitava a produção e a comercialização mantendo a colônia sempre em situação econômica de atraso impossibilitando um processo de independência. Quanto à produção, ela estava voltada para o abastecimento do mercado metropolitano, o que promoveu uma dependência histórica de nossa economia em relação ao mercado externo.

Outro mito que precisa ser derrubado é que se o Brasil tivesse sido colonizado por ingleses, franceses ou holandeses nosso destino seria melhor. Isso não é verdade, pois estávamos fadados a ser uma colônia de exploração devido ao nosso clima tropical. No caso dos EUA a porção ao sul, com clima tropical, foi utilizada no plantation de algodão, fumo e anil, possuindo uma estrutura muito semelhante à utilizada na colônia brasileira e obedecendo também o pacto colonial.

Dessa forma o pacto colonial e o sistema de plantation formam a base da estrutura de colonização das metrópoles em áreas tropicais.



## **VI. EMPRESA AÇUCAREIRA**

### **Comentário**

**Nos próximos tópicos analisaremos os principais “ciclos econômicos” da história brasileira durante o período colonial.**

**A noção de ciclo deve ser relativizada, pois nos passa a falsa ideia de que um produto deixou de ser produzido e perdeu espaço para outro. O café, por exemplo, até os anos 70 do século XX foi produto decisivo para a balança comercial brasileira.**

**O texto a seguir é fruto de pesquisas mais recentes e aborda aspectos importantes da economia colonial. Novos métodos e fontes permitiram aos historiadores da economia colonial lançarem um novo olhar, mais completo, sobre o assunto. Destaca-se nessa abordagem a importância do mercado interno. A economia colonial não foi um mero apêndice da economia metropolitana e possuía uma dinâmica própria. Esse entendimento foi importante na resolução de duas questões no certame de 2011 demonstrando que a prova para ingresso no Exército do Brasil tem incorporado temas e estudos da historiografia mais recente.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Boa leitura!**

### **1. Introdução**

Uma forma de avaliarmos economicamente a história do Brasil colonial é estudarmos os ciclos econômicos, porém a teoria dos ciclos econômicos são numerosas e variadas, mas para o nosso estudo iremos considerar a representação e duração dos ciclos de cada atividade econômica, com expansão e retração de suas atividades.

Existem ciclos grandes de 70 anos, ciclos pequenos de 6 anos ou menos, e também os que duram séculos. É importante você entender que esta divisão é apenas didática e aponta a principal atividade econômica desenvolvida no período, e junto a estas atividades existiram diversas outras tais como: algodão, o tabaco e a produção de cachaça (utilizados na troca por escravos na África), o comércio de couro e produção de alimentos para abastecimento interno, a criação de gado e o tráfico de escravos. Todas estas atividades foram desenvolvidas ao mesmo tempo na colônia.

### **2. O ciclo do açúcar**

O solo da região Nordeste, principalmente uma pequena faixa litorânea conhecido como solo de Massapê, bastante rico e de origem vulcânica, sua proximidade do mar e a grande quantidade de água doce, fizeram que o litoral nordestino se transformasse no maior produtor de açúcar do mundo no período, e se fizesse ali a primeira grande empresa colonial, ou seja, a empresa açucareira que deu origem ao ciclo do açúcar.

**Não se conhece a data em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martin Afonso trouxe um perito na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da ilha da Madeira. Plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitânicas, de São Vicente a Pernambuco.**

**FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.**

Os primeiros engenhos que se instalaram na região ainda no século XVI, atingindo seu apogeu no século XVII foram montados com empréstimos do capital holandês, na época, aliados dos mercadores portugueses. Aos holandeses também cabia o transporte

do produto para a Europa, o refino final e a distribuição do produto no mercado europeu. Você deve estar se perguntando qual era a parte de Portugal. Bom, a coroa portuguesa lucrava com a cobrança de impostos sobre a produção.

**Figura 13: Moagem da Cana no Engenho**



Com o tempo, o açúcar se transformou no principal responsável pela ocupação do litoral brasileiro pelos portugueses. Em sua obra definitiva sobre o Brasil rural do período colonial Stuart B. Schwartz (1988) afirma que:

A abertura do Novo mundo à colonização e exploração criou oportunidades novas e aparentemente ilimitadas para a expansão da agricultura de exportação em grande escala, da qual o açúcar era o produto mais racional e provavelmente o mais lucrativo.

As razões da escolha do açúcar, como produto para colonizar o Brasil, foram as seguintes:

- Clima tropical que gerava condições naturais propícias;
- Portugal já tinha experiência no seu cultivo, pois plantava açúcar nas ilhas de Madeira e Açores;
- O açúcar era um produto de alto lucro no mercado.

O maior desenvolvimento da indústria açucareira ocorreu em Pernambuco e na Bahia, devido à qualidade da terra e à proximidade com a Europa. No cultivo da cana, difundiu-se no Brasil o sistema de plantation (monocultura, latifúndio e trabalho escravo), sendo a produção orientada para a exportação.

O predomínio da lavoura agroexportadora no Brasil colonial fez surgir uma sociedade essencialmente rural, pois a maior parte da população se fixava no campo e, assim, as cidades ficavam em segundo plano (com exceção das regiões mineradoras).

Nesse momento também se desenvolve a pecuária que surgiu no Brasil como atividade complementar da cana, inicialmente nos engenhos e mais tarde no interior do Nordeste, às margens do rio São Francisco. A mão-de-obra era livre (mestiços e índios) e o gado servia para alimento, transporte, vestuário, dentre outros. Nas regiões em que se desenvolveram a pecuária, as diferenças sociais eram menos acentuadas do que na sociedade açucareira, uma vez que, nessas áreas, o trabalho livre e assalariado se sobrepôs ao trabalho escravo. Os vaqueiros estavam mais próximos dos proprietários, podendo no futuro tornarem-se fazendeiros também.

Com o crescimento dos rebanhos, surgiram as fazendas da criação, expandindo-se para o sertão, possibilitando o desbravamento e ocupação do interior. No século XVIII os campos meridionais foram extremamente importantes para abastecer a economia mineradora (alimentação e transporte). A pecuária é considerada a única atividade colonial que esteve prioritariamente voltada para o mercado interno.

### 3.A Camada Senhorial e a Sociedade Açucareira

#### Comentário

**Nesse tópico estudaremos um pouco mais sobre a sociedade colonial criada em torno da atividade açucareira. A camada senhorial e os escravos representaram opostos extremos dessa sociedade. Entre eles uma infinidade de status possíveis.**

**Quem foram os primeiros escravos no Brasil? Por que os europeus recorreram a tal instituição numa época que se dizia “moderna”? Por que houve a substituição do trabalho indígena pelo trabalho do africano? Qual era o papel da Igreja Católica nesse contexto?**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

#### Bons estudos!

A camada senhorial no período açucareiro refletia a tradição dos estados absolutistas modernos europeus baseada ainda nos privilégios feudais da nobreza e no Brasil mantinham-se esses valores. O senhor de engenho era o grande proprietário de terras, detinha o poder de vida e morte sobre seus escravos e agregados, podendo andar armado e não tinha nenhuma habilidade em relação aos serviços braçais. Este senhor possuía o “sangue puro” não sendo mestiço nem de judeu, de árabe e de negro.

A família do senhor de engenho era uma família patriarcal, isto é, o pai tinha o controle total da esposa e dos filhos sendo a figura que exprime todo o poder dentro do seio familiar. Embora essa estrutura fosse das famílias proprietárias esse preconceito em relação as qualidades da mulher foi disseminado em todos os estratos sociais da colônia.

Essa família geralmente era uma família sem estudo, quando no máximo o pai ou até mesmo os filhos sabiam ler e escrever. A mulher era preparada somente para o casamento e as chamadas tarefas domésticas. O casamento sempre acontecia dentro das famílias ricas, isso para fortalecer as elites locais.

Outras características que podemos destacar da sociedade açucareira eram o machismo, a ignorância, o pequeno desenvolvimento cultural, a pequena mobilidade social (sociedade estamental), a inexistência de uma classe média (somente uma pequena camada média urbana), conservadora, agrária, católica e com baixos padrões éticos de conduta.

Mas não eram só os proprietários de terras nesse momento que possuíam riqueza, os grandes comerciantes que importavam e exportavam mercadorias, além de trazerem escravos da África, eram outra classe de muitas posses. Esse grupo era composto majoritariamente por comerciantes portugueses, detentores de monopólio real.

Essa primeira sociedade estabelecida no Brasil vai impor uma característica terrível que prevalece até hoje no Brasil contemporâneo, que é a má distribuição de riqueza. Esse fenômeno vai gerar uma sociedade extremamente desigual. O abismo social era nítido na própria estratificação social, pois abaixo da elite vinha a classe dos homens livres e pobres composta por pequenos proprietários, artesãos, pequenos comerciantes, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, açougueiros, entre outros. E na base da pirâmide social uma imensidão de escravos.

### 4.Os Escravos Indígenas

Falar dos índios que habitavam as terras brasileiras não é tarefa muito simples. O primeiro problema enfrentado ocorre pela falta de dados precisos sobre essas populações. Outra dificuldade reside no fato que o pouco que se sabe sobre os índios foi escrito pelos europeus. Os indígenas não possuíam linguagem escrita e não puderam registrar sua própria visão da história. A tradição oral se perdeu junto com essas populações.

Quantos eram? Como era a vida espiritual desses povos? Como foi o encontro entre índios e europeus e como comparar essas duas formas de vida tão distintas? Eram realmente “preguiçosos” e “traídores”?

Como os europeus encaravam e enxergavam práticas tão distintas daquelas que conheciam? Por que andavam pelados? Será que conheceram o pecado original da cristandade? Como entender a prática da antropofagia?

**É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas porque se lida com povos com uma cultura muito diferente da nossa, sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isto se reflete em maior ou menor grau nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas.**

**Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. Segundo as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam a carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.**

**Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade da sua obtenção. Por exemplo, não se sabe quantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e o Paraguai quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, oscilando os cálculos em números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.**

Boris Fausto. História Concisa do Brasil. EdUSP. 2001.

**Figura 14: Ritual Antropogáfico**



47. - O esquartejamento do corpo do prisioneiro.

(Ritual Antropogáfico por Hans Staden. Século XVI)

Num primeiro momento, o contato entre índios e portugueses foi pacífico. A prática do escambo utilizada na exploração do pau-brasil tornava desnecessária a escravização do indígena. O corte dessa madeira de tinta avermelhada ajustava-se perfeitamente ao cotidiano do indígena nativo. No entanto, a implementação da empresa agrícola açucareira modificou tal situação: era necessário fixar o homem à terra, diferente do que acontecera antes. Passaram do escambo à escravidão. Dessa forma a agricultura comercial destinada à exportação incentivou a produção de açúcar em grande escala e, como consequência, a escravidão no Brasil colonial.

Apesar de inicialmente pacífico, o contato entre europeus e índios representou uma verdadeira catástrofe demográfica para as populações ameríndias. A ausência de anticorpos para doenças trazidas pelos europeus como a gripe e a varíola fez que epidemias dizimassem milhares de homens, mulheres e crianças. Segundo Stuart B. Scwhartz:

Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolava a costa brasileira. A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte.

**Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados escravos dois corpos em cada cova. Não se tem ideia do número de mortos entre os nativos livres. Em 1561, os efeitos da mortalidade crescente faziam-se sentir no Recôncavo. O padre Leonardo do Vale relatou que era chamado diariamente para tratar de escravos doentes, às vezes em dois ou três lugares diferentes simultaneamente. A epidemia atingiu o auge em 1562. Milhares pereceram. As estimativas são de 30 mil mortos entre os índios sob o jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas no sertão, onde a doença se alastrou à medida que os nativos fugiram das condições mortíferas do litoral.**

**Stuart B. Schwartz. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. Companhia das Letras. 1988.**

Diante da necessidade de fixar o indígena à terra, a vulnerabilidade biológica do gentio representou um grande problema para os senhores de escravos. Este fator foi um dos responsáveis pela substituição do "negro da terra" pelo africano na realização do trabalho compulsório. A expectativa de vida de um gentio fazia dele um investimento arriscado e ajuda a explicar por que o preço dos escravos índios era muito menor do que dos escravos vindos da África.

**Figura 15: Imagem de hans staden**



Uma forma de resistência indígena à escravidão foi a interiorização, ou seja, as populações ameríndias buscaram cada vez mais se distanciar da costa em busca de sobrevivência e liberdade.

Na maioria das sociedades indígenas encontradas, a atividade agrícola era uma função essencialmente feminina. Aos homens cabiam outras tarefas como caça, pesca e fazer guerra. Isso representou dificuldade muitos vezes insuperável na escravização de índios nas propriedades agrícolas. A noção de trabalho compulsório era totalmente desconhecida para essas populações. Um famoso diálogo entre um índio e um branco mostra o espanto das populações ameríndias diante do esforço empreendido pelo homem branco.

Frente às dificuldades enfrentadas na escravização do indígena, o comércio de homens vindos da África apresentou-se como alternativa. O tráfico negreiro representou outra possibilidade de lucros no empreendimento colonial. Um escravo africano chegava a custar cinco vezes mais caro que um escravo indígena. De acordo com Stuart B. Schwartz:

**Muitos negros provinham da África ocidental, de culturas em que os trabalhos com ferro, gado e outras atividades úteis para a lavoura açucareira eram praticados. Esses conhecimentos e a familiaridade com a agricultura a longo prazo tornava-os mais valiosos para os portugueses na escravidão específica da indústria do açúcar. Os africanos sem dúvida não eram mais "predispostos" ao cativeiro do que índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos dos europeus.**

**A suscetibilidade dos índios de todas as idades às doenças europeias aumentava o risco do investimento de tempo e capital para treiná-los em trabalhos artesanais ou de fiscalização. Naturalmente também os africanos sofriam**



**nas condições ambientais do Brasil, mas as taxas mais elevadas de mortalidade entre os negros eram sempre encontradas entre os recém-chegados (boçais) e as crianças. Assim, tão logo um escravo se ambientava e ultrapassava a idade infantil, tinha grandes chances de sobrevivência e, portanto, de ser um investimento seguro.**

Stuart B. Schwartz. *Segredos internos*. 1988. Cia das Letras. *Engenhos e escravos na sociedade colonial*.

Podemos afirmar então que aspectos biológicos, culturais, geográficos e até mesmo religiosos, além dos comerciais, determinaram que o índio fosse preterido em detrimento do negro africano. Esse último aspecto diz respeito ao fato da Igreja Católica considerar o negro africano um ser desprovido de alma. Opinião diferente daquela relativa ao indígena brasileiro visto como um “povo criança”

## 5.Os escravos negros

**Figura 16: Imagem de Rugendas**



Para montar a empresa açucareira, era necessária mão-de-obra em grande quantidade. Os índios foram os primeiros a serem escravizados, mas foram sendo lentamente substituídos pelo negro africano. Os motivos dessa substituição foram: a diminuição drástica do número de indígenas no litoral, a oposição da Igreja católica à escravização do índio e o fato do comércio negreiro trazer mais lucros para a coroa, além de outras questões já trabalhadas no item anterior. Então, preste atenção! Não cabe afirmar que os índios foram substituídos pelos negros pelo fato de serem indolentes, preguiçosos ou inferiores. As razões são mais complexas.

Os africanos que vinham para o Brasil eram basicamente de duas etnias: bantos (angolanos e moçambicanos) e os sudaneses (nigerianos, guiné e malês). O trabalho escravo foi então o sustentáculo da sociedade colonial brasileira. O tráfico negreiro tornou-se um lucrativo comércio. Eram vendidos nos mercados, dormiam nas senzalas e em troca de seu trabalho recebiam apenas roupas e comida para a sobrevivência. Os negros reagiam à escravidão evitando a reprodução (para que os filhos não nascessem escravos), cometendo suicídio, matando feitores, capitães-do-mato e senhores ou fugindo para quilombos. Também era muito comum a ocorrência do banzo, a depressão (que hoje conhecemos bem) que era uma das causas de mortandade dos negros nas senzalas Brasil afora.

Quando a opção pela empresa açucareira foi efetivada, coube aos índios o trabalho braçal. Podemos dizer que a atividade açucareira foi responsável pelo início da escravidão no Brasil. A escravidão indígena não durou muito tempo, mas foi o suficiente para que os colonizadores conseguissem o capital necessário para a aquisição de escravos negros. Apesar de algumas regiões brasileiras terem utilizado o trabalho escravo indígena por mais tempo, como no litoral paulista, foi o trabalho escravo negro o tipo de mão-de-obra predominante no Brasil colonial.

Alguns fatores explicam a transição do trabalho escravo indígena para o trabalho escravo africano. Em primeiro lugar a demanda por escravos negros criou outro nicho no empreendimento colonial: o tráfico de escravos. Apesar de ilegal, essa foi a atividade responsável pela acumulação das maiores fortunas pessoais durante a época colonial brasileiro.

Também é importante considerar o fato de que os indígenas não estavam dispostos a trabalhar de acordo com os padrões europeus. Para eles, o trabalho tinha outro espaço e significado em suas vidas. O trabalho agrícola era uma atividade realizada pelas mulheres na maior parte das sociedades indígenas.

Biologicamente, a presença europeia representou uma verdadeira catástrofe para as populações indígenas. Vindos de outras paragens, os europeus também trouxeram um arsenal de novas doenças para as quais os nativos não possuíam anticorpos. De acordo com Stuart B. Schwartz (1988):

O contato intenso com os europeus nas aldeias e nos engenhos tornava os índios crescentemente suscetíveis a doenças europeias. Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolava a costa brasileira. A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte. Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados dois corpos em cada cova. Não se tem ideia do número de mortos entre os nativos livres. Em 1561, os efeitos da mortalidade crescente faziam-se sentir no Recôncavo. O padre Leonardo do Vale relatou que era chamado diariamente para tratar de escravos doentes, às vezes em dois ou três lugares diferentes simultaneamente. A epidemia atingiu o auge em 1562. Milhares pereceram. As estimativas são de 30 mil mortos entre os índios sob jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas do sertão, onde a doença se alastrou à medida que os nativos fugiram das condições mortíferas do litoral.

Na África, desde 1444, os europeus passaram a capturar e depois comprar escravos em fortalezas no atlântico africano.

A compra foi a principal forma de obtenção de escravos na África. Os africanos só tomaram conhecimento da sua africanidade no século XIX. A escravidão mercantilista deixou marcas profundas nessas sociedades.

As viagens eram penosas e muitos decidiam dar a cabo a própria vida durante a travessia acreditando que esta era uma forma de se livrar daquela condição. Acreditavam que o espírito voltaria para terra natal.

No Brasil as cidades que mais receberam escravos negros foram o Rio de Janeiro e Salvador. Ao chegar eram expostos e vendidos em feiras. O preço de um escravo negro normalmente era três ou quatro vezes maior que o valor de um cativo indígena.

A maioria dos escravos que vieram para o Brasil foram trabalhar nas fazendas açucareiras. O trabalho não era fácil e a expectativa de vida era muito baixa.

Em Minas Gerais o escravo brasileiro teve sua pior condição de trabalho. Principalmente depois que o ouro de aluvião (superfície) foi acabando e o metal tinha que ser buscado em galerias cada vez mais profundas.

A resistência à escravidão também foi uma realidade no Brasil colonial. As principais táticas utilizadas foram o assassinato, suicídio, fugas e formação de quilombos. O quilombo de Palmares foi o mais famoso da história brasileira. Durante cerca de um século ofereceu dura resistência às autoridades metropolitanas. O mito de Zumbi, morto pelos bandeirantes em 1695, é evocado atualmente pelo Estado brasileiro.

Somente no século XIX o Brasil conseguiu efetivar o processo abolicionista.

**As razões da opção pelo escravo africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravidão do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles.**

*Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.*

## 6. Invasões Holandesas e a Decadência da Empresa Açucareira

### Comentário

Caro estudante,

Na aula anterior, pudemos observar elementos importantes para formação e construção do Brasil.

Vimos o que foi a expansão marítima e comercial europeia bem como as causas do pioneirismo português. Observamos que o início da colonização brasileira ocorreu somente trinta anos após a chegada de Cabral no Brasil e que a implantação do sistema das capitanias hereditárias foi um marco no processo colonizatório.

Percebemos também que a sociedade e a economia colonial eram bem mais complexas do que aqueles esquemas mecânicos nos fazem imaginar. Certamente a sociedade colonial era polarizada entre senhores e escravos, mas coexistiam entre eles uma diversidade enorme de status possíveis na sociedade colonial brasileira. Em relação aos aspectos econômicos, é lugar comum afirmar a existência das plantations. Elas existiram sim, mas ao seu lado existiram pequenas e médias propriedades produzindo para o mercado interno.

Apesar de já termos estudado o século XVIII (o primeiro tópico do edital inseriu a economia mineradora como subtópico), o assunto abordado na aula anterior restringiu-se basicamente ao século XVI.

Nessa aula, começaremos estudando a traumática passagem do século XVI para o XVII em Portugal e seus reflexos no Brasil. Em 1580 Portugal foi anexado pelos espanhóis dando início a chamada "União Ibérica" que durou até 1640. Os acontecimentos do continente europeu refletiram diretamente na colônia Brasil. As invasões holandesas no nordeste brasileiro não podem ser bem entendidas fora desse contexto. A nova situação no continente europeu motivou os batavos em suas investidas no Brasil.

Ao dominar Portugal, os espanhóis prejudicaram os negócios da Holanda no Brasil. Esta desenvolveu uma verdadeira guerra mundial atacando os pontos mais vulneráveis do imenso império luso-espanhol. Em diversas áreas do globo terrestre. Dentre essas áreas estava o Brasil.

Procure prestar atenção nos motivos que levaram os holandeses a não aceitarem a nova situação originada com a formação da União Ibérica e seus reflexos no Brasil. Qual foi o prejuízo da Holanda diante da formação da União Ibérica? É interessante notar que a própria formação da Holanda enquanto país acontece necessariamente diante de atritos com os espanhóis.

No Brasil podemos dividir a presença holandesa em três momentos distintos: invasão (1630-1637); auge (1637-1644) e guerras de reconquista (1644-1654). Durante o auge do período holandês no Brasil, o Nordeste foi governado por Maurício de Nassau. O governo Nassau é importante demais em qualquer curso de história do Brasil. É muito comum em qualquer avaliação em que a história nacional é abordada termos questões sobre o governo de Nassau.

É muito importante também que você identifique as implicações que a formação da União Ibérica trouxe para as fronteiras do Brasil. Se o Tratado de Tordesilhas dividia a América entre espanhóis e portugueses o que aconteceu depois da "união" de portugueses e espanhóis? Será que portugueses foram favorecidos no que se refere a expansão territorial no Brasil com o advento da União Ibérica? Ou ocorreu o contrário?

Motivados pela riqueza do açúcar e impulsionados pela Cia das Índias Ocidentais os holandeses estiveram no Brasil por mais de um quarto de século. Ocuparam o nordeste brasileiro do Ceará à foz do Rio São Francisco.

Sobre o assunto, leia o texto a seguir.

Bons estudos, conte sempre com o apoio do professor-tutor e, sobretudo, não deixe de realizar os exercícios da plataforma!



### Invasões Holandesas no Brasil

As invasões holandesas tiveram como principal motivo a proibição do comércio entre a Holanda e as colônias portuguesas. Este fato foi decorrência da União Ibérica (1580-1640), onde Portugal e suas possessões passaram a ser administrados pela Coroa Espanhola (dinastia Filipina – Filipe II) que tinha acabado de perder seu domínio sob as terras dos atuais holandeses.

A proibição do comércio entre os holandeses e as colônias portuguesas é entendida como uma represália espanhola ao processo de emancipação de sua antiga possessão. Vejamos como isso aconteceu.

Antes da independência, os holandeses viveram uma fase de intensa atividade econômica e o comércio florescia em cidades como Bruges, Haarlem, Utrecht, Leide, Ghent, Antuérpia e Amsterdã. Nestas cidades se desenvolvera uma próspera burguesia mercantil que no século XVI converteu-se à doutrina calvinista, mais adequada às práticas e costumes econômicos burgueses. No entanto, ainda eram governados pelos espanhóis. De acordo com Myriam Brecho e Patrícia Ramos Braick (2007)

Em 1568, a Holanda e outras províncias setentrionais dos Países Baixos, de população majoritariamente calvinista, revoltaram-se contra o domínio espanhol. Em 1579, as províncias do norte e alguns territórios do sul formaram a União de Utrecht. Dois anos depois, os signatários da União de Utrecht proclamaram a formação de um novo país, a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, sob a liderança do príncipe Guilherme de Orange.

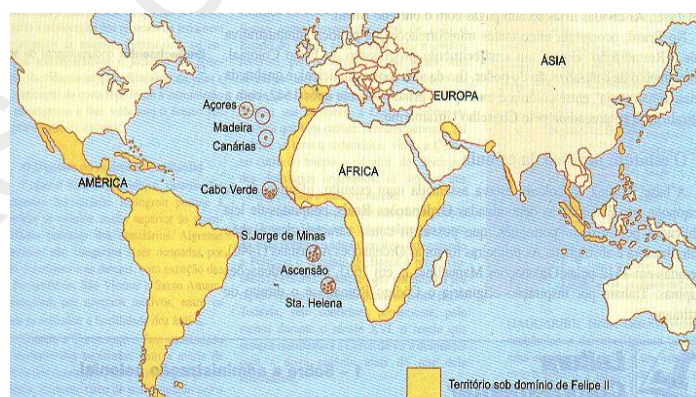
Nas décadas seguintes, os burgueses das Províncias Unidas enfrentaram os exércitos e frotas da Espanha, que só reconheceu a independência do país em 1648. Paralelamente, os holandeses reforçaram sua presença no comércio europeu - e construíram um império mundial.

Os laços comerciais entre portugueses e holandeses eram antigos. Os espanhóis não estavam dispostos a manter esta situação. No Brasil os holandeses eram parte fundamental nos negócios do açúcar. Participavam de várias etapas desde o financiamento inicial da produção, transporte, refino até a distribuição do produto na Europa.

Nessa época o comércio entre Lisboa e Amsterdã era intenso. Esta fornecia madeiras, trigos e pescados em troca de vinho, sal e especiarias vindas do oriente e ocidente, entre elas o açúcar. A independência frente os espanhóis aumentou ainda mais a importância regional dos comerciantes holandeses.

A formação da União Ibérica deu origem a um dos maiores impérios que a história conheceu. Pelo menos em extensão territorial...

**Figura 17: Território sob domínio de Felipe II.**



Fonte: <http://www.culturabrasil.org/holanda.htm>

Na verdade, os holandeses estavam dispostos a invadir as partes mais frágeis deste novo e imenso império. Não estavam dispostos a aceitar as dificuldades impostas pelos espanhóis frente aos negócios do açúcar. Pernambuco era a principal região produtora de açúcar no mundo e seu litoral estava relativamente desguarnecido. Apesar da primeira tentativa de invasão ter sido mais ao sul, na Bahia, foi a partir de Pernambuco que os holandeses dominaram considerável região do nordeste brasileiro.

Os instrumentos utilizados pelos holandeses para financiar e organizar estas invasões eram duas poderosas companhias comerciais, a Companhia das Índias Orientais, formada em 1602 e a Companhia das Índias Ocidentais, formada em 1621.

### A formação da União Ibérica

Portugal sempre se viu espremida pelos espanhóis na ponta do continente. O desejo espanhol em incorporar o território português é quase tão antigo quanto à formação dos dois países. No final do século XVI o desejo espanhol tornara-se realidade. Em 1578 o jovem rei português, D. Sebastião morreu em combate no norte africano na batalha de Alcácer-Quibir. Ironicamente onde havia começado anos antes, em 1415, a formação do Império Português. Essa batalha ainda apresentava um caráter cruzadístico e o sumiço do corpo do rei abalou fortemente o imaginário português dando origem a um movimento místico-secular conhecido como sebastianismo, doutrina que pregava a volta do rei Dom Sebastião para libertar o povo do domínio e da miséria. Esta crença atravessou o Atlântico e chegou até o Brasil, aonde alguns cangaceiros da república velha chegaram a se intitular enviados de Dom Sebastião para preparar a sua volta. A morte do rei português simbolicamente é a morte do império português. De acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire:

**Em 1578, o rei de Portugal D. Sebastião, morreu na batalha de Alcácer-Quibir, contra os árabes, no norte da África. Com a morte do rei, que não tinha descendentes, o trono de Portugal foi ocupado pelo seu tio-avô, o velho cardeal D. Henrique, que, no entanto, faleceu em 1580. Com a morte deste último, extinguiu-se a dinastia de Avis, que se encontrava no trono desde 1385, com a ascensão de D. João I, mestre de Avis.**

**Vários pretendentes se candidataram então ao trono vago: D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, prior de Crato e, também, Filipe II, rei da Espanha, que descendia, pelo lado materno, em linha direta, do rei D. Manuel, o Venturoso, que reinou nos tempos de Cabral. Depois de invadir Portugal e derrotar seus concorrentes, o poderoso monarca espanhol declarou: Portugal, lo herde, lo compre y lo conquiste”.**

História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996.

A União Ibérica durou de 1580 até 1640. Este período também é denominado como a “Era dos Filipes”. Foram três em sessenta anos de dominação espanhola. Filipe II, III e IV.

A união das coroas ibéricas trouxe efeitos importantes para o Brasil. A primeira consequência dessa situação na América foi a superação e suspensão temporária da linha de Tordesilhas. Não fazia mais sentido a divisão da América em duas partes através de uma linha imaginária posto que os dois lados agora eram governados pelo mesmo monarca – Filipe II. Esta situação estimulou o avanço português rumo ao interior na região central da colônia, no sul do Brasil e na região Amazônica. Nesse sentido merece destaque a ação dos bandeirantes através de um movimento conhecido como bandeiras ou entradas.

Por outro lado a formação da União Ibérica trouxe consequências negativas para os portugueses uma vez que Portugal herdou os inimigos dos espanhóis. É nesse contexto que ocorrem as invasões holandesas no Brasil. Estes ataques fazem parte de um contexto maior. Para o historiador Charles Boxer trata-se da verdadeira primeira guerra mundial da história.

Diversas partes do império ibérico foram invadidas. Na África os holandeses buscaram controlar o fornecimento de escravos invadindo em 1641 o domínio luso de São Jorge da Mina, em Angola. No Brasil a principal motivação foi o açúcar pernambucano – principal região produtora do mundo.

Os principais momentos da presença holandesa no Brasil são os seguintes:

- 1624-1625 – Invasão de Salvador, na Bahia;
- 1630-1654 – Invasão de Recife e Olinda, em Pernambuco;
- 1630-1637 – Fase de resistência ao invasor;
- 1637-1644 – Administração de Maurício de Nassau;
- 1641-1644 – Ocupação holandesa no Maranhão;
- 1644-1654 – Insurreição pernambucana.

### A campanha holandesa na Bahia (1624-1625)

A primeira investida holandesa no Brasil ocorreu em 1624, na Bahia. O alvo principal era a capital – Salvador. A campanha foi organizada e financiada pela Companhia das Índias Ocidentais, que recebera o monopólio por 24 anos de navegação, comércio, transportes e conquista de todas as terras da costa atlântica situadas na América e na África.

A força holandesa chegou à cidade de Salvador com 26 navios, centenas de canhões e mais de três mil homens. Mesmo conhecendo previamente os planos neerlandeses os portugueses nada puderam fazer, pois não dispunham de tropas suficientes para deter os invasores. O governador Mendonça Furtado foi preso e enviado para Holanda. Em seu lugar assumiu o holandês Van Dorth.

A resistência baiana não se fez tardar. De acordo com Boris Fausto (2001)

As invasões começaram com a ocupação de Salvador em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, a cargo de Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido e do bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se de tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se a seguir às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam (maio de 1625). Tinham permanecido na Bahia por um ano.

**Figura 18: Planta de restituição de Bahia**



Autor: Victor Couto (1631).

No entanto, a sorte sorria para os holandeses. Em 1628 o corsário Piet Heyn, em nome da Companhia das Índias Ocidentais, realizou nas Antilhas o maior roubo proveniente de um carregamento de prata americana para a Espanha. Os recursos obtidos com esse ato fantástico de pirataria foram utilizados para financiar uma nova invasão no Brasil.

### A campanha holandesa em Pernambuco (1630-1654)

Financiados pelo roubo de Piet Heyn os holandeses elegeram a maior região produtora de açúcar no mundo como o alvo da vez. Na verdade, as possessões portuguesas eram consideradas pelos holandeses como sendo calcanhar-de-aquiles do imenso império ibérico.

O ataque começou em Olinda, em 1630. Somente em 1654 os holandeses foram expulsos do Brasil. Esse período pode ser dividido em três fases bem distintas:

- invasão e resistência (1630 – 1637)
- governo nassoviano (1637 – 1644)

- expulsão holandesa (1644 – 1654)

Na primeira fase os holandeses dominaram Olinda e Recife sem maiores dificuldades. Esse período foi marcado pela resistência luso-brasileira terminando com a afirmação do poder holandês na região situada entre a foz do rio São Francisco até o atual estado do Ceará. A invasão teve momentos distintos e entre 1632 e 1635, com reforços advindos do continente europeu e a ajuda de moradores nativos, os holandeses conquistaram pontos estratégicos como a Ilha de Itamaracá, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e, por fim, o Arraial do Bom Jesus, consolidando e garantindo a ocupação de Pernambuco.

Dentre os colaboradores dos holandeses, destacou-se negativamente a figura de Domingos Fernandes Calabar. Mulato nascido em Alagoas, especialista no conhecimento das terras onde se desenvolvia a guerra brásilica - as guerrilhas contra os holandeses -, Calabar surge como vilão na historiografia de Brasil e Portugal. Inicialmente participou das forças que tentavam impedir a conquista do território pernambucano, mas acabou tornando-se um valioso aliado dos invasores holandeses. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire (1996) afirmam que:

Calabar, grande conhecedor da região, foi uma peça fundamental para os holandeses expandirem o seu domínio territorial no nordeste. Com a chegada de mais reforços, os holandeses conquistaram o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Em 1635, finalmente, caiu a resistência sediada no Arraial de Bom Jesus. Consolidou-se assim o domínio holandês. Entretanto, os resistentes chefiados por Matias de Albuquerque, em sua retirada, conseguiram capturar Calabar, que foi imediatamente executado.

Após inúmeros combates e pilhagens, a Companhia das Índias Ocidentais julgou que a conquista estava efetivada e nomeou um governo para a região ocupada pelos holandeses. O Conde João Maurício de Nassau foi nomeado comandante das fortalezas e regimentos, bem como governador da região conquistada.

Era necessário recuperar, reestruturar e reorganizar a região devastada por sete anos de guerras para que esta pudesse fazer aquilo que os holandeses mais desejavam: prover lucros. Posteriormente Nassau ocupou Alagoas e tomou o forte português que defendia a costa do Ceará, embora fracassasse num ataque a Salvador em 1638.

### **Governo Nassoviano (1637-1644)**

Nassau chegou a Recife no início de 1637 para assumir sua função de governador do Brasil holandês. O cenário inicial era desolador. Após sete anos em guerra a produção açucareira estava em total estado de desorganização. Muitos proprietários refugiaram-se no interior ou fugiram para Bahia. Engenhos e canais estavam destruídos. Aproveitando-se do conflito centenas de escravos buscaram abrigo em Palmares ajudando a consolidar a história do maior, mais duradouro e mais importante quilombo da história brasileira. Palmares estava situado na Serra da Barriga, atual Estado de Alagoas. Holandeses e portugueses tentaram, sem sucesso, destruir o quilombo que durou até fins do século XVII sendo vencido pelos bárbaros bandeirantes paulistas.

Dessa forma, as primeiras ações do governo de Nassau foram pensadas objetivando reestruturar a economia açucareira no nordeste brasileiro. Determinou que fossem concedidos empréstimos a juros baixos para reconstrução dos engenhos destruídos e compra dos engenhos abandonados. Nassau também permitiu que os colonos praticassem a religião que bem lhes conviesse. Também obrigou os proprietários de terras a cultivar mandioca na proporção do número de pessoas existentes dentro do engenho. Essa medida visava superar as sucessivas crises de abastecimento interno.

Nassau também procurou estabelecer uma boa política com os colonos portugueses através de uma Assembleia que procurava diminuir as divergências entre os agricultores portugueses (que antes da invasão tinham grande autoridade política) e os comerciantes holandeses. Nassau também instituiu relativa liberdade no comércio para os colonos das capitanias conquistadas que tivessem investido na produção açucareira a partir de seus engenhos. As medidas positivas eram várias. De acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire (1996):

Nos tempos de Nassau, Recife foi remodelada. Ele trouxe consigo vários artistas, homens de ciência, escritores e até teólogos. Dentre eles, podemos citar os pintores Frans Post e Albert Eckhout, que registraram a fauna e flora locais; o astrônomo Marcgrave; o médico Willem Piso, que estudou as doenças tropicais. Apesar de não ter vindo ao Brasil, merece menção Piet Post, que projetou a Cidade Maurícia, "cuja localização corresponde ao coração da moderna cidade de Recife", conforme observa o historiador Charles Boxer.

A popularidade de Nassau junto aos colonos brasileiros manifestava-se de forma inversa frente aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais. Os elevados custos militares e administrativos do governo nassoviano faziam que o lucro da exploração no nordeste ficasse aquém do esperado.



Alguns fatores começaram a mudar o curso da administração nassoviana. A relação entre os luso-brasileiros (zona rural) e holandeses (zona urbana) deteriorava-se rapidamente. Tratava-se do mesmo conflito polarizado também na administração portuguesa: senhores de engenho e burguesia mercantil. Os produtores não conseguiam pagar suas dívidas e esse fato gradativamente tensionava o ambiente. No entanto, Nassau com sua habilidade conciliadora escamoteava o clima de insatisfação.

Em 1640 novos fatos ocorridos no continente europeu novamente iriam interferir na vida colonial brasileira. Terminara naquele ano a União Ibérica com a restauração portuguesa promovida por D. João IV. Iniciava-se a dinastia de Bragança (1640-1777). Portugal saiu praticamente arruinado do domínio espanhol e tratou de estabelecer com a Holanda uma trégua de dez anos na qual os dois países comprometiam-se a não ameaçar os respectivos domínios coloniais. O tratado não foi cumprido por ambas as partes. Porém essa medida fez que a Holanda diminuísse seus efetivos militares no Brasil, embora tivessem conseguido invadir o Maranhão e se fixar entre 1641 e 1644 em sua capital São Luiz, onde deixou um importante legado urbanístico.

Internamente a pressão exercida pela Companhia das Índias Ocidentais para exigir a liquidação das dívidas dos senhores de engenho inadimplentes era enorme. De forma metafórica Nassau afirmava que "não era possível explorar mais leite do que a vaca pode dar". Em 1644 Nassau foi demitido e o governo local passou a ser exercido por um Conselho Supremo formado por três membros. A nova administração mostrou-se extremamente severa e não seguiu os conselhos de Nassau que recomendara tolerância no trato com os luso-brasileiros. Dívidas deveriam ser pagas imediatamente, engenhos foram confiscados e a liberdade religiosa já não era a mesma dos tempos de Nassau. A tensão pairava no ar e logo tomara corpo em forma de rebeliões que se generalizaram rapidamente. Era o início da Insurreição Pernambucana.

### **Insurreição Pernambucana (1644-1654)**

Com a saída de Nassau ocorreu o aumento das medidas repressivas sobre os colonos, sobretudo no campo dos impostos. Os prazos para o pagamento de impostos foram reduzidos, o que concorreu para a revolta dos senhores de engenho contra a ocupação holandesa.

**Figura 19: Óleo sobre tela Batalha dos Guararapes**



Autor: Victor Meirelles.

Dessa forma observamos que fatores internos e externos desencadearam a Insurreição Pernambucana também conhecida como Guerra da Luz Divina.

Integrando as forças lideradas pelos senhores de engenho estavam André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, pelo afro-descendente Henrique Dias e pelo indígena Felipe Camarão. Esses homens foram os responsáveis pela guerra volante, "a guerra do Brasil", em oposição à "guerra da Europa". No entanto de acordo com Boris Fausto:

**Sublinhar o papel das forças locais não significa que elas constituíssem um exército democrático, um modelo de "união das três raças". Por sua importância Calabar ficou conhecido como "grande traidor" na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Na realidade, os holandeses contaram sempre com a ajuda de gente da terra, entre vários senhores de engenho e lavradores de cana ou entre grupos mal ou não integrados à ordem colonial portuguesa, como cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros. Porém a mobilização**

**se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648 o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava local.**

História Concisa do Brasil. Boris Fausto. EdUSP. São Paulo. 2001.

### **Decadência da Empresa Açucareira.**

No aspecto econômico é interessante notar que o capital holandês passou a dominar todas as etapas dos negócios do açúcar. Com o domínio de importantes mercados fornecedores de negros africanos os holandeses ampliaram ainda mais sua concentração de capital. Com fim de seu domínio no nordeste brasileiro eles irãopassar a investir na região das Antilhas que passou a representar uma forte concorrência para as exportações do açúcar brasileiro.

Nas ilhas do Caribe os holandeses possuíam vantagens como isenção de impostos sobre a mão-de-obra (antes tributada pela coroa portuguesa), um menor custo de transporte devido à menor distância entre o centro produtor e a Europa. Outro aspecto importante que ajudou a diminuir o mercado externo de nossa produção açucareira foi a transmissão, por parte dos holandeses, das técnicas de produção da matéria prima para o açúcar para os espanhóis, franceses e ingleses da região. A ideia era comprar nas Antilhas, como já vimos, mais perto e, portanto, mais barato.

No entanto o mercado interno absorveu a produção colonial e ainda fez aumentar a demanda pelo produto. É por isso que mesmo diante da forte concorrência internacional o número de engenhos de açúcar no Brasil não declinou, o que irá declinar é o grau de lucratividade do negócio, o que levará a metrópole portuguesa a insistir com os bandeirantes na busca pelo ouro.

Ainda de acordo com Boris Fausto (2001) é importante observar que:

A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848). Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de revolta aberta. Até a Independência, o alvo principal era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos. Mas manteve-se como referência básica no imaginário social pernambucano.

Também é importante observar que os efeitos da União Ibérica para o Brasil foram contraditórios. A presença holandesa e a quase perda do Nordeste para estes é uma consequência direta da União Ibérica. Se por um lado os portugueses quase perderam o Nordeste por outro lado tiveram a chance de ampliar suas possessões através da superação da linha imaginária de Tordesilhas, ou seja, outra consequência direta da formação da União Ibérica.

## **VII. EXPANSÃO TERRITORIAL, TRATADOS LIMITES E OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

### **Comentário**

**Caro estudante,**

**Em qual região brasileira você mora? Ela fica a leste ou a oeste da antiga linha de Tordesilhas?**

**Será que hoje você falaria espanhol se os portugueses tivessem limitado sua ação colonizatória aos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas?**

**Você já parou para pensar sobre como o Brasil conseguiu obter um território tão grande?**

**Somos um dos maiores países do mundo em extensão terrestre!**

**Mas nem sempre foi assim... Sabemos que durante os dois primeiros séculos a colonização das terras brasileiras foi essencialmente litorânea. No século XVI o Brasil resumia-se basicamente ao litoral da atual região nordeste. Arrastávamos na costa feito caranguejos.**

**Durante o século XVII a situação mudou de forma considerável diante da ação dos bandeirantes. A formação da União Ibérica permitiu que a colônia ampliasse suas fronteiras. A superação de Tordesilhas foi inevitável. Os portugueses avançaram às terras que pertenciam à Coroa espanhola.**

**Entretanto foi somente durante o século XVIII que a expansão territorial efetivamente ganhou força e deu ao país um formato muito parecido com o atual formato do território brasileiro - o país-baleia! A economia mineradora mudara definitivamente os contornos e as áreas colonizadas no Brasil. A descoberta de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foi fator decisivo no processo da expansão territorial da colônia portuguesa. Graças a esse metal os limites da incerta linha de Tordesilhas foram empurrados um pouco mais para o interior.**

**O movimento ocorreu em várias frentes, de sul à norte, e posteriormente foi legitimada por uma série de tratados e acordos. Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!!!**

## 1. Pecuária

### Expansão rumo ao Sul

A formação da União Ibérica alterou a dinâmica das relações comerciais no mundo platino. Muitos colonos brasileiros passaram a trocar escravos e açúcar por produtos como o couro, sebo e a prata vinda da Bolívia.

Diante da intensa atividade comercial no sul do continente Filipe IV decidiu criar a Alfândega de Córdoba objetivando controlar esse comércio. Esse fato acabou por estimular o contrabando de produtos via rio Uruguai.

Com a restauração bragantina em 1640 e o conseqüente fim da União Ibérica os habitantes da capital argentina e de Córdoba passaram a enfrentar os colonos luso-brasileiros que atuavam na região. O mundo platino sempre foi objeto de interesse para a colônia portuguesa e uma região de intensas disputas entre os colonizadores ibéricos. Prova disso é que no final do século XVII o soberano português nomeou D. Manuel Lobo para governar o Rio de Janeiro e de lá estender os domínios da colônia até a margem esquerda do rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires.

Nesse sentido foi fundada em janeiro de 1680 a colônia do Santíssimo Sacramento, na região platina. Os portugueses davam início nesse momento ao processo de povoamento da região sul – ainda uma região periférica. Junto com Manuel Lobo seguiram casais de negros livres e brancos que deveriam formar fazendas para criação de gado.

A colônia de Sacramento era estratégica para os portugueses. Ali estavam em jogo interesses econômicos, diplomáticos, territoriais e militares. Os lusos pretendiam consolidar uma base populacional fixa na conflituosa região e implantar a cultura açucareira e a escravidão. Era uma forma de frear o expansionismo espanhol na região. Não interessava aos portugueses que os espanhóis dominassem os rios da bacia do Prata.

A colônia de Sacramento de fato representava um problema para os espanhóis. Os portugueses deram sinais claros de que pretendiam fixar-se definitivamente na região. Sacramento foi fundada nos moldes das colônias portuguesas. Possuía governador, Igreja Católica, câmara de vereadores e juiz de paz.

Como reação os castelhanos decidiram organizar uma expedição a partir de Buenos Aires composta por mais de 12 mil homens. Sacramento foi sitiada e os seus habitantes praticamente todos mortos em conflito. Apesar disso em 1681, Portugal e Espanha assinaram o Tratado Provisional que devolvia a região da colônia de Sacramento para Portugal.

A conseqüência mais notável da expansão portuguesa rumo ao sul foi a fundação da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1684 e a colonização da região do Rio Grande do Sul pelos tropeiros lusolagunenses a partir de 1725. A marcha da colonização seguiu seu curso e atravessou regiões como os campos de Curitiba e Paraná – incorporadas aos domínios de Portugal.

Alguns ajustes territoriais ainda deveriam ser feitos, mas de forma geral o sul fora incorporado ao Brasil. No século XVIII uma série de tratados definiu melhor os limites da região.

## Expansão rumo ao Norte

A colonização da região norte foi motivada principalmente pela necessidade de defender o imenso território colonial brasileiro. Ainda no século XVII exploradores lusos aventuraram-se na selva amazônica em busca de riquezas. Produtos como cacau, salsaparrilhas, pau-cravo e outros foram coletados e denominados drogas do sertão. Muitos índios que viviam nas proximidades de rios importantes, como o Rio Negro, foram escravizados.

Aliados do Tratado de Tordesilhas, os franceses representaram a maior ameaça a colonização das terras portuguesas. Em 1612 o Maranhão foi invadido pelos franceses que com o apoio do rei pretendiam fundar uma colônia – a França Equinocial. Nesse mesmo ano foi fundada a cidade de São Luís – o nome é uma homenagem ao rei absoluto francês Luiz XIII. (No entanto é possível que no sítio onde atualmente localiza-se São Luís os portugueses tenham fundado uma pequena cidade anteriormente à chegada dos franceses).

Somente três anos após a fundação de São Luís ocorreu a reação portuguesa. Liderados por Jerônimo de Albuquerque os luso-brasileiros conseguiram expulsar os franceses e integrar definitivamente a região à colônia brasileira. Para garantir o acesso às regiões interiores foi fundada em 1616, na foz do rio Amazonas, o forte do Presépio, origem da cidade de Belém (primeira capital da região norte). Posteriormente, em 1669 os lusos edificaram o forte São José da Barra do rio Negro – origem da cidade de Manaus.

Em 1621 a coroa portuguesa decidiu desmembrar administrativamente a colônia – foi fundado o Estado do Maranhão incorporando os atuais estados de Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Esse novo estado estava diretamente subordinado à Lisboa e não ao governo da Bahia. O principal objetivo desta medida era proteger a região da ocupação estrangeira, principalmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1637 Pedro Teixeira percorreu o rio Amazonas da foz à nascente, integrando-o ao domínio lusitano nas Américas do Sul.

A colonização da região amazônica foi efetivada pelos missionários jesuítas. Estes pretendiam fixar os indígenas à terra através dos ensinamentos cristãos. A ideia era fazer do índio um trabalhador adaptado às exigências mercantis-coloniais.

## 2. Drogas do Sertão e os Jesuítas

### Comentário

**Caro estudantes, avancemos um pouco mais! Nesse tópico estudaremos a ação jesuítica no Brasil. Eles foram fundamentais no processo colonizador em terras brasileiras. Nem sempre o processo de conversão indígena mostrou-se uma tarefa simples. Acusados de criarem um "estado dentro do estado" foram expulsos do Brasil no ano de 1759 por Marquês de Pombal. Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

### Bons estudos!

### Drogas do Sertão

Expressão que designa espécies e produtos vegetais nativos da Amazônia, extraídos pelos europeus, principalmente portugueses, ao constatar que essas espécies poderiam substituir as que haviam encontrado no Oriente. As principais atividades econômicas na região eram a coleta de cacau, de gengibre, da canela, da pimenta, do cravo e da noz-moscada orientais, castanha do Pará e, em menor escala, de óleo-de-copaíba, de salsaparrilha, de algodão silvestre, de anil e de baunilha, produtos abundantes na floresta equatorial amazônica.

A importância histórica desses produtos refere-se ao fato de representarem a base econômica para a posse da Amazônia, além de constituírem, também, incentivo para o desbravamento do interior do país em geral, sendo, portanto e para além de uma tentativa do Estado para recuperar uma posição de controle do mercado europeu de especiarias, a intensificação da busca de drogas do sertão pode também ser considerada como um dos vetores que influenciou no movimento de colonização ocorrido no Norte do Brasil como reação à presença de europeus em território luso-brasileiro.



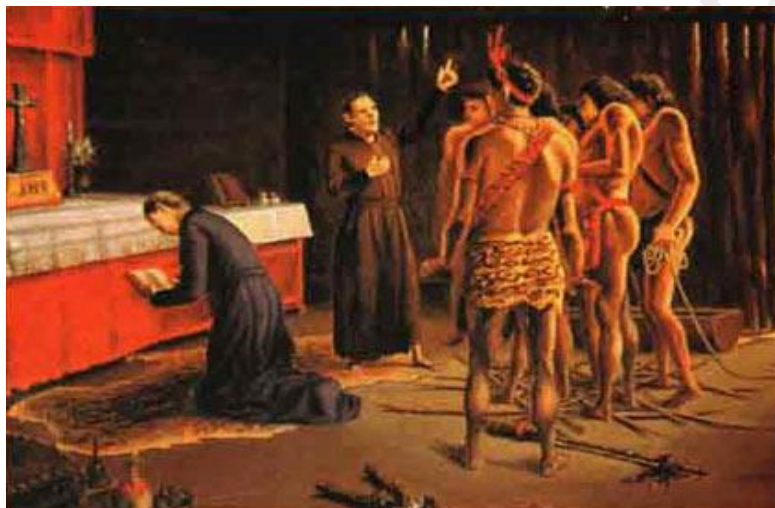
Para que se tenha uma ideia, na Amazônia os franceses fizeram várias expedições e foram a primeira grande ameaça para a posse portuguesa dessa região. São eles os primeiros a levantar a questão da internacionalização da Amazônia ainda no século XVII, pois afirmavam que uma região tão rica não poderia estar sob o domínio de um único Estado.

Estes produtos amazônicos eram extraídos com a exploração da mão-de-obra indígena e permitiram como já foi dito a fixação de núcleos de povoamento e catequese dos índios da região.

### A Ação Jesuítica

O apoio da Igreja Católica e a ação jesuítica em território brasileiro foram determinantes para que o projeto colonizador fosse concretizado. De fato a colonização das terras brasileiras teria sido mais complicada sem o auxílio efetivo da Igreja Católica. Participar da colonização na América foi uma das respostas da Igreja Católica frente ao avanço protestante na Europa.

**Figura 20: Nobrega e Anchieta**



(Nobrega e Anchieta por Benedicto Calixto. Século XIX)

A catequização de povos indígenas foi uma forte justificativa para colonização. Durante muito tempo, a religião católica foi religião oficial no Brasil. Até 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, Estado e Igreja ainda estavam ligados. A laicização do Estado Brasileiro é relativamente recente. Este fato demonstra a importância da Igreja Católica na história brasileira.

A companhia de Jesus foi fundada no ano 1534 por Inácio de Loyola, líder de um grupo de universitários. Os membros da Companhia de Jesus (jesuítas) tiveram papel fundamental a partir do Concílio de Trento (século XVI - Contrarreforma) no sentido de combater as ideias protestantes e difundir a fé católica. Com esta missão, os jesuítas se incorporaram ao projeto colonizador, garantindo a unidade religiosa e cultural na colônia através da evangelização e da educação.

Os jesuítas foram a principal ordem religiosa atuante no Brasil. Foram decisivos. Cultos e inteligentes couberam-lhes o papel de evangelizar os índios, vistos por eles como um "povo criança" ou uma "página em branco" pronta para ser preenchida pelos valores cristãos. Podemos imaginar que o contato gerou um choque cultural tremendo. Os jesuítas eram jovens e entusiasmados com a nova ordem religiosa recém-fundada. Quase não podiam acreditar no que seus próprios olhos viam: colonos piores que os próprios índios, escândalos, filhos ilegítimos e todo tipo de comportamento ao sul do Equador.

**Figura 21: Redução Jesuítica**Zacarias Wagner, *Aldeia Missionária*, século XVII

Possuíam métodos próprios e, muitas vezes, objetivos distintos daqueles da coroa portuguesa. Em alguns momentos, chocaram-se com o estado e colonos. No Brasil foi comum a criação de aldeamentos ou reduções jesuíticas onde os nativos eram aculturados.

Diante da vastidão das novas terras descobertas mundo afora, os jesuítas tiveram que atuar em vários continentes. Congo, Índia, Brasil e Japão são exemplos de locais onde os jesuítas deixaram suas marcas. Frente às dificuldades inerentes à missão catequizadora a comunicação era algo de grande utilidade extremamente necessária. Interessava aos jesuítas saberem o que seus irmãos realizavam em outros lugares. A utilização de cartas foi a solução encontrada. Em pleno século XVI conseguiram desenvolver um eficiente sistema de comunicações centralizado em Roma nas mãos de Inácio Loyola. Ao chegarem em Roma as cartas eram reescritas e enviadas para outros lugares onde eram lidas de forma entusiasmada para o maior número possível de pessoas. Entre 1524 e 1556, Santo Inácio redigiu nada menos do que 6.815 cartas. A linguagem utilizada nessas cartas era bastante direta, familiar e coloquial. Bem diferente das epístolas medievais.

Acusados de criar um estado dentro do estado e por dominarem uma grande quantidade de recursos financeiros, foram expulsos do Brasil no ano de 1759 por Marquês de Pombal.

De acordo com esse os jesuítas eram "**(...) com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios (...) rebeldes, traidores, adversários e agressores, contra a paz pública dos meus reinos e domínios**". Classifica-os também como "desnaturalizados, proscritos e exterminados".

De fato Pombal não gostava dos Jesuítas e chegou a acusá-los de responsáveis por todos os males portugueses.

### 3. Entradas e Bandeiras

#### Comentário

Prezado estudante,

Avançemos um pouco mais!

**Entre os anos 1580 e 1640, Portugal foi dominado pela Espanha. A crise sucessória iniciada com a morte do jovem rei Dom Sebastião em 1578 fez que monarca espanhol, Filipe II, assumisse a coroa portuguesa ao mesmo tempo em que era rei espanhol. Esse período também é conhecido como Era Filipina e trouxe consequências para a colônia portuguesa na América do sul.**

**Nesse contexto surgiu no Brasil, principalmente a partir de São Paulo, um movimento conhecido como Bandeiras e Entradas.**

**Você conhece algo sobre o assunto? Provavelmente hoje o Brasil teria uma dimensão geográfica muito inferior à atual se não fossem as andanças desses bravos aventureiros!**

**Foram eles os responsáveis pela expansão das fronteiras brasileiras. Ultrapassando os limites de Tordesilhas (lembre-se que este tratado "perdeu o sentido" com a formação da União Ibérica!) e contando com a presença dos indígenas em suas tropas, os bandeirantes realizaram feitos grandiosos e importantíssimos para o futuro do país.**

**Apesar de sua importância, a verdade é que o movimento das bandeiras e entradas não foi, ainda, definitivamente estudado pelos historiadores brasileiros. A própria nomenclatura do que seriam as entradas e do que seriam as bandeiras ainda é um pouco confusa.**

**Ao ler o texto repare, estimado leitor, que as bandeiras tiveram um caráter povoador em muitas regiões do Brasil, como Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Por outro lado o mesmo movimento teve um caráter despovoador em outras regiões, como no sul brasileiro, onde as bandeiras objetivavam principalmente a captura de índios.**

**Em outros momentos, o principal objetivo das bandeiras foi descobrir metais preciosos ou destruir quilombos.**

**Sobre o assunto, leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**

**"(...) os portugueses, até então, só haviam arranhado o litoral como caranguejos".**

**Frei Vicente do Salvador Arrais**

Entradas e Bandeiras foram movimentos de penetração no interior do território brasileiro. Típicos do século XVII e influenciados diretamente pela formação da União Ibérica estes movimentos possuíam objetivos diversos como:

- Promoção da expansão e exploração do novo território
- Busca de metais e pedras preciosas
- Aprisionamento de indígenas
- Destruição de quilombos
- Coleta de drogas do sertão

Classificar essas expedições não é tão simples. De acordo com Synesio Sampaio Goes Filho (2000).

A realidade é complexa, pois o movimento de penetração territorial apresenta aspectos diferentes em lugares e tempos diversos. Uma coisa são os grandes agrupamentos que adentravam os sertões, divididos em unidades militares, bem armados, às vezes até acompanhados pelos agentes básicos das comunidades urbanas, como juizes, padres, tabeliães e policiais. Verdadeiras "cidades em marcha", na expressão de Cassiano Ricardo, tal como a célebre bandeira de Manoel Preto e Raposo Tavares, de novecentos brancos e mamelucos e dois mil e duzentos índios, que, em 1629, destruiu as reduções jesuíticas do Guairá.

Outra coisa são as expedições fluviais, de que é exemplo o grupo de "118 pessoas, 30 armas de fogo e 88 índios de frechar", que, chefiado por Francisco de Mello Palheta, a mando do Governo de Belém, subiu em cinco grandes embarcações o Amazonas e o Madeira em 1722, encontrando as frentes espanholas da Missão de Moxos e descobrindo o rio Guaporé. Diferente ainda são os corpos armados de sertanistas, como o de Domingos Jorge Velho, contratado em 1694 pelo Governo-Geral para guerrear os negros do Quilombo de Palmares, em Alagoas. E, finalmente, de espécie diversa são os grupos pequenos - quase nunca passavam de 50 homens - que saíam à procura de pedras e metais preciosos, carregando muito mais bateias e almoçares (enxadas para mineração) do que flechas e arcabuzes, tal como o de Antônio Dias de Oliveira, que descobriu ouro, em 1698, no local onde nasceria Ouro Preto.

Percebemos que existiram diversos tipos de movimentos com diferentes características e objetivos. Classificá-los é uma tarefa complexa, mas de forma geral podemos considerar que as chamadas **entradas** tinham como principal objetivo expandir o território. Eram **financiadas pelos cofres públicos** e com o apoio do governo colonial em nome da Coroa Portuguesa, ou seja, eram expedições organizadas pelo governo de Portugal.

As **bandeiras eram iniciativas de particulares**, associados ou não, que com recursos próprios buscavam obtenção de lucros. Ou seja, eram expedições organizadas por particulares. As bandeiras geralmente partiam da capitania de São Vicente como Sorocaba, Taubaté e da Vila de São Paulo.

**As relações entre os interesses da Coroa e o bandeirismo foram complexas. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa, e outras não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole.**

História Concisa do Brasil. Boris Fausto. EdUSP. São Paulo. 2001. Página 51

Não há imagens de bandeirantes feitas à época. Todas as imagens dos bandeirantes divulgadas atualmente são representações posteriores e o típico bandeirante paulista com suas longas roupas e botas na verdade foi inspirado na figura dos bandeirantes canadenses.

**Figura 22: Estátua de Antônio Raposo Tavares, um dos mais famosos bandeirantes**



Museu Paulista em São Paulo

**Figura 23: Domingos Jorge Velho por Benedicto**



Calixto. 1903.

De acordo com relatos escritos **"trajavam calças de algodão, protegidas de altas perneiras, um cinturão sobre o qual caía a camisa, e um gibão [espécie de casaco] de couro ou uma vestimenta estofada de algodão, que protegia o peito e o ventre.**

**Andavam quase sempre descalços. Um chapelão de palha de abas largas, uma bolsa de couro a tiracolo, uma cuia para o rancho e um primitivo cantil de chifre completavam a farda e os aprestos desses mateiros..."**

**Em relação às armas, usavam "o trabuco, o arcabuz, o mosquete". Alguns levavam machados, e todos usavam o facão, ao passo que "os índios da tropa [a grande maioria, marchando nus ou quase] iam armados de arco e flecha".**

Também podemos citar, nessa época, outro movimento importante na formação territorial brasileira: as bandeiras de monções. As monções foram expedições fluviais que se dirigiram para o sertão posteriormente denominado das Minas Gerais; outras, descendo o curso do rio Tietê, atingiram as bacias dos rios Paraná e Paraguai, o Pantanal Mato-grossense e, de lá, a bacia



amazônica e o Oceano Atlântico. As monções foram importantes no desbravamento e incorporação da região centro-oeste brasileira, povoada inicialmente a partir das descobertas de ouro e diamantes no Mato Grosso e em Goiás. Para os participantes das monções, os rios brasileiros poderiam servir como verdadeiras estradas. Isto não quer dizer que muitos rios não fossem margeados ou servissem de pontos de referência nas jornadas desgastantes pelo sertão brasileiro. Somente no século XVIII é que as monções efetivamente ganharam importância.

Apesar da existência das monções, podemos afirmar que as bandeiras foram um movimento essencialmente terrestre.

O historiador Alfredo Ellis Junior afirma que as rotas bandeirantes eram basicamente as mesmas utilizadas pelos indígenas. A mais conhecida dessas trilhas é anterior à chegada de Cabral e tem cerca de 1400 quilômetros de extensão por 1,5 metro de largura. Se chamava "piaburu" e ligava o Pacífico Andino até o litoral atlântico. Essa trilha passava por regiões como os atuais estados de São Paulo e Paraná.

**Figura 24: O Caminho de Peabiru.**



Para o historiador Capistrano de Abreu, as bandeiras não podem ser bem entendidas sem levarmos em conta o hábito tupi de levar estandartes em suas investidas bélicas contras os inimigos. Sabemos que a maioria das bandeiras contava com tropas indígenas em suas fileiras. Aliás, sem os indígenas seria muito difícil para os portugueses adentrarem o território brasileiro. Ao contrário do trabalho agrícola, a guerra e a formação de expedições era uma atividade masculina e natural para os índios brasileiros e por isso o número de indígenas sempre superou o de brancos nessas expedições.

É interessante notar também que apesar dos indígenas serem fundamentais nesse movimento, o velho espírito aventureiro português, característico da expansão marítima, também se faz presente nesse movimento. De certa forma, as bandeiras são uma continuação terrestre da expansão marítima – momento privilegiado na descoberta de novas terras e regiões a serem exploradas.

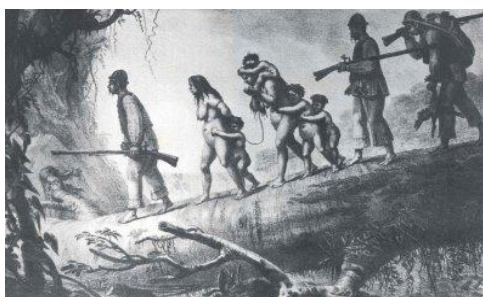
As bandeiras partiram de diversas regiões brasileiras, mas foi a partir de São Paulo que ganharam destaque. Isso ocorreu devido a alguns fatores que somados geraram as causas da importância dos paulistas no movimento bandeirante. Como São Vicente era marginalizado do processo de produção açucareira e por isso mais distante de contatos com a metrópole, seus habitantes se sentiram brigados a fazer incursões no interior, subindo a serra do mar e adentrando no planalto do Piratininga, em um primeiro momento na busca de ouro, prata e pedras preciosas.

A busca por metais preciosos motivou os paulistas a começarem suas andanças pelo sertão brasileiro. No entanto as principais empreitadas bandeirantes partiram de São Paulo e rumaram em direção ao sul da colônia para a apreensão de indígenas – bandeirismo de preação ou apresamento.

A presença holandesa na África entre 1625 e 1650 dificultou temporariamente o tráfico de escravos para o Brasil. Dessa forma o aprisionamento de indígenas atendia a demanda por escravos ainda que estes não se adaptassem perfeitamente ao trabalho agrícola como queriam os senhores de terras. O historiador John Manuel Monteiro afirma que o chamado bandeirismo de apresamento deveu-se sobretudo às necessidades da agricultura na região em torno de São Paulo – importante região produtora de trigo. Ou seja, nem todos os escravos indígenas eram destinados às plantações de cana-de-açúcar no litoral.

A presença dos bandeirantes na região sul do continente gerou conflitos com jesuítas espanhóis que montavam suas reduções (missões) em áreas de fronteira com a colônia portuguesa. Um dos bandeirantes que obteve mais êxito neste período foi Antônio Raposo Tavares, que após travar diversos conflitos com jesuítas ao sul, fez uma longa viagem ligando a região platina à região amazônica.

**Figura 25: Selvagens Civilizados Soldados Índios da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Indígenas**



Jean-Baptiste Debret – Da obra "Voyage Pittoresque et Historique au Brésil".

Na região sul do continente, os índios guaranis eram maioria. Muitos já estavam disciplinados pelos jesuítas nos aldeamentos ou reduções jesuíticas. O fato dos guaranis acreditarem em um deus principal foi decisivo para que os jesuítas tivessem êxito no processo de aculturação indígena.

Repare que em regiões como Goiás e Mato Grosso o foco da ação bandeirante era principalmente a descoberta de metais. Nessas regiões os indígenas eram mais arredios e dificilmente capturados. Ao contrário do que ocorrera no sul, o bandeirismo teve um caráter povoador nessas regiões.

Na região sul, a situação era diferente, pois num único ataque, os bandeirantes conseguiam mão-de-obra abundante e disciplinada. Jesuítas espanhóis afirmam que somente nas missões paraguaias foram capturados mais de 300 mil indígenas.

A situação era tão complicada para os jesuítas que em 1640 o Papa os autorizou a usarem armas. A partir daí os bandeirantes conheceram algumas derrotas. No entanto, as armas e os deslocamentos das reduções não freavam os bandeirantes paulistas. Até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias Guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá.

Após a retomada dos portugueses de suas possessões africanas e o conseqüente restabelecimento do tráfico de escravos, o chamado bandeirismo de preação entrou em declínio e os bandeirantes tiveram que se reinventar. Ainda de acordo com Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire:

**Na época da conquista holandesa, ocorreram fugas em massa de escravos, que formaram o mais famoso quilombo, o de Palmares, em Alagoas. Da mesma forma, os indígenas oprimidos organizaram no Rio Grande do Norte a Confederação dos Cariris. Para destruir esses focos de rebelião, os grandes proprietários do nordeste recorreram a esses rústicos bandeirantes que agora passaram a ser utilizados como força repressora. Teve início aí o sertanismo de contrato, a última fase e forma do bandeirismo. Para destruir a resistência do Quilombo dos Palmares e a da Confederação dos Cariris foram contratados os serviços de Domingos Jorge Velho. História do Brasil. Luiz Koshiba e Denise Manzi Freire. História do Brasil. Editora Atual. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual. 1996.**

**A independência dos paulistas precisa ser qualificada. Sem dúvida, não tiveram um comportamento subserviente com relação à Coroa, cujas determinações muitas vezes desafiaram. Foram inclusive chamados por um governador geral de gente que "não conhecia nem Deus, nem Lei, nem Justiça". Não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direito incentivo da administração portuguesa e outras, não. De modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetos da Metrópole. Os**



**bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas, no Norte e Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo do Palmares em Alagoas (1690-1695).**

Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo 2013. 14ª edição.

Aos bandeirantes devemos parte e responsabilidade importante na formação das fronteiras terrestres do Brasil. Toda fronteira brasileira está situada na banda espanhola delimitada inicialmente pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foram eles os responsáveis por nossa "Marcha para o Oeste". Atualmente o território brasileiro alcança os contrafortes andinos e o ponto mais ocidental localiza-se a apenas 500 quilômetros do Pacífico.

#### 4. Outras atividades econômicas

Outras atividades econômicas de destaque eram: o tabaco, o algodão e agricultura para o abastecimento interno (subsistência).

O fumo (nicotiana tabacum) era uma planta conhecida pelos nativos do continente e provavelmente tenha se espalhado pelo continente americano, tanto para o norte quanto para o sul da península do Yucatán, no atual México. Esse hábito de fumar as folhas do tabaco já era comum entre os índios americanos quando da chegada dos espanhóis e portugueses no continente. Seu uso mais comum era nos rituais mitológicos, sendo usado também como inibidor de apetite.

Com esse contato estabelecido com o tabaco, os europeus passaram a apreciar o fumo e o levaram para seu continente, onde rapidamente passou a ser uma prática comum, embora condenado, seu uso em algumas regiões foi considerado nocivo, causador de uma embriaguez imoral, tendo seu uso proibido dentro das igrejas católicas.

Na segunda metade do século XVI era plantado para a subsistência dos colonos, dos mestiços e dos negros que tinham esse hábito de "beber a fumaça" (na época não existia o termo fumar). Somente a partir de meados do século XVII é que o fumo passa a ser um produto de exportação, se espalhando pelo recôncavo baiano, Alagoas Pernambuco, Maranhão e após o período da mineração em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, porém com menor importância do que em outras áreas e como finalidade maior o abastecimento das cidades que cresceram na região.

A grande produção exportadora localizava-se principalmente na Bahia e em Alagoas e era prioritariamente exportado para a África, sendo utilizado no escambo do comércio negreiro. Integrava também o chamado comércio Triangular entre Brasil, Portugal e África. Enquanto os europeus trocavam os negros por tecidos, armas, pólvora, adornos e ferramentas de metal entre outras quinilharias, os portugueses usavam o fumo, produto da própria colônia levado em rolos, "as coras de fumo", em navios negreiros da Bahia e de Pernambuco.

Como sua produção gerava grande empobrecimento do solo ele era plantado dentro e nos arredores dos currais, onde era farto a quantidade de estrume para a sua adubação. Além disso, era um tipo de produção muito melindrosa que qualquer acidente natural poderia arruinar a lavoura. Outro problema era o beneficiamento extremamente complexo e que requeria uma grande quantidade de mão de obra para a produção.

Essa realidade da produção de fumo no Brasil colonial foi muito bem expressa na instrução dada ao Marques de Valença por Martinho de Melo e Castro em 10 de setembro de 1779.

*"É constante que o tabaco do Brasil é tão necessário para o resgate de negros quanto os mesmos negros são precisos para a conservação da América portuguesa. Nas mesmas circunstâncias se acham outras nações que têm colônias; nenhuma delas se pode sustentar sem escravos e todas precisam do nosso tabaco para o comércio de resgate..."*

*Mafalda P. Zemella, O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. Adaptado.*

Outro importante produto de exportação foi o algodão. Inicialmente produzido para o consumo interno e utilizado na produção de tecidos grosseiros geralmente utilizados para a confecção de roupas para escravos. A partir da segunda metade do século XVIII, o algodão se tornou um importante produto, com destaque para a produção no Maranhão, voltado para o abastecimento da nascente indústria têxtil inglesa.

Já a agricultura de subsistência ou para abastecimento interno, era realizada junto às principais atividades econômicas. Por exemplo, cada engenho possuía uma pequena área destinada à produção de alimentos (mandioca, milho, feijão, etc). Essa produção se dava de forma intercalada com a grande lavoura entre as fileiras de cana de açúcar plantava-se mandioca e entre os pés de algodão milho. Essa produção era feita por conta do grande fazendeiro que utilizava a mão de obra de seus escravos tanto no plantio quanto na colheita.

A mandioca é um alimento indígena de origem amazônica e seu uso já se encontrava disseminada em toda a América central e do sul quando da chegada dos portugueses. Hoje, segundo a ONU ela é uma planta cultivada em mais de 80 países e contribui para a manutenção da segurança alimentar em todo planeta.

O mandiocal é uma lavoura que não exige muito trato necessitando de pouca mão de obra, além de ser pouco exigente em termos de terreno podendo ser produzido também em terras pouco férteis. A mandioca cultivada no Brasil é de dois tipos a brava, ou venenosa, utilizada para a produção da farinha e a mansa, de consumo direto após o processo de cozimento sendo conhecida também com os nomes de aipim e macaxeira.

Essa rica tradição alimentar indígena, vai se tornar a base da alimentação também dos escravos e de toda população pobre da colônia se espalhando pelas grandes fazendas e pequenas lavouras por todo o norte e nordeste do Brasil até o Espírito Santo e no litoral de São Paulo.

Já o milho, conhecido a pelo menos 7.300 anos, tem seus primeiros registros de cultivo nas ilhas próximas ao litoral mexicano, tendo se espalhado rapidamente por todo o país. Após o México o grão se espalhou por toda a América Central e do Sul.

Com a chegada dos europeus esse sagrado alimento indígena passará a ser utilizado como base da alimentação de escravos e dos pobres em geral dentro da colônia. Em seguida o milho segue para a Europa onde, embora fosse um alimento discriminado pelos ricos ele também se consolidou como fonte alimentar das populações mais carentes continente afora. Depois da Europa o milho se espalha pelo mundo inteiro se tornando um dos primeiros itens da cultura alimentar mundial, devido sua multiplicidade de uso e de seu caráter nutritivo.

#### Oração do Milho

Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres. Meu grão, perdido por acaso, nasce e cresce na terra descuidada. Ponho folhas e haste e se me ajudares Senhor, mesmo planta de acaso, solitária, dou espigas e devolvo em muitos grãos, o grão perdido inicial, salvo por milagre, que a terra fecundou. Sou a planta primária da lavoura. Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo. E de mim, não se faz o pão alvo, universal. O Justo não me consagrou Pão da Vida, nem lugar me foi dado nos altares. Sou apenas o alimento forte e substancial dos que trabalham a terra, onde não vingam o trigo nobre. Sou de origem obscura e de ascendência pobre. Alimento de rústicos e animais do jugo. Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito. Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante. Sou a farinha econômica do proletário. Sou a polenta do imigrante e a miga dos que começam a vida em terra estranha. Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos pais. Sou o cocho abastecido donde ruma o gado. Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece. Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta dos seus ninhos. Sou a pobreza vegetal, agradecida a Vós, Senhor, que me fizeste necessária e humilde. Sou o milho.

**Cora Coralina**

Outra importante utilidade do grão de milho foi a produção de ração animal muito difundida por todas as partes do globo. Além disso, seu uso nas expedições do interior da colônia, tanto nas entradas quanto nas bandeiras, pois podia ser levado sem a preocupação de se perder o alimento que não exigia grandes cuidados de armazenamento.

Enquanto a mandioca era à base da alimentação no norte e nordeste brasileiro, o milho era à base da alimentação na porção sul do país, onde também era utilizado como ração para alimentar as tropas de mulas sendo triturado geralmente nos moinhos. Aqui se destaca a importância dos longos cursos de rios o que não se verifica no nordeste brasileiro sendo um empecilho a criação em larga escala das mulas. Essas tropas eram a base do transporte de carga no Brasil até o século XX.

Podemos utilizar como um marco de divisa entre a importância da mandioca e do milho, a fronteira entre a Bahia e Minas Gerais. Da Bahia acima, nordeste e norte, a mandioca era a base mais importante da alimentação enquanto no centro sul a base da

alimentação era o milho. No Espírito Santo se percebe bem essa passagem de culturas agrícolas, pois aí se iniciam as plantações de milho, porém com um predomínio ainda da cultura da mandioca. Já em São Paulo, onde também encontramos as duas culturas, elas dividiam muito bem o território ocupado, enquanto a mandioca predominava no litoral o milho dominava o interior

Já o feijão, era um alimento produzido em toda a colônia, embora fosse mais frequente nas regiões centro sul e seu uso era basicamente para a alimentação dos escravos. As hortaliças eram mais difundidas no sul e serviam na alimentação tanto de ricos como de pobres, enquanto no Nordeste eram utilizadas somente pelas famílias ricas. Outro produto de subsistência que se desenvolveu na colônia foi o trigo, que devido as suas imitações climáticas se desenvolveu no centro sul em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que no nordeste se desenvolveu um único polo produtor, em Jacobina, região mineradora do interior da Bahia.

Outro produto oriundo da cana de açúcar foi a aguardente. Esse subproduto da cana era utilizado tanto pelos escravos quanto pelos próprios senhores no mercado interno e também era utilizado no comércio de negros, como moeda de troca por escravos africanos. O arroz também foi um importante produto de subsistência tendo o Maranhão como principal produtor seguido pelo Pará e Rio de Janeiro que tinham como função abastecer seus mercados e as demais regiões brasileiras.

As áreas urbanas eram abastecidas pelas grandes propriedades, lembrando que essas cidades se desenvolveram com maior intensidade no período minerador. Outro fator que impulsiona esse tipo de propriedade são os períodos de alta dos preços internacionais desses produtos básicos, que amplia a possibilidade de exportação dando maior viabilidade a esse sistema produtivo.

Para as cidades, inicialmente, os produtos básicos eram importados e, posteriormente, conforme o lento desenvolvimento da vida urbana, surgiram as fazendas de produção de alimentos que geralmente se encontravam nas redondezas da cidade. Sua forma de produzir e os tipos de produtos produzidos variavam conforme as características das regiões. Um importante personagem nessa logística de produção de alimentos para a cidade nas grandes propriedades são os agregados. Esses trabalhadores livres recebiam dos grandes proprietários pequenas porções de terra para desenvolverem a produção e fornecê-la, com exclusividade ao seu senhorio.

No litoral de Salvador e do Rio de Janeiro as enseadas impediam a formação de grandes propriedades e, dessa forma, nessas regiões passaram a se destacar a formação dos sítios de pequenos proprietários. Essa situação transforma principalmente o Rio de Janeiro colocando-o como importante produtor de arroz, como já vimos, e de outros produtos de subsistência que seriam importantes para suprir a falta de alimentos principalmente na Bahia, Pernambuco e Maranhão, lembrando que a essa época o algodão ainda era inexpressivo na economia nordestina, o açúcar vivenciava a crise da concorrência antilhana e o arroz ainda não era um importante produto de exportação.

Outro detalhe importante é a formação de lugarejos no interior do país, principalmente entre as rotas mineradoras, que desempenhavam um papel marginal tendo sua população composta em sua grande maioria por mestiços com índios. Esses lugarejos tinham como finalidade o abastecimento alimentar das tropas que percorriam as estradas que ligavam os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os produtos de subsistência também eram produzidos dentro das fazendas de criação de gado de norte a sul visando à alimentação do vaqueiro e de sua família. Eram pequenas roças para o sustento da grande lavoura ou da família nas pequenas propriedades. Existiam também as pequenas lavouras de subsistência autônomas, geralmente nas margens das cidades que sustentavam a família do pequeno proprietário. Com o desenvolvimento da colonização, surgiram diversas áreas destinadas exclusivamente ao abastecimento interno.

Para finalizarmos citaremos agora as características básicas de nosso extrativismo colonial. Essa atividade econômica sempre ocupou um papel secundário no contexto da colônia. A Amazônia será o principal produtor dessas especiarias de onde se extraíam cravo, canela, salsaparrilha, salsa, cacau, baunilha, madeiras, peles e carne de animais silvestres das águas vinham à tartaruga, os ovos e a carne para alimento e o óleo para a iluminação, e o peixe-boi. O pescado será o alimento básico das populações ribeirinhas e sua exploração comercial era feita ou por particulares ou por pesqueiros reais que secavam e salgavam os peixes para o comércio.

Também se inicia na Amazônia as plantações de anil e café, que se tornarão importantes quando chegarem ao centro sul mais tarde. A mão de obra utilizada era a indígena devido a sua familiaridade com o local, eram exímios remadores e com muita habilidade para penetrar na floresta e promover as coletas. Foi ai na Amazônia que ocorreu o maior intercâmbio cultural entre índios e brancos em nossa história.

## 5. Tratados Limites

À medida que a colonização na América ganhava força e novas áreas eram colonizadas discutia-se cada vez mais a quem pertencia o território. A linha de Tordesilhas era imprecisa e a dificuldade para estabelecer onde ela passava realmente era enorme.

Desde o século XVII os luso-brasileiros já haviam expandido suas fronteiras além dos limites definidos pela indefinida linha imaginária. A situação criada exigia uma revisão nas fronteiras, principalmente entre o mundo espanhol e português. Gradativamente a questão passou a ser discutida pelos diplomatas dos países interessados e culminaram nos seguintes acordos:

- **Tratado de Utrecht (1713)** - o governo francês trocou com os portugueses as terras situadas à margem esquerda do rio Amazonas pelas do rio Oiapoque, o atual limite entre a Guiana Francesa e o Brasil.
- **Tratado de Utrecht (1715)** – os espanhóis reconheceram a posse portuguesa da área onde estava situada a colônia do Sacramento. Todavia, os conflitos entre os castelhanos e os luso-brasileiros determinaram a elaboração de um novo tratado.
- **Tratado de Madri (1750)** – nessa época a situação territorial do Brasil colonial era a seguinte: no Sul, os portugueses continuavam em atritos com os espanhóis; no Norte, os lusos ocupavam efetivamente a região; e no Centro-Oeste, por causa economia aurífera, havia uma forte corrente migratória, especialmente para a região de Goiás. Para contornar essas questões, as Coroas Ibéricas decidiram assinar o Tratado de Madri, o grande acordo que limitava as fronteiras entre os impérios coloniais ibéricos na América, por meio do princípio do “uti possidetis” (quem ocupa a terra tem a posse dela). Por meio dele, a Coroa de Portugal se tornava possuidora do Norte, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil, onde a colônia de Sacramento (atual Uruguai) ficou sob a posse dos espanhóis e a os Sete Povos das Missões (noroeste do Rio Grande do Sul) para os portugueses. Porém na região dos Sete Povos das Missões os jesuítas, comerciantes e pequenos proprietários de origem espanhola se revoltaram e insuflaram os índios à luta desencadeando-se a chamada guerra “guaranítica” (1753 a 1756). Segundo o tratado, os espanhóis teriam que ser deslocados para o lado espanhol e a região entregue aos portugueses, essa foi a causa da guerra travada entre jesuítas e índios de um lado e forças portuguesas e espanholas com ajuda de bandeirantes do outro. O saldo da guerra foi a morte de milhares de índios e a ocupação definitiva desse território pelos portugueses.
- **Tratado de El Pardo (1761)** – anulou os artigos do Tratado de Madri referentes ao Sul brasileiro, porém, manteve as decisões em relação ao Norte e ao Centro-Oeste. No Sul, novos conflitos aconteceram e o governador de Buenos Aires ocupou a colônia do Sacramento, o Rio Grande e Santa Catarina, a partir de 1763. Somente com a morte do rei português, D. José I, em 1776, foi que a Coroa de Portugal se viu obrigada a rever os limites de seu império colonial na América. Realizou então outro tratado, o que acabou com a ocupação espanhola no Sul do Brasil.
- **Tratado de Santo Ildefonso (1777)** - a Coroa de Portugal entregou a colônia do Sacramento aos espanhóis e ficou definitivamente detentora da parte leste do Rio Grande, de Santa Catarina, Paraná, regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. O atual território uruguaio passava a pertencer à Coroa espanhola. Mas os portugueses não pararam aí: a partir de 1780 eles se expandiram e ocuparam a margem leste do rio Uruguai, atual oeste do Rio Grande do Sul. O capitão-geral (o Rio Grande já era capitania desde 1760) doava sesmarias, que se constituíram nas fazendas de criação de gado, as estâncias, tradicional latifúndio que utilizava a mão-de-obra do negro africano. Na estância criava-se o gado que, posteriormente, era abatido e sua carne salgada, o charque. A capitania do Rio Grande se notabilizou na produção de charque para o mercado colonial.
- **Tratado de Badajoz (1801)** - consolidou a ocupação efetiva do atual oeste sul-rio-grandense, delimitando as fronteiras entre os portugueses e os espanhóis nas margens do rio Uruguai. Nessa época consolidam-se as estâncias de criação de gado que formavam o cenário rio-grandense.

Observamos a partir da análise dos tratados mencionados anteriormente que os lusos tinham muito interesse na região amazônica, especialmente em função das chamadas “drogas do sertão” que tinham um mercado forte e em crescimento no continente europeu.

Quanto à região sul o interesse lusitano era, sobretudo, estratégico. A ideia era impedir o avanço espanhol na região e para isso tiveram que entregar à Coroa espanhola a colônia do Sacramento.

## VIII. A MINERAÇÃO

### 1. O Ouro

As minas brasileiras ocupavam uma vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira e a região de Cuiabá, atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Por serem jazidas aluviais recentes tornou-se desnecessário o emprego de grandes capitais e mão-de-obra especializada na sua exploração. Nos locais em que os veios se aprofundavam na terra, a exploração era abandonada pela deficiência técnica, buscando-se novas áreas.

Mas, como era feita a exploração? Veja, em princípio, logo após a descoberta do ouro, por volta de 1695 na região de Minas Gerais, milhares de pessoas seguiram para o local o que acabou motivando conflitos.

A fim de organizar a exploração, a coroa portuguesa criou em 1702, a Intendência das Minas, órgão responsável pela demarcação, distribuição de datas e cobrança de impostos.

A distribuição das datas (lotes de terras para exploração) seguia os seguintes critérios: ao descobridor da jazida cabiam duas datas (uma como descobridor e outra como mineiro), ao rei e ao guarda-mor outras duas. As restantes eram distribuídas por sorteio, sendo o número de escravos o critério para a distribuição.

Após a distribuição, os mineradores tinham o prazo de 40 dias para começarem a exploração, sob pena de devolução. Mesmo com a organização inicial, havia um intenso contrabando de ouro, o que representava um grande prejuízo para a coroa. Desta forma, o rei decidiu estabelecer as casas de fundição, cuja finalidade era reunir todo ouro extraído, quintar o ouro, ou seja, retirar 1/5 do ouro sob forma de imposto, parte que cabia à coroa, e transformar todo o ouro em barras numeradas que poderiam circular na colônia. A partir do estabelecimento das Casas de Fundição, ficou proibida a circulação do ouro em pó ou em pepitas.

O sistema de impostos que vigorou nas Minas tinha como tributos principais:

- **O quinto do ouro** — 20 % de toda produção pertencia ao rei.
- **Capitação** — cobrada sobre o número de escravos que o mineiro possuísse. 17 gramas anuais por escravo. Caso o minerador não possuísse escravos pagava pela "própria cabeça".
- **Fintas anuais** — determinavam que uma quantidade de ouro devesse ser enviada anualmente para Portugal, em princípio foram estabelecidas 30 arrobas que mais tarde chegaram a 100 arrobas.

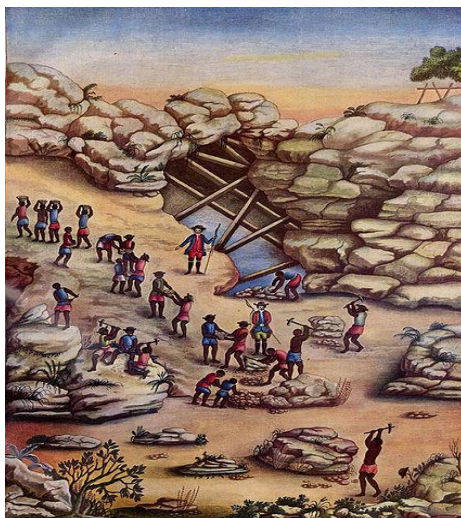
### 2. Os Diamantes

A intervenção estatal na empresa mineradora foi levada ao extremo na extração dos diamantes. As primeiras descobertas ocorreram em 1729, na região do Arraial do Tijuco (atual Diamantina), pertencente à comarca do Serro do Frio, sendo imediatamente declarado que todos os minerais encontrados pertenceriam à coroa. Eram explorados pelo regime dos contratos para a mineração a um ou mais indivíduos, neste caso associados, que podiam empregar nas lavras até 600 escravos. Foram arrematantes, João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, de 1740 a 1748, e Felisberto Caldeira Brant e irmãos, de 1749 a 1752, e finalmente de 1753 até 1771, a região retorna aos cuidados do mesmo João Fernandes de Oliveira, agora em sociedade com seu filho de igual nome, que se tornou famoso por sua companheira Chica da Silva.

Foi esta a fase de apogeu da extração de diamantes, cuja entrada no território europeu era severamente regulamentada (decreto de 1753) visando à manutenção dos elevados preços. Os batalhões dos dragões asseguravam as medidas drásticas adotadas pela Intendência dos Diamantes, diretamente subordinada a Lisboa, não haviam Câmaras Municipais, juízes ou tribunais, tudo era subordinando à vontade do intendente, até mesmo as entradas e saídas da área.

Apesar de tamanha severidade, existiam a mineração e o comércio ilícito de diamantes, realizado pela figura lendária do garimpeiro, perseguido pela administração, venerado pelo povo, e tendo na geografia acidentada da região o seu maior aliado. A partir de 1771 a exploração dos diamantes coube exclusivamente à coroa portuguesa, sem contratadores.



**Figura 26: Mineração de diamantes***Mineração de diamantes Carlos Julião. 1770.*

Com a mineração surgiu o tropeirismo, pois o gado necessário para a região das minas vinha do sul do Brasil. Surgiu o Caminho do Viamão (atual região metropolitana de Porto Alegre - RS), ligando essa cidade à Sorocaba, em São Paulo. Ao longo desse caminho foram surgindo inúmeras cidades.

Com a transferência do centro econômico para o centro-sul do Brasil, houve a mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. A mineração acabou acarretando uma acumulação de capital na Inglaterra, que era para onde ia a maioria das riquezas do Brasil, pois Portugal pagava as manufaturas que comprava dos ingleses com o ouro brasileiro. Essa riqueza acabou ajudando a Revolução Industrial da Inglaterra.

Os motivos para a decadência da região mineradora foram uma série de fatos que se interligaram e promoveram o retrocesso da produção mineradora. Primeiramente as técnicas de produção eram muito atrasadas, o que não permitia uma extração de grandes profundidades, o que só irá ocorrer no século XIX com o desenvolvimento de novas tecnologias de prospecção, principalmente sob a influência inglesa.

O problema das jazidas superficiais, ou de aluvião, é que elas se esgotavam rapidamente. Com a diminuição da produção aliada ao contrabando constante, desenvolve-se por parte da metrópole a ideia do aumento de impostos abandonando-se o quinto e iniciando-se a cobrança da finta, ou do quinto anual, que devido à crise do sistema aumentou de 30 para 100 arrobas. Esse fato ampliou os problemas entre colonos e a metrópole portuguesa promovendo inicialmente revoltas contra a cobrança de impostos que evoluíram gradativamente para a primeira tentativa de independência do Brasil. Outro episódio que aumentou a tensão entre colônia e metrópole foi a instituição da "derrama" que era a cobrança violenta dos impostos atrasados da finta, momento este em que os "dragões", soldados do exército português, invadiam as casas atrás de qualquer tipo de bem de valor que poderia ser utilizado para diminuir o débito com a colônia.

Ao mesmo tempo em que as jazidas se esgotavam e o convívio com a metrópole se deteriorava, a produção de produtos tropicais vivenciava novamente um bom momento no comércio internacional. Essa situação promoveu um novo surto agrário conhecido por revolução agrícola.

### 3. Consequências e Transformações na Colônia

A descoberta do ouro acarretaria profundas transformações na vida da colônia. A primeira delas está ligada ao surto demográfico: o Brasil que possuía cerca de 300.000 habitantes, em 1700, passará para 3.000.000 cem anos depois. Este crescimento é devido ao fato de que, além do natural fascínio exercido pelo ouro (chance de elevação social), a atividade mineradora surge numa época de crise econômica no Império Português.



Para a região mineradora são atraídos os elementos marginalizados pela crise da lavoura açucareira e a população das regiões pobres da colônia. De Portugal, a cada ano, chegavam levas de imigrantes. Na Metrópole sucediam-se sem interrupção às leis colocando empecilhos a emigração com resultados pouco práticos. O português, o futuro emboaba, que antes não via oportunidade de progredir no Brasil, agora vê um novo horizonte, longe da Metrópole decadente.

A economia açucareira era uma economia de grandes proprietários, onde nenhum homem livre com reduzido capital poderia fazer riqueza, a economia mineira ao contrário era uma economia de pequenos capitais, onde até ex-escravos poderiam enriquecer, como Chico Rei em Ouro Preto nas Minas Gerais. Essa situação dava a oportunidade ao homem livre de elevar-se socialmente, o que explica o aumento do fluxo migratório para o Brasil.

A primeira consequência política foi a criação, no ano de 1709, da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, destacada do Rio de Janeiro, suprimindo assim a capitania hereditária de São Vicente. Em seguida se determina a reforma da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a transferência da capital da colônia em para ela. AS obras foram comandadas por Estácio de Sá, sob as ordens do Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) e do Rei Dom José I.

Essa mudança de Salvador para o Rio de Janeiro obedecia à tendência de deslocamento e interiorização da economia colonial no momento. Era necessário estar mais próximo da região produtora de minérios e pedras preciosas para ser mais eficiente na administração e na fiscalização dessas atividades, tornando o porto do Rio de Janeiro o principal exportador de ouro e pedras para Portugal.

A economia mineradora também provocou um grande desenvolvimento do mercado interno com a ampliação da agricultura de subsistência, comércio interno e atividades artesanais e arquitetônicas. Esse processo promoveu também o surgimento de novos grupos sociais formando uma camada média intermediária de pequenos proprietários, artesãos, trabalhadores livres e pequenos comerciantes, além da ampliação do número de grandes comerciantes e proprietários, juntamente com o aumento no número de servidores públicos.

Nessa sociedade, agora mais variada, existia uma possibilidade de mobilidade social bem maior do que a antiga lavoura açucareira, isto devido a uma economia mais complexa e dinâmica. Outro fato importante é o desenvolvimento da atividade cultural para satisfazer uma sociedade mais aristocratizada do que a anterior. Enquanto os senhores de engenho não se preocupavam com o conhecimento acadêmico, o desenvolvimento intelectual e cultural na região mineradora era visto como demonstração de status e poder para a nova classe emergente. Nesse período desenvolvesse o hábito de mandar os filhos para estudar fora, sendo Portugal e França os destinos mais procurados. De lá, esses estudantes trarão as ideias iluministas que mais tarde servirão de justificativa ideológica para o processo de independência.

A última transformação que analisaremos oriunda do ciclo minerador será o desenvolvimento das comunicações e dos transportes com a construção de uma vasta linha de estradas interioranas e litorâneas interligando esse vasto território de exploração mineradora e de produção agrícola.

#### 4.Revolução Agrícola

O período que vai do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX o Brasil vai assistir um novo desenvolvimento no campo que será chamado de "revolução agrícola". Devido à revolução industrial, a guerra de independência e mais tarde a guerra de secessão dos Estados Unidos da América, descortina-se mais um bom negócio para as terras tupiniquins, o algodão, que terá o estado do Maranhão como o grande produtor, deixando então de ser um produto secundário, e com a região do Grão-Pará sendo o segundo maior produtor. Seu cultivo era uma atividade monocultora, latifundiária e escravista, tal qual o açúcar.

Quanto ao tabaco, esse foi o segundo produto da economia agrícola colonial na América portuguesa, ficando atrás apenas do açúcar. Sua produção no Brasil cresceu rapidamente, contribuindo para o abastecimento do mercado mundial sendo comercializado na Europa, África e Ásia. As exportações de tabaco do Brasil Colônia atingiram seu auge nas três últimas décadas do período colonial, se estendendo pela primeira década após a independência.

O arroz também ganha nova dimensão e o estado do Maranhão passa a ser o grande exportador do produto, enquanto a produção do Pará e do Rio de Janeiro passam a ser responsáveis por abastecer o mercado interno brasileiro, agora bem maior, devido ao desenvolvimento deixado pelo ciclo minerador.

Já o açúcar vive novamente um período de recuperação e desenvolvimento. Isso ocorre devido à queda da produção mineradora que também coincide com as agitações políticas e sociais nas ilhas francesas e inglesas nas Antilhas, o que reduz a produção local, abrindo novamente espaço para a colônia brasileira no mercado internacional. Os estados de maior destaque nessa retomada econômica serão a Bahia e Pernambuco, porém as lavouras se multiplicarão do litoral nordestino até a região sul em Santa Catarina. No interior aparece com maior ou menor intensidade em todas as áreas, com exceção do semi-árido nordestino. Em São Paulo os engenhos ressurgem com força no litoral de Ubatuba e São Sebastião, juntamente com São Vicente, e no interior na região de campinas no norte da capitania. No Rio de Janeiro a cana de açúcar se espalha na região norte nos Campos dos Goytacazes.

Dessa forma o Brasil passa a produzir e exportar como nunca os produtos tropicais: açúcar e algodão, principalmente, mas também tabaco, café, couros, anil, cacau (licores, chocolate e manteiga) e etc. Outro fato que merece destaque foi a abertura dos portos brasileiros (1810) decretada por Dom João VI (regente e, depois, rei de Portugal), em acordo com a Inglaterra, que também contribuiu para o aumento do comércio externo do Brasil.

Produção de subsistência também terá destaque nessa fase da revolução agrícola com a ampliação das grandes fazendas produtoras de alimentos e matéria prima para o consumo interno, além também das pequenas e medias propriedades alinhadas ao desenvolvimento urbano característico do período. Existia segundo Caio Prado Junior (2000) um estreito vínculo entre a grande lavoura e a cidade:

“As regiões em que se localizavam as grandes cidades são sempre centro de grandes lavouras, únicas atividades capazes na colônia de provocar a formação de aglomerações urbanas de certo vulto.”

## **IX. REVOLTAS NATIVISTAS CONTRA O MONOPÓLIO LUSITANO**

### **Comentário**

**Caro estudante,**

**Avancemos um pouco mais em nossos estudos!**

**Espero que você esteja aproveitando da melhor forma possível o material que está sendo disponibilizado com bastante cuidado e critério na plataforma.**

**Estudar a distância não é fácil. Requer capacidade de organização e boa dose de disciplina.**

**Depois de 1640, o império português não estava muito bem... E é dentro desse contexto que a história brasileira faz mais sentido.**

**Muitas colônias foram perdidas para holandeses e ingleses durante a União Ibérica (período em que Portugal foi dominado pela Espanha – de 1580 a 1640).**

**Concessões eram feitas constantemente para holandeses e principalmente ingleses. Somados a esse fato Portugal tinha que sustentar uma corte parasitária ao mesmo tempo em que buscava desesperadamente enfrentar uma grave crise econômica.**

**O arrocho em relação ao Brasil era inevitável. Representou uma saída conveniente para Portugal que assim poderia aliviar seus problemas fiscais e econômicos.**

**Depois das primeiras descobertas de ouro em solo brasileiro a opressão tornou-se cada vez mais insuportável! Não foi por acaso a enorme quantidade de rebeliões em Minas Gerais. A Revolta de Vila Rica (1720) e a Inconfidência Mineira (1789) foram as mais importantes rebeliões ocorridas em solo mineiro, mas não foram as únicas.**

**Então para começarmos, em sua opinião, qual é o tipo de relação que pode existir entre “monopólio comercial” e “conflitos” no Brasil colonial?**

Compreender essa relação vai ser importante para o melhor entendimento das várias revoltas do período. Esse será o enfoque da prova caso este tópico seja cobrado no dia do certame. Perceba que eles possuem basicamente uma relação de causa e efeito. A exploração metropolitana sobre a colônia é a causa principal da maior parte das revoltas no Brasil colonial. A principal queixa dos colonos dizia respeito aos vários monopólios e exclusivismos comerciais existentes no Brasil e que na maioria das vezes beneficiavam somente Portugal e os portugueses.

A maior parte dessas rebeliões surgiram em fins do século XVII e foram resultado direto da nova política colonial adotada por Portugal depois da Restauração em 1640. Após se libertarem do domínio espanhol, os portugueses decidiram explorar ainda mais a colônia brasileira. A reação veio em forma de rebeliões.

Num primeiro momento, essas rebeliões não questionaram o pacto colonial (rebeliões nativistas), mas o quadro alterou-se em fins do século XVIII a partir da Inconfidência Mineira (rebeliões anticoloniais).

Logo viria a ruptura com Portugal...

Sobre o assunto leia o texto a seguir.

Bons estudos!

## 1. Revoltas Nativistas

As contradições características do processo de colonização vão gerar conflitos que por sua vez desaguarão em revoltas que devem ser divididas em dois grandes blocos. As primeiras delas, que irão de 1641 até 1728, foram as chamadas revoltas nativistas, pois pretendiam somente resolver um problema de ordem econômica com a metrópole portuguesa sem questionar a origem de todos os males, que era o monopólio lusitano sobre a economia da colônia brasileira.

Nesse momento a elite local também sofria de uma crise de identidade acreditando ser uma classe metropolitana não percebia que sua função era produzir riqueza para sustentar a elite metropolitana. O trabalho de conscientização de nossa elite foi lento e vinculado a chegada das ideias iluministas na colônia.

## 2. Aclamação de Amador Bueno (São Paulo – 1641)



*Amador Bueno não aceitando a coroa, foi perseguido pelos paulistas e se refugiou no Mosteiro de São Bento em São Paulo. Óleo de Oscar Pereira da Silva. [mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadosbrasil/aclamacao-amador-bueno](http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadosbrasil/aclamacao-amador-bueno).*

No ano de 1640, Portugal livrou-se do domínio espanhol de mais de meio século. A coroação do rei Dom João IV marca o fim da União Ibérica e o início da dinastia de Bragança e conforme já vimos anteriormente, a união de Portugal e Espanha favoreceu a superação da linha de Tordesilhas, sobretudo a partir de São Paulo, com o forte movimento das Bandeiras.

E foi justamente na província de São Paulo que ocorreu a manifestação de um movimento que pretendia ser de caráter separatista, logo após a restauração bragantina que passou a ser justamente a sua causa principal. A formação da União Ibérica havia favorecido a atividade de contrabando em toda região da bacia do Prata trazendo lucro aos bandeirantes e comerciantes paulistas. Havia o temor de que com a restauração portuguesa essas atividades fossem proibidas, o que geraria um obstáculo à tentativa de ampliação das atividades comerciais até Buenos Aires.

A partir de São Paulo partiam as bandeiras de preação, ou apresamento, no intuito de escravizar índios que se encontravam nas missões jesuíticas. Obtendo grandes lucros com o tráfico negreiro, era natural que a Coroa dificultasse as atividades de aprisionamento indígena realizada pelos paulistas, proibindo também o contrabando na região platina.

Diante desse quadro de insegurança e rumores um grupo liderado pelos irmãos Rendon de Quevedo aconteceu a aclamação de um novo rei: Amador Bueno, grande fazendeiro, capitão-mor, ouvidor e irmão de bandeirantes. O termo de aclamação foi assinado em 1º de abril de 1641. Entre os idealizadores do levante também estavam nobres espanhóis no Paraguai. Tudo indica que os separatistas espanhóis desejavam tornar a província de São Paulo parte das colônias espanholas platinas.

No entanto, Amador Bueno, que era filho de pai espanhol, rejeitou a proposta e jurou fidelidade a D. João IV de Bragança. Com um histórico de ter assumido cargos importantes dentro da administração portuguesa era o homem mais rico e prestigiado e da região.

Amador Bueno se recusou a assumir o poder, e por não querer ser rei foi perseguido pelos paulistas e teve que se refugiar no Mosteiro de São Bento no mesmo dia em que foi assinado o termo de sua aclamação. Na verdade, o movimento não trouxe consequências mais sérias, pois seria facilmente abafado pelos portugueses dada a condição ainda periférica de São Paulo no contexto colonial. Dias depois os paulistas juraram fidelidade à D. João IV.

### 3. A Revolta da Cachaça (Rio de Janeiro /1660-1661)

O Rio de Janeiro em 1660 era governado pelo poderoso nobre Salvador Correia de Sá e Benevides, que apesar da origem materna espanhola possuía um grande prestígio junto a Coroa portuguesa. Seus poderes, por exemplo, não eram subordinados ao governador geral estabelecido na Bahia.

No início de sua administração criou um imposto que incidia sob a posse de imóveis com a finalidade de manter uma forte guarda local sob seu comando. Durante a apreciação do projeto de lei pela Câmara e pelo Senado foi acrescida a lei a isenção desse imposto às ordens religiosas dos beneditinos, dos jesuítas e das carmelitas.

Como alternativa a essa perda de receita, foi aprovada a cobrança de impostos sobre a venda de carne e cachaça o que atingia a população como um todo. Com a elite proprietária e o povo insatisfeitos o governador se ausenta da província do Rio de Janeiro deixando em seu lugar um primo, Tomé de Alvarenga, e um outro parente na presidência da Câmara Municipal, uma verdadeira familiocracia.

Em novembro de 1660, aproveitando-se da ausência de Sá e Benevides, Jerônimo Barbalho Bezerra inicia uma revolta na capital carioca. Filho de um famoso líder da resistência na luta contra os holandeses na Bahia, acabou por conseguir destituir o governador Tomé de Alvarenga e prendê-lo na fortaleza de Santa Cruz, marcou eleições para a Câmara Municipal enquanto os líderes da revolta escolheram seu irmão Agostinho Bezerra para o cargo de governador.

Os motivos dessa revolta foram vários, quais sejam:

- o fato do governador praticar um tipo de nepotismo escancarado,
- adotar atitudes tiranas,
- cometer peculato,
- manter relações obscuras com donos de casas de jogos
- a pesada carga tributária por ele cobrada.

Sá e Benevides já havia governado a capitania por duas vezes, ele também era mal visto por ser aliado dos jesuítas defendendo a liberdade dos indígenas, o que era uma opinião contrária à da maioria dos colonos.

Dessa forma muitos colaboradores do governador Sá e Benevides foram extraditados para Portugal. Após alguns erros cometidos por Agostinho Bezerra ao tentar manobras conciliatórias, a Câmara Municipal o destituiu do cargo e assumiu o governo da cidade em fevereiro de 1661. Dois meses depois Sá e Benevides volta ao Rio de Janeiro com a ajuda de reforços militares vindos de Portugal. A cidade foi invadida de surpresa e o antigo governador reconquistou o poder pela terceira vez.

**Após a realização de investigações foram apontados Jerônimo Barbalho Bezerra e Jorge Ferreira Bulhões como líderes da revolta. O primeiro foi condenado à morte e em 10 de abril de 1661 foi enforcado na atual praça XV de Novembro – antigo Largo do Polé. Decapitado a machadas teve a cabeça exposta no pelourinho existente próximo à forca. Outros integrantes foram presos e enviados a Portugal até obterem o perdão e voltarem ao Rio de Janeiro. Jorge Ferreira Bulhões morreu na prisão devido a maus tratos não conseguindo retornar ao Brasil.**

*Aquino, Fernando, Gilberto e Hiran - Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*

Em primeiro de julho de 1661 a corte designou outro governador para o Rio de Janeiro, Pedro de Melo, que só assumiria o cargo em 29 de abril de 1662. Tudo isso era uma evidência de que Sá e Benevides já não possuía o prestígio de tempos atrás.

#### 4. A Revolta contra o Xumbergas (Pernambuco -1666)

O governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, foi apelidado pelo povo pernambucano de Xumbergas devido seu vasto bigode que fazia lembrar o oficial alemão Armand Friedrich von Schomberg, que ajudou na libertação de Portugal da Espanha em 1640. Essa revolta também ficou conhecida como a Conjuração do Nosso Pai, isso devido a prisão do governador durante a procissão do Nosso Pai

Seu governo, de 1664 até 1666, teve a marca de um despotismo exacerbado tendo sido acusado pelas elites agrárias pernambucanas de vários crimes. Dessa forma, a Câmara Municipal de Olinda enviou uma representação contra o governador denunciando suas ações criminosas

Dentre os crimes cometidos pelo Xumbergas constavam:

O roubo de um quinhão da receita do donativo da Rainha da Inglaterra e paz da Holanda,

A criação de um imposto para a satisfação do dote de D. Catarina de Bragança, irmã do monarca português casada com Carlos II da Inglaterra.

A permissão para que franceses realizassem o comércio de pau-brasil na costa pernambucana.

A situação do governador, que já era ruim, ficou ainda pior devido a uma curiosa epidemia de bexigas, doença que hoje temo nome de varíola. Para a população foram duas as causas de origem mística da epidemia, uma seria a passagem de cometas à época, enquanto a outra seria as más energias oriundas do governador bigodudo.

A revolta embora tenha contado com o entusiasmo da população ela foi liderada pela elite agrária local e teve como principais líderes João Fernandes Vieira e André de Barros Rego, que inclusive se apresentavam como os verdadeiros combatentes dos holandeses em Pernambuco.

Em 1666, após sua deposição, Xumbergas é preso na fortaleza do Brum, em Recife, sendo deportado para Lisboa. Enquanto isso, em Pernambuco, forma-se uma Junta de Governo composta por três representantes da aristocracia rural, dentre eles André de Barros Rego que assumiu o governo com amplo apoio popular.

Portugal não retaliou os revoltosos pernambucanos e esse episódio acabou por acirrar mais ainda as contradições existentes entre os fazendeiros de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife.

## 5. A Revolta de Beckman (Maranhão/1684)

No Estado do Maranhão (lembrando que, de 1621 a 1772 a colônia brasileira esteve dividida entre Brasil e Maranhão ou Grão-Pará e Maranhão) mantinha-se o regime de monopólio real nas mercadorias de maior lucratividade e esse controle do mercado para a população significava carestia e miséria. Os produtos como aço, ferro, facas eram caros demais, isso devido ao exclusivismo metropolitano. Outro problema que afetava os comerciantes brasileiros e portugueses era a falta de moedas que ocorria em determinados períodos, o que gerava ainda mais aumento de preços.

Em abril de 1680 a Coroa portuguesa proibiu definitivamente qualquer forma de escravidão indígena no estado do Maranhão. O cuidado com os índios brasileiros passou a ser uma exclusividade dos padres jesuítas, responsáveis por sua catequização e aculturação, como forma de salvação da alma e integração a cultura "superior".

Essa situação agravou a crise vivida pelos fazendeiros maranhenses que já sofriam de falta de mão de obra disponível para suas lavouras. Na tentativa de solucionar o problema agravado pela libertação definitiva dos indígenas, foi criada em 1682 a Companhia de Comércio do Maranhão com o intuito de resolver a questão da escassez de trabalhadores. A solução seria o fornecimento de 500 escravos por ano durante 20 anos, medida essa que seria garantida pela Companhia de Comércio. Devemos lembrar que essas companhias de comércio acabavam também por manter a estrutura de monopólio, o que lhe rendia várias críticas da elite local.

**Toda importação de tecidos e artigos necessários ao uso e consumo do Grão-Pará e Maranhão estava nas mãos da companhia. Além disso, toda exportação para Lisboa deveria ser realizada em navios da companhia que decidia previamente o preço de compra de produtos como cana-de-açúcar, algodão, tabaco, baunilha e outros.**

**O lucro da companhia muitas vezes significou o prejuízo da população. Frequentemente os produtores tinham que vender seus produtos por preços muito baixos e eram obrigados a consumir mercadorias vindas da Europa ou da África por preços muito acima da tabela. A exploração sobre a população era cada vez maior.**

*Aquino, Fernando, Gilberto e Hiran - Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*

Dessa forma, as vantagens concedidas a Companhia de Comércio do Maranhão não surtiram o efeito desejado e, pelo contrário, ampliaram a crise no estado. Diante desse quadro de insistentes abusos e ampliação da exploração é detonada em fevereiro de 1684 a segunda revolta nativista da colônia, liderada por Manuel Beckman, senhor de terras e vereador. Beckman era português, mas por ser senhor de terras vivia as dificuldades impostas pela coroa principalmente no tocante a questão da proibição da escravidão dos índios, fato que lhe prejudicava diretamente, lembrando que o escravo negro era bem mais caro que o escravo indígena capturado na região.

A revolta teve início com a ausência do governador do estado que havia viajado para Belém, nesse momento os revoltosos prenderam o capitão-mor (responsável pelas tropas) Baltazar Fernandes, decretaram a vacância do cargo de governador e depuseram Francisco de Sá Menezes, acabaram com o monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão.

A revolta contou com o apoio de vários setores da população maranhense, como: fazendeiros, comerciantes, populares e as ordens religiosas dos franciscanos, e dos carmelitas. Os únicos que não se manifestaram contra os monopólios de Portugal foram os Jesuítas beneficiados pelo monopólio da educação e pelo controle das áreas indígenas, os quais foram expulsos da região logo no início da revolta.



**Figura 27: Beckman no Sertão do Alto Mearim.**



(Obra de Antônio Parreiras sobre a revolta no Maranhão).

Foi organizada uma Junta de Governo integrada por um frade carmelita e os representantes dos proprietários e das camadas populares, que seriam auxiliados por três membros adjuntos Tomás Beckman (irmão do líder) João de Souza de Castro e Manuel Coutinho de Freitas. A junta deveria governar o estado sem pretender a ruptura com a metrópole jurando lealdade ao rei de Portugal, além de ficar aguardando ordens da Coroa.

Na metrópole o rei Dom Pedro II de Bragança extinguiu o monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão e nomeou Gomes Freire de Andrade novo governador do estado. No Brasil o novo governador prendeu os revoltosos executando Manuel Beckman e Jorge Sampaio, levando ao degredo na África Belquior Dias Gonçalves e embora tenha condenado também a morte Tomás Beckman, sua pena foi comutada para morte civil, ou perda dos direitos políticos e civis. Os jesuítas conseguiram retomar ao Maranhão e voltar ao controle das áreas indígenas.

## 6. A Guerra dos Emboabas (1708-1709)

Na província de Minas Gerais, ainda sob o domínio da província de São Paulo, explode um conflito entre paulistas e emboabas, principalmente portugueses, pernambucanos e baianos. O termo "emboaba" possui dois significados, um de origem tupi e quer dizer "pássaros de pés emplumados", e outro que significaria forasteiro, estrangeiro ou até mesmo inimigo.

As batalhas ocorreram devido a tentativa dos paulistas de imporem o monopólio da extração dos metais e pedras preciosas. Para os descobridores paulistas eles tinham o direito de acordo com ato real de 18 de março de 1694 que dava aqueles que descobrissem o metal a garantia da posse das minas desde que pagassem o quinto devido à Fazenda Real.

Quando os paulistas, por intermédio de uma petição datada de 07 de abril de 1700, solicitaram à Coroa que a concessão de terras das regiões auríferas fosse realizada somente para os habitantes da capitania de São Vicente tiveram seu pedido negado, fato esse que aumentou o descontentamento e as rivalidades entre as partes.

Além disso, e para piorar a situação, o crescimento do fluxo populacional ampliou mais ainda as tensões, momento esse em que os paulistas, acusados pelos emboabas de bárbaros (devido suas atividades de bandeirantes), começaram a ser responsabilizados pelas mortes de alguns forasteiros. Outra fonte de tensão foi também o auto custo das mercadorias de grande consumo vendidas por comerciantes portugueses que eram aliados dos pernambucanos e baianos na região mineradora. Como se tudo isso não bastasse os paulistas ainda temiam uma rebelião com a nova mão de obra que invadia a região mineradora, os negros.

**Figura 28: Tropeiros**

Tropeiros. Rugendas.

Em 1708, após se espalhar um boato em que se afirmava a pretensão dos paulistas de iniciar um massacre de forasteiros, inicia-se o conflito. A reação dos emboabas foi constituir um governo provisório entregue a Manoel Nunes Viana. A partir daí os paulistas foram perdendo paulatinamente suas datas de ouro e sendo expulsos da região.

**Um dos principais episódios do conflito é chamado de Capão de Traição. Esse fato foi ocorrido nas proximidades da atual cidade de São João del Rei. Depois de cercar um grupo de paulistas o sargento-mor Bento do Amaral Coutinho prometeu poupar a vida dos paulistas, caso entregassem as armas. Foram traídos e massacrados.**

**Após o episódio, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a formação de uma força expedicionária para vingar o assassinato do grupo atraído. Formado por indígenas e mestiços, essa tropa foi comandada por Amador Bueno da Veiga que após quatro dias de ataques a emboabas fortificados próximo ao rio das Mortes decidiu retirar as tropas. Era novembro de 1709 e esse episódio marca o fim do conflito.**

Aquino, Fernando, Gilberto e Hiran - *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*

No início de 1709, foi criada a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro tentando acomodar os interesses entre os dois grupos, também foram criadas normas mais claras para a distribuição de terras entre paulistas e forasteiros. Ribeirão do Carmo, Sabará e Vila Rica foram elevadas a categoria de vilas e passaram a contar com suas Câmaras Municipais.

Como resultado mais importante desse conflito, podemos citar o desenvolvimento das bandeiras de monções que ao seguirem as margens dos rios irão encontrar ouro em outras regiões como Goiás, Mato Grosso e Pará.

## 7. A Guerra dos Mascates (Pernambuco /1710-1711)

Esta revolta ocorreu na capitania de Pernambuco e teve como motivação principal a constante e crescente rivalidade entre a decadente aristocracia rural pernambucana e os prósperos comerciantes portugueses habitantes de Recife.

O período de domínio holandês promoveu mudanças consideráveis à província. Recife foi a cidade que mais lucrou com esse momento. Além da infraestrutura urbana para ser a capital do nordeste holandês, em Recife desenvolveu-se uma classe mercantil muito forte dominada principalmente pelos portugueses, os mascates. Lembrando também que de acordo com a mentalidade das elites rurais as atividades braçais bem como o comércio eram atividades inferiores e indignas. Por sua vez os comerciantes de Recife chamavam os fazendeiros de "pés-raspados", pois estes enfrentavam dificuldades após as guerras contra os holandeses, como a fuga de escravos e a desorganização de seu sistema produtivo.

Os fazendeiros, na tentativa de se equilibrarem efetuaram empréstimos com os comerciantes portugueses para custearem suas lavouras de cana de açúcar, passando a cobrar juros extorsivos dos senhores de terras. Outra situação difícil que enfrentavam era o início da concorrência do açúcar antilhano. Para piorar a economia aurífera produzia efeitos inflacionários que agravavam a situação, pois enquanto o preço do açúcar baixava no mercado internacional o do escravo subia aqui dentro.

**Por sua vez, os comerciantes, credores, desejavam acabar com a submissão política, administrativa, jurídica e religiosa de Recife diante de Olinda. Recife não possuía sequer a categoria de vila. Era totalmente subordinada à Olinda. Os mascates portugueses tentaram reverter a situação. Apesar de não serem nobres os principais comerciantes de Recife tinham relações privilegiadas com integrantes do Conselho Ultramarino e com governadores da capitania de Pernambuco. Principalmente com Francisco de Castro Morais, que governou de 1703 a 1707, e com Sebastião de Castro e Caldas, que assumiu o governo em 1707.**

**Foi durante a administração de Castro e Caldas que eclodiu o conflito, uma vez que sua administração era claramente favorável aos mascates de Recife. O governador foi acusado de praticar relações comerciais escusas a partir da utilização de testas de ferro. Também foi acusado de vender cargos na administração e vender escravos para o Rio de Janeiro o que era proibido por determinação da coroa.**

**Os fazendeiros também se queixavam da proibição de usar armas de fogo em Olinda. Acreditavam que era necessário frente ao risco de um ataque estrangeiro, sobretudo francês. Castro e Caldas também foi acusado de traição ao permitir que uma embarcação francesa ancorasse em Recife quando Portugal estava entre os países adversários da França na Guerra de Sucessão na Espanha.**

*Aquino, Fernando, Gilberto e Hiran - Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*

Em 1709 a Coroa portuguesa ordena ao governador de Pernambuco a elevação de Recife à condição de vila. O governador, simpatizante dos mascates, ergueu um pelourinho na praça central da Vila de Santo Antônio do Recife, privilégio este concedido somente as cidades e vilas. Também mandou instalar a Câmara Municipal integrada por dois pernambucanos e dois portugueses.

A reação de Olinda foi imediata. Um atentado planejado contra o governador foi frustrado, e a reação do poder foi a prisão de vários senhores de terras. O cenário de guerra estava armado. Os fazendeiros organizaram milícias compostas por cabras e agregados. Diante de um novo atentado e percebendo que estava perdendo poder diante das tropas Castro e Caldas fugiu para Salvador no que foi acompanhado por muitos portugueses. Recife foi invadida, teve seu pelourinho destruído e sua Câmara fechada.

Os revoltosos possuíam três saídas para a situação. A primeira era entregar o poder ao bispo D. Manoel Alves da Costa de acordo com orientações feita anteriormente pela Coroa. A segunda seria a constituição de um governo republicano independente de Portugal. Já a terceira proposta, defendida pelo ex-governador do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, que era de se entregar a capitania aos franceses, ávidos por invadir a área.

A maioria dos aristocratas preferiu entregar o governo ao bispo contando que este apoiasse as decisões dos rebeldes. Durante cerca de sete meses Olinda manteve o controle da capitania, porém no início de 1711 as autoridades metropolitanas tiveram conhecimento do que acontecera em Pernambuco o fato que aumentou a preocupação, pois o clima era tenso e perigoso para metrópole que enfrentava ainda a Guerra de Sucessão da Espanha e que em Minas Gerais havia vivenciado a Guerra dos Emboabas, isso tudo além do perigo de uma intervenção francesa na província de Pernambuco.

Na tentativa de controlar a situação a Coroa decidiu enviar o governador Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos como governador. Enquanto isso os mascates de Recife se organizavam para contra-atacar a aristocracia rural olindense e suas tropas.

Os mascates fizeram uma guerra utilizando-se do suborno de autoridades civis e militares e com o seu dinheiro compraram suprimentos e armas para a formação de tropas compostas também por negros e índios. Em junho de 1711 os mascates partiram para a contra-ofensiva obtendo vitórias e derrotas. A chegada do governador Félix Machado em 10 de outubro cessou os conflitos. Em seguida o governador, alegando ter descoberto uma conspiração contra sua vida, iniciou uma guerra contra os que estariam envolvidos na trama. Mais de 150 pessoas foram presas e um número maior ainda fugiu para o sertão. A repressão foi extremamente violenta por parte do novo governador. Corpos arrastados por cavalos, pessoas amarradas e presas na Fortaleza de Cinco Pontas. Alguns foram enviados para prisão do Limoeiro em Lisboa e dentre eles Bernardo Vieira de Melo e seu filho. Em 1714 alguns presos em Pernambuco foram libertados, mas desterrados para Índia.

Recife foi definitivamente elevada à condição de vila. Era a vitória dos mascates portugueses sobre a aristocracia rural brasileira.

## 8. A Revolta do Sal (São Paulo/1710)

A coroa portuguesa tratava a questão da venda do sal na colônia brasileira também como monopólio régio. O comércio estava nas mãos de poucas famílias portuguesas tanto no Brasil quanto na metrópole. No Brasil embora a extração de sal fosse proibida havia uma extração clandestina e um comércio ilegal. A população era a grande prejudicada muitas vezes tendo que se alimentar sem a presença do sal em suas refeições devido à escassez do produto e ao preço elevado.

Quando da descoberta das primeiras jazidas de ouro nas Minas Gerais, a pressão do monopólio e o aumento do estoque elevaram o valor do sal. No Rio de Janeiro a Câmara da Municipal chegou a protestar junto a Corte, mas esta não tomou nenhuma providência.

No ano de 1710, em São Paulo a situação de exploração atingiu seu ápice. Diante disso um grande fazendeiro decidiu, com forte apoio popular, invadir e tomar de assalto a cidade de Santos, além de invadirem os armazéns que guardavam o sal. O líder do movimento era o fazendeiro Bartolomeu Fernandes de Faria. Suas propriedades eram imensas e ele possuía centenas de escravos. Seu bando formado por negros, índios e capangas se apropriaram de uma grande quantidade de sal que foi levado para a vila de São Paulo e ordenou aos comerciantes que vendessem o sal a preços mais em conta.

O rei de Portugal, D. João V, determinou a prisão do fazendeiro paulista responsável pelo ataque à Santos. No entanto este tinha a população a seu lado e conseguiu resistir bravamente em sua fazenda. Somente em 1722 a prisão de Bartolomeu foi efetuada pelo coronel Luiz Antônio de Sá Queiroga, governador militar de Santos. O fazendeiro foi enviado para o Rio de Janeiro para ser julgado, mas morreu antes vítima de varíola.

## 9. Os Motins do Maneta (Salvador /1711)

Trata-se na verdade de dois motins ocorridos em outubro e novembro de 1711 na capital da colônia, Salvador na época. O movimento recebe esse nome, pois João Figueiredo Costa, alcunha Maneta, foi o líder dos dois violentos tumultos embora estudos recentes coloquem em dúvida sua participação no segundo motim.

O primeiro motim teve início após a posse do novo governador, Pedro Vasconcelos e Sousa, em 17 de outubro de 1711. O tumulto foi intenso devido à participação da gente do povo e de soldados e oficiais da tropa. O motivo da revolta era a alta carga tributária, devido à necessidade de mais recursos para a manutenção da Guerra de Sucessão da Espanha. Em Salvador novos impostos geraram grande insatisfação, como no caso do aumento de 100% no imposto cobrado por cabeça de escravo trazidos da Costa da Mina e Angola, enquanto o sal tinha seu imposto reajustado em 50% e houve também a exigência do pagamento de imposto alfandegário de 10% sobre as mercadorias importadas da metrópole.

O grau de insatisfação era muito elevado e até mesmo os portugueses participavam ameaçando através de panfletos tornarem-se vassalos de outros senhores caso a exploração continuasse. Saques foram realizados e diante da gravidade da situação e sem forças militares suficientes o governador teve que ceder. Os novos impostos foram extintos e foi decretada anistia geral para os principais amotinados.

Para o governador Pedro de Sousa, somente com uma punição severa as ordens da Coroa seriam cumpridas e obedecidas. Portanto, um mês e meio depois explodiu um novo motim em Salvador após a chegada da notícia da invasão pelos franceses da cidade do Rio de Janeiro. Este fato também é consequência da Guerra de Sucessão da Espanha.

No segundo motim, também conhecido como Motim dos Patriotas. Os amotinados exigiam do governador de Salvador a formação de uma força militar para libertar a cidade do Rio de Janeiro, fato este que não ocorreu. No entanto a repressão aos líderes do segundo motim foi violenta e contrastou com a leveza da reação ao primeiro motim. Desta vez os principais líderes foram açoitados e sentenciados ao degredo na África.

Por ordem da Coroa foi enviado um novo governador para a Bahia com a missão de cobrar os tributos anteriormente fixados. A orientação era para que a cobrança fosse feita empregando o uso da força com o menor derramamento de sangue que fosse possível.

## 10. A Revolta de Vila Rica (1720)

Após a descoberta de metais preciosos na região do sudeste brasileiro, conhecida como Minas Gerais, inicia um processo irreversível de ocupação e desenvolvimento da região interiorana. A descoberta promoveu um afluxo intenso de pessoas que transformaram o nada em verdadeiras cidades e vilas. Vinham pessoas de todas as regiões e, inclusive, de outros países.

O interesse era sempre o mesmo: enriquecer

**A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. A corrida do ouro provocou em Portugal a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo.**

Boris Fausto. *História Concisa do Brasil*. EdUsP. São Paulo 2001.

Esse ciclo minerador teve três fases distintas. No primeiro momento tudo era muito difícil. As estradas eram muito precárias, a infraestrutura urbana quase não existia e a produção de subsistência ainda era pequena, gerando graves crises de abastecimento nas cidades, além de uma inflação constante.

Em seguida temos um período de estabilidade quando a população já era muito grande, havia uma intensa vida econômica, as estradas melhoraram, a infraestrutura, pelo menos para o rico, era boa e o negócio era extremamente lucrativo. Porém, como já vimos, a escassez das jazidas e a alta tributação levaram a crise da mineração e a decadência das cidades, sendo que algumas delas sequer conseguiram continuar existindo.

Portugal, por sua vez, estabeleceu uma legislação tributária que visava reter para o Estado metropolitano a maior parte dos lucros da atividade mineradora. Além disso, a truculência marcante no processo de arrecadação, deixou, por muitos momentos, o clima mais quente entre a colônia e sua metrópole. Para se ter uma noção, quando surgem os primeiros sinais de decadência na atividade mineradora, a metrópole restringiu a entrada de imigrantes, o acesso as estradas que ligavam as regiões mineradoras, além da proibição da presença de ourives e clérigos (responsáveis pelo tráfico do santo do pau oco) nas áreas mineradoras.

Em Minas Gerais era evidente o contraste entre a pobreza da população e classe de alta, (grandes comerciantes, proprietários de terras, funcionários públicos de alto escalão e profissionais liberais). Nesse contexto de dificuldades e cobiça começaram a explodir uma sucessão de pequenas rebeliões na região das Minas Gerais, dentre elas podemos citar:

- 1712 – Vila do Carmo
- 1715 – Morro Vermelho
- 1716 – Rio das Velhas
- 1718 – São Francisco
- 1719 – Vila da Nossa Senhora da Piedade de Pitangui

Em 1720 eclode a maior e a mais reprimida das revoltas do período, até então. Esse movimento é conhecido como Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica. O governo da região das Minas Gerais, que estava nas mãos do Conde de Assumar (Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos), tentando controlar a situação e diminuir o clima de tensão, decretou três medidas que foram recebidas com muita impopularidade, elas determinavam:

- A criação de um bispado em Vila Rica objetivando disciplinar determinados elementos do clero, pois era comum clérigos que se envolverem em contrabando, viviam com mulheres, praticavam ou legitimavam a violência, além de cometerem todo o tipo de delitos.
- A ampliação do poder do governador, colocando à sua disposição um regimento de Dragões de Cavalaria.
- Instituinto as Casas de Fundição, onde o ouro era fundido, quintado (isto é, pagaria o imposto) e timbrado. Caso alguém fosse pego comercializando ouro que não estivesse em barras timbradas seria considerado crime de lesa-majestade podendo ser condenado ao degredo perpétuo.



As Casas de Fundição eram extremamente impopulares. Elas significavam um arrocho de tributação, isso sem contar que seus funcionários eram lentos e corruptos, além das grandes distâncias percorridas pelos mineradores para quintar o ouro. Outra reclamação é que ao fundir o ouro o metal perde peso, um processo chamado de “purificação” e, para piorar, era necessário o pagamento de uma taxa pelo minerador para que se fizesse a fundição. Essa atitude do governo, aliada aos problemas dos mineradores e a miséria da população irá criar o contexto para a explosão de mais essa revolta.

No dia de São Pedro, em 29 de junho inicia-se a Revolta de Vila Rica, sob a liderança Felipe dos Santos, um minerador português, cuja estimativa era da participação de algo em torno de dois mil homens. Com um êxito inicial conseguiram primeiramente a promessa do governador de desistir da criação das Casas de Fundição e em seguida expulsaram o Conde de Assumar, que se refugia em uma pequena vila, Cachoeira do Campo, próxima a Vila Rica. Com isso Assumar conseguiu ganhar tempo e planejar a retomada da cidade, que só ocorreu após a chegada de reforços para a tropa, vindos da capital.

Ao analisarmos as medidas propostas pelos líderes rebeldes percebe-se claramente que a intensão não era a ruptura com Portugal e seu estatuto colonial, mas sim diminuir a cobrança de impostos e mais vantagens no comércio. Dentre essas medidas podemos destacar:

- A anulação dos registros nos quais se cobravam impostos aos mineradores;
- A redução das custas judiciais e dos salários do foro;
- A supressão do monopólio do sal, da aguardente e do fumo pela coroa;

Somente em 16 de julho de 1720 o governador conseguiu invadir Vila Rica, desencadeando uma repressão violenta, para servir de exemplo aos mineradores. Além de serem presos, foram queimadas as casas dos principais líderes do levante e Felipe dos Santos foi julgado sumariamente e condenado a morte. Foi enforcado e seu corpo esquartejado e seus pedaços ficaram expostos nas estradas de acesso a vila e no pelourinho

**Figura 29: Julgamento de Felipe dos Santos.**



Óleo de Antônio Parreiras, retratando a versão mítica do julgamento de Felipe dos Santos.  
Ao fundo o pintor mostra a fumaça da queima das casas dos revoltosos.

A Revolta de Felipe dos Santos deixou consequências importantes como o adiamento da criação das Casas de Fundição, implantadas somente em 1725, e a criação da capitania das Minas de Ouro, independente da capitania de São Paulo e com o intuito de melhor controlar a região. Além disso podemos perceber que essa revolta demarca um período de conscientização de setores da sociedade brasileira quanto a necessidade de fato de uma ruptura com a metrópole.

Essa última consequência assinalada, pode ser verificada na fala de Felipe dos Santos antes de seu enforcamento:

*Morro sem me arrepende do que fiz, pois estou certo de que o canalha do rei será esmagado.*

*Citado em: Leonel Itaussu A. Mello e Luiz Cesar Amad Costa - História do Brasil.  
Editora Scipione. 3ª edição. 1991*



O resultado prático desse processo de conscientização são a continuidade das revoltas que se sucederam como em Brejo do Salgado e em Montes Claros em 1736, além da Conspiração de Curvelo em 1775 até desaguardarem na primeira tentativa de fato de separação entre colônia e metrópole, a Inconfidência Mineira de 1789.

## 11. O Levante do Terço Velho (1728)

Em 10 de maio de 1728 ocorreu em Salvador uma revolta armada feita por mais de 600 militares da tropa mais antiga da capital da colônia, a tropa do Terço Velho. Esses soldados exigiam um aumento no soldo e uma regularidade na data de seu pagamento e também exigiam um comportamento mais cordial por parte do ouvidor-geral da província.

Após tomarem a fortaleza do Campo da Pólvora, enviaram o mestre-de-campo João de Araújo de Azevedo ao encontro do vice-rei como representante dos rebeldes, que exigiam a soltura dos soldados presos pelo ouvidor-geral.

O vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, conde de Sabugosa, reuniu presenças ilustres da capitania e convocou o representante dos amotinados. Perdoou os soldados presos pelo ouvidor e mandou comunicar a notícia ao som de caixas pelas ruas. Posteriormente ordenou a divisão do velho corpo e as suas lideranças foram enviadas para várias áreas na capitania. Depois de desarticular o movimento, prendeu e sentenciou os líderes envolvidos com degredos e enforcamentos.

# X. MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO COLONIAL

## 1. Inconfidência Mineira (1789)

A inconfidência mineira foi um movimento histórico que ocorreu no final do século XVIII na região conhecida como Minas Gerais. Esse acontecimento está intimamente ligado com as conjunturas do sistema colonial português no território brasileiro.

No final do século XVII, houve um processo marcante de interiorização e urbanização da paisagem brasileira, provocado pela exploração de metais preciosos na região centro oeste. Com a descoberta desses recursos naturais – ouro e diamantes -, tão desejados desde o período pré-colonial, e sua modificação do viés exploratório, impunha a coroa a necessidade de um novo modelo fiscal/legal em consonância com a nova dinâmica econômica que estava se criando e, além disso, transformando as estruturas culturais e sociais da colônia brasileira. Dessa forma, já em 1704 o rei de Portugal criou a instituição denominada Intendência das Minas Gerais, responsável pela distribuição e demarcação de terras entre colonos, bem como na cobrança de diversos impostos, como o famoso quinto, taxa de vinte por cento do valor arrecadado sobre o montante de metais preciosos, sobretudo o ouro. Outro imposto que fazia parte desse modelo fiscal era a capitação, cobrado sobre o número de escravos que o mineiro possuísse. Podemos também ressaltar as fintas anuais que determinavam uma taxação sobre o ouro, relacionando a quantidade produzida e o tempo de mineração, podendo chegar até 100 arrobas.

Esse modelo fiscal teve um exacerbado rigor sobre a colônia, devido a problemas econômicos que Portugal estava sofrendo com o mercado internacional, principalmente em relação à Inglaterra, no que tange o tratado dos panos e vinhos ou tratado de Methuen, onde pelas suas cláusulas, os portugueses se comprometiam a consumir os produtos têxteis britânicos e em troca, teriam exclusividade na venda de vinhos para Inglaterra. Todavia, dentro dessa lógica, os portugueses tinham uma balança comercial desfavorável, em que se importavam muito mais tecidos do que se exportava vinhos, gerando um endividamento latente. Devemos lembrar que, internamente, Portugal também passava por dificuldade, tendo em vista o terremoto que devastou Lisboa em 1755, provocando, dentre outros fatores, um gasto para reconstrução dessa importante cidade portuária, além da morte de cerca de quarenta mil pessoas.

Outro aspecto a ser ressaltado era a influência ideológica revolucionária advinda dos pensadores das “luzes” que questionavam monarquias fortemente autoritárias, interligadas com o processo de independência das treze colônias americanas em 1766 e que se adequavam ao sistema de cobrança do quinto real. É importante pensar que quando o ouro entregue não perfazia cem arrobas, ou seja, cerca de mil e quinhentos quilos, era decretada a derrama, um imposto sobre o não pagamento do valor bruto mínimo desejado.

Dentro desse contexto, influenciados por uma possibilidade de enriquecimento pessoal, assim como de autopromoção local da região de Minas Gerais, se formou o movimento reacionário denominado inconfidência mineira, batizado com essa denominação, porque seus participantes agiam de maneira secreta, como confidentes.

Os objetivos gerais do movimento eram:

- Proclamar um governo republicano;
- Criar uma Universidade em Vila Rica;
- Estabelecer uma capital em São João Del Rei (interiorização da capital);
- Adotar uma bandeira, selo e hino próprio;
- Se adequar economicamente nos ideais liberais de produção;

A revolta deveria acontecer simbolicamente no dia da taxa de uma derrama em 1788, todavia, tal plano não deu certo, pois três participantes do movimento – Inácio Correia Pamplona, Basílio de Brito e Joaquim Reis - procuraram o governador da província, Visconde de Barbacena, para denunciar a ação dos inconfidentes, tendo como objetivo que a coroa perdoasse suas dívidas e seu possível envolvimento com os rebeldes. O rei de Portugal, mostrando sua benevolência perdoou todos os revoltosos, com exceção do alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, sendo condenado à forca em 1792 no RJ e depois esquartejado. Os portugueses espalharam parte do seu corpo em MG para servir de exemplo a qualquer outro revoltoso que atentasse contra o rei.

**Figura 30: Leitura da sentença dos inconfidentes.**



Por Leopoldino Faria.

Apenas no século XIX o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – criado no governo de Dom Pedro II e que a figura de Tiradentes passa a ser associada a um mártir da história do Brasil, respondendo a necessidade de se criar uma identidade nacional. Em muitas figuras, tal “herói” é visto com barba e traços semelhantes a Jesus Cristo, tendo como intenção sensibilizar as pessoas sobre o sentido da morte de Joaquim Xavier. Porém a historiografia questiona tal ponto de vista, levando em consideração que a inconfidência mineira era um movimento local e não tinha um sentimento nacional, bem como seus participantes procuravam se autopromover e não estavam se preocupando com a população humilde, haja vista a ausência da discussão sobre a necessidade do fim do trabalho escravo negro. Nesse período histórico foi construída a ideia de que *“se Jesus cristo morreu para nos salvar, então somos todos irmãos em cristo, portanto, se Tiradentes morreu em prol da nação, então somos todos irmãos brasileiros”*.

## 2. Conjuração Carioca (1794)

Chamamos de Inconfidência Carioca o movimento de intelectuais reunidos em torno de uma organização acadêmica chamada Sociedade Literária.

As autoridades coloniais estavam atentas a qualquer sinal de contestação e no Rio de Janeiro a difusão dos ideais iluministas e organização das lojas maçônicas preocupavam as autoridades. Essas chegaram a ter as atividades suspensas pelo vice-rei Conde de Resende. Nesse contexto de debates cada vez mais sem limites a Sociedade Literária foi fechada, mas seus membros continuaram-se reunindo secretamente. Um dos participantes mais ilustre era o poeta Inácio da Silva Alvarenga.

**Figura 31: Vice-rei conde de Resende**



Vice-rei conde de Resende, responsável pelo fechamento da Sociedade Literária.

Após novas denúncias, os integrantes dessas reuniões foram presos e investigados entre os anos de 1794 e 1795.

No final nada foi provado, apenas a acusação de circulação de livros proibidos. Todos os envolvidos foram libertados.

## 3. A Conjuração Baiana (1798)

Enquanto os inconfidentes mineiros tiveram na independência estadunidense, seu exemplo, os rebeldes baianos foram diretamente influenciados pelos ideais propagados pelos franceses.

A Conjuração Baiana foi mais um movimento colonial de caráter separatista. Em 12 de maio de 1798 a cidade de Salvador estava tomada por cartazes onde a influência francesa era clara. Entre seus líderes estava Cipriano Barata – o “homem de todas as revoluções”. Médico e culto jornalista foi ele o único que realmente tomou partido do movimento entre as elites baianas. Esse grupo reunia-se em torno da sociedade secreta Cavaleiros da Luz.

Apesar disso, podemos dizer que a Conjuração Baiana, também conhecida como Inconfidência Baiana, não foi um movimento de caráter elitista. Apesar da participação das elites baianas, o movimento também é conhecido como Conjuração dos Alfiates. Esse nome evidencia o caráter popular da rebelião e o destaque que estes trabalhadores tiveram.

**Figura 32: Escravos exercendo vários ofícios nas ruas de Salvador.**



Jean - Baptiste Debret, Escravos exercendo vários ofícios nas ruas de Salvador, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, século XIX.

O clima de insatisfação vinha de longa data na capital baiana. O preço dos alimentos era manipulado e os preços elevavam-se com frequência. Eram comuns queixas contra o governador baiano antes da eclosão do movimento. Na Bahia o exemplo dos mineiros era conhecido e em 1792 o Haiti tornara-se independente animando os baianos a fazerem o mesmo.

Em 12 de maio de 1798 foram espalhados panfletos rebeldes nas portas das igrejas e lugares de grande circulação de pessoas. Os panfletos diziam:

"Animai-vos Povo baiense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais".

A influência francesa é clara. Dentre as principais reivindicações dos rebeldes estavam:

- A criação de um governo republicano e igualitário
- Libertação dos escravos
- Liberdade de comércio
- Aumento dos salários dos soldados

A repressão ao movimento não se fez tardar. Muitos participantes delataram outros personagens envolvidos. As investigações foram instauradas pelo governador baiano D. Fernando José de Portugal. Após análise das caligrafias dos manifestos aprendidos chegaram logo ao verdadeiro autor das mensagens – o soldado Luíz Gonzaga das Virgens.

Os participantes foram presos, sentenciados, degredados, tiveram seus bens despojados e seus nomes amaldiçoados até a terceira geração. Os principais líderes foram enforcados e tiveram as partes de seus corpos expostas à carne crua para a população. Cipriano Barata foi preso e solto em 1800.

A Conjuração Baiana apresentou o projeto mais radical do período colonial. Apesar de duramente punido pela Coroa portuguesa, deixou marcas profundas na sociedade baiana.

**Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas, que ficou conhecida como Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre-comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo em que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais.**

*Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo 2013. 14ª edição.*

### 3. Revolução Pernambucana

Pernambuco foi a capital econômica durante um período áureo da empresa açucareira, teve um forte comércio dominado pelos portugueses sob o monopólio real e, portanto, sofreu os maiores atritos na relação conflituosa que se estabeleceu com o convívio e se fortaleceu durante a crise. Por isso, Pernambuco foi a região onde ocorreram as mais graves revoltas no período colonial e a revolta dos mascates (1710) é uma clara demonstração dessa tensão entre elite latifundiária local e comerciantes portugueses. O sentimento antilusitano era uma constante na mentalidade dos brasileiros ir a produzir a maior rebelião colonial brasileira, a Insurreição Pernambucana.

A família real, como veremos a seguir, chegará ao Brasil em 1808, fuga da invasão francesa promovida pelas guerras napoleônicas que sacudiam a Europa na época. No Brasil Dom João VI aumenta os impostos visando recuperar os prejuízos causados pelo deslocamento da corte e pela perda de controle da sede do reino, Portugal. Essa medida conseguiu desagradar tanto às elites, quanto as camadas populares ampliando a tensão que já existia em relação ao monopólio lusitano recifense do comércio. Somente para ilustrar, o comércio de exportação do algodão em Pernambuco era controlado por seis comerciantes portugueses.

Para que se acendesse o estopim da revolta, foram disseminadas as ideias revolucionárias francesas tanto nas lojas maçônicas (Patriotismo, Restauração, Pernambuco do Oriente e Pernambuco do Ocidente), além da sociedade secreta Areópago de Itambé e o Seminário de Olinda, onde haviam calorosas discussões sobre as ideias iluministas entre a elite pernambucana e os próprios membros do clero. A esse quadro conflituoso devemos acrescentar a crise econômica devido à queda nos preços do açúcar e do algodão na Europa, mergulhada na crise do pós-guerras napoleônicas (1815).

Diante dos detalhes expostos, aos poucos as agitações começam a ser incentivadas por membros da elite local e da própria igreja. Os conspiradores pertenciam a uma classe média culta e de senhores de engenho que se opunham a centralização do governo

de Dom João, os altos impostos, a crise econômica e o monopólio português do comércio. Dentre os líderes mais importantes destacamos o comerciante Domingos José Martins e entre os padres o reitor do Seminário de Olinda, João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida, o "padre miguelinho". Suas principais reivindicações foram:

- Fim do monopólio lusitano do comércio em Pernambuco
- Criação de uma república independente
- Queda dos impostos
- Fim da escravidão (defendida por alguns revolucionários)

A revolta foi deflagrada assim que o governador de Pernambuco, Caetano Pinto Montenegro, iniciou um processo de repressão as lideranças que pregavam a revolta liberal de independência, iniciando a prisão de militares e civis. No dia 6 de maio de 1817 o capitão José de Barros Lima reage a prisão e mata um oficial português dando início a revolta.

A rebelião contou com amplo apoio popular e militar conseguindo depor o governador que fugiu para o Rio de Janeiro. Enquanto isso, os rebeldes criaram um governo provisório assumindo o controle político de Olinda, Recife e seus arredores. O governo provisório composto por Domingos José Martins, o padre João Ribeiro e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio de Andrada). Dentre suas primeiras medidas destaca-se a criação da Lei Orgânica para regulamentar as relações comerciais e os negócios públicos. Ao mesmo tempo iniciava-se um processo de elaboração de uma Constituição para o novo Estado. Foram aprovados também o regime republicano, a liberdade de comércio, de imprensa e de religião, enquanto a questão da escravidão ainda dividia as lideranças revolucionárias.

O governo provisório iniciou também um processo de expansão revolucionária, exportando o levante para o norte da Bahia, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. O novo governo também será mais moderno e atento a questão diplomática, procurando estabelecer relações com a Inglaterra, os EUA e a recém emancipada Argentina buscando obter ajuda econômica e reconhecimento político.

Porém a repressão foi organizada a partir da Bahia sob o comando do governador Conde de Arcos, que logo recebe reforços enviados pelo rei do Rio de Janeiro. O litoral de Pernambuco foi cercado por uma frota de navios portugueses, enquanto os revoltosos eram atacados pelo interior que se concentraram em Alagoas. Os Revoltosos sem preparo militar e não libertando os escravos para poder contar com esse possível contingente de soldados, pois a tese da ameaça de uma rebelião de negros armados como ocorreu no Haiti em 1804. Dessa forma os revolucionários não resistem aos ataques das forças portuguesas e sucumbem.

Em 19 de maio do mesmo ano a revolta chega ao fim com a conquista de Recife pelos portugueses que iniciaram as prisões e os esvaziamentos públicos habituais.



Bandeira da Revolução Pernambucana de 1817 da <http://historiasylvio.blogspot.com.br/>



## **XI. A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA**

### Comentário

Caro estudante,

Continuemos nossos estudos.

Veremos nesse tópico como ocorreu a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808 bem como as principais consequências deste fato para a colônia.

O primeiro quartel do século XIX na América latina foi marcado pelas independências e formação dos estados nacionais no continente.

Em meio à república o Brasil constituiu-se caso singular. A presença da família real portuguesa possibilitou que o processo de formação do estado nacional brasileiro fosse feito sob o manto de um regime monárquico.

A ação da política externa de Dom João VI no Brasil refletiu bem as circunstâncias que o trouxeram à colônia. Naquela conjuntura, França e Espanha, como consequência das guerras napoleônicas, decidiram eliminar Portugal do mapa no início do século XIX. A transferência da Família Real portuguesa para o Brasil já havia sido pensada anteriormente e foi a forma encontrada para a manutenção do império lusitano. As invasões promovidas por Napoleão no continente forçaram os portugueses a adotarem tal medida desesperadamente.

D. Pedro I veio para o Brasil na ocasião da transferência da Família Real. Era o início do chamado processo de "inversão brasileira". O Rio de Janeiro se tornou capital do império português e o Brasil experimentou as consequências de tal mudança.

Sobre a transferência da família real portuguesa para o Brasil é bom estudar melhor:

- ✓ As causas;
- ✓ As transformações observadas no Rio de Janeiro e no Brasil;
- ✓ Os tratados comerciais especialmente o tratado de Abertura dos Portos e as consequências destas medidas para o Brasil;
- ✓ A elevação do Brasil à condição de Reino Unido à Portugal e Algarves em 1815;
- ✓ A Revolução Pernambucana de 1817;
- ✓ A Revolução Liberal do Porto (1821) e o papel das Cortes na tentativa de recolonizar o Brasil.

A partir do Rio de Janeiro Dom João VI determinou as invasões de Caiena e da Província Cisplatina - colônias francesa e espanhola respectivamente. Face ao contexto europeu Espanha e França foram retaliados pelos portugueses na América do sul.

Sobre o período joanino leia o texto a seguir!

Bons estudos!

### **1. O governo de Dom João no Brasil**

#### **O contexto da vinda da família real (1808)**

Depois de governar cinco anos como cônsul, Napoleão Bonaparte foi coroado imperador da França em 1804. A partir daí inicia um período de guerras conquistando grande parte da Europa continental, não conseguindo, contudo, submeter a Inglaterra. Em 1806, Napoleão Bonaparte assinou em Berlim o decreto do Bloqueio Continental, que proibia todos os países do continente europeu fazerem comércio com a Grã-Bretanha (comumente chamada de Inglaterra, embora esta última não corresponda à



totalidade do território britânico). O fato de Napoleão ter determinado essa medida em plena capital da Prússia – e não em Paris – nos dá conta da hegemonia que ele alcançara sobre as demais monarquias da Europa.

Incapaz de derrotar a inimiga Inglaterra no mar, devido à inferioridade naval francesa, o imperador pretendia debilitá-la economicamente, forçando o governo de Londres a um entendimento com a França.

Na ocasião, a Inglaterra era o único país do mundo que já se encontrava em plena Revolução Industrial. Como na França esse processo ainda era incipiente, seria impossível preencher o vácuo criado pela falta de produtos britânicos nos mercados europeus. Estes, portanto, continuaram a entrar na Europa Continental, por meio de contrabando. Na verdade, o Bloqueio Continental prejudicou mais os países que o praticaram do que aquele contra o qual ele fora planejado. A Holanda recusou-se a acatar as determinações de Napoleão, que mandou invadi-la e impôs seu irmão, Luís Bonaparte, como rei dos holandeses.

O Bloqueio Continental deixou Portugal em uma situação delicada. Desde 1641, ou seja, logo após o final da União Ibérica (1580-1640), o país caíra sob a dominação da Inglaterra. Essa relação se consolidará ao longo dos anos, notadamente após a assinatura do Tratado de Methuen (ou dos Panos e Vinhos, 1703), e foram inúteis os esforços do ministro Marquês de Pombal (1750-77) para alterá-la.

Em 1792, a rainha D. Maria I, atingida por irremediável doença mental, fora afastada da chefia do Estado. Em seu lugar, assumiu o governo, na qualidade de regente, o príncipe-herdeiro D. João (futuro D. João VI).

Se por um lado Portugal não podia afrontar Napoleão, dada sua vulnerabilidade a um ataque francês (na ocasião, a França era aliada da Espanha, por cujo território as tropas francesas necessariamente teriam de passar), por outro também não podia simplesmente romper com a Inglaterra. Aliás, a indiscutível supremacia marítima britânica inviabilizaria as comunicações entre Portugal e Brasil – principal colônia lusitana, de cuja exploração dependia a própria sobrevivência econômica de Portugal.

Em agosto de 1807, o governo francês enviou um ultimato a Portugal: ou adería ao Bloqueio Continental, ou teria seu território invadido. Diante da negativa de D. João, os embaixadores da França e Espanha retiraram-se de Lisboa em 1º de outubro, como prenúncio da invasão.

Nessa situação crítica para o governo português, a Grã-Bretanha interveio por meio de seu embaixador em Portugal, lorde Strangford: o governo britânico oferecia proteção naval para que não só a Família Real, mas toda a Corte Portuguesa (isto é, os nobres que conviviam com a Família Real e seus servidores) e os funcionários do governo se transferissem para o Brasil. Em contrapartida, Portugal se comprometia – mediante um acordo firmado secretamente – a ceder temporariamente a estratégica Ilha da Madeira aos britânicos e a permitir o comércio direto entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

Em 27 de outubro de 1807, França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que destronava a Dinastia de Bragança, reinante em Portugal desde a Restauração de 1640. O território português seria dividido em três partes, a maior das quais caberia pessoalmente a Napoleão.

Em 19 de novembro, o general francês Junot penetrou com suas tropas em Portugal, avançando rapidamente para o sul, em direção a Lisboa. Três dias antes, uma frota britânica ancorava no Rio Tejo, colocando-se à disposição do príncipe D. João para fazer o traslado para o Brasil.

O que se seguiu foi um grotesco quadro de atropelo, confusão e desespero, agravado pelas notícias da célere aproximação dos franceses. Ao todo, mais de 10 000 pessoas apinharam-se a bordo de 16 navios de guerra e 20 de transporte – todos portugueses. A frota britânica do almirante Sidney Smith dava-lhes cobertura.

Foram embarcados os arquivos dos ministérios, móveis e pratarias, bem como uma enorme soma de dinheiro, equivalente à metade das moedas que circulavam em Portugal. Parte da guarnição militar de Lisboa também foi para bordo com seu armamento. Em suma: o estado metropolitano português transferiu-se para a sua principal colônia. Essa completa subversão das regras do pacto colonial traria enormes benefícios para o Brasil em seu processo de independência.

No dia 29 de novembro de 1807, a frota anglo-portuguesa levantou âncoras. Menos de 24 horas depois, à frente de seus soldados esfalfados, Junot entrava em Lisboa.

**No início de fevereiro de 1808, Junot decretou, em nome de Napoleão, a extinção da Casa de Bragança – suprema ironia, dado que ela estava a salvo no Brasil – e nomeou um Conselho de Governo. Determinou que as armas portuguesas fossem retiradas ou cobertas e que se usassem na documentação oficial as referências napoleônicas**

– “Em nome de Sua Majestade o Imperador dos Franceses ...” – e o selo do império francês. Abolidas as milícias e dispersas as forças armadas portuguesas, criou uma polícia política. Sob comando do general Louis Loison (1771-1816), a instituição ficou conhecida pela violenta repressão desencadeada contra opositores.

Ana Canas D. Martins. Anos de guerra e incertezas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, número 55, abril.2010.

### As transformações ocorridas no Brasil como sede do império português

A transferência do Estado Português para o Brasil foi fundamental para que nosso país pudesse encaminhar seu processo de emancipação política. O primeiro passo nesse sentido foi dado poucos dias após o desembarque de Dom João na Bahia (de onde depois se transferiria para o Rio de Janeiro). Trata-se do decreto (na época denominado carta-régia) de abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas” – que na ocasião se resumiam à Inglaterra, já que até os Estados Unidos mantinham relações preferenciais com a França Napoleônica.

É verdade que pouco depois, pelos Tratados de 1810, o governo português concedeu ao comércio e aos cidadãos britânicos condição privilegiada para atuar no Brasil. Mas outra não poderia ser a atitude lusitana, tendo em vista a fragilidade da posição de Portugal em face de seu poderoso aliado.

**Seguiram-se medidas revogando os entraves à produção e ao comércio da colônia cuja permanência era incompatível com sua nova situação de sede da monárquica. O alvará de 1 de abril de 1808 permitiu o livre estabelecimento de fabricas e manufaturas, revogando as restrições anteriormente estabelecidas. A 30 de junho de 1810 revogou as disposições de 1749 e 1751 e autorizou todos os vassallos a vender, pelas ruas e casas, qualquer mercadoria que tivesse pago os competentes direitos. O alvará de 28 de setembro de 1811, prosseguindo na liberalização da economia, revogou o de 6 de dezembro de 1755 e declarou livre a todos comerciar quaisquer gêneros não vedados. A 11 de janeiro, revogando-se medidas anteriores, autoriza-se o Conselho das Fazendas a conceder licenças para o corte de pau-brasil (...) O decreto de 18 de julho de 1814, permitiu a entrada de navios de qualquer nação nos portos dos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros.**

Emília Viotti da Costa. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. in.: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969.

Dada abertura às nações amigas, o que se observa é um aumento da influência inglesa sobre o domínio português na América do Sul. Com a ocupação dos demais países europeus pela França napoleônica, o Império britânico aproveitava-se da ausência da concorrência estrangeira sobre o comércio do Brasil. Como ressalta Pedro Octávio Carneiro da Cunha (2001):

(...) O convênio mercantil, dando aos ingleses uma tarifa preferencial, afastou outros concorrentes e, sobretudo abafou a esperança da indústria e de certas culturas incipientes. A Inglaterra ambicionava o mercado brasileiro, mas a abertura dos portos já lhe dera um virtual monopólio, pela forçada exclusão da Europa napoleônica. Mesmo quando viesse a paz geral, a superioridade da manufatura inglesa, apoiada em marinha igualmente superior, dispensaria proteção de alfândega para prosperar. Queria, no entanto sempre mais, o que é o próprio do negociante - que em geral, só não é imperialista quando não pode.

Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, Dom João, assessorado por ministros capazes, tomou numerosas iniciativas importantes, que deram ao Brasil um certo arcabouço administrativo e cultural. No plano econômico, foi revogado o alvará de D. Maria I que proibia a instalação de indústrias no Brasil; ainda no econômico, criaram-se a Casa da Moeda e o Banco do Brasil; no militar, fundaram-se as Academias Militar e Naval e foi implantada uma fábrica de munições; no cultural, surgiram a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Real Teatro de São João, o Jardim Botânico e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além de se contratar a vinda - após a queda de Napoleão - de uma importante Missão Artística Francesa.

**Figura 33: Paço de São Cristóvão em 1816.**

J.B. Debret - Biblioteca Nacional RJ

D. João também instalou também os ministérios da Marinha, do Ultramar, da Guerra e do Reino, criou o Erário Régio (mais tarde em 1821 e torna o Ministério da Fazenda), o Conselho de Estado, o Supremo Conselho Militar e o Conselho da Fazenda.

O coroamento de todas essas realizações deu-se em 1815, quando foi instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (este último território corresponde ao extremo sul de Portugal). Com isso, o Brasil deixava de ser uma colônia, equiparava-se a Portugal e – mais que isso – tornava-se a sede legalizada do Reino Lusitano.

De um modo geral, a aristocracia rural brasileira aceitou de bom grado a administração joanina. Tal avaliação, porém, não se aplica a Pernambuco, onde o antilusitanismo sempre foi muito forte e havia uma intensa atuação da Maçonaria (uma organização secreta, ideologicamente liberal, e, portanto, oposta ao absolutismo de D. João). Acrescentem-se a esse quadro o aumento de impostos (para sustentar a Corte Portuguesa no Brasil) e a crise nas exportações do açúcar (devido ao consumo do açúcar de beterraba na Europa) e do algodão, teremos os elementos detonadores da Revolução Pernambucana de 1817. Esta foi duramente reprimida, mas alguns de seus líderes não chegaram a ser executados, graças a um ato de clemência de Dom João, conforme já vimos anteriormente quando analisamos os movimentos de libertação colonial.

### A política expansionista de Dom João

**Figura 34: Desembarque em Caiena.**

Álvaro Martins.

No plano sul-americano, a política externa do governo joanino empreendeu duas ações militares. A primeira, como uma retaliação à invasão napoleônica de Portugal, foi a ocupação da Guiana Francesa por tropas portuguesas transportadas em navios britânicos; todavia, com a queda do imperador francês, o território foi restituído ao novo rei, Luís XVIII.

A fronteira entre o Grão-Pará e Caiena, capital da Guiana Francesa era uma região de disputa desde o século XVII. Em 1713 houve por parte de Portugal e da França uma tentativa de resolver a questão com a assinatura do tratado de Utrecht, que estabeleceu o Rio Oiapoque como limite entre o território francês e o português. Se a situação mesmo depois do tratado ainda continuava tensa, com a explosão do processo revolucionário francês as coisas pioraram.

Como a guerra levou Portugal a se tornar inimigo da França, Dom João como uma forma de vingança e, também, como precaução em relação a um possível ataque francês vindo da Guiana, em maio de 1808 invade a colônia francesa com o apoio militar

britânico. A conquista da região francesa vai de janeiro de 1809 a 1814 quando o tratado de Paris, assinado por portugueses e franceses, determinou a devolução do território para a França tendo sido ratificado pelo tratado de Viena (1817)

Já a segunda ação militar teve maior importância. Aproveitando a ebulição emancipacionista que agitava a Bacia Platina, D. João determinou a invasão da chamada Banda Oriental (atual Uruguai), que integrava o Vice-Reino do Prata. A monarquia portuguesa tenta por três vezes a conquista do território só obtendo êxito em 1817 e permanecendo com a posse do território até 1825.

**A primeira tentativa, em 1808, tem, inicialmente, o apoio do príncipe regente D. João, e corresponde ao projeto de Carlota Joaquina em exercer a regência espanhola a partir do Rio da Prata. No entanto, pela ação de Lorde Strangford, representante britânico no Rio de Janeiro, e de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de D. João, o plano de Carlota malogra.**

**Uma segunda tentativa expansionista lusa ocorre em 1811, mesmo ano em que José Gervásio Artigas adere à Revolução de Maio, iniciada em Buenos Aires, e que busca o rompimento com a Espanha. As tropas de D. João invadem o território oriental sob a alegação de preservá-lo aos Bourbon, casa real a qual Carlota pertence e, também, sob o argumento de que as perturbações no território oriental causavam turbulências na fronteira com o Rio Grande. No entanto, mais uma vez por pressão inglesa, D. João retira as suas tropas desse território em 1812.**

**Em 1816 ocorre a terceira tentativa expansionista lusa, que obtém êxito. As tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves são lideradas pelo então general Carlos Frederico Lecor e invadem o território oriental, conquistando Montevidéu em 20 de janeiro de 1817.**

**Uma vez estabelecendo-se a conquista e o governo luso de Montevidéu, permanece à frente desta empreitada o general Lecor, que administra o território oriental a partir de Montevidéu até 1825.**

*Fábio Ferreira. A administração de Lecor e a Montevideo portuguesa – 1817-1822. Disponível em : <<http://www.revistatemalivre.com/lecor10.html>> Acesso em: 26 fev. 2011.*

## 2. O Processo de Independência

### Comentário

Avançemos um pouco mais!

Nessa aula veremos como ocorreu o processo de Independência do Brasil em relação à Portugal.

Pelo menos quatro momentos importantes marcaram o processo iniciado anos antes, em 1808, com a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil.

Naquela conjuntura o pacto colonial foi quebrado com a assinatura do Tratado de Abertura dos Portos às Nações Amigas. O Brasil ganhou o direito de realizar comércio com outras nações. Foi o fim do exclusivismo colonial. Aspecto estruturante do sistema colonial.

O ano de 1815 também é considerado outro momento importante no processo de "inversão brasileira". Gradativamente o Brasil ganhou importância dentro do conjunto do império português. Como consequência da reorganização europeia após as guerras de Napoleão e a partir do Congresso de Viena (1815) o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves suplantando a própria metrópole.

Em 1822 temos outro momento decisivo. Diante das ameaças de recolonização vindas de Portugal o jovem D. Pedro rompeu com as Cortes metropolitanas. Começava no Brasil o período que chamamos de Primeiro Reinado (1822-1831).

**Alguns historiadores argumentam que a independência brasileira só ocorreu, de fato, em 1831, após a abdicação de nosso primeiro monarca. Ou seja, após o fim do governo de D. Pedro I. O Primeiro Reinado seria então parte do processo de transição para a independência posto que nos separamos de Portugal mas continuamos a ser governados por um português.**

**Somente após a abdicação de D. Pedro I e o fim do Primeiro Reinado no Brasil é que os setores elitistas e conservadores puderam efetivamente governar o país.**

**Repare, estimado leitor, que a independência do Brasil é um processo que iniciou-se em 1808 e durou até 1831.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**

Se no geral o governo de D. João VI (rei a partir de 1816, quando do falecimento de D. Maria I) foi benéfico para o Brasil, em Portugal ele gerou fortes ressentimentos – sobretudo entre a burguesia, que desde 1808 perdera o lucrativo monopólio do comércio com o Brasil.

Além da crise econômica, Portugal sofrera com as invasões francesas (ao todo, foram três) e com as lutas travadas principalmente por tropas britânicas para repeli-las. Adicionalmente, havia um sentimento de humilhação diante da Inversão Brasileira, que colocara o Brasil no topo do Reino Unido, tanto em termos administrativos como econômicos. Napoleão caíra definitivamente em 1815; mas D. João recusava-se a voltar para Portugal, o que abria a perspectiva de o Rio de Janeiro se tornar a capital permanente da Monarquia Lusa, ou até mesmo acabar se tornando um estado independente.

Desde fins do século XVIII, as ideias liberais (isto é, antiabsolutistas) vinham penetrando em Portugal. Essa ideologia ganhou maior espaço durante a ausência da Família Real, já que tanto ingleses como franceses – cujas tropas disputavam o território português – representavam tendências contrárias ao Antigo Regime ainda vigente em Portugal: os britânicos, pelo fato de adotarem a monarquia parlamentarista; os franceses, porque ainda personificavam o ímpeto de sua Revolução, se bem que transmutado no centralismo napoleônico.

Após a expulsão dos invasores franceses, Portugal passou a ser administrado por um general inglês, Beresford. D. João foi constrangido a nomeá-lo lugar-tenente (isto é, substituto imediato) do rei para o território português. Na prática, porém, Beresford atuava como administrador absoluto, subordinado apenas formalmente à autoridade real. Uma humilhação a mais para os portugueses.

Em 24 de agosto de 1820, aproveitando a ausência de Beresford, que viajara para o Rio de Janeiro, irrompeu na cidade do Porto uma Revolução liberal, conduzida pela burguesia, mas com forte participação popular. O movimento ganhou rapidamente o país e uma Junta Provisória de governo convocou eleições para uma Assembleia Constituinte que poria fim ao absolutismo.

No Brasil, as novas sobre a Revolução do Porto tiveram boa aceitação, tanto entre a aristocracia rural como entre os comerciantes portugueses aqui radicados. D. João VI, confrontado com uma grande manifestação popular, jurou respeitar a Constituição que iria ser feita em Portugal; aceitou ainda que as províncias brasileiras passassem a ser administradas por Juntas Provisórias formadas por figuras locais preeminentes, enquanto não se promulgava uma Constituição para o Reino Unido.

Em janeiro de 1821, a Assembleia Constituinte foi instalada em Lisboa, com o nome de Cortes (denominação de Assembleias que se reuniam em Portugal e Espanha desde a Idade Média; não confundir com a Corte Portuguesa, grupo de nobres mais próximos do rei e que também ocupavam cargos públicos, que se encontrava no Rio de Janeiro). Deputados brasileiros foram enviados para participar dos debates, direito esse adquirido após a integração da colônia brasileira ao grau de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Mas as Cortes de Lisboa tinham uma posição ambígua: eram indiscutivelmente liberais em relação a Portugal; mas na atitude para com o Brasil eram reacionárias, pois tinham o projeto de recolonizá-lo, mediante a supressão do Reino Unido declarado em 1815. Para executar esse projeto, porém, era necessário primeiro que o governo português se reinstalasse em Portugal.

Como D. João VI não era mais absoluto e as Cortes representavam a máxima autoridade política do Reino Unido, não foi difícil pressioná-lo para voltar. Assim, em 24 de abril de 1821, o monarca embarcou com sua família para Lisboa. Deixou no Rio de Janeiro, porém, com o título de príncipe-regente, seu filho e herdeiro D. Pedro, com 24 anos. E, ao se despedir, deu-lhe o célebre conselho: “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, toma a coroa para ti, antes que algum aventureiro lance mão dela.”



Em 7 de setembro seguinte, com o grito do Ipiranga, o príncipe atendeu à recomendação do pai.

### **A Revolução Liberal do Porto (1820)**

Nosso processo de independência foi detonado por Portugal após a eclosão da Revolução Liberal do Porto que exigiu o breve retorno de Dom João, fato esse que ocorreu a 24 de agosto de 1820. A notícia dessa revolução só chegou ao Rio de Janeiro em 12 de outubro produzindo uma sensação de apreensão por parte da elite brasileira e um desânimo do rei e da corte portuguesa ligada aos valores da nobreza que estava sendo derrotada naquele momento na metrópole.

Esses ideais liberais já haviam sido muito bem recebidos na ilha de Madeira e no arquipélago de Açores. Aqui no Brasil a notícia do triunfo dessas ideias que derrubaram o absolutismo português, gerou várias manifestações. Em Belém do Pará a notícia chegou dia 1º de dezembro do mesmo ano. A província já estava sob o comando de uma junta interina o que facilitou o apoio entusiasmado a causa constitucional da revolução do Porto. Em seguida em janeiro de 1821 elegeram-se, por aclamação, uma Junta Constitucional Provisória, além de terem sido eleitos os dois representantes dos interesses da província paraense perante a Corte em Portugal e a Junta Suprema no Brasil.

Na Bahia em 21 de fevereiro de 1821, como consequência da luta de Cipriano Barata de Almeida e José Lino Coutinho, deram início nos quartéis o levante que exigia a implantação de uma Junta Constitucional Provisória, assim como ocorreu em Belém, mantendo também o interesse de permanência no Reino Unido sem a intenção de um movimento separatista.

Em Pernambuco, o governador Luís do Rego Barreto, que administrava de forma extremamente autoritária, convoca o povo para eleger Junta Constitucional Provisória da Bahia, porém o povo baiano por desconfiança formou, também por aclamação, uma Junta Provisional Temporária em Goiana, para contrabalançar a questão do controle interno da província com a Junta de Recife controlada pelos portugueses. Inicia-se então um confronto entre o governador e o povo pernambucano. O resultado dessa peleja foi a vitória dos pernambucanos em 5 de outubro de 1821. Com isso, puderam estruturar uma Junta Constitucional Provisória para governar a província respeitando os compromissos com os ideais da Revolução Constitucional do Porto. A vitória dos brasileiros pernambucanos empolgou os paraibanos que em 25 de outubro também elegeram sua Junta Governativa em nome da nova Constituição liberal portuguesa.

Já no Maranhão, que era governado pelo marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, promoveu uma fraude na eleição da Junta Governativa, sendo ele próprio nomeado novamente para o cargo de governador em 13 de abril de 1821 ficando ainda no comando da capitania até 15 de fevereiro de 1822 quando, finalmente, foi eleita a Junta Constitucional Provisória independente no Maranhão.

Dessa forma podia se considerar triunfante a Revolução Liberal do Porto que tinha amplo apoio em terras brasileiras. Porém, os liberais portugueses divergiam em sua visão dos liberais brasileiros, o que demonstrava a inexistência de uma unidade quanto à natureza e a finalidade do processo liberal.

Após a exigência de seu retorno para Portugal, e para não abandonar totalmente o Brasil, D. João VI deixou como regente o filho, D. Pedro de Alcântara, mais tarde imperador como D. Pedro I. A ideia de Dom João era simples, se houvesse uma separação entre colônia e metrópole, essa seria a maneira mais eficiente para garantir que a dinastia continuasse no poder no futuro estado brasileiro.

### **As Divergências entre os Liberais**

Não se pode compreender o processo de independência sem pensar no projeto recolonizador das Cortes portuguesas, a verdadeira origem da definição dos diversos grupos no Brasil. Embora o rompimento político com Portugal fosse o desejo da maioria dos brasileiros, havia muitas divergências. No movimento emancipacionista havia grupos sociais distintos: a aristocracia rural do sudeste partido brasileiro, as camadas populares urbanas liberais radicais e por fim, a aristocracia rural do norte e nordeste, que defendiam o federalismo e até o separatismo.

A aristocracia rural do sudeste, a mais poderosa, era conservadora, lutando pela independência, defendendo a unidade territorial, a escravidão e seus privilégios de classe. Os liberais radicais queriam a independência e a democratização da sociedade, mas seus chefes, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, permaneceram atrelados à aristocracia rural, sem revelar vocação revolucionária. A aristocracia rural do norte e nordeste enfrentava a forte resistência dos comerciantes e militares portugueses, fortes no Pará, Maranhão e Bahia. Além disso, desconfiavam da política centralizadora de José Bonifácio.



O partido português no Brasil chamado por vezes dos “pés de chumbo”, estava do lado das Cortes; o partido brasileiro e os liberais radicais eram contra, mas divergiam quanto aos objetivos. Para o partido brasileiro, o ideal era a criação de uma monarquia dual (Brasil e Portugal) para preservar a autonomia administrativa e a liberdade de comércio. Mas a intransigência das Cortes portuguesas, que nada tinham de liberais, fez o partido inclinar-se pela emancipação, sem alterar a ordem social e os seus privilégios. Já os liberais radicais formavam agrupamento quase revolucionário, bem perto das camadas populares urbanas, sendo alguns republicanos. No conjunto, tratava-se do grupo mais receptivo às mudanças mais profundas e democráticas da sociedade.

A concretização das aspirações de cada um desses agrupamentos era distinta. Os grandes proprietários rurais ligados ao partido dispunham dos meios efetivos para a realização de seus objetivos. A ânsia por um comércio livre de entraves mercantilistas encontrava apoio em forças internacionais, lideradas pela burguesia britânica. A sólida base econômica e social escravista garantia ainda os recursos materiais para resistir com êxito à provável ameaça recolonizadora de Lisboa.

A situação do Brasil permaneceu indefinida e em 9 de dezembro de 1821, chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes que ordenavam a abolição da regência e o imediato retorno de D. Pedro a Portugal; a obediência das províncias à Lisboa e não mais ao Rio de Janeiro; a extinção dos tribunais do Rio. O Príncipe Regente D. Pedro, começou a fazer preparativos para seu regresso. Mas estava gerada enorme inquietação. O partido brasileiro ficou alarmado com a recolonização e com a possibilidade de uma explosão revolucionária.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa (2007):

“(...) A série de medidas tomadas pelas Cortes tornou patente a nova orientação assumida em relação ao Brasil, revelando as intenções de restringir a autonomia administrativa da colônia, limitar a liberdade de comércio, restabelecer monopólios e privilégios que os portugueses haviam usufruído anteriormente à transferência da Corte portuguesa para o Brasil (...) As decisões tomadas pelas Cortes repercutiram no Brasil como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado (...) Os propósitos recolonizadores das Cortes tinham agravado a tensão entre colônia e metrópole, pondo em risco a solução de compromisso almejada pela maioria dos que compunham a classe dominante no Brasil.”

A nova situação favoreceu a polarização: de um lado o partido português e do outro, o partido brasileiro com os liberais radicais, que passaram a agir pela independência.

Na disputa contra os conservadores, os radicais cometeram o erro de reduzir a questão à luta pela influência sobre o Príncipe Regente. Era inevitável que este preferisse os conservadores. Ademais, os conservadores encontraram em José Bonifácio um líder bem preparado para dar à independência a forma que convinha às camadas dominantes.

### **O "Fico" e o "Cumpra-se"**

Sondado, o príncipe se mostrou receptivo. Foram enviados emissários a Minas e São Paulo para obter a adesão à causa emancipacionista, com resultados positivos. No Rio de Janeiro foi elaborada uma representação (com coleta de assinaturas) em que se pedia a permanência de D. Pedro. O documento foi entregue a D. Pedro a 9 de janeiro de 1822 por José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Em resposta, o Príncipe Regente decidiu desobedecer às ordens das Cortes e permanecer no Brasil: era o “Dia do Fico”.

A decisão do príncipe de desafiar as Cortes era produto de um amplo movimento, no qual se destacou José Bonifácio de Andrada e Silva. Membro do governo provisório de São Paulo; escrevera em 24 de dezembro de 1821 uma carta a D. Pedro, na qual criticava a decisão das Cortes de Lisboa e chamava a sua atenção para o papel reservado ao príncipe na crise. D. Pedro divulgou a carta, publicada na Gazeta do Rio de Janeiro de 8 de janeiro de 1822 com grande repercussão. Dez dias depois, havia chegado ao Rio uma comitiva paulista, integrada por José Bonifácio, para entregar ao príncipe a representação paulista. No mesmo dia, D. Pedro nomeou José Bonifácio ministro do Reino e dos Estrangeiros, cargo de forte significado simbólico: pela primeira vez o cargo era ocupado por um brasileiro. Os irmãos Andrada (José Bonifácio e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco) tornaram-se figuras políticas de destaque nacional.

D. Pedro ganhou forte apoio popular com a decisão do Fico. Para resistir às ameaças de recolonização, foi decretada, em 16 de fevereiro de 1822, a convocação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Teoricamente, tinha por finalidade auxiliar o príncipe, mas na prática tratava-se de manobra dos conservadores, liderados por José Bonifácio, contra os radicais, representados por Joaquim Gonçalves Ledo, um funcionário público para quem a preservação da unidade político-

territorial do Brasil deveria ser feita através da convocação de uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo. O conselho foi convocado exatamente para evitar isso e manter a unidade sob controle do poder central e dos conservadores.

Em maio, a cisão entre D. Pedro e as Cortes aprofundou-se: o regente determinou que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o « Cumpra-se » assinado por ele, o que equivalia a conferir plena soberania ao Brasil. A medida teve imediato apoio. Quando dos festejos pelo aniversário de D. João VI de Portugal, a 13 de Maio, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro pediu ao Príncipe-Regente que aceitasse para si e para seus descendentes o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

Os liberais radicais mantinham-se ativos: por iniciativa de Gonçalves Ledo, uma representação foi dirigida a D. Pedro para expor a conveniência de se convocar uma Assembleia Constituinte. O príncipe decretou sua convocação em 13 de junho de 1822 cedendo à pressão popular.

José Bonifácio resistiu à ideia de convocar a Constituinte, mas foi obrigado a aceitá-la. Procurou descaracterizá-la, propondo a eleição indireta, que acabou prevalecendo contra a vontade dos liberais radicais, que defendiam a eleição direta. Embora os conservadores tenham obtido o controle da situação e o texto da convocação da Constituinte apresentasse declarações favoráveis à permanência da união entre Brasil e Portugal, as Cortes insistiam: o príncipe regente deveria retornar imediatamente.

### A Independência

No final de agosto, D. Pedro viajava para a província de São Paulo para acalmar a situação depois de uma rebelião contra José Bonifácio. Qual seria sua posição pessoal? Apesar de ter servido de instrumento dos interesses da aristocracia rural, à qual convinha a solução monárquica para a independência, não se deve desprezar seus interesses próprios. Tinha formação absolutista e por isso se opusera à revolução Liberal do Porto. Da mesma forma, a política recolonizadora das Cortes desagradou à opinião pública nas cidades brasileiras. E é nisso que se baseou a aliança entre D. Pedro e o «partido brasileiro». Assim, se a independência do Brasil pode ser vista, objetivamente, como obra da aristocracia rural, é preciso considerar que teve início como compromisso entre o conservadorismo da aristocracia rural e o absolutismo do príncipe.

Ao voltar de Santos, parando às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro de Alcântara recebeu as ordens de seu pai para que voltasse para Portugal, se submetendo ao rei e às Cortes. Vieram juntas duas cartas, uma de José Bonifácio, que aconselhava D. Pedro a romper com a metrópole, e a outra da esposa, Maria Leopoldina, apoiando a decisão do ministro. D. Pedro I, impelido pelas circunstâncias, pronunciou as famosas palavras "Independência ou Morte!" rompendo os laços de união política com Portugal, a 7 de Setembro de 1822. Ao chegar à capital, Rio de Janeiro, foi aclamado Imperador, com o título de Pedro I.

Culminava o longo processo de emancipação, iniciado em 1808 com a vinda da família real. A 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado imperador, sendo coroado mais tarde, em 1º de dezembro de 1822.

Apesar de ser heroica a história do rompimento com Portugal, a independência do Brasil teve vários aspectos negativos. Na sua maioria, foi uma independência das elites, que ganharam mais liberdade econômica e política. Coerentemente com as ideias da época, ao contrário do que desejava José Bonifácio, por exemplo, a escravidão foi mantida.

**(...) Constituíram uma verdadeira oligarquia fazendo parte do Conselho de Estado, Senado e Câmara dos Deputados, exercendo funções de presidentes de província e de ministros de Estado. Cômicos da distância que os separava da grande maioria da população, empenhavam-se em manter a ordem e em limitar as tendências democratizantes. Estavam também, na sua maioria, interessados na permanência da estrutura tradicional da produção baseada na grande propriedade, na escravidão, na exportação de produtos tropicais (...) Ficaram excluídos do poder as camadas populares, uma vez que escravos e índios foram excluídos do conceito de cidadão, tendo-se adotado ainda um sistema de eleição indireta, recrutando-se os votantes segundo critérios censitários.**

*Emília Viotti da Costa. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007.*

### 3. As guerras da Independência

A independência do Brasil, depois disso, foi conquistada de um modo relativamente rápido. O apoio da Inglaterra à nossa independência foi crucial, usando sua diplomacia e facilitando o processo. O uso de mercenários ingleses sufocando rebeldes e

guerras foi decisivo. Depois disso, ela foi seguindo naturalmente. Inicialmente assustados com a ideia, os comerciantes e funcionários portugueses a aceitaram, já que seus interesses seriam mantidos pelo fato de o imperador pertencer à dinastia de Bragança e ser herdeiro da Coroa Portuguesa.

D. Pedro, agora Imperador Pedro I do Brasil, buscou retirar possíveis focos de resistência portuguesa dentro do território brasileiro. Encontrou ferrenha oposição nas províncias do Piauí, Bahia e Pará, sem contar tropas portuguesas que ainda estavam instaladas no Rio de Janeiro, e em outras cidades brasileiras.

Na Bahia, a independência teve seu momento mais difícil de consolidação, ocorrendo depois da aclamação de D. Pedro I ao cargo de Imperador. Agora veremos o relato de três historiadores que, com seus artigos publicados na Revista de História da Biblioteca Nacional (setembro de 2009), resumem muito bem as guerras travadas com as forças lusitanas contrárias a independência

Segundo Hendrik Kraay, na Bahia:

*"A Guerra de Independência na Bahia constitui-se de um sangrento conflito ocorrido entre 19 a 21 de fevereiro quando o coronel Inácio Luís Madeira de Melo foi nomeado, em substituição de um coronel baiano para o comando das tropas na região. A resistência que gerou os conflitos culminou na derrota dos baianos pelos portugueses, que foram obrigados a fugir. Posteriormente, estes, articulados aos senhores de engenho do recôncavo continuariam uma guerra contra os portugueses na região, na luta pela independência, a partir da organização do Exército Pacificador. A Bahia ainda jazia sobre o domínio português, após a aclamação de D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822. O Imperador, em apoio à região, enviou reforço militar sob o comando de um oficial francês – Pedro Labatut (1768-1849), auxiliado por forças da Paraíba e Pernambuco. Labatut, teve divergências com os senhores de engenho, pois o mesmo propôs a alforria dos escravos que compusessem o Exército Pacificador. O brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva, ao substituir o comandante francês, posteriormente, reforçou a utilização da alforria para arregimentar mais negros em auxílio do Exército Pacificador. Os conflitos se seguiram até 2 julho, sendo nesta data, que os baianos, ainda hoje, comemoram a independência do Brasil, sobrepujando o próprio 7 de setembro."*

Sobre os acontecimentos relacionados à Independência na província do Grão-Pará, Magda Ricci ressalta que:

*"A província do Grão-Pará, só foi incorporada ao Império do Brasil em 23 de agosto de 1822. A elite da província mantinha estreitos vínculos políticos, econômicos e até matrimoniais com Portugal. Os comerciantes do Grão-Pará lucraram muito com a abertura dos portos, decretada no ano anterior, e se empolgaram com a Revolução do Porto de 1820, em defesa de uma Constituição liberal, com a volta do rei para Portugal (...). Nas ruas de Belém, aumentavam as divergências entre os brasileiros nascidos na terra e aqueles tidos como "adotivos" – os portugueses "enraizados" no Pará (...). Pedir a saída dos portugueses poderia soar como uma reivindicação justa e afinada com a causa da Independência brasileira. Mas clamar pela morte dos europeus era algo bem mais amplo e radical. Para o brigadeiro português José Maria de Moura, comandante das Armas da província deposto com a Independência, a origem de tudo estava na extrema insubordinação das tropas, sobretudo nas patentes mais baixas, que, depois da adesão do Pará, passaram a hostilizar os europeus enraizados ali. Ainda antes de outubro, alguns oficiais teriam tido a ousadia de ir até o presidente da Junta de governo exigir a expulsão de todos os oficiais portugueses das tropas do Pará. Este primeiro levante fora sufocado, seus cabeças foram presos, mas logo libertados devido ao clima político favorável à rebeldia patriótica brasileira. Isso teria aumentado a "ousadia" desses brasileiros que não queriam mais ser governados, na política e nas milícias, por estrangeiros, especialmente portugueses e ingleses. Parece contraditório, pensar que esses "patriotas" radicais na verdade tinham como governante supremo um imperador português de nascimento. Mas é preciso lembrar que, em 1823, a noção de pátria ainda não era bem definida por aqui. Os revoltosos, por sinal, agiam em defesa de Pedro I, supondo que ele estaria sendo desrespeitado pela Junta do Pará. Sua rebelião era contra os governantes paraenses de origem estrangeira (...)"*

E segundo Alberto da Costa e Silva, na província do Piauí:

*"Entre os vários episódios que os levaram à Independência, os piauienses escolheram como símbolo maior da conquista um confronto do qual saíram derrotados. A sangrenta Batalha do Jenipapo ocorreu em 13 de março de 1823. Tropas comandadas pelo major português Cunha Fidié enfrentavam um exército improvisado de defensores da Independência às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior. Munidos de armas simples, os brasileiros foram massacrados. Vitoriosos, os soldados de Fidié deixaram a província rumo ao Maranhão, mas os piauienses, reforçados por cearenses, pernambucanos e maranhenses a favor da Independência, seguiram no seu encalço e finalmente os derrotaram na cidade de Caxias, no Maranhão, em 31 de julho. A rendição dos portugueses veio no*

*dia seguinte. Mas o que entrou para a História foi a brava resistência no Jenipapo. Quase dois séculos se passaram, e o orgulho local em relação àquele feito está ainda mais vivo do que nunca. No cenário da batalha, há 12 anos é realizada uma representação teatral que a cada ano atrai mais gente. A data do espetáculo não deixa dúvidas: para os piauienses, 13 de março é o dia de comemorar a Independência, e não 19 de outubro, quando foi oficialmente proclamada, em 1823, na vila de Parnaíba.”*

Assim, D. Pedro I contratou alguns militares europeus, a maioria de ingleses e franceses. Comandados pelo marechal britânico Thomas Cochrane, os soldados brasileiros e mercenários contratados conseguiram retirar a resistência. Thomas Cochrane chegou a dissipar a resistência maranhense com apenas um navio de guerra.

Aclamado primeiro imperador do país a 12 de outubro de 1822, Dom Pedro I enfrentou a resistência de tropas portuguesas. Ao vencê-las, em meados de 1823, consolidou sua liderança. Seu primeiro grande ato político foi a convocação da Assembleia Constituinte, eleita no início de 1823. Foi também seu primeiro fracasso: dada a uma forte divergência entre os deputados e o soberano, que exigia poder pessoal superior ao do Poder Legislativo e ao do Poder Judiciário, a Assembleia foi dissolvida em novembro.

#### 4. Os limites de nossa independência

Embora a colônia tenha se tornado um Estado independente de Portugal, essa “independência” tem que ser vista com as restrições históricas que ela carrega. Primeiramente, embora tenha havido guerras de independência no Piauí, Grão-Pará e Bahia, juntamente com algumas resistências de tropas portuguesas em outras cidades, o nosso processo de independência não foi fruto de uma grande mobilização nacional contra a opressão externa da metrópole.

Embora tenham ocorrido confrontos o processo foi totalmente elitizado pelos grupos portugueses e brasileiros, sendo que o grupo liberal radical, que falava também em nome das camadas populares pregando avanços, não conseguiu mobilizar o povo e nem conscientizá-los de sua situação não conseguindo mostrar o caminho para a solução de seus problemas.

As bases de produção foram mantidas com a plena vigência do sistema de Plantation que, como já vimos, era estruturado com base no latifúndio monocultor com a mão de obra escrava e a produção voltada para o mercado externo. O ponto negativo dessa estrutura se verifica na manutenção da concentração de renda e de sua principal consequência que é a proliferação da pobreza. Além disso, o plantation, enquanto estrutura econômica, também mantém a produção interna dependente do mercado externo.

O controle do país ainda repousava nas mãos da elite portuguesa aqui erradicada e de sua aliança com os setores da elite local que defendiam uma ruptura com Portugal sem a alteração da situação econômica, social e política. Essa situação cria um contexto político-administrativo em que o poder absoluto pode se disfarçar em meio aos elementos liberais expressos em nossa primeira Constituição, fato esse que veremos mais tarde ao estudarmos o primeiro reinado.

Outro ponto de desacordo com a tendência americana de formação de repúblicas, inaugurada pelos Estados Unidos, foi a opção do Brasil por uma solução mais conservadora, a manutenção da monarquia. Essa situação, que em um determinado momento pareceu um atraso em nossa historiografia, hoje é vista como um dos fatores responsáveis pela manutenção de nossa unidade política, principalmente com a defesa da ideia de sacralização da figura do imperador o que auxiliava nesse sentimento de unidade.

#### 5. A Cultura no Período Colonial

Com relação à questão cultural durante o Brasil Colônia, podemos afirmar que sua origem advém do processo de miscigenação das três raças que formaram o povo brasileiro, sendo manifestada por meio do Folclore, de festas populares e da história oral. O desenvolvimento cultural no período colonial possuiu três momentos distintos de ebulição, que foram o período da invasão holandesa do nordeste açucareiro, o ciclo minerador e a estadia da família real portuguesa para o Brasil.

Naquele momento, a cultura era erudita e elitista, devido à própria sociedade dividida basicamente em duas classes sociais, senhores e escravos. Na literatura, os primeiros escritos tinham a finalidade o ensino da religião católica ou descrever aos europeus os aspectos da nova terra, como a carta de Caminha por exemplo. Nesse momento a influência dos jesuítas é marcante. O padre José de Anchieta, além de seus poemas religiosos, foi o primeiro a produzir, em terras brasileiras, peças teatrais sobre a vida dos

---

santos. O Teatro foi menos representativo durante o período minerador e só passou a ter força após a chegada da família real ao Brasil em 1808 e. A importância da família real no Brasil se torna nítida na fundação, em 1813, no Rio de Janeiro o Teatro Real São João, que hoje se chama Teatro João Caetano.

No século XVII, surgem importantes nomes da poesia colonial, Gregório de Matos Guerra, o "Boca do Inferno", que criticava severamente a sociedade de seu tempo, e o padre Antônio Vieira, jesuíta que escreveu sermões famosos. Porém no século XVIII foi escrito o mais famoso poema do período, Marília de Dirceu de Tomás Antônio Gonzaga.

A arquitetura no Brasil esteve em um primeiro momento ligada às construções religiosas que, até o século XVII, eram pequenas e simples, com poucas exceções, tais como a Catedral de Salvador – BA. Com o enriquecimento promovido pela empresa mineradora, a nossa arquitetura também se desenvolveu. Marcada pelo estilo barroco, a igreja e as classes abastardas refinavam suas construções para ostentar riqueza. Não só a arquitetura se privilegiará desse momento, com ela também se desenvolve a escultura, principalmente a sacra, com destaque para Antônio Francisco Lisboa (o aleijadinho), e a pintura de afrescos com mestre Athayde.

A imprensa só se desenvolverá a partir da vinda da família real para o Brasil, pois, de acordo com o sistema colonial, não era permitida às regiões coloniais a liberdade de imprensa para que se evitassem críticas ao rei e à administração metropolitana.

## PARTE II – BRASIL IMPÉRIO

### I. O PRIMEIRO REINADO

#### Comentário

O breve Primeiro Reinado no Brasil pode ser dividido em duas fases bem distintas.

A primeira corresponde ao período de 1822 a 1824: D. Pedro I buscou o reconhecimento internacional da nossa independência, combateu rebeliões no nordeste e impôs o primeiro texto constitucional do país numa demonstração de força e inabilidade política.

De 1824 até 1831 temos o plano inclinado do Primeiro Reinado.

Logo na feitura da primeira constituição brasileira, D. Pedro I enfrentou os interesses das elites brasileiras reunidas no parlamento. Isto se tornou um problema político cada vez mais difícil de ser contornado pelo monarca.

Somado às questões políticas, o Brasil enfrentou sérias dificuldades financeiras naquele período.

Dívidas foram feitas na ocasião do reconhecimento de nossa independência; custos com a montagem do nascente estado brasileiro; novas dívidas para contratação de mercenários nas lutas contra a Confederação do Equador; guerra no sul (Cisplatina) e declínio das exportações. Tudo isso configurava um cenário de difícil administração para D. Pedro I.

Em 1826, com a morte de seu pai, D. João VI, a crise agravou-se ainda mais. O risco da recolonização voltou à tona visto que o trono de Portugal pertencia a D. Pedro I em linhagem direta e a única forma de assumi-lo seria unificando as coroas brasileira e portuguesa. Dom Miguel, irmão de Pedro, usurpou o trono português trazendo para o Brasil complicações da política sucessória portuguesa.

A insatisfação popular era enorme e logo atingiu as tropas militares insatisfeitas com as derrotas no sul durante a campanha da Cisplatina.

A oposição da imprensa também foi um grave problema para o monarca. A morte de Libero Badaró, ferrenho crítico do governo, trouxe mais lenha para fogueira...

Em 07 de Abril de 1831 D. Pedro I decidiu abdicar. O trono brasileiro estava vago. Seu filho com apenas cinco anos de idade não pode assumir imediatamente. Era o início do complicado e tumultuado Período Regencial Brasileiro (1831-1840). Sobre o assunto, leia o texto a seguir.

Bons estudos!

#### 1. O Reconhecimento da Independência

Com a independência começou o Primeiro Reinado. Além das Guerras de Independência, também foram marcantes nesse período, as organizações políticas do País; o reconhecimento da independência; a Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Apesar de a Independência ter sido proclamada a 7 de setembro, os europeus ainda não viam o Brasil como Estado soberano.

**No plano internacional, os Estados Unidos reconheceram a Independência em maio de 1824. Informalmente, ela já era reconhecida pela Inglaterra, interessada em garantir a ordem na antiga Colônia. Assim, os ingleses preservavam suas vantagens comerciais em um país que, àquela altura, já era seu terceiro mercado externo. O reconhecimento formal só foi retardado porque os ingleses tentaram conseguir do Brasil a imediata extinção do**



**tráfico de escravos. Mas, direta ou indiretamente, estiveram presentes na consolidação da Independência, servindo também de mediadores no reconhecimento da nova nação por Portugal.**

(Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.144.)

Somente em 1825 a Inglaterra e Portugal reconheceram a independência, mediante o pagamento brasileiro de 1,4 milhão de libras esterlinas para a coroa portuguesa, e uma indenização de guerra no valor de 600 mil libras. Dom Pedro I renunciava a ideia de, futuramente, anexar colônias portuguesas na África. Aos britânicos, foi prometida a abolição da escravatura, mas este episódio perdurou até a segunda metade do século.

## 2. Grupos Políticos

Com a independência o novo Estado "livre" tem a incumbência de se organizar político e juridicamente. Essa imposição diz respeito a organização burocrática de órgãos de governo, formação de uma carta magna que normatize nossas regras morais que estabeleceram os limites e a potencialidades da sociedade brasileira, criar um corpo diplomático que defenda os nossos interesses nas relações internacionais, além da criação de uma força armada que proteja a integridade de nosso estado nação.

Quanto aos políticos cabia a função de organizar os grupos políticos herdeiros do processo de emancipação da metrópole. No início dois grupos políticos se formam: O Partido Português e o Partido Brasileiro. Os portugueses, comerciantes e membros da burocracia oficial, eram uma minoria que contava com a forte oposição dos brasileiros, tanto do povo quanto dos políticos, e, portanto, tinham na aliança com o imperador sua única saída. Dessa forma, defendiam as tendências e medidas absolutistas de Dom Pedro I, além de defenderem, os mais extremados, o retorno da colonização. Pretendiam ganhar mais espaço na luta pelo poder devido a disputa sempre acirrada entre liberais e conservadores dentro do partido brasileiro.

Enquanto isso, o Partido Brasileiro estava dividido, em dois subgrupos: os conservadores e os liberais. Os conservadores defendiam a estruturação de uma monarquia centralizada e com plenos poderes, assessorada por um ministério de seletos escolhidos entre os de confiança do imperador. Esse grupo era liderado pelos irmãos Andrada, José Bonifácio, o mais atuante e famoso, Antônio Carlos e Martim Francisco, estando sempre mais próximos do imperador.

Quanto aos brasileiros liberais, defendiam a formação de uma monarquia constitucional mais pura, com a imposição de limites ao poder do monarca, a ampla defesa da liberdade de expressão e de iniciativa, além de uma ampla autonomia das províncias configurando, assim, um processo de descentralização das decisões políticas.

Nesse período de início do Primeiro Reinado, o Estado brasileiro foi marcado pela ascensão dos conservadores, tendo José Bonifácio de Andrada como o principal ministro e o membro da elite brasileira mais próximo do imperador. Esse momento será marcado pelas agitações constantes, principalmente devido à repressão intensa à imprensa local mais liberal, o fechamento das lojas maçônicas e, principalmente, o fechamento da Assembleia Constituinte.

### 3.A Assembleia Constituinte de 1823

#### Comentário

**Caro estudante,**

**Após resolver os problemas relacionados à independência do país nosso jovem monarca foi obrigado a enfrentar outra questão importante naqueles tempos iniciais de Brasil independente: constitucionalizar o país.**

**Era necessário definir as regras do jogo!**

**Se antes de 1822 podemos afirmar que D. Pedro conseguiu o apoio das elites brasileiras no intuito de romper com Portugal o mesmo não pode ser dito no que se refere à elaboração do texto da primeira constituição brasileira. Os**

atritos entre o monarca e os setores conservadores e elitistas da sociedade brasileira surgiram logo durante os trabalhos da Assembleia Constituinte.

Os brasileiros queriam limitar o poder do imperador fazendo do Brasil uma monarquia constitucional onde o parlamento nacional seria a força política principal do jovem país.

**D. Pedro I, ao contrário, não queria ter seus poderes limitados e pretendia governar o país de forma absolutista.**

**Nesse embate político D. Pedro levou a melhor. Pelo menos no primeiro momento...**

O episódio conhecido como "Noite da Agonia" (11 de novembro de 1823) foi marcado pelo fechamento da Assembleia e a prisão de deputados que lá estavam. D. Pedro I não aceitou a pretendida limitação de seus poderes e outorgou a primeira carta constitucional do Brasil.

O choque com as elites brasileiras tornou a situação política de D. Pedro I insustentável nos anos seguintes.

A Constituição de 1824 foi a Carta Magna brasileira que mais tempo durou. Em 1889 chegou a ser a segunda Constituição mais velha do mundo. Dentre suas características principais merecem destaque:

- O Poder Moderador
- O Padroado Real
- Voto censitário e indireto.

**Atente-se a esses pontos, caro estudante!**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**

D. Pedro I foi aclamado Imperador no dia 12 de outubro de 1822, e no início de 1823 convocou a Assembleia Constituinte, por intermédio da escolha em uma eleição que mantinha a estrutura de participação elitista do período colonial. A intenção de D. Pedro I era de organizar politicamente o país, fazendo um Império exemplar para o resto da América. Mas ele fracassou, pois havia muitas divergências entre os deputados e o Imperador.

As divergências com os brasileiros logo surgiram, pois tanto os conservadores quanto os liberais se uniram torno da ideia de uma monarquia constitucional iluminista, enquanto o imperador pretendia uma constituição que não impusesse limites ao seu poder.

O fato político mais importante do processo constituinte foi o rompimento entre o imperador Dom Pedro e o líder dos conservadores Jose Bonifácio que foi demitido do cargo de ministro. Esse foi o motivo que levou a união dos brasileiros e a criação da tendência liberal moderada que defendia a limitação do poder imperial e a manutenção dos privilégios da elite. Em seguida Antônio Carlos de Andrada apresentou um projeto de constituição com as seguintes propostas:

- Determinava a inelegibilidade de estrangeiros
- Restringia os poderes do imperador
- Proibia a dissolução do parlamento pelo imperador
- Proibia o veto absoluto do imperador aos projetos aprovados pelo parlamento
- Garantia a liberalização da economia
- Mantinha a escravidão
- Criava o voto censitário

Para a Assembleia foi enviado um anteprojeto que instituía o voto censitário baseado na renda do cidadão. Só poderia votar para deputado quem possuísse a renda de 150 alqueires de mandioca plantada, para votar em senador era necessários 250 alqueires de mandioca e para ser candidato a deputado a renda deveria ser de 500 alqueires e para senador 1.000 alqueires. Isso deixa claro o caráter elitista do anteprojeto.

As divergências eram oriundas da ambição do Imperador em ter um poder pessoal (Poder Moderador) acima do Judiciário e Legislativo. Queria o Imperador ser um soberano absolutista, e ao perceber que não teria o apoio da burguesia, dissolveu a Assembleia Constituinte em novembro de 1823, após o envio de tropas, e mandou prender alguns Deputados. Uma vez feito isso, reuniu dez cidadãos de sua inteira confiança pertencentes ao Partido Português, e, após algumas discussões a portas fechadas, redigiram a Primeira Constituição do Brasil, outorgada no dia 25 de março de 1824.

#### 4. A Constituição Outorgada de 1824

A Constituição foi outorgada pelo imperador em 1824. Receberam-se algumas províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco, na revolta conhecida como Confederação do Equador, severamente reprimida pelas tropas imperiais. A primeira Constituição, além do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, instituiu o Poder Moderador, privativo do imperador. O Poder Moderador permitia ao imperador nomear os presidentes das províncias, chefiar as forças armadas, dissolver a Câmara dos Deputados e demitir ministros.

**O Poder Moderador provinha de uma ideia do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por Dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando "a vontade e o interesse nacional". No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma.**

(BorisFausto.História do Brasil.São Paulo: Edusp, 1997, p.152.)

Embora a Constituição de 1824 determinasse que o regime fosse liberal, o governo de D. Pedro I foi sempre autoritário e ele, frequentemente, impunha sua vontade. Esse impasse constante gerou um crescente conflito com os liberais, que cada vez mais o viam como autoritário. Preocupava a todos também o seu excessivo envolvimento com a política interna portuguesa.

Na Constituição de 1824, foram definidas as primeiras regras do sistema eleitoral brasileiro. Foi criada a Assembleia Geral, órgão máximo do poder Legislativo nacional, composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, cujos integrantes eram escolhidos pelo voto censitário dos cidadãos.

As eleições no Império eram indiretas, isto é, o pleito se dava em dois graus. No primeiro grau, exercido pelos eleitores de paróquia, votavam os cidadãos de, no mínimo, 25 anos de idade e 100 mil réis de renda anual, e eram escolhidos os eleitores de segundo grau. Esses, também conhecidos como eleitores de província – com renda anual de 200 mil réis - elegiam os deputados e senadores. O voto era obrigatório e censitário.

O voto era obrigatório para os cidadãos, mas censitário, isto é, o eleitor de primeiro grau era definido de acordo com suas posses econômicas, deveria possuir renda anual mínima de 100 mil réis. Os trabalhadores assalariados em geral, os soldados, as mulheres, os índios e os menores de 25 anos eram excluídos da vida política nacional. Por isso, as eleições brasileiras tinham uma tendência concentradora, e o sufrágio ativo era um direito limitado a poucos cidadãos, por causa da eleição censitária, que restringia o eleitorado aos cidadãos mais ricos. Em 1887, no final do Império, por exemplo, apenas 1,5% da população brasileira tinha direito ao voto. Tal tendência concentradora acontecia tanto nas eleições federais como nas municipais.

**A constituição de 1824 vigorou com algumas modificações até o fim do Império. Definiu o governo como monárquico, hereditário e constitucional. O Império teria uma nobreza, mas não uma aristocracia, ou seja existiriam nobres por títulos concedidos pelo imperador (barão, conde, duque, etc.), porém os títulos não seriam hereditários, eliminando, portanto, a possibilidade de uma "aristocracia de sangue".**

(FAUSTO,Boris.História do Brasil.São Paulo: Edusp, 1997, p.149.)

(...) A Constituição de 1824 procurou assegurar ampla liberdade individual (art. 179) e garantir liberdade econômica e de iniciativa. Resguardava o direito de propriedade em toda sua plenitude, fixava o preceito da educação primária gratuita para todos, excluía, no entanto cuidadosamente dos direitos políticos as classes trabalhadoras, criados de servir (exceto os primeiros caixeiros das casas de comércio, criados da Casa Imperial de maior categoria e administradores das fazendas rurais e fábricas), bem como todos que não tivessem renda líquida anual correspondente a 100\$000 por bens de raiz, indústria ou emprego, o que significava exclusão da grande maioria da população. O sistema de eleições indiretas em duas instâncias progressivas para qualificação de eleitores, restringiria ainda mais a representação popular, estipulando que só poderiam ser eleitos deputados e senadores os que tivessem renda líquida igual ou superior a 400\$000 e 800\$000 respectivamente, desde que professassem a religião católica (o que significa uma evidente restrição ao princípio da liberdade de culto, incluído no art. 179). (...) O artigo 179 que garantia as liberdades individuais inspirava-se diretamente na Declaração dos Direitos do Homem feita pelos revolucionários franceses em agosto de 1789. Havia parágrafos que eram mera transcrição. Omítiam-se, entretanto a afirmação, constante na Declaração dos Direitos do Homem, da soberania da nação (nenhum corpo ou indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane), a definição de lei como expressão da vontade geral e a declaração do direito dos povos de resistirem à opressão. As omissões se explicam tendo em vista a intenção de organizar um Estado Monárquico Constitucional, de representação limitada pelo critério censitário, eleição indireta, e pela intenção de manter escravizada mais de 1/3 da população. (...) No mais, o artigo 179 acompanhava as linhas gerais da Declaração dos Direitos do Homem. Afirmava que nenhum cidadão poderia ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Estabelecia a igualdade de todos perante a lei, firmando o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos civis e políticos ou militares "sem outra diferença que não fosse a dos seus talentos e virtudes", abolia os privilégios, e garantia, e garantia o direito de propriedade "em toda a sua plenitude" estabelecendo que, se o bem público legalmente verificado exigisse o "uso e emprego da propriedade do cidadão" seria este previamente indenizado. Extinguia ainda os foros privilegiados e as comissões especiais nas causas cíveis ou criminais. Afirmava a liberdade de pensamento e de expressão, ressalvada a responsabilidade pelos abusos cometidos no exercício desse direito, nos casos determinados por Lei. Estabelecia o princípio da liberdade religiosa, desde que respeitada a religião do Estado, isto é, a católica.

COSTA, Emilia Viotti da. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.123-124

Outra importante característica do sistema eleitoral brasileiro durante o Império foi a proximidade entre o Estado e a religião. A Igreja Católica, declarada religião oficial do Brasil, tinha elevada influência sobre as relações políticas nacionais. Tal influência se refletia na exigência legal, por parte dos candidatos a cargos políticos, de seguir o catolicismo, assim como na realização das eleições dentro das igrejas em listas de eleitores elaborada pela própria igreja, o chamado voto paroquial. Além disso, uma boa porcentagem dos políticos eleitos no Brasil nessa época era de origem sacerdotal, uma vez que eram os padres que faziam o recrutamento dos eleitores e a organização do pleito.

## 5. A Confederação do Equador (1824) e Guerra da Cisplatina (1825-1828)

### Confederação do Equador

As forças políticas das províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco, se rebelaram contra a Constituição, pois esta dava muitos poderes ao Soberano. Tal movimento desdobrou-se na proclamação da chamada Confederação do Equador em 2 de julho de 1824. Sua proposta consistia na criação na junção das províncias do nordeste – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, cogitando-se, posteriormente, a inclusão de Ceará e Pará. Todas estas regiões se organizariam através de regimes políticos republicanos reunidos por meio de uma federação. O movimento foi reprimido com extrema violência pelas tropas imperiais, demonstrando um governo absolutista.

Essa legislação concentradora de poderes passa a ser questionada ferozmente nas províncias do norte e nordeste que viam a centralização como beneficiadora exclusiva dos interesses dos estados do sul. Em Pernambuco seu líder mais expressivo foi Frei Caneca, antigo revolucionário de 1817, defendia o federalismo devido à grandeza de seu território, a diversidade de suas riquezas e a variedade cultural dos seus habitantes. Além disso, reivindicava uma imprensa livre, o fim das arbitrariedades do imperador,

condenando a vitaliciedade do senado e o poder moderador. Duvidava também da utilidade prática dos Conselhos Provinciais, que segundo a constituição deveriam cuidar da administração local.

**A dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da carta constitucional de 1824 pelo imperador desencadeariam ressentimentos até então reprimidos. A oposição viria violenta, principalmente de parte das províncias do Norte e Nordeste onde se avolumavam os descontentamentos diante da centralização imposta pelo governo que parecia beneficiar apenas as províncias do Rio de Janeiro e regiões vizinhas. (...) As reivindicações federalistas seriam temas constantes nas revoltas então ocorridas. Um dos mais expressivos porta-vozes dessa oposição foi Frei Caneca, antigo revolucionário de 1817 envolvido novamente na chamada Confederação do Equador. Argumentaria ele no Typhis Pernambucano que o Brasil tinha todas as condições para formar um estado federativo: a grandeza de seu território, a diversidade de suas riquezas e a variedade dos seus habitantes. Além da federação, pregava em seus escritos a defesa da autonomia conquistada, a resistência às arbitrariedades do governo, reivindicando ainda a imprensa livre, condenando a vitaliciedade do Senado, a criação de uma nobreza "opressora dos povos", a concessão ao executivo do direito de veto absoluto, bem como a iniciativa de leis. Criticava ainda, no texto da carta outorgada, a instituição do Poder Moderador. Este parecia-lhe uma "invenção maquiavélica", "chave mestra da opressão". Os Conselhos Provinciais que também haviam sido criados pela Carta, com o objetivo de gerir as províncias, pareciam-lhes "meros fantasmas para iludir os povos". Negava, enfim, ao imperador, o direito de outorgar uma Carta, usurpando aos povos o direito de expressar sua vontade soberana através de seus representantes na Constituinte. (...) Nas críticas e propostas de Frei Caneca estavam contidos os principais temas liberais que agitaram o Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência. Em nome dessas ideias sublevaram-se grupos em Pernambuco, Ceará e em algumas localidades da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, reunidos no que se chamou a "Confederação do Equador". A repressão veio impiedosa e rápida. Os cabeças do movimento, entre eles Frei Caneca, foram executados.**

*COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: brasiliense, 1987, p.129-130.*

**Apesar de seu conteúdo nacionalista, diríamos melhor antilusitano, a rebelião contou com a presença de vários estrangeiros. Dentre eles, destacou-se a figura de um liberal português, filho de polonês, chamado João Guilherme Rarcliff (...) A Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas do governo, sendo derrotada nas várias províncias do Nordeste, até terminar por completo em novembro de 1824. A punição dos revolucionários foi além das expectativas. Um tribunal manipulado pelo imperador condenou à morte, entre outros, Frei Caneca, Ratcliff e o major de pretos Agostinho Bezerra Cavalcanti. Os próprios adversários, entre eles comerciantes portugueses, enviaram ao rei pedidos de clemência em favor do último, que evitara excessos de mortes. Mas não foram ouvidos. Levado à forca, Frei Caneca acabou sendo fuzilado diante da recusa do carrasco em realizar o enforcamento (...) As marcas da revolução de 1824 não se apagariam facilmente. De fato, ela pode ser vista como parte de uma série de rebeliões e revoltas ocorridas em Pernambuco entre 1817 e 1848, que fizeram da província um centro irradiador de muitas insatisfações do Nordeste.**

*(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997, p.153-154.)*

Outro importante líder do movimento foi Paes de Andrade que decretou a fundação da Confederação do Equador que adotaria um regime republicano e provisoriamente utilizaria a constituição colombiana como base legal. A repressão do estado imperial não tardou e foi extremamente violenta. Paes de Andrade conseguiu fugir, vários revoltosos foram presos e os seus líderes, como o próprio Frei Caneca, foram executados.

### **Guerra da Cisplatina**

Outro grave problema vivenciado pelo Primeiro Reinado foi a Guerra da Cisplatina, quando uruguaios apoiados pelo governo argentino ocuparam toda a Província Cisplatina e um governo provisório uruaio decidiu a incorporação da Cisplatina à República das Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). A província Cisplatina, na parte extrema do continente sul-americano, havia sido incorporada ao Brasil durante o período joanino em 1817.

Os problemas se agravaram a partir de 1825, quando explode a guerra que terminou com a derrota brasileira. A perda da província, que, com a intermediação inglesa, se tornou independente com o nome de República Oriental do Uruguai, em 1828, teve como consequência, a ampliação da crise econômica oriunda dos gastos que a guerra gerou.

**Internamente, a guerra provocou o temido e impopular recrutamento da população através de métodos de pura força. O rei decidiu contratar tropas no exterior para completar as fileiras do exército. A maioria dessas tropas era formada por pessoas pobres, que nada tinham de militares profissionais e que se inscreveram na Europa com a perspectiva de se tornarem pequenos proprietários no Brasil. Como seria de esperar, em nada contribuíram para fazer a guerra em favor do Império. Para piorar as coisas, algumas centenas de mercenários alemães e irlandeses, que faziam parte dessas tropas, se amotinaram no Rio de Janeiro em julho de 1828. A situação se tornou muito grave e o governo viu-se forçado à humilhante proteção de navios ingleses e franceses.**

Boris Faustos - História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

## 6. Situação Econômica

A situação econômica e financeira era de crise estrutural. A balança comercial apresentava constantes déficits devido à queda das exportações brasileiras, isto porque no início do século XIX aumenta consideravelmente a produção e o consumo do açúcar de beterraba na Europa. Paralelo a isso, caía a exportação de arroz e algodão brasileira devido à concorrência norte-americana. A situação estava tão difícil que até o comércio de couro foi afetado pela produção dos países da bacia do Prata.

Nesse período de crise do primeiro reinado, inicia-se a grande produção cafeeira na região sudeste do país, mais precisamente no litoral fluminense, porém nesse momento o lucro advindo desse setor ainda não significava tanto na nossa pauta de exportação, representava somente 20% de nossas exportações.

Outro fator importante para se entender as dificuldades econômicas pelas quais passávamos, era a renovação dos acordos comerciais de 1810, acertados com a Inglaterra no processo de reconhecimento de nossa independência, mantinha quase que um monopólio inglês no fornecimento de produtos ao Brasil, o que se tornava um grande empecilho ao desenvolvimento industrial na antiga colônia.

De outro lado, para piorar a situação, os juros cobrados pela Inglaterra dos empréstimos feitos ao Brasil tanto para seu reconhecimento, quanto para suas despesas correntes e até mesmo, para efetuar o pagamento de dívidas anteriores, jogou o país em um círculo vicioso de aumento da dívida.

Outro agravante era o processo inflacionário. Dom Pedro sem ter a disponibilidade de recursos necessários e diante de uma crescente necessidade de investimentos tanto para o custeio do estado e para a criação de sua infraestrutura, quanto para a manutenção de guerras, foi obrigado a fazer sucessivas emissões de moeda, desvalorizando o meio circulante e promovendo com isso o aumento da inflação.

A queda nas receitas oriundas das exportações brasileiras, os altos juros pagos nos empréstimos estrangeiros e o processo de alta inflacionária, aliados a repressão violenta à Confederação do Equador, demonstrando o caráter despótico e intransigente do imperador, e a perda da província Cisplatina foram os motivos que levaram o primeiro reinado a uma situação de inviabilidade total, perdendo toda a base de apoio político e deixando D. Pedro sem saída.

## 7. A Crise e a Abdicação

### A Crise Política

Seguindo a política da Constituição portuguesa de então, e aproveitando-se da fragilidade do Brasil após a Guerra da Cisplatina, em Portugal, D. João VI e a ala absolutista de seu ministério procuram reaver o território brasileiro em meados de 1825. Na iminência de uma guerra, D. João VI decide por nomear Pedro seu sucessor em Portugal, ignorando a deserção que ele mesmo impôs ao filho devido à sua rebeldia e aos acontecimentos de 1822 - negociação essa, acompanhada à distância pelo governo inglês. Habilmente, Pedro I aceita a proposta e retorna a Portugal para finalmente sagrar-se Pedro IV de Portugal em maio de 1826, após a abdicação de seu pai. Contudo, vista a Constituição brasileira recém-aprovada, era proibido o Imperador brasileiro deter paralelamente o título de regente de Portugal. Assim, apenas um mês depois de coroado rei português, Pedro abdica ao



trono, todavia garantido a sucessão à sua primogênita, D. Maria II, que momentaneamente não assumiria devido à sua idade, e entregando a regência do reino português a D. Miguel I. Pedro retorna ao Brasil, onde enfrentaria uma conjuntura política cada vez mais desfavorável a si.

Entretanto, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, fez-se proclamar rei em lugar da filha do imperador brasileiro. Todos esses problemas, que ocasionaram uma sucessiva substituição de ministérios, criaram uma grande hostilidade em relação a D. Pedro I, com manifestações como a Noite das Garrafadas – violentas lutas de rua entre brasileiros e portugueses em 13 e 14 de março de 1831. Assim em 7 de abril, depois de uma grande manifestação popular no Rio de Janeiro, ocorria a abdicação de D. Pedro I e o trono brasileiro passava a seu filho de cinco anos, Pedro de Alcântara.

A opinião pública começou a reagir contra o Imperador, entre outras razões, com a morte de D. João VI (1826), sendo D. Pedro I o legítimo herdeiro do trono português. Após a morte do pai, Pedro envolveu-se crescentemente na questão sucessória em Portugal. Para os portugueses, era o herdeiro da Coroa. Para os brasileiros, o imperador não deveria ter vínculos com a antiga metrópole pois, ao proclamar a Independência, havia renunciado à herança lusitana. Depois de muita discussão, o imperador formalizou sua renúncia e abdicou do trono de Portugal em favor de sua filha mais velha, Maria da Glória.

Apesar de ter renunciado ao trono de Portugal em favor da filha, a oposição liberal brasileira continuou pressionando-o, principalmente diante do envolvimento do imperador, no plano externo, com os problemas advindos dessa sucessão. A situação agravou-se, no plano externo, com a perda da Província Cisplatina (1828). No fim da década de 1820, a oposição crescia.

No plano interno, o imperador passou a enfrentar diversos problemas, tais como as dificuldades financeiras advindas da falência do primeiro Banco do Brasil (1829) e a inflação ocasionada pela elevação dos preços dos alimentos, a situação familiar do Imperador após o falecimento de sua primeira esposa, Imperatriz D<sup>a</sup>. Maria Leopoldina (1826), diante do envolvimento com a sua amante a Marquesa de Santos, o assassinato do jornalista Líbero Badaró em São Paulo (1830), executado por policiais ligados ao Império (Dom Pedro foi responsabilizado pela morte), e o constante apoio pedido pelo governante aos burocratas e militares do setor português, gerando conflitos entre portugueses e brasileiros.

D. Pedro I procurou então apoio nos setores portugueses que instalara no Brasil na burocracia civil-militar e no comércio das principais cidades. Com sua imagem cada vez mais desgastada perante a opinião pública brasileira, as manifestações de protesto eram reprimidas com violência.

### **Abdicação do trono brasileiro**

Uma tentativa de recuperar prestígio político foi frustrada pela má recepção em uma visita a Minas Gerais - foi a última. A intenção era obter um acordo com os políticos da província, mas foi recebido com frieza já que havia setores da elite mineira que o ligavam ao assassinato do jornalista.

Numa tentativa de conciliar novamente o seu governo com a opinião pública, D. Pedro I nomeou um novo ministério com pessoas aceitas pelos Liberais. Porém, a oposição não aceitou a manobra, e continuou a pressioná-lo. O ministério assim formado foi destituído e constituído um novo com portugueses de tendências absolutistas. Os soldados brasileiros aquartelados no bairro de São Cristóvão e o povo reagiram formando uma oposição implacável, culminando com o cerco ao palácio imperial pela população. Não houve resistência, pois poderia ocasionar uma guerra civil.

Revoltados, os portugueses instalados no Rio de Janeiro promoveram uma manifestação pública em desagravo que desencadeou a retaliação dos setores antilusitanos, havendo tumultos e conflitos de rua. Irrado, o imperador prometeu castigos mas lhe faltava sustentação política.

A 7 de Abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao Império, deixando o país nas mãos de seu primogênito, Pedro II, que na época tinha 5 anos. No mesmo dia, embarcou a bordo do [Warspite], de onde nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seus filhos menores, e seguiu para Portugal.

Pedro I faleceu em Sintra em 1834, depois de ainda ter participado das Guerras Liberais portuguesas, onde lutou a favor de sua filha, D. Maria II, cujo trono português fora usurpado por seu tio, D. Miguel I, o qual havia sido indicado regente português anteriormente.

## **II. PERÍODO REGENCIAL**

### **Comentário**

**Nessa aula estudaremos o período regencial brasileiro. Certamente este foi um dos momentos de maior instabilidade política e social da história do país.**

**Entender o porquê de tamanha instabilidade é fundamental para que se possa compreender bem o que foi o período regencial. O primeiro fator a ser considerado para melhor compreensão do tumultuado período é justamente a ausência de um monarca no trono.**

**Quatro regências diferentes num período de tempo inferior a uma década revelam o grave quadro institucional da época, relativamente natural para um novo país que pretendeu manter seu formato de país continental. Diversas rebeliões eclodiram de norte a sul e a manutenção da unidade territorial brasileira esteve seriamente ameaçada nesse período.**

**Em 1840 a “experiência republicana” mostrava-se incapaz de conter os levantes regionais. A monarquia brasileira foi apressadamente reestabelecida com a coroação do jovem imperador, D. Pedro II, de apenas 14 anos.**

**Nesse tópico também iniciaremos o estudo do período a partir da formação e atuação da Guarda Nacional. Um dos tópicos do conteúdo programático.**

**Bons estudos!**

### **1. Os Grupos Políticos**

No início do período regencial serão formados três grupos políticos oriundos dos grupos de brasileiros e portugueses do Primeiro Reinado. A nova composição política, que retrata a velha estrutura, fez com que os políticos se aglutinem em uma das três posturas teóricas do momento. Os Conservadores, ou liberais moderados (chimangos), que representavam a aristocracia rural e defendiam a manutenção do sistema com a monarquia e o plantation. Eram favoráveis a um governo centralizado e da unidade territorial brasileira.

Já os Liberais, ou liberais exaltados (farroupilhas), eram um grupo composto por grandes proprietários rurais, membros das classes médias urbanas de profissionais liberais, além dos militares. Eles defendiam a autonomia das províncias como um processo de descentralização de poder e seus membros mais radicais se alinhavam com a ideia de fim da monarquia e implantação de uma república.

Finalmente tínhamos o grupo dos Restauradores, formado por comerciantes portugueses e uma pequena elite brasileira muito próxima ao imperador. Seu líder era José Bonifácio e o propósito do grupo era o retorno de Dom Pedro I e o fim das propostas de reforma socioeconômicas e políticas dos grupos de cunho liberal sendo favoráveis a manutenção da estrutura absolutista. Seu veículo de comunicação era o jornal O Caramuru, o que lhes valeu o apelido de caramurus. Esse grupo se extingue em 1834 após a morte de Dom Pedro I em Portugal.

### **2. As Regências Trinas**

#### **Introdução**

O Período regencial brasileiro (1831-1840) foi o intervalo político entre os mandatos imperiais da Família Real Brasileira, quando o Imperador Pedro I abdicou do trono, e seu herdeiro, Pedro II, não tinha idade o suficiente para assumi-lo. Devido à natureza do período e das revoltas e problemas internos, o período regencial foi um dos momentos mais conturbados do Império Brasileiro.

O Primeiro Reinado (1822-1831), instaurado logo após a Independência do Brasil (1822), passou por diversas instabilidades políticas. Depois de graves problemas internos, advindos de crises internacionais (como a disputa da Província Cisplatina e questões hereditárias em Portugal) e de instabilidades políticas no país, o Imperador Pedro I se viu obrigado a abdicar do seu

posto como Imperador do Brasil, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Dom Pedro II, que tinha pouco mais de cinco anos.

A abdicação do Imperador provocou um vazio político no país, acirrando a disputa pelo poder entre as duas principais correntes do Império: liberais exaltados e liberais moderados. O grupo dos exaltados era formado, principalmente, pelas camadas médias urbanas, enquanto que os moderados eram constituídos pelos representantes da aristocracia rural. Essas duas correntes políticas compunham o chamado Partido Brasileiro, e tinham se aliado para derrubar D. Pedro do poder e, com ele, os absolutistas do Partido Português, seus aliados.

Conseguindo o seu intento, a aliança se desfez, e cada grupo passou a lutar para conseguir se instalar no poder. Os liberais moderados redigiram, no dia seguinte à abdicação, um documento intitulado "Proclamação em nome da Assembleia Geral aos povos do Brasil", no qual informavam sobre os acontecimentos, afirmavam seu apoio aos regentes nomeados e aconselhavam prudência e moderação à população, e que observasse a Constituição e respeitasse os novos governantes.

Tendo Dom Pedro II apenas cinco anos de idade, era preciso escolher um regente. A Constituição de 1824 designava para essa função o membro da família real com mais de 25 anos de idade. Já que não existia ninguém nessas condições, os deputados e senadores elegeram uma regência composta por três membros. Já o grupo dos liberais exaltados via esse momento como a possibilidade de transformações mais radicais, maior liberalização do regime e de mais participação nos destinos do Império. Entendia que afastados do Governo, junto com D. Pedro, os portugueses identificados com o absolutismo, haveria condições de aqui se desenvolverem os ideais liberais, revestidos de um caráter nacionalista. No entanto, os portugueses tinham se reorganizado e lutavam, agora, pela volta de D. Pedro ao trono brasileiro, sendo por isso, chamados de restauradores. E, ao mesmo tempo, o Governo era dominado pelo grupo dos moderados. Desta forma, o movimento da abdicação transformou-se, para os exaltados, numa verdadeira "Journée des Dupes" (Jornada ou Dia dos Logrados), pois não conseguiram chegar ao poder, além de verem suas propostas esquecidas, apesar de terem participado ativamente para a deposição de D. Pedro I. Perceberam, portanto, que tinham lutado pelos outros. Assim, são três as tendências políticas em jogo no cenário político brasileiro a partir de 1831: os restauradores, ou caramurus; os liberais moderados, ou chimangos; e os liberais exaltados, ou farroupilhas.

Em meio a esse quadro de agitações políticas era necessário organizar o novo Governo, já que a Constituição do Império estabelecia que, no caso de abdicação do imperador, o Governo brasileiro seria exercido por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo, enquanto D. Pedro de Alcântara, o príncipe herdeiro, não atingisse a maioria. Desse modo, cumprindo o preceito constitucional, teve início o Governo das Regências, que passou por três etapas.

O período regencial se inicia em 17 de julho de 1831, cerca de dois meses após a abdicação de Dom Pedro I. Segundo a constituição de 1824, caso um monarca não pudesse assumir, deveria ser formada uma regência composta por três pessoas, a chamada Regência Trina. O que impossibilitava a ascensão de Dom Pedro II ao trono do Brasil era a idade. Ele tinha apenas 5 anos em 1831.

### **Regência Trina Provisória (1831)**

Como no dia da abdicação de D. Pedro I, o Parlamento brasileiro encontrava-se em férias, não havia no Rio de Janeiro número suficiente de deputados e senadores que pudesse eleger os três regentes. Os poucos parlamentares que se encontravam na cidade elegeram, em caráter de emergência, a 17 de julho daquele ano, a chamada Regência Trina Provisória, formada para conter as revoltas que vinham ocorrendo desde que Dom Pedro I abdicou ao trono do Brasil, além de organizar a eleição da Regência Trina Permanente.

Essa regência, que governou o país por aproximadamente três meses, era composta pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos (Marquês de Caravelas) e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias. As três grandes correntes políticas do Brasil Imperial estavam assim representadas: os liberais, representados pelo Senador Campos Vergueiro, os conservadores, por Carneiro de Campos, e os militares, pelo General Francisco de Lima e Silva, que ficaria conhecido como "Chico Regência".

Apesar de manter as estruturas políticas do Império autoritário, mantendo inalterada a Constituição de 1824, a Regência Provisória tinha um caráter liberal e antiabsolutista. Era o início do chamado avanço liberal, que durou até 1837, quando os grupos políticos das províncias alcançaram um maior grau de autonomia.

A Regência Provisória, por ter entrado no poder em caráter extraordinário e, como o próprio nome pedia, provisório, não fizeram profundas mudanças na sociedade e na instituição. Entre outras medidas tomadas pela Regência Provisória destacam-se:

- Reintegração do Ministério dos Brasileiros, demitido por D. Pedro I em Abril de 1831, após a Noite das Garrafadas;
- Promulgação da Lei Regencial, que restringia as atribuições do Poder Moderador, que temporariamente seria exercido pelos regentes, vetando-lhes o direito de dissolver a Câmara dos Deputados; decreto da suspensão das garantias constitucionais e concessão de títulos de nobreza e condecorações;
- Anistia aos presos políticos para abafar a agitação política;
- Proibição dos ajuntamentos noturnos em praça pública, tornando inafiançáveis os crimes em que ocorresse prisão em flagrante.

Nesse momento, a rivalidade entre brasileiros e portugueses se aprofundava. No final de Abril, as manifestações antilusitanas se acirraram, devido à inflamada sensação de nacionalismo e liberdade contra o jugo português. Estabelecimentos comerciais portugueses eram atacados e saqueados, funcionários públicos eram removidos de seus cargos, e a população movia verdadeiros confrontos contra os portugueses que permaneceram no Brasil.

### **A Regência Trina Permanente (1831-1834)**

Uma vez instalada a Assembleia Geral, foi eleita em 20 de junho de 1831 a Regência Trina Permanente, que ficou composta pelos deputados José da Costa Carvalho, político do sul do país, João Bráulio Muniz, do norte, e novamente pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Tal composição representava, por um lado, uma tentativa de equilíbrio entre as forças do norte e do sul do país; por outro lado, a permanência do general Francisco de Lima e Silva, era a garantia do controle da situação e da manutenção da ordem pública.

Característica importante dessa Regência era sua composição por deputados, ao contrário da anterior, formada por senadores. A Câmara dos Deputados simbolizava a defesa da liberdade, e era representativa dos interesses do grupo dos moderados. A Câmara tornou-se um centro de pressão em favor das mudanças constitucionais, em contraste com o Senado, que simbolizava a oposição às reformas e era considerado pelos moderados um "ninho de restauradores".

Porém, a grande força política deste período não foram os regentes, mas sim, o Padre Diogo Feijó, Ministro da Justiça, cargo que assumiu sob a condição de que lhe garantissem grande autonomia de ação. Feijó teve carta branca para castigar os desordeiros e os delinquentes, o direito de exonerar e responsabilizar os funcionários públicos negligentes ou prevaricadores e a possibilidade de manter um jornal sob sua responsabilidade direta. Feijó teve atuação enérgica na repressão às agitações populares e aos levantes militares que ocorreram na capital e em diversos pontos do país nesse período.

Para garantir a integridade territorial e a defesa da ordem pública criou, em 18 de agosto de 1831, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, no Rio de Janeiro, e a Guarda Nacional na Corte e em todas as províncias. Segundo o historiador Boris Fausto, em relação a esta última

*(...) A ideia consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capas de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das "classes perigosas". Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada. Foi chamada, em casos especiais, a enfrentar rebeliões fora do município e a proteger as fronteiras do país, sob o comando do Exército. Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral, todos os cidadãos com direito de voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do Exército, pois quem pertencesse à primeira ficava dispensado de servir no segundo. Até 1850, os oficiais inferiores da Guarda Nacional eram eleitos pelos integrantes da corporação, eleição presidida pelo juiz de paz. A realidade nacional e as necessidades de estabelecer uma hierarquia se sobrepujaram ao princípio eletivo. As eleições foram se tornando letra morta e desapareceram antes mesmo que a lei fosse mudada.*

Em novembro de 1832 a Regência Trina Permanente toma uma atitude de reforço do poder local com a criação do Código de Processo Penal determinando que os municípios possuíssem ampla autonomia judiciária e que os juízes de paz fossem eleitos pela população local. Por outro lado essa autonomia municipal era utilizada para garantir a impunidade da elite local o que acabou também por estimular disputas violentas entre os grandes proprietários pelo poder local.

O Código de Processo Penal também instituiu tribunal do júri e o habeas corpus, ambos como influência da ordem jurídica inglesa e estadunidense. Sabemos também que essa postura liberal iluminista com origem revolucionária não funcionou tão bem na prática.

Os órgãos subordinados ao Ministério da Justiça constituíram-se na principal força armada do Império, porém a centralização dos poderes nacionais nas mãos dos regentes durou até a outorga, em 1834, do Ato Adicional, que mudava a constituição de 1824, criando a Regência Una.

### 3. O Ato Adicional de 1834

#### Comentário

**Um dos pontos mais importantes para o estudo do período regencial brasileiro foi a criação de uma lei chamada Ato Adicional. Conhecer as causas, termos e consequências deste instrumento jurídico é importante para compreensão da dinâmica de todo o período regencial.**

**Esta lei alterou a constituição brasileira de 1824 em alguns temas específicos de forma que as províncias brasileiras pudessem ter mais autonomia em relação ao governo central. Algo próximo do federalismo estadunidense. Em sua essência o Ato Adicional foi uma medida de caráter descentralizador. Por isso alguns estudiosos consideram o período como sendo uma "experiência republicana" em meio à monarquia.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

#### Bons estudos!

O Ato Adicional foi talvez a experiência mais democrática ocorrida durante o Império, considerada como uma espécie de "experiência republicana" no Império, que usou elementos da Constituição dos Estados Unidos para a sua estruturação jurídico-política.

O regente uno passou a ser eleito por voto censitário, com mandato temporário (quatro anos). A eleição e a alternância do chefe do poder executivo permitiram, entre 1835 e 1840, uma experiência considerada republicana e presidencialista no Brasil. O mesmo Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, compostas por deputados eleitos — também por voto censitário — e com poder deliberativo no campo civil, judiciário, eclesiástico, educacional, policial, econômico e tributário. Dessa forma, as províncias ganharam uma relativa autonomia legislativa.

Segundo o historiador Boris Fausto, o Ato Adicional de 1834:

*(...) determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembleias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.*

*Além disso, legislou-se sobre a repartição das rendas entre o governo central, as províncias e os municípios. Atribuiu-se às Assembleias Provinciais competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central. Essa fórmula vaga, de repartição de impostos permitiu às províncias a obtenção de recursos próprios, à custa do enfraquecimento do governo central. Uma das atribuições mais importantes dadas às Assembleias Provinciais foi a de nomear e demitir funcionários públicos. Desse modo, colocava-se nas mãos dos políticos regionais uma arma significativa, tanto para obter votos em troca de favores como para perseguir inimigos.*

Portanto, a "experiência republicana", embora sob o controle dos regentes, teve um aspecto federalista (que se constituem em elementos fundamentais do regime político dos EUA).

O ato também criaria o Município Neutro do Rio de Janeiro.

## 4. As Regências Unas

### Padre Diogo Antônio Feijó

Conforme estipulado pelo Ato Adicional, realizou-se, a 7 de abril de 1835, a eleição para o cargo de Regente Único. Duas candidaturas destacaram-se logo de início, sendo ambos os candidatos do Partido Moderado: o paulista Diogo Antônio Feijó, apoiado pelas forças políticas do sul e, também, pela Sociedade Defensora do Rio de Janeiro; e o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, cuja família era dona de cerca de um terço dos engenhos de açúcar de Pernambuco, legítimo representante da aristocracia nordestina. Feijó venceu por pequena diferença de votos (600), dos cerca de cinco mil eleitores do país que, nessa época, tinha aproximadamente cinco milhões de habitantes. Segundo a Constituição Outorgada de 1824, os eleitores - cidadãos ativos - eram aqueles que votavam e podiam ser votados. O regente tomou posse no dia 12 de outubro de 1835, enfrentando oposição até dentro do próprio Partido e uma grave situação de agitação no país. Notícias das províncias falavam de revoltas nos "sertões" do extremo-norte: a Cabanagem no Grão-Pará; a dos escravos Malês, na Bahia; e no extremo-sul, a Farroupilha.

Tentando reverter o quadro político desfavorável, Feijó e seus companheiros criam um novo partido, denominado Progressista. Contra ele logo se ergueu um grupo chamado Regressista - porque queria o retorno à situação anterior ao Ato Adicional, ou seja, às condições políticas e institucionais anteriores às medidas descentralizadoras. Este partido dará origem, ao Partido Conservador, enquanto que os partidários do regente darão origem ao Partido Liberal.

Feijó provocou toda a fúria que uma pessoa poderia mostrar diante de tal situação e provocou a ira da aristocracia agrária ao manifestar-se publicamente em apoio à abolição da escravatura. Dizia ser uma "vergonhosa contradição com os princípios liberais que professamos; conservar homens escravos". Chegou a enviar uma missão a Londres para tratar com o Governo inglês medidas de repressão ao tráfico negreiro. Essa atitude aumentou o temor dos proprietários rurais, que passaram a assumir posições cada vez mais conservadoras. Desentendeu-se também com a imprensa, que o atacava constantemente, e por isso assinou um decreto, em março de 1838, limitando sua liberdade. O autoritarismo do regente fazia aumentar a cada dia seu grupo de opositores, presente também na Câmara e no Senado. Feijó teve sua atuação bastante limitada, sendo responsabilizado pelas revoltas sociais que se espalhavam por todo o país. Sentindo-se acuado e sem respaldo político, renunciou em 19 de setembro de 1837.

Esse primeiro momento das Regências (1831 - 1836) é caracterizado pela instabilidade política, mas, sobretudo, pelos projetos de liberdade e democracia. É o momento do Avanço Liberal, baseado no princípio da liberdade, que irá se contrapor ao segundo momento, o do Regresso Conservador, baseado no princípio da autoridade, a partir de 1836, que virá com a posição centralizadora.

Feijó tinha consciência da ameaça que os grupos de oposição ao Governo representavam, especialmente, o dos restauradores que, ao contrário dos exaltados, detinham uma parcela do poder, pois reuniam as forças conservadoras do Senado, além de deterem a tutela do príncipe herdeiro e de suas irmãs. Assim, tentou tirá-los do poder. Procurou, inicialmente, que a Câmara destituisse José Bonifácio do cargo de tutor, mas o Senado colocou-se contra. Tentou, então, converter a Câmara numa Assembleia Geral para que votasse as medidas que pleiteava, mas não obteve o apoio necessário dos deputados. Sentindo-se desprestigiado e sem apoio político, acabou renunciando, em junho de 1832, ao cargo de Ministro da Justiça.

A queda de Feijó significou uma vitória dos restauradores, que iniciaram um movimento pelo retorno de D. Pedro I. Por meio de seu jornal - "O Caramuru" - pregavam abertamente tal proposta. Os moderados, temendo essa possibilidade, resolveram reagir e conseguiram acabar com a Sociedade Militar, desestabilizando o Partido Restaurador. José Bonifácio foi destituído do cargo de tutor e preso em dezembro de 1833, sendo substituído pelo marquês de Itanhaém. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o Partido Restaurador perdeu sua razão de existir. Nesse momento, também, vão se tornar mais explícitas as divergências dentro do Partido Moderado.

### Araújo Lima

Após a queda do Padre Feijó, o Ministro da Justiça, o pernambucano Pedro de Araújo Lima, assumiria interinamente, nomeando um novo gabinete composto por políticos regressistas, que ficou conhecido como Ministério das Capacidades pela fama de que gozavam os seus componentes. Nesse Ministério sobressaía Bernardo Pereira de Vasconcelos na pasta do Império e da Justiça. Em abril de 1838 ocorreu a segunda eleição para Regente único, lançando-se Araújo Lima como candidato, enfrentando o "progressista" Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Araújo Lima foi eleito com grande maioria dos votos e assim, instalaram-se os regressistas no centro do poder.



O núcleo do partido Regressista era a oligarquia fluminense, liderada por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, e Eusébio de Queirós. Esses homens, conhecidos como a "trindade saquarema", conseguiram estender, também, sua influência política à vizinha Província de São Paulo - graças ao apoio de José da Costa Carvalho, que integrara a Regência Trina Permanente. Para os regressistas o importante era restaurar a autoridade do Estado, fortalecer o Executivo e eliminar a anarquia e a desordem que se espalhavam pelo país, que consideravam fruto do princípio democrático predominante nos primeiros tempos da Regência. Nesse momento mais uma revolta estourava no país, a Sabinada, dessa vez na Província da Bahia, em 1837.

O homem forte deste período foi o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que colocou abaixo o Ato Adicional, recuperando a centralização imperial. Foi ele, um dos articuladores do Golpe da Maioridade, que em 1840, conduziria ao trono o Imperador Dom Pedro II, então com quinze anos de idade. O golpe daria fim a nove anos de regência, e inauguraria o Segundo Reinado.

Em abril de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em discurso na Câmara dos Deputados, comunica sua mudança de posição política. "Fui liberal... Sou regressista.", justificava pelo contexto político da época. Para ele e seu grupo, a situação no país estava à beira do caos, a anarquia ameaçando a liberdade. Focos de rebelião explodiam nas ruas, nos sertões e nas senzalas ameaçando a segurança e a liberdade da nação. Em dezembro desse ano mais uma revolta eclodia, dessa vez no Maranhão, chamada Balaiada. Era urgente que se fortalecesse a autoridade do Estado, que fosse detido o "carro da revolução", para que a "boa sociedade" pudesse gerir e expandir seus negócios, além de preservar sua posição social e sua liberdade de ação. Para tal, era indispensável que os assuntos do país fossem conduzidos por governantes competentes e bons administradores. Para eles, os regressistas, que ganhavam mais espaço político à medida que seus opositores ficavam enfraquecidos, o importante era restaurar a ordem, a organização, a segurança pública e privada.

Toda essa discussão em torno da necessidade do restabelecimento de leis centralizadoras vai gerar um movimento, liderado pelos regressistas, para a reformulação do Ato Adicional, a que chamavam de "carta da anarquia", e do Código do Processo Criminal, considerados ambos responsáveis pelo caos social. Pretendiam também o restabelecimento do exercício do Poder Moderador. Segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos, as leis liberais, sobretudo a descentralização, tinham ido longe demais e estavam ameaçando a estabilidade do Governo e a integridade do Império.

Entretanto, as resistências em relação às mudanças fizeram com que essas discussões durassem quase três anos, a ponto de que somente em maio de 1840 se deu a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal só foi ser aprovada em dezembro de 1841. Por essa reforma os juízes de paz perdiam a função de polícia, que passava aos juízes municipais e aos delegados nomeados pelo próprio poder central. Nesse momento procuram-se resgatar os espaços formais de discussão política, como o Parlamento e o Palácio de São Cristóvão, em vez das ruas e das praças. O Estado vai se legitimando, assim, como o espaço privilegiado dos "negócios políticos".

## 5.As Revoltas Regenciais Separatistas

### Comentário

**O período regencial tem como característica principal a eclosão de rebeliões separatistas em diferentes regiões. Foram várias e sérias.**

**Caro estudante, pense a respeito das seguintes questões:**

**Qual relação essas rebeliões têm entre si? Por que essas revoltas aconteceram na mesma época? Qual relação existiu entre as várias revoltas do período e a promulgação do Ato Adicional de 1834?**

**Esses questionamentos devem ser a reflexão inicial sobre esse tópico. Posteriormente identifique as causas e contextos próprios de cada uma dessas revoltas.**

**Bons estudos!**

## Introdução

Várias rebeliões marcaram o período regencial. Essas revoltas tinham como causas comuns:

- péssimas condições de vida da população mais pobre;
- a falta de autonomia das províncias, devido à centralização do governo imperial;
- o excesso de impostos, cobrados pelo governo central;
- a luta pelo poder entre partidos e grupos políticos.

Contudo, há que se ressaltar o fato de que, durante a Regência, algumas das mencionadas causas das revoltas regenciais enfraqueceram-se. As reformas descentralizadoras, promovidas pelas elites liberais no poder, reduziram de forma significativa as atribuições do poder central. No entanto, o grau de autonomia proporcionado às províncias, não foi suficiente para refrear os movimentos revoltosos. Conforme demonstra o historiador Boris Fausto

*Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre, porém que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de províncias fizeram o resto.*

## A Revolta do Guanais (1832 e 1833)

Este levante de cunho separatista e republicano ocorreu na Bahia, em um momento de indefinições políticas devido à abdicação do imperador Dom Pedro I. Nessa época, o recôncavo baiano, eram comuns as associações secretas e conspiratórias promotoras de agitações políticas que desaguaram nessa revolta. Esse movimento era reflexo da tradição republicana deixada pela Conjuração Baiana de 1789 e da guerra de independência de 1822 a 1823.

O capitão Bernardo Miguel Guanais Mineiro e de Carmo Sucupira dá início a revolta em fevereiro de 1832 controlando as vilas de São Felix e Cachoeira, momento em que os revoltosos, com o apoio dos fazendeiros locais, estabeleceram um governo provisório decretando a criação de uma república federalista na Bahia. Como propostas para o novo governo reafirmavam o compromisso de promover reformas políticas e sociais para retirar a região da crise em que se encontrava.

O movimento foi abafado pelas tropas comandadas pelo Visconde de Pirajá que, após três dias de combates prende os revoltosos. O capitão Guanais é preso e levado com outros líderes ao Forte do Mar, em Salvador.

Em 26 de abril de 1833, Guanais consegue controlar o forte convertendo os soldados para sua causa. Em seguida inicia um bombardeio contra a cidade de Salvador e no dia 28, sob o intenso contra-ataque das forças imperiais, se rende e é exilado no interior da província.

**Levantados na véspera, rendo iniciado o combate ao disparar contra a cidade, os guanais e os soldados do forte foram submetidos aos ataques de forças governamentais. Nenhuma das adesões esperadas foi ter o forte. Diante dele posicionou-se a corveta Regeneração e no Largo da Sé e na Intendência da Marinha foram montadas baterias. O duelo entre forte, baterias e navio durou à tarde e à noite. Pela manhã de 28, faltos de recursos e com suas posições fortemente atingidas, os revoltosos renderam-se.**

Hernani Donato. Dicionário das batalhas brasileiras.

### A Cabanagem (1835-1840)

A Cabanagem foi uma revolta de cunho social ocorrida na então Província do Grão-Pará, no norte Brasil. Entre as causas dessa revolta citam-se a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil.

Segundo o historiador Boris Fausto

*A Cabanagem explodiu no Pará, região frouxamente ligada ao Rio de Janeiro. A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e uma minoria branca, formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil habitantes. Por aí escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz. Uma contenda entre grupos da elite local, sobre a nomeação do presidente da província, abriu caminho para a rebelião popular. Foi proclamada a independência do Pará. Uma tropa cuja base se compunha de negros, mestiços e índios atacou Belém e conquistou a cidade, após vários dias de luta. A partir daí, a revolta se estendeu ao interior da província.*

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 166)

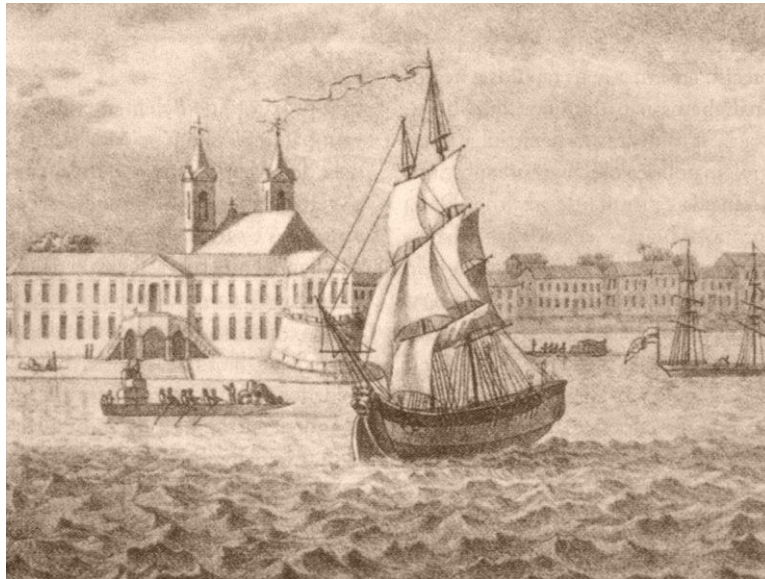
A denominação Cabanagem remete ao tipo de habitação (cabanas) da população ribeirinha mais pobre, formada principalmente por mestiços, escravos libertos e índios. A elite fazendeira do Grão-Pará, embora morasse muito melhor, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.

Durante a Independência, o Grão-Pará se mobilizou para expulsar as forças reacionárias que pretendiam reintegrar o Brasil a Portugal. Nessa luta, que se arrastou por vários anos, destacaram-se as figuras do cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, dos irmãos Vinagre e do fazendeiro Félix Antônio Clemente Malcher. Formaram-se diversos mocambos de escravos foragidos e eram frequentes as rebeliões militares. Terminada a luta pela independência e instalado o governo provincial, os líderes locais foram marginalizados do poder.

Em julho de 1831 estourou uma rebelião na guarnição militar de Belém do Pará, tendo Batista Campos sido preso como uma das lideranças implicadas. A indignação do povo cresceu, e em 1833 já se falava em criar uma federação. O governador da Província, Bernardo Lobo de Souza, desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os inconformados. O clímax foi atingido em 1834, quando Batista Campos publicou uma carta do bispo do Pará, Romualdo de Sousa Coelho, criticando alguns políticos da província. Por não ter sido autorizada pelo governo da Província, o cônego foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Clemente Malcher. Reunindo-se aos irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio) e ao seringueiro e jornalista Eduardo Angelim reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes.

Na noite de 6 de Janeiro de 1835 os rebeldes atacaram e conquistaram a cidade de Belém, assassinando o presidente Sousa Lobo e o Comandante das Armas, e apoderando-se de uma grande quantidade de material bélico. No dia 7, Clemente Malcher foi libertado e escolhido como presidente da Província e Francisco Vinagre para Comandante das Armas. O governo cabano não durou por muito tempo, pois enquanto Malcher, com o apoio das classes dominantes pretendia manter a província unida ao Império do Brasil, Francisco Vinagre, Eduardo Angelim e os cabanos pretendiam separá-la. O rompimento aconteceu quando Malcher mandou prender Angelim. As tropas dos dois lados entraram em conflito, saindo vitoriosas as de Francisco Vinagre. Clemente Malcher, assassinado, teve o seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém.

**Figura 35: Belém do Pará, primeira metade do século XIX**



Atlas de Spix e Martius.

Agora na presidência e no Comando das Armas da Província, Francisco Vinagre não se manteve fiel aos cabanos. Se não fosse a intervenção de seu irmão Antônio, teria entregue o governo ao poder imperial, na pessoa do marechal Manuel Jorge Rodrigues (julho de 1835). Devido à sua fraqueza e ao reforço de uma esquadra comandada pelo almirante inglês Taylor, os cabanos foram derrotados e se retiraram para o interior. Reorganizando suas forças, os cabanos atacaram Belém, em 14 de agosto. Após nove dias de batalha, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, os cabanos retomaram a capital.

Eduardo Angelim assumiu a presidência. Durante 10 meses, a elite se viu atemorizada pelo controle cabano sobre a Província do Grão-Pará. A falta de um projeto com medidas concretas para a consolidação do governo rebelde provocou seu enfraquecimento. Em março de 1836, o brigadeiro José de Sousa Soares Andréia foi nomeado para presidente da Província. A sua primeira providência foi a de atacar novamente a capital (abril de 1836), em função do que os cabanos resolveram abandonar a capital para resistir no interior.

As forças navais sob o comando de John Pascoe Grenfell bloquearam Belém e, no dia 10 de maio, Angelim deixou a Capital, sendo detido logo em seguida. Entretanto, ao contrário do que Soares Andréia imaginou, a resistência não terminou com a detenção de Eduardo Angelim. Durante três anos, os cabanos resistiram no interior da província, mas aos poucos, foram sendo derrotados. Ela só cederia com a decretação de anistia aos revoltosos (1839). Em 1840 o último foco rebelde, sob liderança de Gonçalo Jorge de Magalhães, se rendeu.

Calcula-se que de 30 a 40% de uma população estimada de 100 mil habitantes morreu. Em homenagem ao movimento Cabano, um monumento foi erguido na entrada da cidade de Belém: o Monumento à Cabanagem.

### **A Sabinada (1837)**

A Sabinada foi uma revolta autonomista que teve início em 7 de novembro de 1837 na então Província da Bahia.

A tradição de lutas por autonomia política na Bahia remonta à Conjuração Baiana (1798), às lutas pela independência entre 1822-23, à Federação do Guanais (1832) e à Revolta dos Malês (1835). Durante o período regencial (1831-1840), diante da renúncia do Padre Diogo Antônio Feijó e da apresentação da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1837), o clima político brasileiro se tornou mais tenso.

Nesse contexto, a classe média da Bahia se articulou através dos periódicos provinciais, em torno da proposta de um movimento em favor da separação temporária da Província do restante do império, proclamando uma república enquanto o príncipe D. Pedro de Alcântara não alcançasse a maioridade.

Conforme o historiador Boris Fausto:

*(...) O movimento buscou um compromisso com relação aos escravos, dividindo-os entre nacionais – nascidos no Brasil – e estrangeiros – nascidos na África. Serem libertados os cativos nacionais que houvessem pegado em armas pela revolução; os demais continuariam escravizados.*

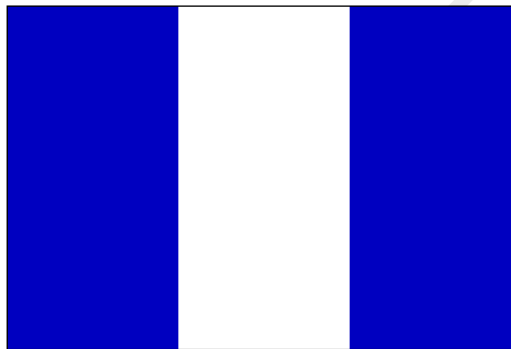
*(Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997. p. 166)*

A revolta teve início com a fuga do líder Farroupilha, Bento Gonçalves, que se encontrava detido no Forte do Mar em Salvador. Livre, Bento Gonçalves incentivou a revolução.

As causas foram que a população da província estava insatisfeita com o governo central. O motivo era o fato de os regentes imporem governantes para Bahia sem se importar com os interesses e a vontade da população da província. Outro motivo, foi a chegada à Bahia, de boatos de que o governo central convocaria tropas Baianas para combater os Farroupilhas do Rio Grande do Sul.

Sob a liderança do médico Francisco Sabino da Rocha Vieira (da onde originou-se o termo Sabinada), a revolta conseguiu o apoio de parte das tropas do governo em Salvador, obrigando à fuga das autoridades e proclamando um governo republicano, com duração até à maioria de D. Pedro de Alcântara.

**Figura 36: Bandeira dos Sabinos**



Bandeira dos Sabinos. Desenhada por Lipe Fontoura.

Após dominar alguns quartéis, os rebeldes não conseguiram ampliar o seu campo de ação, ficando restritos aos limites urbanos. Esse fato facilitou a repressão por parte do governo imperial, que cercou a capital em uma operação combinada terrestre e marítima (março de 1838). Cerca de mil pessoas pereceram em combates. Os rebeldes que sobreviveram foram capturados e julgados por um tribunal composto pelos donos de latifúndios da província. Três dos líderes foram executados e outros três deportados, entre eles, Francisco Sabino Vieira, que foi confinado na, então remota, Província de Mato Grosso.

### **A Balaiada (1838 e 1841)**

A Balaiada foi uma revolta de fundo social, ocorrida no interior da então Província do Maranhão, que durante o Período regencial vivia uma grave crise econômica, devido à concorrência com o algodão norte-americano. Paralelamente, a atividade pecuária era a solução dos fazendeiros que absorvia importante contingente de mão de obra livre nessa região.

**A Balaiada maranhense começou a partir de uma série de disputas entre grupos da elite local. As rivalidades acabaram resultando em uma revolta popular. Ela se concentrou no sul do Maranhão, junto à fronteira do Piauí, uma área de pequenos produtores de algodão e criadores de gado. À frente, do movimento, estavam o cafuzo Raimundo Gomes, envolvido na política local e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício – fazer e vender balaios – derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu à rebelião para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão**

**de polícia. Paralelamente, surgiu um líder negro conhecido como Cosme – sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos – à frente de 3 mil escravos fugidos.**

Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

No campo político ocorria na província uma disputa entre a classe dominante pelo poder, opondo os liberais (bem-te-vis) e os conservadores (cabanos). Durante a regência de Araújo Lima com o chamado regresso conservador, os cabanos maranhenses se aproveitaram a oportunidade expulsar do poder os liberais bem-te-vis.

A revolta se deu contra os privilégios dos fazendeiros e dos comerciantes portugueses e devido a pobreza da população maranhense. Esses fatores explicam o envolvimento de elementos escravos e de homens livres de baixa renda no movimento.

O conflito tem como causa imediata a revolta pela prisão do irmão do vaqueiro Raimundo Gomes que também era vaqueiro e trabalhava na fazenda do padre Inácio Mendes (bem-te-vi) a mando dos cabanos. Dessa feita Raimundo Gomes com o apoio de membros da Guarda Nacional invadiu a cadeia e libertou seu irmão. A partir daí, com o apoio do escravo Cosme Bento e sua tropa de 3.000 negros escravos e Manoel dos Anjos Ferreira, o artesão fabricante de balaio, a revolta se espalha pelo interior da província.

Os balaio chegaram a conquistar a Vila de Caxias, importante centro urbano no sul da província. Porém, as divergências entre os líderes da revolta, juntamente com a chegada de reforços do governo, o movimento foi abafado pelo coronel Luiz Alves de Lima e Silva que, ao reconquistar a Vila de Caxias, recebeu o título de Barão de Caxias.

Os líderes balaio foram mortos em batalha ou capturados. Cosme Bento, líder dos escravos, foi enforcado e os demais sobreviventes foram anistiados pelo imperador, enquanto isso ocorreu o processo de reescravização dos revoltosos negros.

### **A Revolução Farroupilha (1835 a 1845)**

A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha são os nomes pelos quais ficou conhecido o conflito entre os republicanos do Rio Grande do Sul e o governo Imperial, e que resultou na declaração de independência do Rio Grande do Sul, dando origem à República Rio-Grandense. Seus combates foram para além da então Província do Rio Grande do Sul, chegando a alcançar a região de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Teve como líderes: Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves e como importantes revolucionários Davi Canabarro, o guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi e sua esposa brasileira Anita Garibaldi.

Os revoltosos foram alcunhados pejorativamente de Farrapos ou Farroupilhas. O termo, com o tempo, adquiriu uma significação elogiosa, sendo adotado com orgulho pelos revolucionários, de forma semelhante à que ocorreu com os sans-cullotes à época da Revolução Francesa. Seus oponentes imperiais eram por eles, chamados de Caramurus.

**Figura 37: Cena da Guerra dos Farrapos.**



Reprodução parcial de óleo do acervo da prefeitura de São Paulo. José Wash Rodrigues.

As causas remotas do conflito encontram-se na posição secundária, econômica e política, que a região sul, e em particular a Província do Rio Grande do Sul, ocupava nos anos que se sucederam à Independência. Diferentemente das províncias do sudeste e do nordeste, cuja produção de gêneros primários se voltava para o mercado externo, a do Rio Grande do Sul produzia para o



mercado interno, tendo como principal produto o charque, utilizado na alimentação dos escravos africanos. A região sul, desse modo, encontrava-se dependente de um mercado que por sua vez dependia do mercado externo e sofria as consequências disso.

Como causa imediata, o charque rio-grandense era tributado mais pesadamente do que o similar oriundo da Argentina e do Uruguai, perdendo assim competitividade no mercado interno em função dos preços.

No interior da Província, existiam fazendas agrícolas cuja produção também era destinada ao consumo interno. Ali, muitos colonos se estabeleciam e, entre eles, militares desmobilizados. Alguns desses colonos não conseguiam adquirir terras para formar as próprias fazendas e acabavam formando bandos armados que se ofereciam aos proprietários mais afastados.

Há que se considerar, ainda, que o Rio Grande do Sul, como região fronteira à região platina, era militarizado desde o século XVII, citando-se a então ainda recente Guerra da Cisplatina. Embora vários rio-grandenses tenham se distinguido na carreira militar, não havia uma contrapartida política, sendo as posições de comando, civis e militares, ocupadas por elementos oriundos da Corte.

Também é preciso citar o conflito ideológico presente no Rio Grande do Sul a partir da criação da Sociedade Militar, um clube com simpatia pelo Império e até mesmo suspeito de simpatizar com a restauração de D. Pedro I. Os estancieiros rio-grandenses não viam com bons olhos a Sociedade Militar e pediam que o governo provincial a colocasse na ilegalidade.

Ao chegar o ano de 1835 os ânimos políticos estavam exaltados. Estancieiros liberais e militares descontentes promoviam reuniões em casas de particulares, destacando-se as figuras de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves, dois líderes militares.

Naquele ano foi nomeado como presidente da Província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, nome que, se inicialmente agradou aos liberais, aos poucos se mostrou pouco digno de confiança. No dia em que tomou posse, Fernandes Braga fez uma séria acusação de separatismo contra os estancieiros rio-grandenses, chegando a citar nomes, o que praticamente liquidou as chances de conviver em paz com os seus governados. Em 1840, por ocasião do Golpe da Maioridade que colocou Pedro II no trono, foi oferecida uma anistia, recusada pela maioria dos rebeldes. Alguns, contudo, exaustos pelos anos de luta, começaram a compreender que não poderiam alcançar a vitória. Em 1842 foi finalmente promulgada a Constituição da República, o que deu um ânimo, momentâneo, à luta. Nesse mesmo ano, entretanto, foi nomeado pelo império para presidente do Rio Grande do Sul o general Luís Alves de Lima e Silva, o qual tratou de negociar a paz por via diplomática.

Os farroupilhas entraram em discordância, com episódios como a morte de Antônio Vicente da Fontoura e o duelo entre Onofre Pires (ferido e depois morto) e Bento Gonçalves.

As negociações de paz foram conduzidas por Lima e Silva, de um lado, e Davi Canabarro (que substituiu Bento Gonçalves), do outro. No dia 28 de Fevereiro de 1845 (algumas fontes mencionam 1º de Março ou 25 de Fevereiro), depois de 10 anos de lutas, foi assinada a paz em Ponche Verde, que tinha como condições principais:

- a anistia aos revoltosos;
- os soldados rebeldes seriam incorporados ao exército imperial, nos mesmos postos (excetuando-se os generais);
- a escolha do presidente da Província caberia aos farroupilhas;
- as dívidas da República Rio-Grandense seriam assumidas pelo Império do Brasil;
- haveria uma taxa de 25% sobre o charque importado.

A atuação de Lima e Silva foi tão nobre e decente para com os rebeldes que os rio-grandenses o escolheram para presidente da província. O Império, reconhecido, outorgou ao general o título nobiliárquico de Conde de Caxias (1845).

Segundo o historiador Boris Fausto

Segundo o historiador Boris Fausto (1997):

*Há controvérsias entre os historiadores sobre se os farrapos desejavam ou não se separar do Brasil, formando um novo país com o Uruguai e as províncias do Prata. Seja como for, um ponto comum entre os rebeldes era o de fazer do Rio Grande do Sul, uma província pelo menos uma província autônoma, com rendas próprias, livre da centralização do poder imposta pelo Rio de Janeiro.*

*A revolução farroupilha forçou o Brasil a realizar uma política externa na região platina, bem diferente da tradicional. Durante anos, o Brasil seria forçado a não ter uma política agressiva na bacia do Prata e a buscar acordos com Buenos Aires, para ocupar-se de uma revolução no interior de suas fronteiras.*

## 6. A Revolta dos Escravos Malês

A revolta dos Malês, foi a maior revolta de escravos urbanos ocorrida na América. Ela ocorreu em Salvador na Bahia em 1835 e seus protagonistas eram escravos vindos do norte da África seguidores da religião islâmica. Na África viviam sobre o jugo dos conquistadores muçulmanos, mas possuíam certa liberdade e produziam para fornecer alimentos e mercadorias aos comerciantes do império muçulmano.

Quando foram capturados e levados para Salvador, a ideia é que eles teriam plenas condições de serem muito produtivos, e essa interpretação se dava devido a sua cultura de produção de excedentes e também devido ao fato de que muitos deles já eram alfabetizados, sendo, portanto mais inteligentes e preparados.

Porém ao chegarem ao Brasil e se depararem com o nosso sistema escravocrata rapidamente se organizaram para lutarem contra a dominação desumana. A liberdade de locomoção dos escravos, principalmente os de ganho, facilitou organização do levante, juntamente com a superexploração e a crise econômica, política e social foram os combustíveis da revolta.

Esses escravos malês já vinham revoltados com a proibição de culto de outras religiões. A situação ficou insustentável após a destruição por um incêndio da Mesquita da Vitória, onde se reunião os escravos islâmicos. Dessa forma os escravos promoveram algumas reuniões conspiratórias e prepararam a revolta para o dia do feriado religiosos do Senhor do Bonfim, momento e que os senhores liberavam os escravos para a festa.

Dentre as propostas defendidas pelos malês podemos citar a defesa da abolição da escravidão e o processo de africanização de Salvador por intermédio do extermínio de brancos e mulatos. Mas os revoltosos foram traídos por dois escravos livres que informaram as autoridades que reprimiram violentamente o movimento. Morreram setenta escravos na revolta, quatro líderes foram executados e as demais lideranças foram deportadas para o continente africano, além da prisão e dos castigos corporais aplicados ainda distribuíram vários escravos em fazendas de outras províncias.

## 7. Situação Econômica

A situação econômica era de crise que se perpetuava durante o período regencial. As dificuldades econômicas oriundas do Primeiro Reinado atingiram mais as cidades do que as grandes fazendas que eram quase autossuficientes. Os empréstimos sucessivos para a rolagem da dívida com juros sobre juros, além do domínio econômico inglês e a balança comercial sempre deficitária aliada à má administração complicaram a vida durante a regência transformando o período no mais agitado de nossa história.

Nossos produtos continuavam enfrentando problemas de concorrência no mercado externo, porém esse período prepara o país para um novo ciclo, o café. No período regencial as fazendas de café se proliferaram na região do norte da província do Rio de Janeiro e na baixada fluminense, porém a estrutura permaneceria a mesma, o Plantation. A produção cafeeira se dava em latifúndios monocultores, com mão de obra escrava e sendo a produção voltada para o mercado externo.

## 8. O Golpe da Maioridade (1º ato)

Desde o ano de 1837, já se iniciavam no congresso brasileiro a questão da antecipação da maioridade do imperador, que era vista primeiramente pelos liberais como a única saída para a situação de crise política que o país vivenciava. Outra vantagem da chegada de Dom Pedro II ao poder seria a contenção dos movimentos que pretendia a separação de províncias do estado brasileiro, uma vez que o imperador era a vontade de Deus personificada.

Assim em abril de 1840 os liberais fundaram o Clube da Maioridade na intenção de encaminhar a mudança constitucional. Os Conservadores que estavam no poder aos poucos se convenceram que a melhor saída de fato seria a antecipação da maioridade.

**Levado em 1840 ao Senado um novo projeto de antecipação da maioridade do imperador, pelo chamado grupo maiorista, foi derrotado por apenas 2 votos. O fato alarmou o regente Araújo Lima e os componentes do governo. (...)**

**Contornando a questão, os deputados vão ao Senado para que seus componentes solicitassem do imperador sua imediata ascensão ao trono. Combinou-se então organizar uma comissão que, diante de Dom Pedro, fez-lhe a proposta. O regente Araújo Lima, presente ao ato, procurando protelá-lo, prometeu a imperador menino que no dia 2 de dezembro daquele ano de 1840, quando completasse 15 anos ele o tornaria maior. A comissão perguntou então a Dom Pedro se desejava a maioridade desde já (22 de julho de 1840) ou em dezembro. A resposta se deu em duas palavras apenas: quero já.**

Teresinha de Castro. História da Civilização Brasileira. Editora Record. 1969.

Com o golpe da maioridade as estruturas econômicas sociais e políticas são mantidas e o perigo da fragmentação territorial excluído das pretensões das elites locais brasileiras. A luta pela descentralização, que tanto marcou a vontade política das elites locais, agora será substituída pela ideia do centralismo político que a partir desse momento garantirá o poder político para nossas elites.

### **III. SEGUNDO REINADO**

#### **Comentário**

**Caros estudantes,**

**Continuemos nossa caminhada!**

**Vimos na aula anterior que durante o período regencial a unidade territorial brasileira foi seriamente ameaçada.**

**A ausência da figura do monarca; a descentralização política advinda do Ato Adicional (e o conseqüente esvaziamento do governo central); a ausência do sentimento de nacionalidade (o "Brasil" surgiu antes "dos brasileiros") e o acirramento das rivalidades regionais quase desmembraram a antiga colônia portuguesa em vários países. Nossos vizinhos da América espanhola fragmentaram-se em diferentes países durante o processo de formação de seus estados nacionais e a "experiência republicana brasileira" do período regencial conduzia o país para o mesmo caminho.**

**Dessa forma em 1840 ocorreu a antecipação da maioridade do jovem Pedro de Alcântara. Antecipar a coroação do monarca adolescente foi um arranjo necessário e coordenado pelos grupos políticos dominantes para que o poder central pudesse ser restabelecido. Com a volta do monarca as rebeliões poderiam ser sufocadas com mais facilidade. Nisso os grupos políticos estavam certos e foi o que aconteceu.**

**O fato é D. Pedro II, que perdera a mãe e o pai ainda na infância, fez o governo mais duradouro da história brasileira. Foi preparado desde cedo para assumir essa função. Foram quase cinquenta anos de governo. Praticamente meio século.**

**Dada a extensão do período em questão pode ser útil a utilização divisão do seu governo em fases, períodos relativamente distintos.**

**Assim, o longo governo de Pedro II pode ser dividido em três fases bem distintas:**

**- 1840-1850: consolidação**

- 1850-1870: auge

- 1870-1889: declínio

Começaremos nossos estudos sobre o Segundo Reinado estudando o período da consolidação e o auge da monarquia brasileira.

Sobre o assunto leia o texto a seguir!

Bons estudos!

## 1.A consolidação da ordem interna

**Figura 38: Estudo para a sagração de Dom Pedro II.**



Produzido por volta de 1840 por Manuel de Araújo.

O Segundo Reinado, na História do Brasil, foi um período que se iniciou a 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade de D. Pedro II, e teve o seu término em 15 de Novembro de 1889, quando o Império do Brasil foi derrubado pela Proclamação da República. Compreende 49 anos de duração. O Segundo Reinado foi uma época de grande progresso cultural e industrial. O regime monárquico consolidou-se com a ascensão de D. Pedro II, que foi o eixo desse período. O prestígio internacional que o Brasil alcançou nessa época, e seu progressivo desenvolvimento social e econômico, justificam-se em grande parte pela firmeza com que D. Pedro II conduziu os destinos de nosso país.

Quando de sua maioridade, em 1840, ele cuidou de um governo de aproximadamente cinquenta anos de aparente paz interna, onde o Brasil ganhou influência sobre a América do Sul - especialmente na região da Bacia Platina. Por outro lado, a situação social do Brasil não obteve muitos avanços, assim tendo um acúmulo da pobreza e do analfabetismo.

Ainda vigorava a Revolução Farroupilha no sul do Brasil quando D. Pedro II assumiu o trono. A Revolução tomava proporções assustadoras, e estava próxima de conseguir a sua independência do resto do país, como a província Cisplatina. A fim de impedir este acontecimento, Pedro II nomeou como Comandante-chefe do Exército, o barão de Caxias - que, anteriormente, havia sufocado as revoltas em Minas, no Maranhão, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além da liderança no Exército, o barão foi agraciado com o título de Presidente da província do Rio Grande do Sul.

Mesmo tendo a liberdade de agir com violência contra os gaúchos, o barão de Caxias usou da diplomacia, negociando com líderes e fazendo manifestos patrióticos aos insurretos. Por várias vezes, mencionava que o inimigo dos gaúchos não era Pedro II e os brasileiros, mas sim, Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, presidentes respectivos do Uruguai e da Argentina. Estes buscavam a união das duas repúblicas, o que criaria um estado muito poderoso na Prata.

As negociações e as revoltas vieram ao fim em 1845, quando da assinatura do Tratado de Poncho Verde. O barão de Caxias foi nomeado "Pacificador do Brasil" e recebeu o título de Conde.

Em 1842 os liberais detonam mais uma revolta contra a autoridade do imperador. O primeiro gabinete formado logo após o golpe da maioria era composto exclusivamente por liberais que apoiaram o processo desde o início, porém o parlamento era composto por uma maioria conservadora. Os atritos entre os dois grupos se avolumaram devido à nova configuração política e o problema só foi resolvido com a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições ainda em 1840.

Essa eleição legislativa foi marcada pela violência e pelas fraudes, o que foi uma constante no período ao ponto de se chamar essas eleições para o parlamento, durante o Segundo Reinado, de eleições do cacete. A vitória coube ao Partido Liberal. Imediatamente os liberais iniciaram uma verdadeira caça às bruxas em um processo que ganharia o nome de “derrubadas”. Foram retirados dos cargos públicos, das presidências das províncias e dos Juizes de Paz, todos os membros do Partido Conservador e simpatizantes, que foram substituídos por liberais.

Porém as brigas internas dentro do novo gabinete fizeram com que ele fosse demitido e substituído por um gabinete exclusivamente conservador em 1841. O parlamento foi dissolvido e foram aprovadas leis que ficaram conhecidas como “as leis reacionárias”, os ocupantes de cargos liberais foram agora substituídos por conservadores.

Essas “leis reacionárias” e o afastamento dos liberais fizeram eclodir em seus mais importantes redutos a revolta de 1842. Essa revolta foi iniciada em São Paulo na cidade de Sorocaba pelo padre Diogo Feijó e em Minas Gerais na cidade de Barbacena por Teófilo Otoni. As tropas do governo lideradas por Caxias esmagaram o movimento e prendeu seus líderes que só foram anistiados em 1844 pelo novo gabinete liberal.

A última grande revolta enfrentada pelo Segundo Reinado ocorreu em Pernambuco, mantendo a tradição revolucionária da província, encerrando o ciclo de reações à consolidação do sistema monárquico centralizado que mantinha os privilégios dos latifundiários escravocratas.

Pernambuco foi uma das regiões mais importantes do período açucareiro, sendo a região mais afetada pela diminuição da lucratividade do setor, que, como já vimos, sofreu muito com a concorrência antilhana e do açúcar de beterraba europeu. O comércio única atividade lucrativa estava nas mãos de estrangeiros, principalmente das famílias portuguesas que mantinham seus monopólios desde o período colonial. Para piorar ainda mais a situação, esses comerciantes estrangeiros sequer empregavam brasileiros o que aumentava o sentimento antilusitano.

Outro grave problema causador da revolta era o que podemos chamar de “familiocracia”, quando o poder político é controlado por uma única família. Na província a família Cavalcanti controlava todas as esferas de poder federal e local, controlando inclusive os dois partidos, o Liberal e o Conservador.

Com a insatisfação generalizada, devido a crise econômica e política, os liberais radicais sob a influência das ideias iluministas e socialistas utópicas (o socialismo científico de Marx é apresentado no mesmo ano na Europa por intermédio do famoso “manifesto do Partido Comunista”) se organizaram e fundaram o Partido da Praia em 1842. O nome do partido é uma alusão a rua onde fica o jornal Diário Novo, que reunia a elite intelectual de Recife e Olinda.

O sentimento antilusitano, a crise econômica e sua conseqüente deterioração social, aliadas a familiocracia Cavalcanti deram o motivo para o processo revolucionário. Os principais líderes do Partido da Praia e, por conseguinte, da revolta eram: Abreu e Lima, Borges da Fonseca, Inácio Bento de Loyola, Nunes Machado e Pedro Ivo. O fato mais importante dessa revolta foi a união das elites locais com a massa popular imprimindo a revolta seu caráter popular.

Em 1845 os praiheiros, liberais radicais, senhores de engenho mais modestos, profissionais liberais, artesãos e outros setores populares, conseguiram derrubar os Cavalcanti do poder e nomear o governador liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama, além de conseguirem a maioria na Assembleia Provincial. Um problema já havia sido resolvido, agora faltaria resolver outras questões que ainda se encontravam pendentes.

Em 1847, após a queda do gabinete liberal, ocorreu a substituição do presidente da província, que pertencia ao grupo dos praiheiros, e em seu lugar foi nomeado um membro do Partido Conservador ligado a família Cavalcanti, o ex-regente Araújo Lima. O retrocesso político e a raiva dos portugueses produzirão, nesse mesmo ano, o episódio conhecido como “mata-mata” que foi um levante onde os brasileiros invadiram e saquearam os armazéns espalhando alguns comerciantes portugueses.

Sob esse clima de tensão, em 1848 os praiheiros lançaram o “Manifesto ao Mundo” que continha as reivindicações da elite e do povo pernambucano. Dentre elas podemos citar:

- Nova Constituição

- Voto livre e universal masculino com algumas poucas restrições
- Liberdade de imprensa
- Autonomia dos poderes e fim do poder Moderador
- Extinção do Senado vitalício
- Federalismo (com a defesa do republicanismo entre os mais exaltados)
- Reforma judiciária
- Garantia de trabalho
- Fim do monopólio comercial português
- Garantia dos direitos individuais do cidadão
- Garantia de empregos e educação para todos

A partir daí a revolta explodirá em Olinda em 7 de novembro de 1848. Os revoltosos controlam Olinda e tentam invadir a cidade de Recife que consegue resistir até o fim da guerra civil. Com o transcorrer da revolta os combates passam a se concentrar no interior onde resistiram até 1850 Borges da Fonseca e Pedro Ivo que chegou a organizar uma força militar chamada de "os 5.000 valentes".

Nunes Machado foi morto na tentativa de ocupação de Recife e os demais líderes foram presos e condenados à prisão perpétua, sendo anistiados mais tarde em 1852. A revolta deixou um saldo de mais de 800 mortos de ambos os lados.

Dessa forma a consolidação da monarquia brasileira durante o período de 1840 a 1850 relacionou-se a três pilares principais. O fim das rebeliões de caráter separatista, a economia cafeeira e a centralização do poder nas mãos do imperador com o apoio dos partidos políticos da época, são os marcos da consolidação do estado nacional brasileiro. Na medida em que as plantações avançavam rumo à região de São Paulo o governo central conseguia relativa organização financeira graças aos impostos recolhidos diante do constante aumento das exportações do café. Com menos atritos entre a elite local e o imperador, Dom Pedro vivencia um momento de estabilidade e certo progresso econômico, embora se tenha mantido a situação precária das massas populares.

## 2. Estrutura Política

### Comentário

Caro estudante,

**Fixaremos nesse tópico o aspecto político do Segundo Reinado marcadamente influenciado pela criação, em 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros.**

**Vimos que a primeira fase do Segundo Reinado foi marcada pela estabilização e consolidação do estado nacional brasileiro. A economia cafeeira tornou-se cada vez mais importante.**

**Uma das principais questões dos anos iniciais do Segundo Reinado foi debelar as rebeliões que ameaçavam a unidade territorial brasileira. Caxias foi o grande responsável pelo fim das revoltas: em uma mão a espada e na outra a anistia.**

**No plano político a implementação do "Parlamentarismo às avessas" significou a criação de uma verdadeira engenhoca política. Por um lado permitiu que o Imperador preservasse sua imagem junto à população, pois todas as ações cujos impactos eram negativos junto à opinião pública sempre eram creditados na conta do "primeiro-ministro". Foram 36 gabinetes ao longo do Segundo Reinado. Também permitiu aos principais partidos da época revezarem-se no poder. Aquele que estava na oposição sabia que logo seria governo e vice-versa. O recurso às armas não era mais necessário.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**



## 2.1 Conselho de Ministros

Em 1847, o Imperador criou o Conselho de Ministros, órgão que aconselharia o Imperador a dirigir o Brasil, espelhado no parlamentarismo britânico. Naquele mesmo ano, também foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), que seria o chefe do ministério, encarregado de organizar o Gabinete do Governo. Assim, o Imperador, em vez de nomear todos os ministros, passou a nomear somente o Presidente do Conselho, e este escolhia os demais membros do Ministério, retirando um elemento de desgaste político do imperador, sem que este tivesse diminuída sua autoridade.

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (2002):

*Considera-se que o sistema parlamentarista tenha sido implementado no Brasil Imperial em 1847, a partir do decreto de criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros (ou gabinete), indicado pessoalmente pelo imperador. Inspirado no sistema parlamentarista inglês, no qual o Poder Executivo é exercido pelo primeiro-ministro, escolhido e apoiado pelo Parlamento, no parlamentarismo brasileiro instaurado no século XIX, o Poder Legislativo, em vez de nomear o Executivo, subordinava-se a ele e ao Poder Moderador. Na prática, o imperador poderia acionar o Poder Moderador para manter seus ministros, dissolvendo a Câmara e convocar novas eleições. Como as eleições eram viciadas, por causa da interferência do governo, este sempre saía vitorioso.*

Assim, o fato do Poder Moderador – de uso exclusivo do Imperador – indicar o Presidente do Conselho de Ministros, bem como impor ao parlamento a subordinação ao executivo, fez com que o modelo parlamentar adotado no Brasil subvertesse o sentido do parlamentarismo britânico, ficando conhecido pela expressão “Parlamentarismo às avessas”.

Na Inglaterra, a Coroa, baseada na maioria do Parlamento e em quem eles aconselham, escolhe o primeiro-ministro. Após isso o Parlamento aprova ou não a decisão da Coroa. Ele será o chefe de governo do país, dirigindo e administrando a Inglaterra. Como o primeiro-ministro é um eleito do Parlamento, ele deve prestar contas de suas ações ao órgão que, se quiser, poderá destituí-lo de seu cargo, convocando outro ou novas eleições.

No Brasil, o Imperador era o poder máximo, acumulando funções de chefe de estado e de governo, até a década de 1840, quando D. Pedro II decretou que o Imperador não possuía mais os dois Poderes, e sim apenas o Moderador. Ele escolhia quem seria seu presidente do Conselho de Ministros (equivalente ao primeiro-ministro). Este escolhia, por sua vez, os membros do Conselho de Estado, que por fim, recebia ou não a aprovação do Parlamento. O que aconteceu muito no Brasil e no resto do mundo foi que o Parlamento muitas vezes não aprovava a decisão do Chefe de Estado, e este se via obrigado a dissolver o Parlamento (tanto em Monarquias Parlamentaristas como em Repúblicas Parlamentaristas da época. Espanha e França até chegaram a usar o exército para calar o povo na hora de dissolver o Parlamento). A Inglaterra foi uma exceção da época, pelo fato de ter surgido lá, de forma muito precoce, o modelo de Monarquia Constitucional (durante a Revolução Gloriosa no século XVII).

## 2.2 Parlamentarismo às avessas

Segundo o historiador Boris Fausto (1997), a utilização do Parlamentarismo às avessas no Segundo Reinado, teve como grande consequência, o fato de que:

*(...) houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário.*

Dom Pedro II conseguiu criar uma máquina eficiente para direção do Brasil, baseada na troca de favores. Como a elite agrária detinha o poder no Brasil do século XIX, Pedro II sempre governou aliando-se a eles, realizando favores (como construção de ferrovias, açudes, aquisição de maquinários) em troca da estabilidade que Pedro II necessitava para se manter no poder. Assim, Dom Pedro II conseguiu, nos primeiros anos de seu governo, lidar com um Brasil estável e, em certo ponto de vista, próspero.

O "Parlamentarismo às avessas" trouxe a estabilidade política necessária para a condução e gestão do estado brasileiro. Esse sistema, criado em 1847, promoveu uma grande alternância de gabinetes demonstrando que os principais partidos políticos da época tinham a oportunidade de se revezarem no poder ao mesmo tempo em que a figura do monarca era preservada diante de desgastes políticos e de certa forma diante da opinião pública.

**Figura 39: D. Pedro II**

D. Pedro II controlando o "carrossel político" em charge do período.

### 2.3 O Partido Liberal e o Partido Conservador

O Segundo Reinado seria caracterizado pela predominância de dois partidos políticos que se alternavam no poder. O partido liberal e o partido conservador.

**(...) surgiram no período compreendido entre a crise da abdicação de D. Pedro I e a maioria de D. Pedro II. Os Partidos Liberal e Conservador, formados no calor das lutas travadas nas duas primeiras décadas após a independência, eram também chamados de luzias e saquaremas. Os apelidos foram dados pelos respectivos adversários com a intenção de ironizar (...) Luzia era uma alusão ao insucesso dos liberais no levante revolucionário de 1842, quando foram derrotados em uma batalha na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. Chamando-os Luzias seus adversários pretendiam irritá-los e fazer troça, lembrando de um acontecimento desagradável. Os conservadores começaram a ser chamados de saquaremas após um fato ocorrido na cidade de mesmo nome, no Rio de Janeiro. Houve, ali um episódio de conflito entre as facções locais dos dois grupos, tendo os conservadores lançado mão da força para se fazer prevalecer frente aos liberais.**

**Rodrigo Patto Sá Motta. História dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.**

Em algumas regiões, destacava-se o predomínio de cada um dos grupos. Conforme o historiador Boris Fausto (1997):

*(...) Uma distinção importante dizia respeito às bases regionais dos dois partidos. Enquanto os conservadores extraíam sua força maior da Bahia e Pernambuco, os liberais eram mais fortes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A união entre burocratas, com destaque para os magistrados, e os grandes proprietários rurais fluminenses representou o coração da política centralizadora sustentada pelos conservadores.*

Poucas diferenças os partidos guardavam entre si. Havia por parte dos liberais, uma maior defesa da autonomia das províncias - que só poderia se consolidar com uma relativa descentralização do poder político no país. Os conservadores, por sua vez, eram considerados os defensores de um governo mais centralizado na figura do Imperador, sendo, nesse sentido, sua principal base de apoio político.

Dessa forma o debate político da época (1840 a 1870) se restringiu a questão da centralização ou descentralização do poder. Nossos parlamentares discutiam intensamente na tribuna durante as sessões legislativas, se o estado imperial deveria ter mais ou menos poder do que as províncias brasileiras. Somente após o término da guerra do Paraguai é que nossos parlamentares passaram a debater outros temas como a política externa, a questão da abolição e a implantação da república.

### 2.4 Política da Conciliação

Outro aspecto político interessante do Segundo Reinado foi a política de conciliação adotada pelos partidos Liberal e Conservador.

O primeiro gabinete foi liberal, de 1840 a 1841. Os problemas enfrentados com a continuidade da Revolta Farroupilha promovem o desgaste desse gabinete que é substituído pelos conservadores. O gabinete conservador será marcado pela Revolta Liberal de 42 resistindo até 1844 quando será substituído por mais um governo liberal. Os liberais, nesse segundo governo, vão aprovar a tarifa alfandegária Alves Branco, de cunho protecionista e, em seguida, assistem o imperador criar o cargo de presidente do Conselho de Ministros inaugurando assim o período do parlamentarismo às avessas.

Os liberais ficam no poder até 1853 quando foram substituídos novamente pelos conservadores. Essa alternância de poder sem maiores atritos entre os membros da elite política demonstra na prática o porquê do termo “política da conciliação” que é a participação alternada dos partidos no poder e o apoio dessa classe dominante ao parlamentarismo às avessas e ao controle do poder moderador.

A partir de 1853, sob o gabinete conservador do marques do Paraná, Hermeto Carneiro Leão, a política de conciliação chega ao seu auge com o “ministério da conciliação” formado por políticos dos dois partidos no mesmo gabinete. Durante o Segundo Reinado foram ao todo 36 gabinetes, 21 do Partido Liberal perfazendo um total de 20 anos no poder enquanto o Partido Conservador fez 15 gabinetes ficando no poder quase 30 anos.

### 3. Economia e Modernização

#### Comentário

Caro estudante,

**Avancemos um pouco mais agora. Nesse tópico trataremos da modernização econômica do Brasil verificada durante o governo de D. Pedro II.**

**Foi durante o Segundo Reinado que o Brasil conheceu o seu primeiro surto industrial.**

**O fim do tráfico negreiro no ano de 1850 permitiu a liberação de grandes somas de capitais. Com a proibição do tráfico muitos recursos foram aplicados em novas atividades econômicas.**

**A tarifa Alves Branco, promulgada anos antes, também merece ser estudada. Em 1844 essa lei elevou os impostos sobre produtos estrangeiros. A medida é importante, pois favoreceu a atuação dos empresários nacionais. Foi a primeira lei de caráter protecionista aprovada em solo brasileiro.**

**Por último o café. Os capitais advindos da produção e exportação desse produto também foram aplicados em outras atividades econômicas, dentre elas a indústria.**

**Também merece atenção a atuação de Irineu Evangelista de Souza. O Barão de Mauá.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir!**

**Bons estudos!**

#### 3.1 O Café

Durante o Primeiro Reinado, a elite agrária do Brasil concentrava-se, sobretudo, no Nordeste (os barões da cana). Mas nessa mesma época, o café começava a ser introduzido no Norte, na Baixada e no litoral Fluminense, além do Vale do Paraíba do Sul, que corta todo o interior da província do Rio de Janeiro, expandindo-se durante o século XIX. O mercado consumidor internacional prosperava o que propiciará a aceitação do café brasileiro, notadamente na Europa e nos Estados Unidos, principalmente devido a desorganização da produção cafeeira francesa, dona do mercado internacional do produto, devido ao seu processo revolucionário e a consequente desorganização de suas colônias.

O desenvolvimento do comércio internacional baseado na exportação do café deveu-se alguns fatores específicos. No contexto externo, destacam-se o crescimento da demanda internacional ao café brasileiro, fruto do aumento do padrão de vida da população norte-americana e europeia, o que estimulou o aumento dos níveis de consumo; a industrialização dos EUA e Europa, que necessitavam de matérias-primas para suas indústrias de transformação; o aperfeiçoamento técnico, o qual beneficiou o comércio internacional, tanto através de meios de transporte quanto na nova organização dos setores mercantil e financeiro. O final do século XIX proporcionou ao comércio internacional, através da afirmação constante do modelo liberal econômico, que grande parte dos países capitalistas ocidentais comercializasse entre si.

Internamente, o que mais favoreceu o crescimento econômico foi a solução do problema da mão-de-obra através da imigração europeia; a expansão do crédito, através de uma reforma bancária, que forneceu recursos para a formação de novas lavouras cafeeiras; e a expansão das redes ferroviárias em São Paulo, as quais reduziram o custo de transporte para os proprietários das novas lavouras, localizadas no interior paulista. A diversificação da economia estimulou a urbanização, já que toda a atividade comercial, induzida pela expansão do café, concentrava-se nas cidades portuárias. Outro aspecto que também ajudou na produção cafeeira foi a situação geografia, pois a proximidade com a capital era muito importante para o sucesso da empreitada rumo ao mercado internacional.

**Alguns dos núcleos promissores da fase anterior que ficaram à margem da rede ferroviária viram decair seu movimento, enquanto outros núcleos surgiram ao longo da ferrovia junto às estações. Facilitando as comunicações, a ferrovia permitiu aos fazendeiros transferirem suas residências para os centros mais importantes, reduzindo a importância dos núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades. O crescimento da cidade de São Paulo, no fim do século, liga-se em parte ao fato de se ter tornado em centro para onde convergiam as ferrovias (...) À medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores.**

**Emília Viotti da Costa. Da monarquia à república: momentos decisivos.  
São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007.**

Assim, em alguns anos, uma nova elite começou a surgir no sudeste brasileiro. A elite cafeeira, que em pouco tempo, se tornava mais poderosa e rica do que a elite nordestina.

**Figura 40: Regiões de Produção de Café.**



A economia cafeeira que se desenvolverá ao longo do Vale do Paraíba e, mais tarde, do oeste paulista era administrada por verdadeiros empreendedores diferentes dos grandes fazendeiros de então. Essa nova elite possuía mais experiência comercial

sendo, portanto, mais eficientes tanto na gerência da produção e do comércio, sendo responsáveis pelo sucesso dos negócios que, segundo Celso Furtado em seu livro "Formação econômica do Brasil", tinha que ser eficiente na "aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, além da interferência na política financeira e econômica". Ainda segundo Celso Furtado, será esse o diferencial entre a nova e moderna elite do café e as velhas elites agrárias brasileiras.

O café impulsionou uma indústria incipiente, ou seja, parte dos lucros gerados na produção de café era também usado na montagem de fábricas. Nessa mesma época, na Amazônia, iniciava-se a extração do látex para a produção de borracha, que viria a se consolidar e garantir, aos poucos, um significativo espaço no mercado internacional.

As transformações na estrutura produtiva brasileira permitiram o acúmulo de capitais proporcionados pelo comércio internacional do café, possibilitando investimentos dos lucros obtidos, com a comercialização no próprio setor produtivo, assim como, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre e assalariado nas atividades produtivas, motivado, entre outros fatores, pelo fim do tráfico de escravos no oceano Atlântico e pela pressão internacional contrária à exploração escravista no Brasil.

A utilização de mão-de-obra livre e assalariada se deu a partir do incentivo à imigração europeia nas atividades produtivas do país, estimulado principalmente pelo estado brasileiro, o que promoveu o crescimento e desenvolvimento do mercado interno. Por outro lado, como nem todos os imigrantes europeus no Brasil se ocuparam com as lavouras de café, dedicaram-se, também, às atividades comerciais, aos serviços e ao artesanato.

Nesse momento cria-se um clima favorável ao processo de urbanização da sociedade brasileira, sobretudo na região Sudeste, assim como a criação de bancos comerciais no país. Todos esses fatores, assim como os investimentos públicos imperiais em infraestrutura, principalmente em ferrovias e estradas na região Sudeste do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), foram determinantes para o surgimento das primeiras indústrias no país.

Conforme demonstrou a historiadora Emília Viotti da Costa (2007):

*(...) Um grande número de estabelecimentos industriais foi fundado no fim do século. Em pouco mais de dez anos o número de indústrias passou de 175, em 1874 para mais de seiscentas. Cresceu o número dos que se dedicavam às atividades industriais. As indústrias tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde a concentração de mão-de-obra e capitais e a existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como de uma infraestrutura de transportes criavam possibilidade para o desenvolvimento de indústrias do tipo de substituição de importação (...). O aperfeiçoamento dos métodos de transporte, com o aparecimento das vias férreas, as modificações introduzidas no processo de fabrico de açúcar e beneficiamento de café, a intensificação no ritmo das construções civis e, finalmente, os melhoramentos urbanos estimularam por sua vez o aparecimento de indústrias subsidiárias.*

Apesar de o Império gozar de um momento de paz e prosperidade, ele tinha algumas pequenas falhas. O uso de mão de obra escrava e a tentativa de impor sua influência sobre os países da região do Prata, se tornaram agentes da degradação do Império, o que levaria ao fim do regime.

## Comentário

Caro estudante,

**Avancemos um pouco mais em nossa caminhada pela história brasileira. Neste tópico estudaremos a transição para o trabalho livre enfocando a imigração europeia nos anos oitocentos e início dos novecentos.**

**É muito comum encontrarmos informações que dizem ter sido na sociedade mineira do século XVIII o local de nascimento de uma classe média no Brasil. Em Minas Gerais, em função da diversificação da sociedade aurífera, o trabalho livre de artesãos, artistas, comerciantes, advogados e outros foi bastante significativo apesar das relações escravocratas também terem dominado as formas de trabalho nessa sociedade.**

**Teria sido então em Minas Gerais o local do surgimento dos primeiros trabalhadores livres e assalariados no Brasil?**



**O fato é que o trabalho assalariado e livre existiu desde o século XVI, mas esta não foi a relação de trabalho dominante nos séculos iniciais da colonização brasileira. O escravismo atendia a praticamente todas as necessidades em relação à mão-de-obra.**

**No século XIX ao mesmo tempo em que o café avançava rumo ao interior de São Paulo os setores mais conservadores da sociedade percebiam a necessidade de mão-de-obra. Os cafeicultores da São Paulo representavam uma elite moderna e modernizante.**

**Por que não utilizar ex-escravos nas lavouras de café? Quais eram as condições dos imigrantes europeus ao chegarem no Brasil? Quais mecanismos eram utilizados para levar os imigrantes até as lavouras de café? Como os fazendeiros acostumados no trato com o negro agiram diante dos primeiros imigrantes? Quais foram as principais nacionalidades de imigrantes no Brasil? Trataremos dessas e outras questões ao longo desse tópico.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**

### **3.2 Transição para o trabalho livre**

A vinda de imigrantes europeus para o Brasil no século XIX foi motivada por fatores diversos.

Na Europa alguns países enfrentavam crises de abastecimento e guerras políticas que caracterizaram o longo século XIX. O Brasil era visto como uma terra de oportunidades que poderia oferecer uma vida melhor para essas populações.

Internamente o Brasil convivia com a pressão inglesa em relação ao tráfico de escravos africanos desde o início do século.

A pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos remonta à presença da Coroa portuguesa no Brasil em 1808. No ano de 1810 o Brasil assinou o primeiro tratado comprometendo-se a acabar com o comércio de africanos. A partir desse momento foram feitas várias leis antitráfico, mas elas não funcionavam, não "pegavam", daí a expressão "pra inglês ver". No momento em que o Brasil rompeu os laços com Portugal uma das exigências feita pelos ingleses para o reconhecimento da independência era que o país acabasse com o tráfico. É interessante notar como os setores escravocratas conseguiram resistir por tanto tempo. Apesar das diversas leis proibindo o tráfico de escravos o comércio de almas era realizado com o consentimento das autoridades sendo extinto somente no final do século XIX.

Os ingleses decretaram o fim do tráfico em suas colônias no início do século XIX e em 1833 determinaram o fim da escravidão. A Inglaterra havia experimentado em sua economia a chamada Revolução Industrial e, a partir daí, passaram a enxergar no escravo a possibilidade de aumento de mercado consumidor para seus produtos ao mesmo tempo em que pretendiam manter esses homens na África que, nesse momento, estava sendo novamente recolonizada pelos países europeus.

No ano de 1845 foi aprovada na Inglaterra uma lei chamada Bill Aberdeen pela qual era dado o direito de "vistoria" a esquadra britânica. Com base na nova lei a esquadra britânica poderia prender qualquer navio negreiro bem como aprisionar e julgar os traficantes. A ação inglesa representava séria ameaça para os traficantes de escravos que viam o risco de perder o capital investido. Muitos navios inclusive em águas territoriais brasileiras foram vítimas da ação repressora dos navios ingleses. Para os traficantes o comércio de homens tornou-se algo muito mais difícil e arriscado.

No Brasil o efeito foi o aumento do preço do escravo negro, aumentando as dificuldades da permanência dessa forma de escravidão na sociedade brasileira.

Foi somente a partir de 1850 que o tráfico de escravos diminuiu significativamente. Nesse ano foi criada a Lei Eusébio de Queirós, favorecendo a diminuição drástica do número de cativos vindos para os portos brasileiros. Nos últimos anos da década de 1840 chegaram aproximadamente 50 mil escravos por ano no Brasil. Já nos anos iniciais da década de 1850 o número fora reduzido para poucos milhares.

Em 1850 também foi aprovada a importante Lei de Terras que tinha como objetivo dificultar o acesso à terra por parte dos pequenos proprietários exigindo o registro para comprovação da posse da terra, que de agora em diante só poderia ser adquirida por intermédio da compra. Nossa lei de terras tinha outro objetivo específico que era impossibilitar a aquisição de terras por parte desses imigrantes na tentativa de mantê-los submissos a exploração da elite agrária cafeeira. Era necessário criar mecanismos que dificultassem o acesso à terra por parte dos pequenos proprietários.



A crescente expansão da economia cafeeira rumo ao interior paulista demandava braços para o trabalho nos cafezais. Por que não os negros?

No Brasil a vinda de imigrantes europeus era defendida principalmente pelos setores mais conservadores da sociedade que enxergavam na presença branca e europeia a possibilidade de tornar o país mais miscigenado e menos negro. Trata-se de um fator cultural que não pode ser menosprezado. Dessa forma é importante destacar a ação do ilustre Conde de Gobineau. O filósofo e escritor francês foi um dos mais ilustres teóricos do racismo no século XIX, tendo sido amigo pessoal de Dom Pedro II. Em seu livro "Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas" publicado no ano de 1855 notabilizou-se como um dos primeiros teóricos da eugenia. É dele a frase "Não creio que viemos dos macacos, mas creio que vamos nessa direção" ao justificar que a miscigenação degenerava a sociedade brasileira.

Apesar do monarca brasileiro não compartilhar de todas as ideias presentes no pensamento de Gobineau muitos setores conservadores no Brasil novecentista pensavam que era necessário embranquecer a sociedade brasileira de modo a evitar o extermínio natural do povo. Essa atitude deliberada será chamada de "política de branqueamento da raça".

Ao mesmo tempo havia o temor da haitianização do Brasil. O Haiti foi o segundo país a se tornar independente na América em 1804 e seu processo de ruptura foi o único popular da América tendo à frente do movimento as lideranças negras escravas. Até 1850 o país era composto por uma massa de negros com uma ínfima população branca dominante.

Os fatos foram imperiosos. A necessidade cada vez maior de braços para a crescente lavoura de café no sudeste do Brasil fez que os fazendeiros incentivassem a imigração europeia. Nesse sentido destacou-se a ação do ex-senador e regente Nicolau de Campos Vergueiro. No ano de 1847 recebeu em sua fazenda no interior paulista a primeira leva de trabalhadores europeus. Foram recebidas mais de 170 famílias até o ano de 1857. As famílias se comprometeram a plantar o café e executar as demais etapas envolvidas na preparação do produto. Do plantio ao beneficiamento. O dinheiro da venda deveria ser repartido com o fazendeiro. Na teoria parecia funcionar bem...

Os primeiros imigrantes não tiveram vida fácil no Brasil. Como o imigrante deveria arcar com todos os custos envolvidos no transporte, hospedagem, alimentação e outros gastos o que aconteceu na prática foi o estabelecimento de um antigo regime de escravidão por dívidas onde o trabalhador nunca conseguia saldar suas contas frente aos fazendeiros.

Os fazendeiros eram acostumados no trato cotidiano com o escravo. O imigrante europeu, mesmo diante da penúria que o motivou a vir ao Brasil, não estava disposto a aceitar este tipo de tratamento. A mentalidade dos fazendeiros não permitia que os imigrantes obtivessem um tratamento muito diferente daquele dispensado aos escravos.

A experiência vivida no Brasil pelo colono suíço Thomas Davatz foi transformada em um livro intitulado Memórias de um colono no Brasil. O livro causou certa repercussão no continente europeu e alguns países chegaram até mesmo a proibir a emigração para o país.

Este tipo de imigração é conhecido pelo nome de sistema de parceria e não obteve êxito.

A grande imigração europeia só ocorreu com a intervenção direta do estado através da imigração subvencionada. A partir da década de 1870 o governo da província de São Paulo decidiu arcar com os custos envolvidos na vinda do trabalhador europeu. No país os imigrantes eram hospedados em abrigos construídos especificamente para esse fim de onde eram enviados para as lavouras de café.

Essa nova forma de imigração se mostrou mais atrativa e os resultados foram mais expressivos. Durante os anos finais do Império Brasileiro e nos anos iniciais da República Velha a imigração europeia ajudou a mudar a feição da sociedade brasileira.

**(...) Entre 1887 e 1900, o território de paulista receberia 863 mil imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas do período 1827-1936. Mais de 60% desses imigrantes, nas duas últimas décadas do século XIX, eram italianos (particularmente no norte da Itália). Na década de 1890, mais de 90% desse fluxo era subsidiado pelo governo paulista. Esses imigrantes seriam inseridos em relações de produção que dificilmente poderiam ser denominadas capitalistas. Eles não estavam totalmente afastados dos meios de produção, e não vendiam sua força de trabalho recebendo, em troca, um salário com o qual retirassem integralmente seus meios de subsistência do mercado. Esses trabalhos tinham com principal remuneração a possibilidade de cultivar, em um lote de terra, produções que poderiam consumir ou vender. É desta produção de mantimentos que tais trabalhadores imigrantes retiravam a sua subsistência; a outra parte da remuneração era composta por dinheiro. Tais traços conferem a essas relações**

de produção um caráter não-capitalista. Esse regime de trabalho seria conhecido pela historiografia como colonato e vigoraria, com algumas variações, até a primeira metade do século XX. (...) A organização do trabalho livre em regime de plantation, fora de São Paulo, não seria acompanhada pela imigração em larga escala de europeus. Nas antigas áreas de café fluminense, por exemplo, tal transição implicou o uso de trabalhadores nacionais livres desde antes de 1888. Nessas áreas, as novas relações de produção assumiram a forma da parceria, em que o trabalhador direto recebia uma faixa de terra da qual retirava sua subsistência básica (agricultura de alimentos) e, em contrapartida, dividia a colheita do café com o proprietário da terra. No momento da safra, a parceria era complementada por trabalhadores sazonais assalariados. Não é necessário dizer que esses tipos de relações de produção só foram factíveis devido ao controle efetivo dos fazendeiros sobre as terras. Tal reforço da concentração fundiária é válido tanto para a vigência da parceria como para o colonato paulista. Ambos, pelo menos em tese, pressupõem que a terra se tenha tornado efetivamente "cativa". Há certos indícios, para áreas do Rio de Janeiro, de que a antiga prática de ceder terras a lavradores, sem cobrar em troca uma renda fundiária, desaparecera progressivamente com a proximidade do término da escravidão.

João Luís Fragoso. O Império escravista e a República dos plantadores – economia brasileira no século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora. In.: Maria Yedda Linhares (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elviers, 1990.

#### 4. Política externa

##### Comentário

Neste tópico analisaremos um dos pontos mais importantes do Segundo Reinado no Brasil: a política externa e o fim da monarquia brasileira. Esse também é um dos assuntos mais cobrados na prova. A recorrência de questões sobre a Guerra do Paraguai é alta em todas as provas que envolvem o conhecimento da história nacional brasileira. Não poderia ser diferente no certame para ingresso na carreira de oficiais do Exército.

Uma boa forma de pensarmos a questão é lembrarmos que o longo Segundo Reinado pode ser dividido em fases: estabilização (1840-1850); auge (1850-1870) e declínio (1870-1889).

O fato de o Brasil ter se tornado uma monarquia entre repúblicas causou certo estranhamento e desconfiança entre nossos vizinhos. Não à toa, estiveram entre os últimos a reconhecerem a independência brasileira.

Por outro lado a adoção do sistema monárquico permitiu que o Brasil se organizasse internamente de maneira relativamente rápida. Uma vez organizado internamente os olhos da monarquia voltaram-se para o exterior.

Manter a livre navegação na baía do Prata foi fundamental para os objetivos do governo de Dom Pedro II. A medida permitiu o acesso às regiões interiores do país e dificultou o surgimento de uma grande nação no sul do continente.

Vários conflitos ocorreram na região sul da América do Sul. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o mais traumático de todos.

O fim do conflito assinala o início da queda da monarquia.

Sobre o assunto leia o texto a seguir.

**Bons estudos!**

##### 4.1 Questão Christie

A questão da relação diplomática entre Brasil e Inglaterra durante o Segundo Reinado foi marcada por uma série de problemas que se iniciaram com as pressões inglesas para o fim do tráfico negreiro, medida esta que já havia sido acertada entre os dois países desde o tratado de reconhecimento de nossa independência. Mais tarde foram provadas leis que também determinavam isso, como o tratado de comércio de 1827 e a lei regencial de 1831 e que, em ambos os casos, nunca foram cumpridas.

A partir da aprovação da Lei Bill Aberdeen na Inglaterra, que proibia o tráfico internacional de escravos, as relações diplomáticas entre os dois países se deterioraram ainda mais. Navios brasileiros foram apreendidos pelos ingleses, inclusive em nosso mar territorial.

Em meio a toda essa tensão em 1861 o navio inglês *Prince of Wales*, que levava mercadoria para o Uruguai, naufragou no litoral do Rio Grande do Sul e teve sua carga saqueada. Enquanto o embaixador inglês no Brasil, William Dougal Christie, exigia que o Império indenizasse a Inglaterra pela carga do navio inglês, em 1862, três arruaqueiros foram presos no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Ao serem detidos, foram identificados como marinheiros britânicos, dessa forma, o governo brasileiro liberou os marinheiros, isso porque estava previsto nos tratados de 1810 a questão da extraterritorialidade.

A partir daí, além da indenização da carga do navio, exigiu-se também a demissão dos policiais que detiveram os marinheiros britânicos e um pedido oficial de desculpas do imperador à coroa britânica.

No ano seguinte, navios britânicos bloquearam o porto do Rio de Janeiro e apreenderam cinco navios ali ancorados. Dom Pedro II, sofrendo pressão popular, tentou uma saída diplomática, chamando o rei Leopoldo I da Bélgica para conduzir uma arbitragem imparcial. Leopoldo I deu o ganho de causa para o Brasil, além de exigir da Inglaterra desculpas formais, porém o governo inglês negou-se a pedir desculpas, o imperador cortou relações diplomáticas com a Inglaterra, no mesmo ano de 1863. A Inglaterra apenas se desculpou em 1865, reatando assim as relações diplomáticas e imediatamente apoiando o Brasil na Guerra do Paraguai.

A vitória do governo na disputa acabou por fortalecer a imagem do Brasil no exterior, pois o Brasil ainda tinha 40 anos de existência, e temia não ter reconhecimento junto aos países europeus. Os outros países da América do Sul passavam por problemas parecidos.

A Questão Christie, em termos de Relações Internacionais, constitui-se num contencioso entre o governo brasileiro e da Inglaterra entre 1861 e 1865. Esta questão diplomática foi fruto de um conjunto de incidentes envolvendo ambas as nações, culminando, pela atuação inábil do embaixador britânico creditado no Brasil – William Dougal Christie – e no rompimento das relações diplomáticas por iniciativa do Brasil (1863).

#### 4.2 As Questões Platinas

Durante a segunda metade do século XIX, a política externa brasileira orientou-se no sentido de evitar o fortalecimento da Argentina, Uruguai e Paraguai, mantendo-se o equilíbrio sul-americano. A região platina é formada pela Argentina, Paraguai e Uruguai. Os rios que banham estes territórios constituíam o melhor caminho para atingir certas regiões de nosso interior, especialmente o Mato Grosso. Preocupado com a livre navegação no Rio da Prata, em 1850, Dom Pedro II enviou para a região um contingente militar que, sob o comando de Caxias, venceu as forças uruguaias.

#### A Guerra contra Oribe e Rosas

Manuel Oribe foi um militar e político uruguaio. Lutou sob o comando de Artigas nas campanhas de 1811 e 1816. Em 1825, ao lado de Lavalleja, combateu o domínio brasileiro no Uruguai. Foi eleito presidente do Uruguai em 1834, sendo o segundo presidente da república do Uruguai. Derrotado em 1851 pelas tropas brasileiras, que haviam iniciado a campanha contra ele e o presidente argentino Rosas, abandonou a vida política.

Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio, foi um militar e político federalista argentino, governador da Província de Buenos Aires, com status de um presidente da república. Entrou muito jovem para o exército, e enfrentou a segunda das chamadas invasões inglesas. Depois disso, foi para o campo e se converteu em um grande proprietário de gado no Pampa, organizando em sua estância um exército pessoal para combater os índios. Em 1828, ao ser derrubado o governador de Buenos Aires, o federalista Dorrego, posteriormente executado pelos unitaristas, Rosas encabeçou um levante popular que triunfou em Buenos Aires e no resto do litoral, enquanto que as províncias do interior permaneciam no campo unitarista. Depois de ter capturado o general unitarista Paz, o interior foi reconquistado e a Argentina voltou à unidade sob a égide de Rosas.

**Os unitaristas que, durante o processo de independência, tinham uma tendência monarquista, representavam basicamente a burguesia portenha e os engordadores de gado (invernistas) da província de Buenos Aires.**

**Os federalistas representavam as oligarquias do interior. Fundamentalmente, os primeiros, os unitaristas, defendiam um governo centralizado sob o controle de Buenos Aires. Já os federalistas pretendiam garantir total autonomia política para as províncias, discordando do domínio portenho e, sobretudo, do seu controle das rendas da alfândega de Buenos Aires, a qual pretendia ver dividida por todo o país.**

[www.ahitória.com.br](http://www.ahitória.com.br)

Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, buscavam, na década de 1850, criar um só país, o que desequilibraria as forças na bacia do Prata, uma vez que novo país controlaria sozinho os dois lados do estuário do rio da Prata, vindo contra os interesses do Brasil na região.

No Uruguai a elite local se dividia na disputa pelo poder em dois partidos, o Blanco, representante dos grandes latifundiários favoráveis ao processo de unificação dos países do Prata defendida pelo presidente argentino Juan Manuel Rosas. Já o partido Colorado era composto pela elite comercial, liderada por Frutuoso Rivera e apoiado pelo Brasil e por José Urquiza, governador das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, todos contrários a recriação do Vice-Reino do Prata.

D. Pedro II declarou guerra aos dois países, e mandou organizar um novo exército no Sul, sob cuidados do então conde de Caxias. Ele invadiu o Uruguai em 1851 e na Batalha de Monte Caseros (1852), venceu a guerra derrubando Oribe e neutralizando a possibilidade do Uruguai se fundir com a Argentina.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2007):

*Em 1845, o Brasil rompeu relações com Rosas por causa de uma divergência, sobre a livre a livre navegação na bacia da Prata. Além disso, Rosas interveio no Uruguai favor de Oribe, e juntos montaram um cerco à cidade de Montevideú contra o presidente Rivera. O representante de Rosas no Rio de Janeiro, Tomás Guido, reclamava sempre do fato de o Brasil ter reconhecido a independência do Uruguai e do Paraguai. Para ele, e para a política da Confederação Argentina, pelo menos na visão do Brasil, Uruguai e Paraguai deveriam fazer parte de uma reconstituição do Vice-Reinado do Prata, sob a liderança argentina. Como complicação adicional, Oribe passou a desapropriar sem indenização propriedades dos milhares de brasileiros que vivem no Uruguai. Os proprietários gaúchos começaram a fazer grande pressão por uma intervenção do Império em defesa de seus interesses.*

A chamada Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida em meados do século XIX integra o conjunto das Questões Platinas, na História das Relações Internacionais do Brasil. Após a Guerra o governo do Uruguai foi entregue a Frutuoso Rivera do partido Colorado e na Argentina o poder foi entregue a José Urquiza.

O aumento da influência brasileira na região não possibilitou uma hegemonia tranquila, ao contrário, a região passará as duas décadas subsequentes mergulhada em grandes conflitos não menos dramáticos e brutais.

### **Guerra contra Aguirre**

Em 1864 explode um novo conflito na região do Prata envolvendo novamente o Uruguai e agora o Paraguai. Em 1863 o Uruguai, governado por Atanásio Cruz Aguirre do partido Blanco, apoiado pelo presidente paraguaio Solano Lopes, vai se negar a indenizar os fazendeiros gaúchos devido aos ataques uruguaios na guerra de Rosas. Em seguida (1864) as tropas imperiais brasileiras invadem novamente o Uruguai e destituem do poder Aguirre e entregando o poder novamente para os colorados que escolhem como presidente o líder Venâncio Flores. Em resposta a queda dos blancos no Uruguai, Solano Lopes, presidente do Paraguai, rompe as relações diplomáticas com o Brasil. Está montado o contexto que levará a região ao conflito mais sangrento da história da América.

### **4.3 A Guerra do Paraguai**

Os interesses em conflito – Durante cinco anos, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, entraram em guerra contra o Paraguai. Esse confronto militar ficou conhecido como a Guerra do Paraguai e foi a mais longa e sangrenta das guerras ocorridas na América do Sul. Os motivos dessa guerra foram muito complexos, pois abarcaram inúmeros interesses, que, por fim, acabaram voltando-se contra o Paraguai. O terreno para compreender a origem do conflito é a chamada Bacia do Prata, durante o processo de independência da região.

**Figura 41: Os três chefes de Estado da Tríplice Aliança.**



Os três chefes de Estado do Uruguai, Brasil e Argentina, numa caricatura da revista A Semana Ilustrada, 1865.

A origem dos países platinos - A Argentina, o Uruguai e o Paraguai faziam parte do Vice-reino do Prata, uma possessão espanhola, à época da colonização. Em 1810, quando a Argentina proclamou a sua independência --- posteriormente reafirmada em 1816 no Congresso de Tucumán -, deu-se o primeiro passo no sentido da independência total da região do Prata da dominação espanhola. Em 1811, José Gaspar Rodríguez Francia proclamou a independência do Paraguai. Mais tarde, em 1828, o Uruguai libertou-se do Brasil, tornando-se um país independente. Com isso, desfez-se a antiga unidade do Prata.

A fragmentação do antigo Vice-reino não estava, contudo nos planos dos poderosos comerciantes de Buenos Aires, que esperavam manter a unidade sob sua direção. Isso equivalia a dominar e anexar o Paraguai e o Uruguai. O Paraguai, considerado por Buenos Aires uma província argentina, tinha motivos de sobra para temer por sua independência. Situado no interior do Prata, sem acesso direto ao mar, encontrava-se à mercê de Buenos Aires, que controlava o estuário. É fácil perceber que, para o Paraguai, o direito de navegar com segurança e a garantia de manter aberta a sua comunicação com o exterior eram questões vitais.

Os ditadores paraguaios - Por tudo isso, o Paraguai era um país vulnerável. Bastaria bloquear o estuário do Prata ou qualquer trecho do rio Paraná para que o seu isolamento do resto do mundo fosse completo.

**Figura 42: O Imperialismo Brasileiro.**



Disputas e conflitos na região platina: o imperialismo brasileiro.

Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. História para Ensino Médio. Editora Scipione, 2001.

Assim, desde a sua independência, o Paraguai desenvolveu uma política voltada para dentro, a fim de depender o mínimo possível do exterior. Essa política foi inaugurada por Francia (1811-1840) e aprimorada por Carlos Antônio López (1840-1862) e seu filho e sucessor Francisco Solano López (1862-1870). Foram esses os três ditadores que imprimiram ao Paraguai uma direção histórica

peculiar. Francia compreendia muito cedo que o desenvolvimento do Paraguai com base numa economia exportadora daria muitos poderes aos grandes proprietários rurais e à burguesia mercantil. Dependendo do mercado externo, dependeria igualmente de Buenos Aires, pois a produção teria que ser embarcada ali, com o devido pagamento de taxas. Os grandes proprietários e comerciantes paraguaios faziam então concessões a Buenos Aires, tendo em vista seus interesses particulares, mesmo à custa da soberania do país.

Os grandes proprietários e comerciantes podiam ser considerados, portanto, aliados em potencial de Buenos Aires; conseqüentemente, eram categorias sociais perigosas para a segurança do Estado. Esse era o ponto de vista de Francia. Entende-se, assim, por que Francia optou por um modelo econômico voltado para dentro, com ênfase ao mercado interno. Para enfrentar o desafio, Francia estimulou as pequenas e médias propriedades dirigidas à produção de alimentos para o consumo local; confiscou, depois de lutas, as propriedades dos grandes empresários rurais e monopolizou o comércio exterior. A essa combinação de pequenas propriedades e economia com elevado grau de estatização correspondeu, no âmbito político, um poder despótico e ditatorial.

Portanto, os traços que fizeram a originalidade paraguaia foram: pequena propriedade, estatização e ditadura. Lembremos apenas que a solução foi uma resposta à ameaça dos portenhos (habitantes de Buenos Aires) contra a independência paraguaia, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo.

Segundo o historiador Francisco Doratioto (2006):

*(...) O isolamento anterior do país, sob a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), resultou da recusa de Buenos Aires em aceitar sua independência pois a burguesia mercantil dessa cidade almejava ser o polo rearticulador, na forma de uma república centralizada, do território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. O isolamento facilitou a manutenção da ditadura de Francia, mas seu sucessor, Carlos Antônio Lopes, outro governante ditatorial, pôs fim ao isolamento absoluto do Paraguai, aproximando-se do Império do Brasil e, com o apoio deste, obteve o reconhecimento internacional da independência paraguaia. O início da abertura do Paraguai para o mundo foi facilitada por esse reconhecimento e pela liberação de navegação do rio Paraná pela Confederação Argentina, após a queda, em 1852, do ditador Juan Manuel de Rosas.*

Os sucessores de Francia - Depois de ter governado por trinta anos, Francia foi sucedido por Carlos Antônio López, que se preocupou em desenvolver a indústria. Em vez de consumir divisas obtidas com as exportações de couro e erva-mate na importação de manufaturas, o novo ditador tratou de equipar tecnicamente o país, visando a produção interna. A criação da fundição de Ibicuí foi a mais famosa dessas iniciativas. Ao lado disso, estudantes paraguaios eram mandados para o exterior e técnicos estrangeiros eram contratados.

Com Solano López continua a política de desenvolvimento industrial e bélico, porém a guerra levará ao fim essa experiência original. O conflito destruiu o país, que, embora não houvesse atingido um nível europeu de desenvolvimento, tinha praticamente eliminado a miséria. Quando a guerra começou, o analfabetismo era praticamente desconhecido no Paraguai.

As tensões no Prata - O Brasil e a Argentina eram os dois países mais poderosos com interesses diretos na bacia do Prata e tinham no Uruguai um ponto muito sério de atrito. A situação da guerra civil uruguaia entre blancos (apoiados pela Argentina) e colorados (apoiados pelo Brasil), que se vinha arrastando desde 1850, despertou profundas preocupações no Paraguai. Do ponto de vista paraguaio, a independência do Uruguai era a melhor garantia para manter livre o trânsito no estuário do Prata. Qualquer outra solução punha em risco a única saída do Paraguai para o mar. E isso era considerado intolerável. O motivo imediato da guerra foi a intervenção do Império brasileiro em favor de Venâncio Flores, chefe colorado no Uruguai.

Esse fato, como já vimos, desfez o equilíbrio de forças no Prata, alarmando o Paraguai, que se sentiu diretamente ameaçado pelo Império brasileiro. Em represália, no dia 11 de novembro de 1864, Solano López ordenou que fosse apreendido no rio Paraguai o navio brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o presidente da província de Mato Grosso, fazendo-o prisioneiro. Sem perda de tempo, as relações com o Brasil foram rompidas e já no mês de dezembro de 1864 o Mato Grosso foi invadido.

Em março de 1865 as tropas de Solano López penetraram em Corrientes (Argentina), visando o Rio Grande do Sul e o Uruguai. A firme e fulminante iniciativa de López, procurando o rápido domínio do sul de Mato Grosso, de Corrientes, do Rio Grande do Sul e do Uruguai, mostrou que o ditador paraguaio tinha um plano prévio e definido. Esse projeto era o de transformar o Paraguai numa potência continental hegemônica - o Grande Paraguai - que teria por base o território das antigas missões jesuíticas. Além disso, a pronta mobilização de 64 mil homens, contra os 18 mil do Brasil e os mil do Uruguai, demonstrou que o Paraguai não estava improvisando em matéria militar. É o que sugere a conclusão de que, além da política visando a autossuficiência econômica para diminuir o grau de vulnerabilidade, os ditadores paraguaios não haviam descuidado de um preparo militar adequado.

Em 1864, diante das agressivas e decididas ofensivas, estava claro que o Paraguai havia se transformado, à sombra da rivalidade entre Brasil e Argentina, numa potência respeitável e desafiadora. A política iniciada por Francia estava dando os seus frutos:



uma economia sólida e uma força militar considerável. Mas foi precisamente devido ao êxito dessa política que se alterou a correlação de forças na região, favorecendo a aliança entre Brasil e Argentina, que esqueceram momentaneamente suas diferenças a fim de impedir a emergência de uma terceira potência no Prata. Em 1º de maio de 1865, formaram a Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai.

**Esse tratado estabelecia a aliança militar contra o Paraguai, mas afirmava que a guerra era contra Francisco Solano López, e não o povo paraguaio. Determinava que a luta terminaria somente com a retirada do ditador do país, que a paz não seria tratada isoladamente, mas em conjunto pelos três países aliados, e somente com o novo governo que se instalasse em Assunção. As fronteiras entre o Paraguai e os países aliados também eram estabelecidas pelo Tratado de 1º de Maio, sendo definidos como argentino todo o território do Chaco. A oeste do rio Paraguai – até a fronteira com Mato Grosso – e as Missões, enquanto seria brasileiro não só o território historicamente litigioso, como também entre este e o rio Igurei. No final das contas, terminada a guerra, o Império do Brasil conteve-se no limite que reivindicava desde a década de 1840 e, mantendo sob virtual tutela os governos paraguaios, a diplomacia imperial trabalhou para que a Argentina não se apossasse de todo o Chaco.**

Francisco Doratioto. Guerra do Paraguai. In.: Demétrio Magnóli (org). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006. p.262).

Apesar de sua imensidão territorial e densidade populacional, o Brasil tinha um exército mal organizado e muito pequeno. E, na verdade, tal situação era reflexo da organização escravista da sociedade, que, marginalizando a população livre não proprietária, dificultava a formação de um exército com senso de responsabilidade, disciplina e patriotismo. Além disso, o serviço militar era visto como um castigo sempre a ser evitado e o recrutamento era arbitrário e violento. Um reforço era, portanto, necessário. Para enfrentar o Paraguai, recorreu-se à Guarda Nacional e à formação dos Voluntários da Pátria, organizados em batalhões que incluíam maciçamente negros alforriados.

Segundo o historiador Boris Fausto (1997):

*Senhores de escravos cederam cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos "escravos da Nação" que servissem no Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país, após a extinção do tráfico, que haviam sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial.*

Vitória dos aliados - Foi no setor naval que o Brasil, melhor preparado, infligiu, logo no primeiro ano de guerra, uma pesada derrota aos paraguaios na batalha do Riachuelo, sob o comando do almirante Barroso. No ano seguinte, 1866, as forças aliadas procuraram invadir o território paraguaio, tentando desfazer o forte esquema defensivo montado por Solano López na confluência dos rios Paraguai e Paraná. Ali os paraguaios sofreram nova derrota na batalha de Tuiuti. Nesse mesmo ano de 1866, desentendimentos entre Venâncio Flores (Uruguai) e Mitre (Argentina) fizeram ambos se retirarem do combate, deixando o Brasil praticamente sozinho na guerra. No final de 1866, outro evento importante aconteceu: o comando das tropas brasileiras foi entregue a duque de Caxias, que organizou o exército, dando-lhe novo alento.

A nomeação de Caxias foi uma iniciativa da oposição conservadora brasileira que acusava os liberais pelas dificuldades no conflito. Mitre, presidente argentino tem que abandonar o conflito devido à oposição das províncias ao envio de tropas para a guerra.

Caxias primeiramente vai estruturar o exército, fato esse que vai explicar as vitórias de Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Assunção. Doente e desejoso da paz, Caxias se retira do conflito por entender que de agora em diante a guerra só tinha uma finalidade, a destruição completa do Paraguai. Foi substituído pelo Conde d'Eu, esposo da princesa Isabel. Após vários combates as tropas brasileiras derrotaram definitivamente em Cerro Corá a última coluna do exército paraguaio. Eram 4.500 soldados brasileiros que mataram um contingente de 450 soldados em uma força composta por velhos, doente e crianças. Solano Lopes foi morto nessa última batalha em 1º de março de 1870.

**Figura 43: (1867): duas fotos mostrando soldado e oficial paraguaios capturados por oficiais brasileiros e argentinos respectivamente.**



Autor desc. Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

O estabelecimento da paz - Embora a guerra tenha terminado em 1870, os acordos de paz entre os quatro países não foram concluídos de imediato. As negociações foram obstadas pela recusa argentina em reconhecer a independência paraguaia, o que foi feito somente na Conferência de Buenos Aires, em 1876, quando a paz foi definitivamente estabelecida.

Consequências da guerra - Naturalmente, o país que mais sofreu com a guerra foi o Paraguai, que teve seu território devastado e sua população dizimada, marcando profundamente sua história a partir daí. Para o Brasil, que sustentou praticamente sozinho a guerra, as consequências foram também desastrosas. De fato, a monarquia teve de concentrar esforços para vencer o Paraguai, e isso contribuiu em grande parte para trazer à tona as contradições do Império brasileiro: a escravidão, que até então se mantinha como sua mais sólida base, começou a ser contestada com grande intensidade.

Ao mesmo tempo, ao se fortalecer, o Exército, que então superou a tradicional Guarda Nacional, tomou consciência de seu poder, recusando as lideranças civis que ocupavam as pastas militares. Assim, na Guerra do Paraguai, embora o Brasil tenha saído vitorioso, a monarquia foi derrotada. Seu declínio foi concomitante à guerra, e as críticas atingiram o seu ponto vital: a escravidão. Por essa brecha que se abriu, os ideais republicanos se propagaram.

**O Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro. O processo de modernização tornou-se coisa do passado, e o país se converteu em um exportador de produtos de pouca importância. Os cálculos mais confiáveis indicam que metade da população paraguaia morreu, caindo de aproximadamente 406 mil habitantes em 1864, para 231 mil em 1872. A maioria dos sobreviventes era de velhos, mulheres e crianças (...) Para o Brasil, uma das consequências do conflito foi que o país ficou ainda mais endividado com a Inglaterra, com a qual tinha restaurado as relações diplomáticas, no início das hostilidades. Mas a maior consequência foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os “casacas”, como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e, em certos casos, enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa.**

Boris Fausto. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

## 5. Decadência e Queda do império

## Comentário

**Caro estudante. Continuemos os estudos. Neste tópico vamos estudar o processo de instauração do governo republicano no Brasil.**

**Podemos identificar cinco fatores para facilitar o estudo deste tópico:**

### - Questão Religiosa

**Os constantes atritos do Estado brasileiro com integrantes da Igreja Católica que desgastou a relação entre as instituições. Além do mais a separação das instituições era bem vista pelos diferentes setores republicanos. O Estado brasileiro tornou-se laico após 1889.**

### - Questão Militar

**O Exército do Brasil voltou da guerra exigindo maior participação na vida política do país. A influência do Positivismo francês entre a oficialidade do Exército do Brasil foi marcante a partir do fim do conflito.**

### - Ascensão Paulista

**A formação do Partido Republicano Paulista demonstrou que importantes setores da vida econômica do país estavam insatisfeitos e viam na criação de uma república inspirada no modelo estadunidense a solução para os seus interesses. Com o apoio dos mineiros foram vitoriosos na Assembleia Constituinte da Primeira República, em 1891.**

### - Questão Abolicionista

**A Lei Áurea decretada em 1888 e a criação do governo republicano provisório no ano seguinte possuem relação direta. Setores escravocratas foram o último sustentáculo da monarquia brasileira.**

### - Questão Sucessória

**Na hipótese de um Terceiro Reinado no Brasil o país poderia ser governado pelo impopular Conde D'Eu, marido da princesa Isabel. Essa ideia era mal vista pela maior parte da elite brasileira, devido a impopularidade do conde.**

**Sobre o assunto leia o texto a seguir.**

**Bons estudos!**

## 5.1 O movimento republicano

A crise do Império foi resultado das transformações processadas na economia e na sociedade, a partir do século XIX, que, somando-se, conduziram importantes setores da sociedade a uma conclusão: a Monarquia precisava ser superada para dar lugar a um outro regime político mais adaptado às necessidades da época.

Os republicanos cresciam em poder e influência, a opinião pública já vislumbrava com bons olhos um Brasil sem imperador. O tenente-coronel Benjamin Constant na Escola Militar pregava o positivismo e a república. O positivismo foi a ideologia burguesa surgida no século XIX que inspirou nosso movimento republicano e de seu lema: amor, ordem e progresso foi tirado o lema de nossa bandeira. Os positivistas acreditavam no progresso humano como consequência de nossa própria racionalidade, o que para a elite brasileira significaria o avanço rumo ao republicanismo.

Segundo seu criador, Augusto Comte, o positivismo e sua valorização extrema das ciências humanas e das técnicas, como processo de desenvolvimento humano, além de instrumentos capazes para nos levar rumo a um futuro melhor. Eram também contrários à ideia marxista de luta de classes, pregando um estado de união dos grupos sociais que, com ordem, seria capaz de alcançar a prosperidade.

Em 1870, ano em que acaba a guerra do Paraguai, é criado no Brasil o Partido Republicano Paulista, em seguida surgirá o Partido Republicano Fluminense e os demais partidos das outras províncias brasileiras. O Partido Liberal já vinha vivenciando há tempos uma cisão natural que foi desencadeada pelo movimento republicano e a conversão dos membros do partido a essa causa revolucionária. Desse movimento interno de ruptura nascerá o Partido Republicano que será composto pelos grandes fazendeiros de café (principalmente do oeste paulista) a burguesia incipiente, as camadas médias urbanas, os intelectuais, além da simpatia

dos trabalhadores urbanos. Logo mais o partido vai receber duas adesões de peso e que selaram o destino da monarquia brasileira, os militares e o clero.

Em 1873, aconteceu um Congresso Republicano em São Paulo, neste, houve a confecção e a aprovação de um projeto de constituição. Há de se destacar também que os fazendeiros do café já sustentavam economicamente o Estado brasileiro e a única maneira desse grupo controlar o governo era mudando o sistema político.

O regime monárquico estava acabando, os ventos republicanos já sopravam no horizonte. Com o agravamento da questão militar, o gabinete de Ouro Preto iniciou sua queda.

## 5.2 A Questão Militar

Durante o Império havia sido aprovado o projeto Montepio, pelo qual as famílias dos militares mortos ou mutilados na Guerra do Paraguai recebiam uma pensão. A guerra terminara em 1870 e, em 1883 o montepio ainda não estava pago. Os militares encarregaram então o tenente-coronel Sena Madureira de defender os seus direitos. Este, depois de se pronunciar pela imprensa, atacando o projeto Montepio, foi punido. A partir de então, os militares ficaram proibidos de dar declarações à imprensa sem prévia autorização imperial.

O descaso que alguns políticos e ministros conservadores tinham pelo Exército levava-os a punir elevados oficiais, por motivos qualificados como indisciplina militar. As punições disciplinares conferidas ao tenente-coronel Sena Madureira e ao coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, provocou revolta em importantes chefes de Exército, como o Marechal Deodoro da Fonseca. Toda essa crise somara-se ao fato do Exército ter retornado da Guerra do Paraguai com um profundo desejo de se institucionalizar. A guerra consolidou um ideal salvacionista do país, por parte dos militares. As influências republicanas entre os mesmos seria, nesse sentido, o elemento ideológico pelo qual setores, no interior das forças armadas, utilizariam para se opor à monarquia.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa (2007):

*A ideia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizar-se no Exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o Exército se institucionalizava. É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo. A ideia republicana contava, ao que parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar, enquanto a Monarquia tinha o apoio dos escalões superiores (...). A infiltração do pensamento positivista nos meios militares explica, em parte, a sua adesão à República. É preciso lembrar, entretanto que não se trata do positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do pensamento positivista no Exército, não poder ser considerado um positivista ortodoxo, O fato de o "Apostolado" ter um pequeno número de inscritos não impediu, entretanto, que as ideias positivistas exercessem uma poderosa influência na sociedade.*

## 5.3 Questão Religiosa

Além disto, houve a questão religiosa, esta provocada pela recusa dos bispos Dom Antônio de Macedo Costa, de Belém, e D. Frei Vital, de Olinda, em aceitar as interferências do governo influenciado pela maçonaria na nomeação de diretores de ordens terceiras e irmandades, acatando a ordem do papa Pio IX em sua bula Syllabus, que determinava a proibição de maçons dentro dos quadros da igreja.

Os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados. Eis o motivo que a igreja precisava para justificar o rompimento com o império brasileiro. Essa união igreja e Estado foi crucial para o crescimento e estruturação do catolicismo no Brasil devido ao monopólio que a Constituição imperial dava a fé católica. Além disso, temos que destacar as doações de terras para a igreja entregando ao clero a oportunidade de montar um grande patrimônio em terras brasileiras.

Porém após mais de 60 anos a igreja já não precisava do auxílio do Estado, portanto era hora de se separarem, mesmo porque o imperador tinha o controle da nomeação de bispos e padres (padroado) e o poder de vetar até as determinações papais (beneplácito). Essa ingerência tinha que acabar.

**É exagero supor que a Questão Religiosa que indispsôs momentaneamente o Trono com a Igreja foi dos fatores primordiais na proclamação da República. Para que isso acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro, e então a perspectiva de substituição do imperador pela princesa seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja; ou a nação era pouco simpática aos bispos, e, nesse caso, ser solidarizaria com a Monarquia e a Questão**

Religiosa não poderia contribuir de modo preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado e, assim, indiretamente, favoreceria o advento da República, que tinha essa norma como objetivo.

Emília Viotti da Costa. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007.

## Comentário

Continuemos nossa caminhada,

Neste breve tópico analisaremos o processo abolicionista no Brasil do século XIX. Fomos um dos últimos países do ocidente a findar com essa instituição.

A escravidão durou mais de três séculos. Presente em todos os segmentos e setores da sociedade brasileira. Possuir escravo era desejo de muitos e algo relativamente possível para significativa parte da população no período colonial e monárquico.

O fim da escravidão ocorreu em etapas. Primeiro o tráfico, depois a escravidão.

Um dos principais atores do processo foi a Inglaterra, pois a Revolução Industrial demandou novas necessidades para o imperialismo britânico: aumentar o mercado consumidor na América e ao mesmo tempo manter a mão-de-obra negra na África. Esses foram os principais objetivos do imperialismo inglês ao tentar combater o tráfico de escravos.

Muitas provas de concursos tem a tendência de cobrarem as várias leis feitas no período principalmente aquelas decretadas em função da pressão inglesa. Essas leis não "pegavam" aqui no país e, por isso, deram origem a expressão "pra inglês ver". Ou seja, o Brasil fazia suas leis, mas elas não eram executadas.

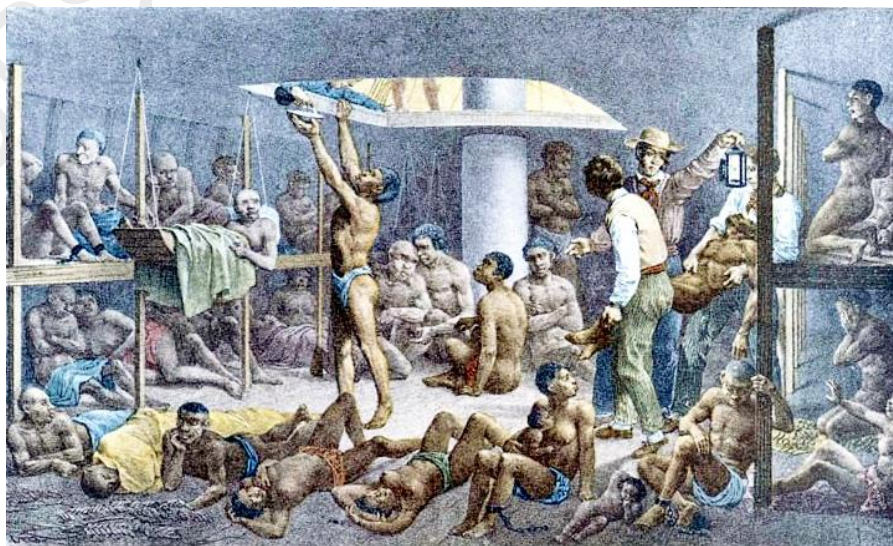
Sobre o assunto leia o texto a seguir.

Bons estudos!

### 5.4 Questão abolicionista

O processo abolicionista no Brasil do Segundo Reinado tem relação com as pressões exercidas pelo imperialismo inglês desde a primeira metade do século XIX, bem como as transformações que o país vivenciou, durante a segunda metade do século XIX. A Inglaterra, na condição de potência hegemônica naquele contexto, sentia uma necessidade de controlar e impedir o tráfico de escravos africanos no Oceano Atlântico.

Figura 44: Negros no porão de um navio negreiro.



As principais leis que contribuíram para o fim da escravidão no Brasil foram: a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850- que extinguiu o tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre, de 1871-que concedeu aos filhos dos escravos a liberdade devendo aos proprietários criá-los até os oito anos e eles trabalharem, para pagarem sua criação ao senhor, na propriedade até os 21 anos; a Lei dos Sexagenários de 1885 - que garantiria a libertação do escravo a partir dos 65 anos de idade; e a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 (abolição total da escravidão, assinada pela princesa Isabel, que substituiu provisoriamente o Imperador que estava em viagem na Europa tratando da sua saúde).

Devemos destacar também que à época já ocorriam fugas em massa de escravos apoiada muitas vezes por republicanos que, em alguns casos, chegaram a formar grupos secretos de apoio as fugas de negros e como exemplo podemos citar os "caifazes" de São Paulo.

As consequências da abolição da escravatura foram muitas e diversas, muitos escravos que deixaram as fazendas foram viver de forma marginal nas cidades e muitos destes retornaram as fazendas para trabalharem em troca da comida e de um teto desenvolvendo-se assim uma forma de semi-servidão. Na região da lavoura açucareira embora tivessem a possibilidade de conseguir bons salários, não conseguiam se adaptar ao trabalho intenso devido sua estrutura cultural.

**Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas "necessidades". Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. (...) Na antiga região cafeeira onde, para reter a força de trabalho, foi necessário oferecer salários relativamente elevados, observou-se de imediato um afrouxamento das normas de trabalho. Podendo satisfazer seus fastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo "comprar" o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente "para viver".**

**Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.**

Com a abolição da escravatura, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real e significativa na estrutura de organização da produção e nem mesmo no processo de distribuição da renda. Porém esse fato faz afetar diretamente o único grupo de apoio que ainda restava ao imperador.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa em sua obra "*Da monarquia a república: momentos decisivos*", "*A abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais.*"

## **5.5 O Golpe da Proclamação da República (2º ato)**

Na Década de 1870 diversos republicanos adquiriram visibilidade, a partir da publicação do Manifesto Republicano (1870), da Convenção de Itu (1873), e da militância dos Clubes Republicanos, que se multiplicam a partir de então. Fortemente influenciados pelo positivismo e com suas ideias veiculadas pelo periódico "A República".

As propostas republicanas giravam em torno de duas teses amplamente discutidas nos clubes militares: a evolucionista (que admitia que a proclamação fosse inevitável, não justificando uma luta armada) e a revolucionária, que defendia a possibilidade de que se pegasse em armas para conquistar a República.

Dentre os principais líderes republicanos podemos citar: Benjamin Constant, Aristides Lobo, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio e Rui Barbosa. Esse movimento pró-República no Brasil tomava proporções irreversíveis, mas para que a alteração na forma de governo se desse de forma democrática, seria necessária uma Assembleia Geral majoritariamente republicana, o que parecia distante de ocorrer, pois a população não se mostrava simpática à derrocada da monarquia, além de pouco saberem sobre os acontecimentos.



O governo imperial, através do Gabinete do Visconde de Ouro Preto, percebendo a difícil situação política em que se encontrava, apresentou à Câmara dos Deputados, numa última tentativa de salvar o Império, um programa de reformas políticas, do qual constavam:

- A autonomia para as províncias;
- A liberdade de voto;
- O mandato temporário para os Senadores;
- A liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento;
- A liberdade religiosa.

O projeto de Ouro Preto não é aprovado no parlamento, pois os seus membros não admitiam perder seus privilégios, principalmente os senadores. A crise culminou com o fechamento do congresso e a convocação de novas eleições.

A tensão aumenta mais ainda e em 14 de novembro o grupo liderado por Benjamin Constant invade o Quartel General da Guerra. No Paço, o presidente do gabinete (primeiro-ministro), Visconde de Ouro Preto, pede ao comandante do destacamento local, General Floriano Peixoto, que prenda os amotinados. Floriano se recusa e dá voz de prisão ao chefe de governo.

O Imperador, que estava em Petrópolis, é informado e decide descer para a Corte. Ao saber do golpe, reconhece a queda do governo e procura anunciar um novo nome para substituir Ouro Preto. No entanto, como nada fora dito sobre república até então, os republicanos mais exaltados, Benjamin Constant à frente, espalham o boato de que o Imperador escolherá Gaspar Silveira Martins, inimigo político de Deodoro desde os tempos do Rio Grande do Sul, para ser novo chefe de governo. Com este engodo, Deodoro é convencido a aderir à causa republicana. O Imperador é informado disso e, desiludido, decide não oferecer resistência.

Sua família é confinada no Paço Municipal e na madrugada de 17 de novembro são embarcados para a viagem de volta a Portugal, local onde no dia 05 de dezembro de 1891. O governo republicano chegou a oferecer uma quantia em dinheiro para auxiliar o imperador em sua nova vida na Europa, mas o mesmo foi rejeitado pelo imperador que, do Brasil, levou somente uma porção de terra para encher o travesseiro do caixão no qual seria enterrado para poder repousar sua cabeça para sempre em terras brasileiras.

Segundo a historiadora Terezinha de Castro em sua obra "História da civilização brasileira" volume 1, "em todo o movimento, no qual Deodoro fora um simples símbolo, Benjamin Constant fora a ação".

**Figura 45: "Derrubado do trono".**



Charge de Agostini.

À noite, na Câmara Municipal do Município Neutro (cidade do Rio de Janeiro), José do Patrocínio redige a proclamação oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada sem votação. O texto vai para as gráficas de jornais que apoiavam a causa e só no dia seguinte (16 de novembro) anuncia-se ao povo a mudança de regime. O Imperador e a Família Imperial recebem ordem de banimento e são embarcados à força do Paço para o exílio.

Vale ressaltar que a Proclamação da República Brasileira, foi essencialmente um movimento de elite, sem nenhuma participação popular, sendo estes considerados "bestializados" do fato que o país enfrentava, nas palavras de Aristides Lobo em artigo de primeira página publicado no Diário Popular de São Paulo no dia 17 de novembro de 1889.

## 6. Cultura no Brasil Imperial

O período marcado pelo processo de independência brasileira, com a estada da família real no Rio de Janeiro, foi um período importante de efervescência cultural. A reforma educacional contribuiu para aumentar o nível cultural de nossa elite, criando as universidades de Direito, Medicina e Belas Artes, no Rio de Janeiro, e as de Direito e Medicina de Salvador, além da criação de escolas de formação militar, como a Academia Real Militar. Os ensinamentos primários e secundários foram ampliados no Brasil sob o monopólio da Igreja Católica e só as frequentavam os filhos dos ricos.

A pintura será incentivada por todo o século XIX pela Missão Artística Francesa, que chega ao Rio de Janeiro em 1816, e entre seus maiores nomes podemos destacar Jean Baptist Debret, que retratava os costumes da sociedade da época. Os pintores do século XIX retratavam temas históricos, os índios, as paisagens, cenas rurais e urbanas, entre outros.

O Romantismo caracterizará a literatura daquele período, influenciando artistas e intelectuais que retratavam a natureza, o passado histórico e as características sociais urbanas, como José de Alencar, com "O Guarani", "Iracema" ou "Senhora", e ainda Joaquim Manoel de Macedo, com "A Moreninha" e Manuel Antônio de Almeida, com "Memórias de um Sargento de Milícias".

No teatro se destaca Martins Pena, com peças que não fugiam à regra intelectual da época, com uma forte crítica à sociedade e representava-as sob forma de comédias. Na música também teremos a difusão da música clássica, com destaque para Carlos Gomes, autor da ópera "O Guarani".

A criação de Academias e Clubes literários correspondia a uma necessidade da elite intelectual, pois naquele período de nossa história muito pouco se lia. A única maneira de se exaltar às qualidades de nossos escritores era reuni-los para se elogiarem mutuamente, suprimindo assim sua carência de reconhecimento. Dessa forma surgem a Academia dos Seletos, a Academia dos Renascidos e, por último, a Academia Brasileira de Letras.

# EXERCÍCIOS

## 1. BRASIL COLONIAL

01. (Puccamp)

### Erro de português

Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português

(Oswald de Andrade. "Poesias reunidas". 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972)

Sobre o contexto histórico em que se insere o fenômeno que os versos identificam é correto afirmar que:

- (A) a descoberta de metais preciosos favoreceu o estabelecimento das primeiras relações econômicas entre portugueses e indígenas.
- (B) a agressividade demonstrada pelos nativos despertou o interesse metropolitano pela ocupação efetiva das novas terras.
- (C) a conquista da América pelos portugueses contribuiu para o crescimento demográfico da população indígena no Brasil.
- (D) no chamado período pré-colonial, o plantio e a exploração do pau-brasil incentivaram o tráfico africano.

- (E) apesar de ter tomado posse da terra em nome do rei de Portugal, o interesse da monarquia estava voltado para o Oriente.

02. (Fuvest) Foram características dominantes da colonização portuguesa na América:

- (A) pequenas unidades de produção diversificada, comércio livre e trabalho compulsório.
- (B) grandes unidades produtivas de exportação, monopólio do comércio e escravidão.
- (C) pacto colonial, exploração de minérios e trabalho livre.
- (D) latifúndio, produção monocultora e trabalho assalariado de indígenas.
- (E) exportação de matérias-primas, minifúndio e servidão.

03. (Fatec) Durante o Período Colonial brasileiro, a mão de obra do negro africano substituiu, progressivamente, a indígena. Isso se deveu:

- (A) ao fato dos portugueses já utilizarem, há muito, o trabalho escravo negro no sul de Portugal e nas ilhas do Atlântico.
- (B) à inabilidade do indígena para o trabalho agrícola e sedentário.
- (C) à reduzida e dispersa população pré-colombiana comparada com a grande oferta de mão-de-obra negra africana.
- (D) ao fato dos negros africanos já aceitarem passivamente o trabalho na lavoura e na mineração do Brasil.
- (E) aos interesses dos traficantes negreiros e de Portugal neste ramo de comércio colonial, altamente lucrativo.

04. (Faap) A colonização portuguesa no Brasil é caracterizada por uma ampla empresa mercantil. É o próprio Estado metropolitano que, em conjugação com as novas forças sociais produtoras, ou seja, a burguesia comercial, assume o caráter da colonização das terras brasileiras. A partir daí os dois elementos - Estado e burguesia - passam a ser os agenciadores coloniais e, assim, a política definida com relação à colonização é efetivada através de alguns elementos básicos que se seguem: dentre eles apenas um não corresponde ao exposto no texto; assinale-o.

- (A) a preocupação básica será a de resguardar a área do Império Colonial face às demais potências europeias.
- (B) o caráter político da administração se fará a partir da Metrópole e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo.
- (C) o vértice definidor, reside no monopólio comercial.
- (D) a função histórica das Colônias será proeminente no sentido de acelerar a acumulação do capital comercial pela burguesia mercantil europeia.
- (E) a produção gerada dentro das Colônias estimula o seu desenvolvimento e atende às necessidades de seu mercado interno.

05. (Faap) No processo de colonização dos trópicos americanos, as relações entre as colônias e as metrópoles foram definidas pelo regime:

- (A) de livre comércio.
- (B) de oligopólio.
- (C) de monopólio.
- (D) liberal.
- (E) de livre iniciativa.

06. (Ufmg) Leia o texto.

"A língua de que [os índios] usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. (...) Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente (...)."

(GÂNDAVO, Pero de Magalhães. HISTÓRIA DE PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ. 1576)

A partir do texto, pode-se afirmar que todas as alternativas expressam a relação dos portugueses com a cultura indígena, EXCETO:

- (A) A busca da compreensão da cultura indígena era uma preocupação do colonizador.
- (B) A desorganização social dos indígenas se refletia no idioma.
- (C) A diferença cultural entre nativos e colonos era atribuída à inferioridade do indígena.
- (D) A língua dos nativos era caracterizada pela limitação vocabular.

(E) Os signos e símbolos dos nativos da costa marítima eram homogêneos.

07. Sobre o Período Colonial brasileiro, pode-se considerar INCORRETA apenas uma das afirmações a seguir:

- (A) não apresentou movimentos sociais contestadores da dominação metropolitana;
- (B) o século XVI foi marcado pelo início da administração portuguesa e pela implantação da rentável agroindústria açucareira;
- (C) apesar do domínio português, nosso território chegou a ser ocupado parcialmente por franceses e holandeses;
- (D) a vinda da família Real portuguesa para o Brasil desencadeou um processo de transformação desde a quebra do pacto colonial em 1808 até a Independência em 1822;
- (E) a expansão territorial rompeu os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e, em 1750, o Brasil praticamente já tinha a atual configuração geográfica, reconhecida pelo Tratado de Madri.

08. (Fuvest) No período colonial o Brasil, exemplo típico de colônia de exploração, apresentava as seguintes características:

- (A) grande propriedade, policultura, produção comercializada com outras colônias e mão de obra livre.
- (B) pequena propriedade, cultura de subsistência, produção para o consumo interno e trabalho livre.
- (C) colonato, produção manufatureira comercialização com a Metrópole e mão de obra compulsória.
- (D) latifúndio, cultura de subsistência, produção destinada ao mercado interno e mão de obra imigrante.
- (E) grande propriedade, monocultura, produção para o mercado externo e mão de obra escrava.

09. (Cesgranrio) Sobre o Pacto Colonial que, na época mercantilista, definiu o relacionamento entre Metrópole e Colônia e determinou a forma de organização da sociedade colonial, assinale a afirmativa INCORRETA:

- (A) "a metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa e segurança das suas vidas e dos seus bens, mantendo-se em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e desses bens".
- (B) "é, pois necessário que os interesses da Metrópole sejam ligados com os das colônias, e que estas sejam tratadas sem rivalidade. Quanto os vassalos são mais ricos, tanto o soberano é muito mais".
- (C) "esta impossibilidade de subsistir qualquer indivíduo sem alheios socorros, ou Lei Universal que liga os homens entre si, tem a política nas colônias para maior utilidade e dependência em que devem estar da Metrópole".
- (D) "para viverem em igualdade e abundância... que todos ficariam ricos, tirados da miséria em que se achavam, extinta a diferença da cor branca, preta e parda, porque uns e outros seriam sem diferença chamados e admitidos a todos os ministérios e cargos".
- (E) "numa palavra, quanto os interesses e as utilidades da pátria-mãe se enlaçarem mais com os das colônias suas filhas, tanto ela será mais rica e quanto ela dever mais às colônias, tanto ela será mais feliz e viverá mais segura".

10. (Cesgranrio) Com a expansão marítima dos séculos XV/XVI, os países ibéricos desenvolveram a ideia de "império ultramarino" significando:

- (A) a ocupação de pontos estratégicos e o domínio das rotas marítimas, a fim de assegurar a acumulação do capital mercantil;
- (B) o estabelecimento das regras que definem o Sistema Colonial nas relações entre as metrópoles e as demais áreas do "império" para estabelecer as ideias de liberdade comercial;
- (C) a integração econômica entre várias partes de cada "império" através do comércio intercolonial e da livre circulação dos indivíduos;
- (D) a projeção da autoridade soberana e centralizadora das respectivas coroas e sobre tudo e todos situados no interior desse "império";
- (E) a junção da autoridade temporal com a espiritual através da criação do Império da Cristandade.

11. (Cesgranrio) "A História do Brasil nos três primeiros séculos está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial européia na época moderna".

Considerando-se a opinião do autor, podemos dizer que, durante o período colonial:

- (A) Portugal foi o artífice único do desenvolvimento do Brasil.
- (B) houve uma autonomia do Brasil em relação ao quadro de competição entre as várias potências.
- (C) o comércio interno foi a mola maior do desenvolvimento de nosso país.
- (D) a organização da vida econômica e social do Brasil se vinculou ao quadro geral europeu.
- (E) houve uma relativa dependência da estrutura do Brasil Colonial à conjuntura européia moderna.

12. (Mackenzie) "Contudo tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Este esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas do oriente".

(Celso Furtado)

Para garantir sua presença em terras americanas e contornar os gastos elevados de uma colonização, o governo português introduziu:

- (A) o sistema de capitanias, que transferia a particulares, em troca de privilégios e terras, as despesas da colonização.
- (B) a centralização administrativa através do governo geral.
- (C) a emigração maciça de mão-de-obra livre para a colônia, tendo em vista seu povoamento e desenvolvimento interno.
- (D) a criação de um sistema administrativo, totalmente original, baseado em feitorias que incrementaram o povoamento.
- (E) o enfrentamento militar com as potências invasoras e a perda de consideráveis áreas coloniais.

13. (Unirio) A descoberta do Brasil não alterou os rumos da expansão portuguesa voltada prioritariamente para o Oriente, o que explica as características dos primeiros anos da colonização brasileira, entre as quais se inclui o(a):

- (A) caráter militar da ocupação, visando à defesa das rotas atlânticas.
- (B) escambo com os indígenas, garantindo o baixo custo da exploração.
- (C) abertura das atividades extrativas da colônia a comerciantes das outras potências europeias.
- (D) migração imediata de expressivos contingentes de europeus e africanos para a ocupação do território.
- (E) exploração sistemática do interior do continente em busca de metais preciosos.

14. (Unirio) O início da colonização portuguesa no Brasil, no chamado período "pré-colonial" (1500 -1530), foi marcado pelo(a):

- (A) envio de expedições exploratórias do litoral e pelo escambo do pau-brasil.
- (B) plantio e exploração do pau-brasil, associado ao tráfico africano.
- (C) deslocamento, para a América, da estrutura administrativa e militar já experimentada no Oriente.
- (D) fixação de grupos missionários de várias Ordens Religiosas para catequizar os indígenas.
- (E) implantação da lavoura canavieira, apoiada em capitais holandeses.

15. (Ufmg) "A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo."

(HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Semeador e o Ladrilhador". In: RAÍZES DO BRASIL. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.)

A urbanização no Brasil colonial até o século XVII é vista como sendo provisória e acanhada. Um dos motivos pelos quais Portugal deixou em segundo plano a questão da urbanização foi:

- (A) a inutilidade dos centros urbanos já que na colônia a administração ficava a cargo dos Donatários.
- (B) as dificuldades para contratar técnicos especializados que pudessem organizar as cidades.
- (C) as lutas com os espanhóis para a manutenção das terras coloniais que impediram o desenvolvimento da colônia do Brasil.
- (D) O predomínio da vida rural, nos engenhos e nas fazendas de criação, o que diminuiu a importância das cidades.

16. (Mackenzie) "Pedro Álvares Cabral morreu na obscuridade por volta de 1520, sem nunca ter retornado à corte e virtualmente sem saber que revelara ao mundo um território que era quase um continente. Em 1521, morria também o rei D. Manuel I, o monarca que jamais se interessou pela terra descoberta por Cabral".

(Eduardo Bueno - "A viagem do descobrimento")

O desinteresse de Portugal pelo Brasil na época do descobrimento explica-se:

- (A) pela reduzida repercussão da descoberta entre as potências marítimas europeias.
  - (B) pelo fato dos interesses do Estado Português e da burguesia mercantil estarem voltados para as riquezas do oriente.
  - (C) pela lógica da economia mercantilista, que valorizava acima de tudo a produção em detrimento do comércio.
  - (D) por estas terras pertencerem à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas.
  - (E) pelas enormes dificuldades de transportar com segurança os excedentes de produção dos índios brasileiros.
17. As características dos primeiros núcleos de ocupação no Brasil, dos quais emergiram os mencionados grupos sociais nascentes, revelam o tipo de colonização empreendida por Portugal e predominante na América Latina, denominado pela historiografia de:
- (A) colonização estatal.
  - (B) colonialismo religioso.
  - (C) colonização de exploração.
  - (D) neocolonialismo.
  - (E) colonização de povoamento.
18. (Ufes) A organização da agromanufatura açucareira no Brasil Colônia está ligada ao sentido geral da colonização portuguesa, cuja dinâmica estava baseada na:
- (A) pesada carga de taxas e impostos sobre o trabalho livre, com o objetivo de isentar de tributos o trabalho escravo.
  - (B) unidade produtiva voltada para a mobilidade mercantil interna, ampliada pelo desenvolvimento de atividades artesanais, industriais e comerciais.
  - (C) estrutura de produção, que objetivava a urbanização e a criação de maior espaço para os homens livres da colônia.
  - (D) pequena empresa, que procurava viabilizar a produção açucareira apenas para o mercado interno.
  - (E) propriedade latifundiária escravista, para atender aos interesses da Metrópole Portuguesa de garantir a produção de açúcar em larga escala para o comércio externo.
19. (Ufpe) Na opinião do historiador Caio Prado Jr., todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo sentido. Este se percebe, não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais...

Assinale a alternativa que corresponde ao "sentido" da colonização portuguesa no Brasil.

- (A) A colonização se estabeleceu dentro dos padrões de povoamento e expansão religiosa.
  - (B) A colonização foi um fato isolado, portanto, uma aventura que não teve continuidade.
  - (C) A colonização foi o resultado da expansão marítima dos países da Europa e, desde o início, constituiu-se numa sociedade de europeus sem nenhuma miscigenação.
  - (D) A colonização se realizou no "sentido" de uma vasta empresa comercial para fornecer ao mercado internacional açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e outros produtos.
  - (E) A colonização portuguesa teve, desde cedo, o objetivo de criar um mercado nacional no Brasil.
20. (Cesgranrio) A política colonizadora portuguesa, voltada para a obtenção de lucros do monopólio na esfera mercantil, tinha como principal área de produção:
- (A) a implantação da grande lavoura tropical, de base escravista e latifundiária caracterizada pela diversidade de produtos cultivados e presença de minifúndios e latifúndios;
  - (B) o "exclusivo colonial", que subordinava os interesses da produção agrícola aos objetivos mercantis da Coroa e dos grandes comerciantes metropolitanos;
  - (C) a agricultura de subsistência, baseada em pequenas e médias propriedades, utilizando mão-de-obra indígena;
  - (D) a integração agropastoril, destinada ao abastecimento do mercado interno colonial, sobretudo ao do metropolitano;
  - (E) a criação de Companhias Cooperativas envolvidas com a produção de tecidos e demais gêneros ligados ao consumo caseiro.



21. (EsFCEEx - 2001) Sobre os fatos determinantes que levaram Portugal a se tornar uma grande potência colonial e descobrir o Brasil no final do século XV, analise as afirmativas abaixo:

- I. Portugal se transformou num país marítimo voltando-se para o oceano no alvorecer do século.
- II. A Espanha serviu de exemplo para Portugal porque precedeu os portugueses no início da expansão marítima.
- III. comércio europeu continental se caracterizou por ter se desenvolvido de forma quase unicamente marítima até o século XIV.
- IV. As demais nações europeias só investiram na corrida colonial após o século XVII.

Com base na análise, assinale a alternativa correta:

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II e IV estão corretas.
- (C) Somente III e IV estão corretas.
- (D) Somente I, II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

22. (EsFCEEx - 2002) Examinando-se a situação europeia à época das grandes navegações e dos grandes descobrimentos, pode-se corretamente afirmar que:

- (A) acima dos Pirineus estavam os países responsáveis pelo início das Grandes Navegações.
- (B) os Países Balcânicos viviam fechados na Europa.
- (C) a Inglaterra vivia ensimesmada na sua ilha.
- (D) a Rússia não se comunicava com outros mundos fora da Europa.
- (E) a Espanha e Portugal eram pontos de contato para a Europa.

23. (EsFCEEx - 2003) Dentre as causas que determinaram o surto expansionista europeu que levou aos grandes descobrimentos encontramos o (a):

- (A) renascimento do comércio de escravos.
- (B) ausência da atividade pesqueira em Portugal.
- (C) Marrocos como grande produtor de ouro e prata.
- (D) desestímulo papal aos empreendimentos portugueses
- (E) ausência de laços históricos com o imperialismo europeu medieval.

24. (EsFCEEx - 2005) Sobre as questões que motivaram o empreendimento marítimo dos portugueses, não é correto afirmar que:

- (A) o papel pioneiro de Portugal na expansão ultramarina está relacionado com a intensificação da rota marítima comercial que contornava o continente europeu pelo estreito de Gibraltar para chegar até o Mar do Norte.
- (B) o projeto econômico da Coroa lusitana de navegar em direção à Ásia contou com os recursos financeiros da nobreza tradicional e da burguesia, ambas unidas por uma aliança matrimonial para a consolidação precoce do Estado português.
- (C) a expansão marítima dos países da Europa deriva-se do desenvolvimento do comércio continental europeu e de um novo sistema de relações internas que integrava o Mar Mediterrâneo ao Mar do Norte, especialmente a partir da revolução da arte de navegar.
- (D) os portugueses, buscando se livrar da concorrência no continente europeu e contando com suas vantagens geográficas empregaram seus esforços no comércio com a costa Ocidental da África.
- (E) a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros, originada do comércio com as Índias, levou Portugal a desenhar um plano de navegação para atingir o Oriente contornando a África.

25. (EsFCEEx - 2006) No século XV, Portugal e Espanha deram início à expansão marítima europeia, da qual resultaram grandes impérios coloniais, a exemplo do Brasil. As afirmativas abaixo dizem respeito às várias explicações acerca do expansionismo e dos descobrimentos portugueses dos séculos XV e XVI. Analise-as e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. A busca por rotas comerciais alternativas na tentativa de escapar das altas taxas cobradas pelos turcos otomanos, a partir do domínio estabelecido por eles no Mediterrâneo oriental em 1453.
- II. O desenvolvimento de instrumental tecnológico para navegação, a partir de estudos realizados por cartógrafos, astrônomos, matemáticos e navegadores na Escola de Sagres.

- III. A aliança entre portugueses, venezianos e genoveses para fortalecer o monopólio que mantinham sobre o Mediterrâneo, visando anular os prejuízos causados pela invasão árabe na península Ibérica ocorrida naquele período.
- IV. As aspirações da burguesia mercantil que havia consolidado a sua relação com a Coroa durante a Revolução de Avis, entre 1383 e 1385, quando as forças de Castela foram expulsas de Portugal e Dom João I assumiu o trono.
- (A) Somente a I está correta.  
(B) Somente a I e a III estão corretas.  
(C) Somente a I, a II e a IV estão corretas.  
(D) Somente a I, a III e a IV estão corretas.  
(E) Somente a II e a IV estão corretas.

26. (Puccamp) Não, é nossa terra, a terra do índio. Isso que a gente quer mostrar pro Brasil: gostamos muito do Brasil, amamos o Brasil, valorizamos as coisas do Brasil porque o adubo do Brasil são os corpos dos nossos antepassados e todo o patrimônio ecológico que existe por aqui foi protegido pelos povos indígenas. Quando Cabral chegou, a gente o recebeu com sinceridade, com a verdade, e o pessoal achou que a gente era inocente demais e aí fomos traídos: aquilo que era nosso, que a gente queria repartir, passou a ser objeto de ambição. Do ponto de vista do colonizador, era tomar para dominar a terra, dominar nossa cultura, anulando a gente como civilização.

(Revista "Caros Amigos". ano 4. no. 37. Abril/2000. p. 36).

A respeito do início da colonização, período abordado pelo texto, pode-se afirmar que a primeira forma de exploração econômica exercida pelos colonizadores, e a dominação cultural e religiosa difundida pelo território brasileiro são, respectivamente:

- (A) a plantation no Nordeste e as bandeiras realizadas pelos paulistas.  
(B) a extração das "drogas do sertão" e a implantação das missões.  
(C) o escambo de pau-brasil e a catequização empreendida pela Companhia de Jesus.  
(D) a mineração no Sudeste e a imposição da "língua geral" em toda a Colônia.  
(E) o cultivo da cana-de-açúcar e a "domesticação" dos índios por meio da agricultura.

27. (Mackenzie) A árvore de pau-brasil era frondosa, com folhas de um verde acinzentado quase metálico e belas flores amarelas. Havia exemplares extraordinários, tão grossos que três homens não poderiam abraçá-los. O tronco vermelho ferruginoso chegava a ter, algumas vezes, 30 metros(...)

Náufragos, Degredados e Traficantes (Eduardo Bueno).

Em 1550, segundo o pastor francês Jean de Lery, em um único depósito havia cem mil toras. Sobre esta riqueza neste período da História do Brasil podemos afirmar que:

- (A) O extrativismo foi rigidamente controlado para evitar o esgotamento da madeira.  
(B) Provocou intenso povoamento e colonização, já que demandava muita mão-de-obra.  
(C) Explorado com mão-de-obra indígena, através do escambo, gerou feitorias ao longo da costa; seu intenso extrativismo levou ao esgotamento da madeira.  
(D) O litoral brasileiro não era ainda alvo de traficantes e corsários franceses e de outras nacionalidades, já que a madeira não tinha valor comercial.  
(E) Os choques violentos com as tribos foram inevitáveis, já que os portugueses arrendatários escravizaram as tribos litorâneas para a exploração do pau-brasil.

28. (Puccamp) Em razão de as comunidades primitivas indígenas representarem, no Período Colonial, apenas reservas de força de trabalho a ser aproveitada no corte e transporte do pau-brasil, entre 1500 e 1530, no Brasil:

- (A) o comércio realizava-se através da troca direta ou escambo.  
(B) a maioria das atividades produtivas concentrava-se na economia informal.  
(C) o extrativismo mineral acabou desenvolvendo um mercado de consumo interno.  
(D) a economia baseou-se essencialmente em atividades agrícolas.  
(E) a expansão da pecuária impulsionou a utilização da mão-de-obra escrava africana.

29. (Curso Cidade) Sobre o sistema de Capitanias Hereditárias, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. Excetuando a capitania da ilha de Fernando de Noronha, doada a Fernão de Loronha em 1504, mas que não prevaleceu, porquanto não foi ocupada nem povoada, as capitanias hereditárias começaram a ser concedidas a partir de 1534.
- II. Com finalidade de definir as doações e mercês, os forais confirmavam as cartas de doações, mas também estabeleciam os direitos e as obrigações dos donatários. De certa forma, os forais regulavam as cartas. Devendo-se examinar conjuntamente as cartas e forais, porque ambos os documentos são inseparáveis.
- III. Além do que ficava regulado nos forais, os capitães donatários, moradores e povoadores estavam sujeitos às determinações das leis codificadas em 1521 nas Ordenações Manuelinas.

Estão corretas:

- (A) Somente I
  - (B) Somente II
  - (C) Somente III
  - (D) Somente I e II
  - (E) I,II e III.
30. (Unaerp) Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:
- (A) criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.
  - (B) criação do sistema de governo geral e câmaras municipais.
  - (C) criação das Capitanias Hereditárias.
  - (D) montagem do sistema colonial.
  - (E) criação e distribuição das Sesmarias.
31. (Unesp) A implantação do sistema de Governo-Geral, em 1548, não representou a extinção do anterior modelo administrativo descentralizado das Donatárias. Assinale a alternativa diretamente relacionada com o governo Tomé de Souza.
- (A) Incorporação do reino português à Coroa espanhola pela morte do Rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir.
  - (B) Fundação de São Paulo de Piratininga e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
  - (C) Criação do Bispado do Salvador, o primeiro do Brasil.
  - (D) Assinatura do Tratado de Madrid, restabelecendo os limites naturais previstos no Tratado de Tordesilhas de 1494.
  - (E) Os franceses expulsos desistiram de contestar a soberania lusitana no Brasil.
32. (Uece) "A armada de Martim Afonso de Sousa, que deveria deixar Lisboa a 3 de dezembro de 1531, vinha com poderes extensíssimos, se comparados aos das expedições anteriores, mas tinha como finalidade principal desenvolver a exploração e limpeza da costa, infestada, ainda e cada vez mais, pela atividade dos comerciantes intrusos."

(HOLANDA, Sérgio Buarque de. "As Primeiras Expedições." in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Tomo I, Volume 1. São Paulo: DIFEL, 1960. p. 93.)

Com base nesta citação, assinale a alternativa que indica corretamente os principais objetivos das primeiras expedições portuguesas às novas terras descobertas na América:

- (A) expulsar os contrabandistas de pau-brasil e combater os holandeses instalados em Pernambuco.
  - (B) garantir as terras brasileiras para Portugal, nos termos do Tratado de Tordesilhas, e expulsar os invasores estrangeiros.
  - (C) instalar núcleos de colonização estável, baseados na pequena propriedade familiar, e escravizar os indígenas.
  - (D) estabelecer contatos com as civilizações indígenas locais e combater os invasores franceses na Bahia.
33. Sobre a instituição do Governo Geral para o Brasil (1548-1549), analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.
- I. A criação do governo geral colocava nas terras do Brasil "um centro de poder" constituído de funcionários nomeados para funções específicas e perfeitamente definidas.
  - II. Extensão mais direta do Estado monárquico às terras do Brasil, o governo geral instalava-se para exercer eficiente ação militar e política em defesa das capitanias e das povoações.
  - III. Apesar da criação do governo geral, o Estado monárquico português manteve algumas das prerrogativas doadas aos capitães donatários, a principal das quais era a de jurisdição no civil e no crime.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I,II e III.

34. Dois documentos básicos, conforme a tradição do povoamento de terras no Portugal da Reconquista, regiam [o sistema]: a carta de doação e o foral, que garantiam os direitos do capitão-donatário e suas obrigações frente à Coroa (...).

(...)

Visando sanar os males que grassavam na sua nova conquista, El-Rei procura centralizar, na figura de Tomé de Souza, muitos dos poderes dispersos (...).

(Francisco Carlos Teixeira da Silva, Conquista e colonização da América Portuguesa, in Maria Yedda Linhares, História Geral do Brasil. Adaptado)

O texto trata de dois sistemas político-administrativos implantados no início da colonização, que são, respectivamente,

- (A) as donatarias e o Conselho Ultramarino.
- (B) os juízes de fora e o Regimento Geral.
- (C) as Câmaras Municipais e o Vice-Reino.
- (D) os Senados locais e o Estado do Brasil.
- (E) as Capitanias Hereditárias e o Governo-Geral.

35. (Unicesumar SP) A chegada da expedição de Martim Afonso de Souza ao litoral brasileiro, em 1531, marcou:

- (A) a percepção, por Portugal, de que podia, através das terras brasileiras, atingir as minas de ouro e prata, exploradas pelos holandeses.
- (B) o fim da colonização de exploração das terras brasileiras por Portugal e o início da colonização de povoamento.
- (C) a descoberta portuguesa da América, até então conhecida apenas por franceses e holandeses.
- (D) o início da ocupação efetiva, por Portugal, das terras brasileiras, cujo litoral, até então, era explorado também por franceses.
- (E) a decisão portuguesa de não mais reconhecer ou aceitar os limites territoriais definidos pelo Tratado de Tordesilhas.

36. (PUC RS) Sobre o período pré-colonial na História do Brasil, é correto afirmar que

- (A) foi estabelecida a escravidão indígena como forma de exploração do trabalho, devido à ausência de uma atividade econômica que financiasse o tráfico de escravos africanos para o Brasil.
- (B) a economia baseou-se na exploração de produtos naturais da terra, que não exigiam o estabelecimento da agricultura para serem extraídos, como o pau-brasil, o cacau e o látex.
- (C) promoveu-se a doação de porções da terra recém- descoberta para a aristocracia portuguesa, cujos membros ocupavam os principais cargos na administração pública reinol.
- (D) havia desinteresse na colonização imediata do território, tendo em vista que os principais recursos humanos e materiais portugueses estavam voltados para a exploração do rendoso comércio com as Índias.
- (E) foram enviadas ao litoral brasileiro as chamadas "expedições guarda-costas", que visavam vigiar a nova descoberta portuguesa diante da possível invasão holandesa na região.

37. (IFMG) Sobre o processo de colonização do território americano dominado pelos portugueses, podemos **AFIRMAR**:

- (A) A colonização portuguesa contou imensamente com a participação dos particulares, que são exemplificadas na formação das Capitanias Hereditárias, que perdurou ao longo da dominação sobre o território americano.
- (B) A partir de 1549, o rei de Portugal decide instalar um sistema de governo na América, o Governo-Geral, como forma de estimular a colonização do território.
- (C) A igreja católica pouco teve participação nos primeiros séculos da colonização portuguesa, só se intensificando no século XVIII, com a promoção do Barroco.

- (D) A atividade açucareira teve um curto impacto na promoção da colonização do território, tendo em vista a concorrência da produção no Caribe e na América inglesa.

38. (Fgv) A exploração do pau-brasil se fazia pelo sistema de escambo. Isto significa que:

- (A) a exploração era monopólio real;
- (B) a exploração se baseava no trabalho forçado dos indígenas;
- (C) a exploração era feita pelo sistema de arrendamento;
- (D) a exploração era feita por contrabandistas;
- (E) a exploração implicava na troca do produto por produto.

39. (Fgv) "Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro (...). Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão-de-obra escrava..."

Uma das consequências do processo descrito no texto, em termos administrativos, foi:

- (A) a transferência da capital do Vice-Reinado para São Paulo, que passou a ser o polo econômico mais importante da Colônia.
- (B) a criação das Câmaras Municipais que passaram a deter, na Colônia, os poderes de concessão para exploração do ouro em Minas Gerais.
- (C) o deslocamento do eixo da vida da Colônia para o Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas.
- (D) o desaparecimento do sistema de Capitânicas Hereditárias e sua substituição, na região Sudeste, pelas Províncias.
- (E) o desenvolvimento de um comércio paralelo de escravos nas antigas regiões produtoras de açúcar, que gerou a necessidade de centralizar o poder nas mãos dos ouvidores.

40. (Fuvest) Quanto à utilização da mão-de-obra durante o primeiro século da colonização, na região Nordeste do Brasil, pode-se afirmar que:

- (A) o escravo africano foi utilizado, preponderantemente, desde a fase do escambo do pau-brasil;
- (B) as tribos tupis realizavam o comércio das madeiras com os franceses, ao passo que aimorés e os nagôs plantavam gêneros alimentícios para os jesuítas e colonos;
- (C) desde o final do século XVI até o início do XVII, negros e indígenas coexistiam nas propriedades açucareiras realizando, por vezes, tarefas diferenciadas;
- (D) as principais atividades econômicas nesse período tinham como base o trabalho familiar e a mão-de-obra livre;
- (E) a falência do escambo do pau-brasil redundou em utilização exclusiva do indígena na cultura açucareira e na criação do gado, até o final do século XVI.

41. (Fuvest) "No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, ... destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução dos trópicos americanos".

(Caio Prado Júnior, HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL)

Com base neste texto, podemos afirmar que o autor:

- (A) indica que as estruturas econômicas não condicionam a vontade soberana dos homens.
- (B) demonstra a autonomia existente entre as esferas social e econômica.
- (C) propõe uma interpretação econômica sobre a colonização do Brasil, acentuando seu sentido mercantil.
- (D) dá ao Brasil uma especificidade dentro do contexto de colonização dos trópicos.
- (E) confere ao sentido da colonização uma relativa autonomia em relação ao mercado internacional.

42. (Fuvest) O tráfico de negros para o Brasil foi importante elemento de:

- (A) acesso a mão de obra de baixa rentabilidade econômica.

- (B) estímulo ao comércio de índios enviados para Portugal.
- (C) lucratividade, favorecendo a acumulação de capitais na metrópole.
- (D) incentivo à produção de manufaturas para o mercado interno.
- (E) predomínio da agricultura de subsistência e da policultura.

43. (Fei) Leia com atenção as afirmações a seguir:

- I. A economia colonial brasileira foi baseada na diversificação de atividades voltadas para o mercado interno.
- II. A agricultura no período colonial era pautada pelo trinômio monocultura-latifúndio-escravidão.
- III. Apesar da existência de homens livres em torno do engenho, principalmente em cargos técnicos, a mão-de-obra essencial do cultivo da cana e do preparo do açúcar era escrava.

- (A) Apenas II está correta.
- (B) Apenas I está correta.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.
- (E) I e III estão corretas.

44. (Fgv) Quais as características dominantes da economia colonial brasileira:

- (A) propriedade latifundiária, trabalho indígena assalariado e produção monocultura;
- (B) propriedades diversificadas, exportação de matérias-primas e trabalho servil;
- (C) monopólio comercial, latifúndio e trabalho escravo de índios e negros;
- (D) pequenas vilas mercantis, monocultura de exportação e trabalho servil de mestiços;
- (E) propriedade minifundiária, colônias agrícolas e trabalho escravo.

45. (UNIUBE MG) "Por questões políticas, o rei Dom João III autorizou a colonização do Brasil 30 anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral a este lado do Atlântico. Em 1533, a Coroa decidiu repartir as terras do além-mar entre 15 donatários que teriam condições de administrar a nova colônia. Assim nasceram as capitanias hereditárias."

**Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 10. n.108, setembro de 2014. p.12 (adaptado)

As capitanias hereditárias foram uma estratégia de colonização que não obtiveram o sucesso esperado devido:

- (A) À centralização político-administrativa, à concorrência comercial entre as capitanias e à exportação dos gêneros tropicais.
- (B) À prática dos donatários em vender possessões de terras a pequenos colonizadores e ao precário sistema de transporte e comunicação.
- (C) À falta de recursos financeiros dos donatários, à extensão do território e aos conflitos entre colonizadores e indígenas.
- (D) À inexistência de cidades para a comercialização da produção e à constante ameaça de invasão estrangeira.
- (E) Às altas taxas de administração cobradas pela Coroa, ao desinteresse de muitos donatários e à falta de trabalhadores especializados.

46. (EsFCEEx - 2015) Analise as afirmativas sobre o instituto das capitanias hereditárias na América portuguesa e marque a opção correta.

- I. A capitania doada passava a ser propriedade do capitão donatário, mas com a obrigação de doar sesmarias a cristãos interessados.
- II. O Donatário das capitanias passava a ter o monopólio da atividade judicial e estava autorizado a fundar vilas e a formar milícias.
- III. Os documentos da doação das capitanias estipulavam as parcelas dos tributos que deviam ser pagos pelos colonos aos capitães donatários e à Coroa.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) Somente III está correta.
- (D) Somente I e II estão corretas.
- (E) Somente II e III estão corretas.

47. (EsFCEEx - 2005) Analise as afirmativas abaixo sobre a colonização brasileira e, a seguir, marque a alternativa correta:



- I. Antes da fundação das Capitanias, algumas feitorias foram espalhadas pela costa brasileira.
- II. A Paraíba foi conquistada durante o período de unificação das Coroas Ibéricas.
- III. Martim Soares Moreno foi o conquistador do Ceará.

- (A) somente a I e a III estão corretas
- (B) somente a I e a II estão corretas.
- (C) somente a II e a III estão corretas.
- (D) somente a III está correta.
- (E) todas estão corretas.

48. (EsFCEEx - 2005) Leia o texto.

“ O Governador correrá todas as Capitanias acompanhado do provedor-mor, e com ele e com os respectivos capitães e oficiais da Fazenda, consultará tudo quanto importar a sua boa governação e defesa, fazendo levantar cerca onde as não houver e reparar as existentes”.

(Regimento de Tomé de Sousa in CASTRO, 1982)

O texto indica o objetivo principal da Coroa portuguesa em implantar o Governo-Geral no Brasil, que era:

- (A) criar instituições administrativas que evitassem o conflito entre donatários e jesuítas.
- (B) criar um centro administrativo e político e promover a unidade da Colônia.
- (C) empreender viagens de fiscalização aos donatários.
- (D) suprimir as Capitanias Hereditárias.
- (E) estabelecer tribunais que julgassem os crimes de má governança na Colônia.

49. (EsFCEEx - 2005) Leia o texto.

TEXTO

“Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda a costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitâneas em terra dela...depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil...determinei demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania [...]”

(Carta de Martim Afonso, 1532 in LINHARES, 1990, p. 29)

O texto acima auxilia na compreensão de que, a Coroa portuguesa decidiu dividir as terras no Brasil em Capitanias Hereditárias, principalmente com o objetivo de:

- (A) povoar as terras brasileiras poupando seus recursos, atraindo o interesse e os recursos de particulares para os quais transferia os riscos do empreendimento.
- (B) instalar núcleos de colonização estável, baseados na propriedade familiar, abdicando a sua soberania sobre as terras do Brasil.
- (C) transferir amplos poderes aos capitães, diretamente submetidos à Coroa, no tocante à administração pública, através da descentralização política, sem a vigilância dos funcionários reais.
- (D) suprimir a tradição medieval europeia de conceder benefícios em troca da lealdade política e militar entre os reis e seus vassallos, à medida que instituía a Carta de Doação com os direitos do donatário.
- (E) montar feitorias ao longo da costa litorânea e o conseqüente monopólio do comércio de pau-brasil, nesse momento contrabandeado pelos franceses.

50. (EsFCEEx - 2006) A máquina administrativa colonial portuguesa primou pelos zelos fiscais e pela preservação da soberania lusitana sobre as terras brasileiras.

Acerca dos mecanismos de controle criados por Portugal, é correto afirmar:

- (A) as câmaras municipais representavam a única manifestação autônoma da colônia. Entre suas atribuições estava a possibilidade de contratar serviços, nomear os capitães-mores e distribuir sesmarias.
- (B) o Regimento Geral estabelecia as regras fiscais na própria Colônia. O Regimento trazido pelos primeiros capitães-donatários determinava ainda os direitos e deveres dos mesmos.

- (C) o objetivo principal da criação do Governo Geral, estabelecido em Salvador em 1549, era centralizar a administração metropolitana na própria colônia.
- (D) os "homens bons" representantes da elite colonial tinham seu poder muito mais determinado pela quantidade de terras que possuíam do que pela quantidade de escravos. Os forais regulavam o tamanho destas propriedades.
- (E) tanto donatários como sesmeiros possuíam as mesmas obrigações fiscais, oportunidades fundiárias e direitos arrecadatários determinados pelas Cartas de Doação.

51. (EsFCEEx - 2013) Tomando como ponto de partida o texto "O sentido da Colonização", de Caio Prado Junior (em Formação do Brasil Contemporâneo), analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. Diferentemente da Espanha, Portugal inicia, logo após os primeiros contatos com os povos indígenas, a efetiva colonização das terras "descobertas".
- II. Para Caio Prado Jr, a ideia de povoar as novas terras derivou da necessidade de tornar produtivas as feitorias, capacitando-as a fornecer gêneros para fins mercantis.
- III. No contexto colonial, os metais, mesmo sendo os maiores atrativos para os colonizadores, ocuparam uma posição de pouca relevância nos dois primeiros séculos coloniais.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.
- (E) Somente II e III são corretas.

52. (EsFCEEx 2013) As afirmativas abaixo tratam do sistema de capitanias hereditárias e do estabelecimento do governo geral na América portuguesa. Analise-as e marque a opção correta.

- I. Entre as motivações para a criação do sistema administrativo de governo geral nas possessões portuguesas da América estava o risco de perda de parte do território para os franceses.
- II. A criação do sistema de capitanias hereditárias, implantado na América portuguesa durante a década de 1530, foi uma decisão que provocou um acelerado crescimento populacional e produtivo na região em poucas décadas.
- III. Entre as prerrogativas entregues pelo rei de Portugal aos capitães donatários, encontravam-se a de doar terras, a de reter para si parte da renda da produção e a de monopolizar a justiça, o que incluía o poder de condenar à morte em certos casos.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.
- (E) Somente I e III são corretas.

53. (EsFCEEx 2012) O Estado português moderno estabeleceu o sistema de sesmarias na América a partir do século XVI. Com base na bibliografia sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. A instituição da sesmaria procurou atender àqueles que já tinham a posse da terra na colônia.
- II. O Regimento dado pelo Rei D. João III ao primeiro governador geral determinou que a concessão de sesmarias nas margens dos rios deveria ser feita apenas a pessoas que possuíssem recursos para construir engenhos.
- III. A concessão de sesmaria não podia ser revogada, independente do aproveitamento das terras pelos sesmeiros.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente I e III são verdadeiras.

54. (Curso Cidade) Sobre as atividades econômicas e a expansão colonial, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. Os comerciantes tinham com os senhores de engenho um relacionamento especial. Financiavam instalações, adiantavam recursos para se tocar o negócio e, pela própria posição que ocupavam, tinham facilidade de fornecer bens de consumo importados.
- II. O fumo foi uma significativa atividade destinada à exportação, embora estivesse muito longe de competir com o açúcar. A grande região produtora localizou-se no Recôncavo Baiano, em especial na área e torno da hoje cidade histórica de Cachoeira. Produziram-se vários tipos de fumo, desde os mais finos, exportados para a Europa, até os mais grosseiros, que foram importantes como moeda de troca na costa da África.
- III. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do "grande sertão". Os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do Rio São Francisco, chegaram aos rios que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder a perder de vista.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I,II e III.

55. (Curso Cidade) Sobre a economia açucareira, suas características e seus desdobramentos na realidade colonial, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

- I. No século XVI o açúcar tornou-se o principal produto de exportação brasileiro e não perdeu essa posição predominante até meados do século XIX. Mesmo durante a corrida do ouro, no século XVIII, o valor das exportações brasileiras de açúcar sempre excedeu o de qualquer outro artigo.
- II. O funcionamento da economia açucareira baiana nem sempre esteve relacionado ao mercado internacional desse produto e muito menos aos mutáveis padrões políticos e econômicos vigentes no mundo atlântico.
- III. A complexidade e a magnitude do comércio açucareiro implicaram a existência de uma ativa comunidade mercantil, e os comerciantes eram parte importante da estrutura social baiana e pernambucana em fins do século XVI. Forneciam instalações para o embarque das mercadorias, a organização da comercialização e concediam crédito para o estabelecimento e operação dos engenhos.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente I e III

56. (Fuvest) A produção de açúcar, no Brasil colonial:

- (A) possibilitou o povoamento e a ocupação de todo o território nacional, enriquecendo grande parte da população.
- (B) praticada por grandes, médios e pequenos lavradores, permitiu a formação de uma sólida classe média rural.
- (C) consolidou no Nordeste uma economia baseada no latifundiário monocultor e escravocrata que atendia aos interesses do sistema português.
- (D) desde o início garantiu o enriquecimento da região Sul do país e foi a base econômica de sua hegemonia na República.
- (E) não exigindo muitos braços, desencorajou a importação de escravos, liberando capitais para atividades mais lucrativas.

57. (Fuvest) No século XVIII a produção do ouro provocou muitas transformações na colônia. Entre elas podemos destacar:

- (A) a urbanização da Amazônia, o início da produção do tabaco, a introdução do trabalho livre com os imigrantes.
- (B) a introdução do tráfico africano, a integração do índio, a desarticulação das relações com a Inglaterra.
- (C) a industrialização de São Paulo, a produção de café no Vale do Paraíba, a expansão da criação de ovinos em Minas Gerais.
- (D) a preservação da população indígena, a decadência da produção algodoeira, a introdução de operários europeus.

- (E) o aumento da produção de alimentos, a integração de novas áreas por meio da pecuária e do comércio, a mudança do eixo econômico para o Sul.

58. Com o cultivo da cana de açúcar, no seu período colonial, o Brasil passou a receber grande contingente de escravos africanos. A implantação desse trabalho escravo deveu-se

- (A) ao desconhecimento das técnicas agrícolas necessárias à produção da cana pelos indígenas; à maior força física apresentada pelos negros africanos, o que era vital para o funcionamento dos engenhos.
- (B) à rebeldia do indígena à escravidão, aliada ao grande conhecimento que ele tinha das matas, o que facilitava as fugas; à passividade do negro ao trabalho forçado que, não conhecendo o território brasileiro, se amedrontava com o sertão.
- (C) à facilidade de transporte nos navios tumbeiros, pois é pequena a distância entre a África e o Brasil, além do baixo interesse dos portugueses pelos serviços manuais, considerado pelos europeus como desonroso.
- (D) à enorme extensão de terra a ser trabalhada, à necessidade de produzir em larga escala um produto de grande aceitação internacional, além da alta lucratividade do tráfico negreiro.
- (E) à impossibilidade de uso da mão-de-obra indígena, pois os nativos portavam inúmeras doenças que os colonizadores não conheciam e, portanto, contra os quais não possuíam defesas naturais. Utilizar a mão-de-obra nativa significava adoecer e, talvez, logo morrer.

59. (Uel) No Brasil Colônia, a pecuária teve um papel decisivo na:

- (A) ocupação das áreas litorâneas.
- (B) expulsão do assalariado do campo.
- (C) formação e exploração dos minifúndios.
- (D) fixação do escravo na agricultura.
- (E) expansão para o interior.

60. Segundo o historiador Fernando Novais, o pacto colonial "define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido".

(NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 47-63.)

Considerando as ideias expostas, é correto afirmar que a exploração açucareira, no nordeste do Brasil Colonial,

- (A) pode ser considerada uma exceção, visto que a montagem do sistema açucareiro atendeu muito mais às condições existentes na colônia do que aos interesses comerciais da metrópole.
- (B) contrariava os objetivos gerais do colonialismo mercantilista, uma vez que grande parte dos lucros obtidos com a comercialização do açúcar era apropriada pelos senhores de engenho, em detrimento da burguesia mercantil metropolitana.
- (C) seguiu a lógica particular do colonialismo português de obter lucros elevados mediante a redução nos custos da produção, razão pela qual o açúcar foi o produto escolhido, visto que essa atividade exigia investimentos iniciais bastante modestos.
- (D) atendeu plenamente à lógica mercantilista dos empreendimentos coloniais, promovendo uma atividade apoiada no tripé – latifúndio, monocultura e escravidão africana – altamente lucrativa e que contribuía para a acumulação de capitais na metrópole.
- (E) foi coerente com os quadros gerais do sistema colonial no que diz respeito ao produto, muito valorizado nos mercados internacionais, mas não no tocante ao uso de mão de obra africana, visto que a mão de obra indígena era mais abundante e barata.

61. A criação, em território brasileiro, de gado e de muares (mulas e burros), na época da colonização portuguesa, caracterizou-se por

- (A) ser independente das demais atividades econômicas voltadas para a exportação.
- (B) ser responsável pelo surgimento de uma nova classe de proprietários que se opunham à escravidão.
- (C) ter estimulado a exportação de carne para a metrópole e a importação de escravos africanos.
- (D) ter-se desenvolvido, em função do mercado interno, em diferentes áreas no interior da colônia.
- (E) ter realizado os projetos da Coroa portuguesa para intensificar o povoamento do interior da colônia.

62. (Curso Cidade) Sobre as bandeiras no contexto da colonização do Brasil, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

- I. As bandeiras eram organizadas pelo Governo que acreditava em um dia encontrar depósitos auríferos espalhados pelo interior. Esses bandeirantes costumavam partir de várias localidades da Capitania de S. Vicente – Sorocaba, Taubaté e da própria Vila de S. Paulo.
- II. Nas buscas iniciais, não encontrando o ouro, os bandeirantes desbravaram o sul do país, aprisionando índios reunidos pelos jesuítas espanhóis no oeste de nossos atuais Estados do sul.
- III. As bandeiras de caça ao índio promoveram o povoamento do interior, porém, não impediram que os espanhóis ocupassem a região do oeste de Mato Grosso.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente II e III

63. (Curso Cidade) Sobre as bandeiras paulistas e seus desdobramentos, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta

- I. As bandeiras foram expedições que reuniam às vezes milhares de índios e lançavam-se pelo serão em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos.
- II. As bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas, destacava-se o Guairá, situado no Oeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguazu.
- III. Do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena, prevalecendo, entretanto, a hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e III
- (E) I, II e III

64. (Curso Cidade) Sobre a mineração no Brasil, analise as afirmativas e marque a opção correta

- I. A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. Na Metrópole, a corrida do ouro provocou a primeira grande corrente imigratória para o Brasil.
- II. O desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra foi, por muitos anos, compensado pelo ouro vindo do Brasil. Os metais preciosos realizaram assim um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, e uma terceira – direta ou indiretamente – foi parar em mãos britânicas acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.
- III. A economia mineradora gerou uma desarticulação da organização colonial que vinha se desenvolvendo desde o processo de expansão territorial mediante as expedições dos bandeirantes.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente I e II
- (D) Somente I e III
- (E) I, II e III

65. (IFMG) Sobre o processo de colonização do território americano dominado pelos portugueses, podemos **AFIRMAR**:

- (A) A colonização portuguesa contou imensamente com a participação dos particulares, que são exemplificadas na formação das Capitanias Hereditárias, que perdurou ao longo da dominação sobre o território americano.
- (B) A partir de 1549, o rei de Portugal decide instalar um sistema de governo na América, o Governo-Geral, como forma de estimular a colonização do território.
- (C) A igreja católica pouco teve participação nos primeiros séculos da colonização portuguesa, só se intensificando no século XVIII, com a promoção do Barroco.
- (D) A atividade açucareira teve um curto impacto na promoção da colonização do território, tendo em vista a concorrência da produção no Caribe e na América inglesa.

66. (Curso Cidade) Sobre os aspectos gerais acerca da mineração, analise as afirmativas e marque a opção correta.

- I. A mineração alargou, de forma considerável, a faixa de ocupação do território brasileiro.
- II. A economia do ouro conseguiu atrair, para si a pecuária sulina, através de São Paulo e a nordestina, através do rio São Francisco, integrando as "ilhas" de povoamento em que se convertera a colonização portuguesa.
- III. O surto do ouro alterou, profundamente, as bases políticas e administrativas da Colônia, realçando o papel do Rio de Janeiro, capital colonial depois de 1763, e incentivando a vida urbana.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I, II e III

67. A descoberta do ouro no interior de Minas deslocou parte da população colonial do litoral para o interior. A região das minas foi ocupada por centenas de novos habitantes que careciam de tudo: alimentos, roupas, gado, cavalos, produtos europeus e muitos escravos para trabalhar nas minas.

Analise as afirmativas seguintes sobre a sociedade do ouro e marque a opção correta.

- I. A base da sociedade mineira eram os africanos escravizados, que constituíam boa parcela dessa sociedade. E, embora não representasse a maioria da população, seu trabalho era fundamental.
- II. A atividade mineradora também deu origem a uma camada da sociedade que era extremamente pobre e que tinha sido atraída pela ilusão do ouro; era formada por escravos libertos e brancos pobres.
- III. Havia uma camada média, composta principalmente de brancos, que incluía pequenos comerciantes, tropeiros e pequenos produtores de gêneros agrícolas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e III apenas.

68. A Portugal, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza [...]. Como agudamente observou o Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal.

(Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, 1971. Adaptado.)

A afirmação do texto, relativa à economia do ouro no Brasil colonial, pode ser explicada

- (A) pelos acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, que definiam que as áreas mineradoras, embora estivessem em território sob domínio português, fossem exploradas prioritariamente por espanhóis.
- (B) pelas sucessivas revoltas contra os impostos na região das Minas, que paralisavam seguidamente a exploração do minério e desperdiçavam a oportunidade de enriquecimento rápido.
- (C) pela forte dependência comercial de Portugal com a Inglaterra, que fazia com que boa parte do ouro obtido no Brasil fosse transferido para os cofres ingleses.
- (D) pela incapacidade portuguesa de explorar e transportar o ouro brasileiro, o que levava a Coroa de Portugal a conceder a estrangeiros os direitos de extração do minério.



(E) pelo grande contrabando existente na região das Minas Gerais, que não era reprimido pelos portugueses e impedia que os minérios chegassem à Metrópole.

69. Considere as afirmativas abaixo, sobre a economia e a sociedade do período colonial brasileiro (séculos XVI, XVII e XVIII).

- I. O declínio da produção de cana-de-açúcar coincide, na economia, com a exploração do ouro, nas Minas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso.
- II. A capital do país, antes Salvador, passa a ser o Rio de Janeiro, deslocando o poder político para a região sudeste, que crescia economicamente.
- III. A sociedade colonial era pouco estratificada, não havendo distinção entre integrantes da população local e entre esses e os portugueses.
- IV. O quinto era um tributo que correspondia a 20% de toda riqueza obtida na exploração do ouro, recolhido para a Coroa Portuguesa nas casas de fundição.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

70. Dentre os fatores que contribuíram para que o ouro brasileiro passasse à Inglaterra, tem-se o (a)

- (A) o Tratado de Methuen, acordo comercial entre Portugal e Inglaterra, que implicava em facilidades alfandegárias e teve como consequência a intensificação da dependência econômica portuguesa.
- (B) a hegemonia inglesa em matéria de prospecção, extração, fundição e lapidação de minérios, que tornou Portugal dependente dessa tecnologia, principalmente com a escassez do ouro de superfície.
- (C) o Tratado dos "panos e vinhos", ao estipular que produtos de alto valor no mercado e bastante consumidos na Colônia, como os tecidos ingleses e os vinhos portugueses, deveriam ser pagos exclusivamente em barras de ouro.
- (D) o endividamento português em relação à Inglaterra, país que financiou capital necessário para a instauração das linhas férreas que transportavam o ouro fundido aos portos litorâneos.
- (E) o Tratado de Lisboa, que regulamentou as relações econômicas bilaterais entre Portugal e Inglaterra, conferindo exclusividade aos mercadores ingleses na exportação de produtos manufaturados às colônias portuguesas.

71. Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a "grande exploração rural", isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social.

(Caio Prado Júnior. Formação do Brasil contemporâneo, 1973.)

O autor descreve a colonização do Brasil como um empreendimento que

- (A) procurava enviar para a América o excesso de população dos continentes europeu e africano.
- (B) inaugurava a base de uma democracia social, política e econômica nas terras coloniais da América portuguesa.
- (C) estava baseado na produção em grande escala de produtos tropicais para exportação.
- (D) tinha por finalidade defender o território da ocupação de países europeus inimigos de Portugal.
- (E) buscava, por meio da exploração da mão de obra escrava africana, expandir as fronteiras do cristianismo.

72. (Mackenzie) A função histórica das colônias era completar a economia das metrópoles; no caso brasileiro, a atividade econômica que iniciou este papel histórico foi:

- (A) a criação de gado, facilitando a penetração e povoamento do sertão.
- (B) a cana-de-açúcar, produto em expansão no mercado europeu, que permitiu a ocupação efetiva da colônia.
- (C) a exploração do ouro, fato que consolidou o modelo metalista de mercantilismo português.
- (D) a exploração de drogas do sertão, utilizando trabalho indígena através de missões jesuíticas.
- (E) a produção de gêneros de primeira necessidade voltados para o mercado interno.

73. O açúcar e o ouro foram as duas grandes riquezas do período colonial brasileiro. Comparando as atividades, é correto afirmar que

- (A) a sociedade surgida na região das minas era urbana e, portanto, mais diversificada do que a desenvolvida nos engenhos.
- (B) ambas destinavam-se à exportação e desprezaram as necessidades do mercado interno, devido ao rigor do monopólio.
- (C) a produção de açúcar dependia da mão de obra escrava, enquanto a extração de ouro foi feita apenas por trabalhadores livres.
- (D) ambas geraram um afrouxamento das relações de domínio da metrópole sobre a colônia, por influência das ideias iluministas.
- (E) a ascensão social era mais fácil na região açucareira, pois o critério do nascimento determinava a sociedade mineira.

74. Analise as afirmativas sobre a economia colonial da América Portuguesa e marque a opção correta.

- I. É possível afirmar que o crescimento da capitania de São Paulo só se tornou possível, no início do século XVII, em consequência da descoberta das minas de prata pelos bandeirantes.
  - II. Ao longo do século XVII, em consequência das entradas em busca de índios, ganhou expressão a produção de gado e de gêneros de subsistência na capitania de São Paulo.
  - III. A trajetória econômica da São Paulo colonial, distanciada dos mercados externos, deveu-se à proibição do plantio da cana de açúcar na região.
- (A) Somente I está correto.
  - (B) Somente II está correto.
  - (C) Somente III está correto.
  - (D) Somente I e II estão corretos.
  - (E) Somente I e III estão corretos.

75. Sobre a economia açucareira no período colonial, em particular na segunda metade do século XVIII, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. Nas áreas do Nordeste e Rio de Janeiro é possível identificar uma situação de recuperação, marcado pelo surgimento de um novo mercado consumidor nas regiões mineradoras, a partir do "renascimento agrícola".
  - II. A política pombalina marca o referido contexto, uma vez que proporcionou a instalação de refinarias em Portugal e a criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
  - III. Em paralelo ao contexto da economia açucareira na América Portuguesa, as colônias francesas vivenciaram um aumento da produção de açúcar, em decorrência da queda do produto nas Antilhas.
- (A) Somente I está correta.
  - (B) Somente II está correta.
  - (C) Somente III está correta.
  - (D) Somente I e II estão corretas.
  - (E) Somente II e III estão corretas.

76. (Curso Cidade) – Sobre os povos indígenas no contexto da colonização do Brasil, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.

- I. Os tupi estavam na região costeira e foram os primeiros com os quais os europeus trocaram sinais e viveram a experiência imediata da hospedagem nos trópicos.
- II. O sistema tribal existia para finalidades objetivas. Servia para garantir o domínio coletivo do espaço, estabelecia a forma de subsistência baseada na caça e na pesca, fornecia os elementos da cooperação vicinal, unia a vida coletiva e mantinha-se submetido às decisões dos mais velhos.
- III. Além da reunião de índios em aldeias administradas pelos religiosos católicos e das guerras de extermínio, a escravização do índio também contribuiu para destruir o sistema tribal, desde quando o forçava a viver fora da tribo e ainda o violentava com uma forma de trabalho que ele desconhecia.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III

- (D) Somente I e II
- (E) I,II e III

77. (...) as frequentes incursões ao interior, em vez de abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral, alimentavam uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando a produção e o transporte de excedentes agrícolas; assim, articulava-se a região da chamada Serra Acima a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional.

(John Manuel Monteiro, Negros da terra)

O historiador destaca:

- (A) o dinamismo da economia de São Paulo, que se interligava a outras regiões.
- (B) a importância do trabalho escravo negro nos engenhos do litoral nordestino.
- (C) o isolamento da vila de São Paulo, devido às dificuldades de viagem na serra.
- (D) a integração da economia litorânea ao comércio triangular do Atlântico sul.
- (E) o motivo da decadência das bandeiras, que dependiam de escravos índios.

78. "Se a transformação de índio em escravo exigiu ajustamentos por parte da camada senhorial, também pressupunha um processo de mudança por parte dos índios. Este processo desenrolou-se ao longo do século XVII, contribuindo para a evolução das bases precárias sobre as quais se assentava o regime de administração particular. Um dos elementos centrais deste processo foi a religião que, em certo sentido, servia de meio para se impor uma distância definitiva entre escravos índios e a sociedade primitiva da qual foram bruscamente separados."

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas Origens de São Paulo: São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 159.

Considerando o texto acima, assinale a alternativa correta.

- (A) a conversão religiosa do índio ao cristianismo era uma estratégia central para a desarticulação de seus laços culturais originais e sua inserção, como escravo, na sociedade colonial.
- (B) a conversão do índio ao cristianismo não visava ter um efeito qualquer sobre os comportamentos e hábitos culturais indígenas, servindo apenas como justificativa para a escravidão.
- (C) a camada senhorial de São Paulo não se alterou diante da herança cultural indígena, impondo aos índios, pela força das armas, sua cultura e sua religião.
- (D) a religião cristã dificultou a inserção do índio como escravo na sociedade colonial, pois os missionários jesuítas opuseram-se veementemente à escravidão indígena.
- (E) a mão de obra indígena teve pouca relevância para a economia da capitania de São Vicente, uma vez que a presença dos jesuítas impediu por completo sua utilização, protegendo-os por meio da catequização.

79. (Curso Cidade) Sobre os povos indígenas e a ação dos Jesuítas, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. Embora as os efeitos da interferência deliberada dos europeus nas práticas tradicionais sejam bastante evidentes, as aldeias jesuítas também transtornavam os costumes indígenas de maneiras mais sutis. Um exemplo de tais impactos seria a própria organização dos aldeamentos jesuítas que seguiam padrões europeus.
- II. Os religiosos argumentavam que as aldeias não só protegiam os nativos da escravidão e facilitavam sua conversão, mas também forneciam uma força militar auxiliar para ser usada contra tribos hostis, intrusos estrangeiros e escravos rebeldes.
- III. O objetivo dos jesuítas de transformar os indígenas em um campesinato logrou êxito o que legitimou a continuidade de seu controle sobre as aldeias, aceita pela Coroa.

Estão corretas:

- (A) Somente I.
- (B) Somente II.
- (C) Somente I e II.
- (D) Somente I e III.
- (E) I,II e III.

80. De modo geral, os jesuítas concentraram suas estratégias em três áreas de ação: a conversão dos "principais", a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés. Mas, a cada passo, enfrentavam resistências, em maior ou menor grau.

De fato, acompanhando os efeitos devastadores das doenças, foi a resistência indígena o principal obstáculo ao êxito do projeto missionário.

(John Manuel Monteiro, Negros da terra)

De acordo com o historiador:

- (A) a catequese foi um processo pacífico e uniforme, que sempre contou com a aceitação por parte dos indígenas.
- (B) a recusa dos índios em aceitar a nova religião e as mortes por epidemias dificultaram a ação dos jesuítas.
- (C) as missões jesuíticas tiveram sucesso porque os caciques e os pajés mantiveram seu poder político.
- (D) a assimilação dos costumes europeus e valores cristãos foi mais fácil entre os líderes religiosos indígenas.
- (E) o trabalho dos jesuítas baseou-se na preservação das crenças religiosas e tradições culturais dos índios.

81. (Unesp) Os primitivos habitantes do Brasil foram vítimas do processo colonizador. O europeu, com visão de mundo calcada em preconceitos, menosprezou o indígena e sua cultura. A acreditar nos viajantes e missionários, a partir de meados do século XVI, há um decréscimo da população indígena, que se agrava nos séculos seguintes. Os fatores que mais contribuíram para o citado decréscimo foram:

- (A) a captura e a venda do índio para o trabalho nas minas de prata do Potosi.
- (B) as guerras permanentes entre as tribos indígenas e entre índios e brancos.
- (C) o canibalismo, o sentido mítico das práticas rituais, o espírito sanguinário, cruel e vingativo dos naturais.
- (D) as missões jesuíticas do vale amazônico e a exploração do trabalho indígena na extração da borracha.
- (E) as epidemias introduzidas pelo invasor europeu e a escravidão dos índios.

82. (Fuvest) "Na primeira carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Nada há de dizer de novo, senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu ainda mais.

No ano de 1649 partiram os moradores de São Paulo para o sertão, em demanda de uma nação de índios distantes daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com a intenção de os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo, e aí se servirem deles como costumam."

(Pe. Antônio Vieira, CARTA AO PADRE PROVINCIAL, 1653, Maranhão.)

Este documento do Padre Antônio Vieira revela:

- (A) que tanto o padre Vieira como os demais jesuítas eram contrários à escravidão dos indígenas e dos africanos, posição que provocou conflitos constantes com o governo português.
- (B) um dos momentos cruciais da crise entre o governo português e a Companhia de Jesus, que culminou com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro.
- (C) que o ponto fundamental dos confrontos entre os padres jesuítas e os colonos referia-se à escravização dos indígenas e, em especial, à forma de atuar dos bandeirantes.
- (D) um episódio isolado da ação do padre Vieira na luta contra a escravização indígena no Estado do Maranhão, o qual se utilizava da ação dos bandeirantes para caçar os nativos.
- (E) que os padres jesuítas, em oposição à ação dos colonos paulistas, contavam com o apoio do governo português na luta contra a escravização indígena.

83. Não se vá buscar altura literária nos primeiros documentos que tratam da terra recém-descoberta por Cabral: as informações dizem respeito sobretudo ao pitoresco da fauna e da flora, bem como vislumbram as virtualidades econômicas de uma empreitada colonizadora. Os interesses e os serviços da Igreja também se fariam sentir: os missionários jesuítas difundem a fé cristã e fundam a primeira escola, abrindo caminho para a forte presença que teria a representação da Santa Sé junto ao poder colonial, à futura Monarquia e mesmo à República.

(Carlos Santoro Nunes, inédito)

A Companhia de Jesus exerceu importante papel na colonização ibero-americana, sendo sua atuação:

- (A) idealizada por Portugal e Espanha, que planejaram a instalação de missões e colégios jesuíticos para por em prática o processo de branqueamento e conversão do gentio.
- (B) regulada pelas instituições coloniais, uma vez que nas colônias a Igreja era subordinada ao Estado, de modo que as missões pagavam tributos às Coroas portuguesa e espanhola, sendo impedidas de praticar o comércio.
- (C) recompensada pela Igreja, que dotou a Companhia de grande autonomia, a fim de que a subordinação ao papado não atrapalhasse a execução de sua tarefa evangelizadora, a ela transferindo consideráveis bens do Vaticano.

- (D) questionada pelas populações brancas e mestiças que formaram as primeiras vilas, visto que as missões impediam a escravidão dos índios e quaisquer outras formas de trabalho compulsório.
- (E) rechaçada pelas metrópoles no século XVIII quando a Companhia foi acusada de exercer um poder político independente e instigar os índios a se rebelarem contra as Coroas.

84. O emprego de mão de obra indígena e a catequese foram práticas utilizadas na colonização da América Portuguesa.

Como resultado da combinação dessas práticas:

- (A) os indígenas eram respeitados por todos, pois os reis portugueses viam a catequização como sua principal missão no Novo Mundo.
- (B) os indígenas eram explorados pela Igreja e trabalhavam como escravos nas missões, embora a coroa portuguesa tentasse protegê-los.
- (C) os indígenas eram vistos pelos colonizadores como uma opção de mão de obra escrava, o que provocou diversos conflitos com a Igreja.
- (D) a coroa portuguesa desistiu da escravização dos indígenas, pois eles eram preguiçosos e não trabalhavam adequadamente.
- (E) a Igreja e os colonizadores trabalharam juntos para civilizar os indígenas, promovendo a paz e a harmonia no Novo Mundo.

85. As missões eram:

- (A) aldeamentos fundados por padres católicos para catequizar os povos indígenas.
- (B) aldeamentos fundados pela coroa Portuguesa e arrendados aos padres católicos para escravizar os povos indígenas.
- (C) povoados fundados por missionários protestantes que posteriormente foram assumidos por padres católicos.
- (D) povoados fundados por padres católicos a partir das comunidades indígenas, mantendo as culturas originais, apesar da catequese.
- (E) aldeamentos que, apesar da catequese, não tinham igrejas nem escolas, e nos quais a proteção contra ataques externos era feita por grupos indígenas armados com armas de fogo.

86. Quando Deus confundiu as línguas na torre de Babel, ponderou Filo Hebreu que todos ficaram mudos e surdos, porque, ainda que todos falassem e todos ouvissem, nenhum entendia o outro. Na antiga Babel, houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas, já se conhecem mais de cento e cinquenta. E assim, quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles, surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho serão necessários para que esses mudos falem e esses surdos ouçam.

VIEIRA, A. Sermões pregados no Brasil. In: RODRIGUES, J. H. **História viva**. São Paulo: Global, 1985 (adaptação).

No decorrer da colonização portuguesa na América, as tentativas de resolução do problema apontado pelo padre Antônio Vieira resultaram na

- (A) ampliação da violência nas guerras intertribais.
- (B) desistência da evangelização dos povos nativos.
- (C) indiferença dos jesuítas em relação à diversidade de línguas americanas.
- (D) pressão da Metrópole pelo abandono da catequese nas regiões de difícil acesso.
- (E) sistematização das línguas nativas numa estrutura gramatical facilitadora da catequese.

87. "Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito pouco a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço para transformar os índios através do ensino em "bons cristãos", reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser "bom cristão" significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível em relação às necessidades da Colônia."

(FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.p. 23)

No caso da colonização portuguesa da Amazônia, iniciada no século XVII, o papel desempenhado pelas ordens religiosas corresponde:

- (A) ao estabelecimento de missões organizadas na forma de aldeamentos para onde eram trazidos indígenas "descidos" (capturados) de suas aldeias, catequizados e transformados em mão-de-obra de forma compulsória.

- (B) à efetiva cristianização da população nativa, incorporada a ordem social vigente no mundo colonial como mão-de-obra escrava de forma oficial e concorrente com a disponibilidade de escravos africanos.
- (C) à catequização da maior parte das populações indígenas, que foram destribalizadas e inseridas na sociedade colonial como homens livres, súditos da coroa portuguesa, ligados ao trabalho agrícola.
- (D) ao reconhecimento da diversidade religiosa das populações indígenas amazônicas, o que levou a Igreja a ocupar um papel mais voltado para a administração política da região, como braço espiritual do poder do colonizador.
- (E) à expansão do catolicismo junto a populações nativas da Amazônia, contrabalançando a “perda de almas” na Europa pós-reforma protestante e promovendo a emergência de um clero nativo, dotado de autonomia frente às ordens religiosas europeias.

88. A conquista portuguesa na América contou com a ação missionária, que visava à cristianização dos indígenas. No entanto, muitos povos nativos foram refratários à ação evangelizadora. Nesse caso:

- (A) os conquistadores estabeleceram o chamado “código indígena”, que garantia o direito de preservação da cultura nativa.
- (B) os conquistadores promoveram tribunais inquisitoriais, por meio dos quais julgavam e sentenciavam as tribos acusadas de práticas heréticas.
- (C) os conquistadores praticavam a “guerra justa” e escravizavam os indígenas que se mostravam hostis e dificultavam a catequese.
- (D) os conquistadores toleravam as práticas consideradas pagãs dos nativos que aceitavam pagar tributos sob a forma de trabalho ou produtos agrícolas.
- (E) os conquistadores incorporaram divindades e cultos indígenas aos rituais cristãos como forma de converter os nativos à sua doutrina religiosa.

89. Os primeiros jesuítas chegaram à Bahia com o governador-geral Tomé de Sousa, em 1549, e em pouco tempo se espalharam por outras regiões da colônia, permanecendo até sua expulsão, pelo governo de Portugal, em 1759. Sobre as ações dos jesuítas nesse período, é correto afirmar que:

- (A) criaram escolas de arte que foram responsáveis pelo desenvolvimento do barroco mineiro.
- (B) defenderam os princípios humanistas e lutaram pelo reconhecimento dos direitos civis dos nativos.
- (C) foram responsáveis pela educação dos filhos dos colonos, por meio da criação de colégios secundários e escolas de “ler e escrever”.
- (D) causaram constantes atritos com os colonos por defenderem, esses religiosos, a preservação das culturas indígenas.
- (E) formularam acordos políticos e diplomáticos que garantiram a incorporação da região amazônica ao domínio português.

90. “O missionário que se volta para o índio, prega-lhe em tupi e compõe autos devotos (e, por vezes, circenses) com o fim de convertê-lo, é um difusor do salvacionismo ibérico para quem a vida do selvagem estava imersa na barbárie (...).”

BOSI, A. Dialética da colonização, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 92

Entre os diversos aspectos que caracterizaram a presença dos jesuítas no Brasil colonial estão:

- (A) A defesa da tolerância religiosa, o combate à escravização de negros africanos e o desenvolvimento de eficientes métodos pedagógicos.
- (B) A política missionária, o alargamento das fronteiras da fé cristã e a ação educativa desenvolvida em seus colégios.
- (C) A aceitação das práticas religiosas indígenas, a inflexível imposição do idioma português e a perspectiva salvacionista.
- (D) A defesa da escravização indígena, o combate às práticas mercantis e a mística da devotio moderna.
- (E) A condenação do uso de imagens nas celebrações litúrgicas, a tradução da Bíblia para o tupi e o distanciamento das orientações do Concílio de Trento.

91. “Estado e Igreja foram as duas instituições que dirigiram a colonização da América espanhola e portuguesa a partir do século XVI. Para o Estado, a conquista material era vista como instrumento de acumulação de riqueza e poder. Para a Igreja, a conquista espiritual era instrumento de recomposição e ampliação do ‘rebanho’ católico, reduzido e ameaçado na Europa pela ação da Reforma Protestante.”

(TEIXEIRA, F.M.P. Brasil – História e Sociedade. São Paulo: Ática, 2000, p.51).

Assinale a alternativa correta a respeito do texto acima.



- (A) Durante o período colonial, a Igreja Católica construiu as missões ou reduções, que tinham como objetivo educar e disciplinar os índios para serem utilizados como escravos pelos demais colonizadores.
- (B) Por meio do regime do Padroado, o papado exerceu um controle efetivo sobre os colonizadores portugueses do Brasil, moldando a colonização aos interesses de Roma.
- (C) Embora Estado e Igreja tivessem objetivos distintos, ambos compartilhavam o interesse pela colonização do Brasil, participando, dessa forma, de um mesmo projeto colonizador.
- (D) O Sebastianismo, isto é, a crença no retorno de D. Sebastião, rei português que havia desaparecido após uma batalha na conquista da Índia, demonstra a união entre a administração do Reino e da Igreja em Portugal.
- (E) A escravidão foi uma instituição duramente combatida tanto pela Igreja quanto pelo Estado português, no entanto isso não conseguiu impedir seu florescimento no Brasil.

92. Os povos habitantes da América tiveram um grande choque cultural com a presença dos conquistadores europeus.

No Brasil, a colonização portuguesa contou com a participação dos padres jesuítas que:

- (A) respeitaram os costumes indígenas, não criando hierarquias nem preconceitos.
- (B) buscaram divulgar o Catolicismo, abalados com os resultados da Reforma.
- (C) permaneceram durante toda a colonização, sem problemas com Portugal.
- (D) se juntaram aos padres carmelitas, participando de rebeliões coloniais.
- (E) foram contra a escravidão, entrando em desacordo com o governo português.

93. Leia o "Sermão da Sexagésima", do Padre Vieira:

Para uma alma se converter por meio de um sermão, há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando. Que coisa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo.

GOMES, Eugênio (Org.). Vieira: Sermões. Rio de Janeiro: Agir, 1992.  
p. 120. [Adaptado].

O jesuíta Antônio Vieira fez sua carreira eclesiástica na Bahia. Esse sermão foi proferido em Lisboa no ano de 1655.

Considerando os conflitos vividos na Colônia, o debate sobre a conversão se vinculava à:

- (A) capacidade do ouvinte para interpretar livremente as escrituras e, por meio do entendimento, concorrer à conversão de sua alma.
- (B) defesa da cristianização do gentio, persuadindo o colono de que a prática da escravidão indígena deveria ser evitada.
- (C) garantia da liberdade indígena, pois convertidos ao cristianismo seriam reconhecidos como portadores de direitos.
- (D) supremacia da autoridade da Igreja perante o Estado na condução dos negócios na Colônia, definindo a primazia da ordem jesuítica.
- (E) condenação a todas as formas de escravidão no mundo colonial, por meio da formação de uma consciência de si.

94. A presença dos jesuítas no Brasil é quase tão antiga quanto a própria criação da Companhia de Jesus. De sua atuação, pode-se dizer que:

- (A) Chegaram ao Brasil em 1549, fundando dezenas de missões entre os índios, além de criarem as primeiras instituições formais de ensino na colônia.
- (B) Chegam ao Brasil com Tomé de Souza, restringindo sua atuação à Capitania de São Vicente, onde fundaram um colégio que daria origem à atual cidade de São Paulo.
- (C) Expulsos pelos espanhóis na região dos Sete Povos das Missões, migraram para a Amazônia, fixando suas missões ao longo dos rios Negro e Amazonas.
- (D) Foram os primeiros missionários a se dedicar a educação dos índios, pautando-se pelo respeito e valorização daquelas culturas.
- (E) Sua defesa da abolição da escravidão acabou por colocá-los em oposição à Coroa Portuguesa, sendo então expulsos pelo Marquês de Pombal.

95. O trabalho da Companhia de Jesus foi um dos elementos que contribuiu para colonização do território brasileiro.

Sobre a participação dos padres jesuítas nesse processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os jesuítas destacaram-se na ocupação da região norte do território brasileiro, que assumiu, no século XVII, o papel de área central do pacto colonial.
- (B) Os jesuítas, através de sua ação missionária, colaboraram para a consolidação do controle da Coroa Portuguesa sobre as áreas coloniais.
- (C) Graças à atuação do Marquês de Pombal, e por meio da aliança do Estado com a Companhia de Jesus, foram criadas as condições políticas para a ação dos jesuítas.
- (D) Os índios, os jesuítas e os bandeirantes coexistiram de forma harmônica, consolidando e ampliando a dominação portuguesa sobre os territórios do Paraguai e do Uruguai.
- (E) A catequese converteu o indígena em mão-de-obra disponível e majoritária, na agricultura de exportação, durante todo o período colonial.

96. (Analisar as afirmativas a respeito do trabalho indígena nas primeiras décadas da colonização brasileira, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa, e, em seguida, marque a opção que contém a sequência correta.

- 1. ( ) A única forma de utilização do índio nessa fase da economia colonial foi a da escravidão.
- 2. ( ) Religiosos e colonos tiveram atitudes semelhantes quanto à forma de utilização do trabalho indígena nesse período.
- 3. ( ) Os religiosos preocuparam-se com a conversão dos índios, mas não foram indiferentes ao que tange à sua organização para o trabalho.
- 4. ( ) Uma das razões para o declínio da prática de utilização dos índios para o trabalho foram as epidemias.

- (A) V - F - V - F
- (B) V - V - F - F
- (C) F - V - F - V
- (D) F - F - V - V
- (E) F - F - V - F

97. (EsFCEEx – 2011) Sobre as relações entre colonos e jesuítas, no que diz respeito ao uso da mão de obra indígena, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. O uso da mão de obra escrava pelos colonos não conflitava com os interesses da Coroa e nem com os dos jesuítas, mas ao insistirem no cativo indígena, os colonos despertaram a oposição dos inicianos.
- II. As relações contrárias aos padres jesuítas por parte dos colonos acentuou-se pelo fato de os lusos acreditarem que os inicianos retardavam o desenvolvimento de suas atividades econômicas ao dificultar o uso da mão de obra indígena.
- III. Os jesuítas foram expulsos da Capitania de São Vicente porque os colonos os denunciaram por transformar índios aldeados em escravos da Companhia.

- (A) somente I está correta
- (B) somente II está correta
- (C) somente III está correta
- (D) somente I e II estão corretas
- (E) somente II e III estão corretas

98. (EsFCEEx - 2013) No contexto colonial, a escravidão indígena foi limitada por diversos fatores. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta.

- I. Entre os fatores limitados da escravidão indígena, não está presente qualquer posição da Coroa Portuguesa.
- II. Os índios que de fato reagiram à escravidão foram aqueles que habitavam as regiões mais distanciadas do litoral.
- III. Um dos fatores que desencadearam a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa no século XVIII foi a sua resistência ao uso da mão-de-obra indígena pelos colonos.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.

(E) Somente II e III são corretas.

99. (Curso Cidade) Sobre as camadas senhoriais no contexto da sociedade açucareira, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta:

- I. Detentores de status elevado e riquezas, ou pelo menos da imagem desses atributos, do controle das instituições locais e de extensas redes de parentesco, os senhores de engenho compuseram inquestionavelmente o segmento mais poderoso da sociedade baiana.
- II. Após a fase inicial de desbravamento do território, no século XVI, a presença de administradores régios e da relação na Bahia estabeleceu certos limites aos poderes dos senhores de engenho.
- III. Os funcionários da Coroa raramente interferiam em questões de controle da escravaria, matéria em que os senhores de engenho o mais das vezes possuíam total liberdade; entretanto, as ações destes últimos eram restritas pelo governo régio quando conflitavam com o governo civil ou a administração da justiça.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I, II e III

100. (Curso Cidade) Sobre os escravos no contexto da colonização, notadamente, no que se refere à sociedade açucareira, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta:

- I. A sociedade escravista brasileira não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa.
- II. O "coartado" era um escravo em processo de transição para a condição social de livre.
- III. Em um mundo em que a linhagem proporcionava uma base ao indivíduo, os filhos dos escravos com senhores de engenho alcançavam o status de categoria social superior e indivíduos livres, configurando-se, assim, um tipo de mobilidade social.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente II e III

101. (Curso Cidade) Sobre os trabalhadores assalariados no contexto da sociedade açucareira, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

- I. Para além de uma sociedade polarizada entre escravos e senhores de engenho, a sociedade açucareira foi marcada pela existência de uma variedade de trabalhadores assalariados dentre os quais, pode-se mencionar: os prestadores de serviços, os caixeiros da cidade, capelães, médicos, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, entre outros.
- II. Embora os artesãos que trabalhavam nos engenhos fossem indivíduos livres ou libertos, muitas vezes eles próprios eram empregadores e proprietários de escravos.
- III. A categoria de trabalhadores livres constituiu-se de um influente segmento social podendo ser considerada um tipo de elite paralela – ou mesmo superior – àquela formada pelos senhores de engenho, na medida em que acumulavam capitais vultosos e realizavam investimentos nos centros urbanos.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente I e III

102. (Curso Cidade) Sobre a escravidão no contexto do Brasil Colonial, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.
- I. O muno dos escravos não era homogêneo. Distingua-se entre o cativo recém chegado da África, o “boçal” e o “ladino” – africano já aculturado e entendendo o português. Os africanos eram, como um todo, opostos aos “crioulos”, nascidos no Brasil.
  - II. Fora das atividades produtivas, temos os escravos domésticos. Sua situação se caracterizava-se por certa ambiguidade. Gozavam, sem dúvida, de privilégios negados aos outros cativos. A intimidade com os senhores valia-lhes a alforria com frequência bem maior do que no caso de escravos de outros tipos.
  - III. Nas cidades como no campo, muitos dos cativos viviam e trabalhavam em grupos pequenos, para senhores que dificilmente poderiam, no caso rural, ser chamados de “fazendeiros” – e que muitas vezes produziam gêneros alimentícios (farinha de mandioca, por exemplo) para abastecimento de plantations e núcleos urbanos.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I, II e III

103. (UNITAU SP) A sociedade escravista brasileira não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura – que já existia na península ibérica, mas era marginal à organização da sociedade por ordens que se desenvolve na Europa desde o séc. XI – com princípios sociais preexistentes na Europa. A escravidão dos engenhos transformou e ampliou as categorias tradicionais, transformou em pessoas de qualidade alguns indivíduos que nunca sonhariam em obter esta condição em Portugal e criou um novo estado de plebeus [...].

SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 214.

Sobre o critério que organizava a sociedade colonial brasileira, é CORRETO afirmar que:

- (A) no Brasil, a sociedade colonial reproduziu a estrutura social europeia, sem lhe acrescentar modificações significativas.
- (B) na sociedade colonial brasileira, a distinção jurídica essencial que dividia os indivíduos era entre reinóis e brasileiros nascidos na colônia.
- (C) na sociedade colonial, não valiam os padrões vigentes na metrópole, como pureza de sangue ou distinção entre cristãos-novos e velhos.
- (D) no Brasil, a sociedade colonial desenvolveu novos princípios de classificação social, com base na raça e na cultura.
- (E) no Brasil, o novo estado dos plebeus era constituído pelos homens brancos pobres e livres e pelos escravos.

104. (FFFCMPA RS) “A safra começara. Era um período de intensa atividade, de idas e vindas: escravos partiam para os canaviais, carros de boi rangendo sob o peso da cana cortada dirigiam-se para a moenda, barcos chegavam ao posto carregados de cana ou lenha dos engenhos ribeirinhos ou do litoral da baía, caldeiras ferviam sobre o fogo aceso dia e noite, escravos revezavam-se em turnos na moenda e na casa de purgar, lavradores de cana apareciam para contratar o beneficiamento de sua produção. E, acompanhando tudo isso o constante ruído da moenda a extrair da cana o líquido que custava tanto suor e sofrimento e que se cristalizaria não só na doçura do açúcar, mas também em riqueza e poder”.

(Stuart Schwartz. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.96).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a economia e a sociedade colonial brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O açúcar produzido na colônia era comercializado livremente pelos senhores de engenho, fato que lhes garantia maior poder de barganha junto aos mercados internacionais.
- (B) A utilização em larga escala do trabalho escravo na produção do açúcar possibilitou aos senhores de engenho o acúmulo de imensas fortunas, poder político e prestígio social.
- (C) A produção e fabrico do açúcar era uma atividade simples e não exigia qualquer tipo de mão de obra especializada.
- (D) Devido a sua pouca aptidão para o trabalho, a mão de obra indígena não foi utilizada nos engenhos de açúcar.
- (E) A cana de açúcar era produzida por pequenos proprietários e a maior parte de sua produção era destinada ao mercado interno.

105. (UFMA) "A escravização dos índios e o uso de sua mão-de-obra no plantio e beneficiamento da cana revelaram-se etapa transitória no desenvolvimento da indústria açucareira, durante a qual se empregou uma força de trabalho relativamente barata e prontamente acessível até que a atividade se encontrasse totalmente capitalizada. Outros trabalhadores viriam substituí-los nas lides de engenho em fins do século XVI e princípios do XVII — os escravos africanos, mercadoria de um rentável ramo do comércio atlântico."

(SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

Tendo em vista o Antigo Sistema Colonial e, de acordo com o texto acima, pode-se afirmar que:

- (A) assistiu-se ao ressurgimento do escravismo nas áreas coloniais, para garantir os elevados lucros metropolitanos.
- (B) a utilização de escravos africanos foi um importante elemento para o desenvolvimento da agricultura de subsistência.
- (C) o tráfico negreiro para o Brasil-Colônia ocorreu como forma de incentivo à produção de manufaturas para o mercado interno.
- (D) a utilização da mão de obra africana justifica-se por ser a raça que melhor suporta o trabalho físico pesado.
- (E) o interesse no escravo africano residia na possibilidade da rápida miscigenação e povoamento da colônia.

106. (UFGD MS) Leia o texto a seguir.

O Brasil era um grande empreendimento colonial cuja característica, durante mais de 300 anos, foi a lavoura, a mineração e a economia de exportação. A escravidão era a forma predominante de trabalho, mas sempre à margem da economia de exportação, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. p.123.

O brasilianista Stuart Schwartz, em sua obra *Escravos, Roceiros e Rebeldes* (2001), trata das diversas relações entre escravos, senhores e outros grupos que compunham a sociedade escravocrata brasileira. Considerando o texto citado e o período que abrange o Brasil Colonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A economia do Brasil Colonial teve avanços econômicos, pois o capitalismo triunfou na sociedade, em especial, face aos senhores de engenhos nordestinos.
- (B) A sociedade não era formada apenas por senhores e escravos. Havia uma população de trabalhadores rurais livres que desempenhavam importantes atividades, sobretudo na produção de gêneros alimentícios.
- (C) As relações políticas e econômicas entre senhores, escravos e população livre eram estabelecidas pela Coroa Portuguesa. Nessas relações, dois aspectos eram centrais: livre competitividade e subordinação ao Império.
- (D) A sociedade no Brasil Colonial era constituída por senhores e escravos. Esses dois grupos dominavam as relações de trabalho e eram responsáveis pela produção de alimentos e de matérias-primas que abasteciam o forte mercado interno.
- (E) A economia do sistema escravista baseou-se na livre iniciativa e conseguiu agregar de modo satisfatório senhores, escravos e trabalhadores rurais livres.

107. (UEL PR) Sobre a sociedade colonial brasileira, é correto afirmar:

- (A) A distinção jurídica entre escravos e livres foi meramente formal, pois assegurou aos trabalhadores escravos os direitos de pessoa e propriedade.
- (B) Os senhores de engenhos formaram um grupo homogêneo, que desconheceu hierarquias e diferenças de riqueza e status no seu interior.
- (C) Apesar de existirem outros grupos e atividades econômicas na América Portuguesa, o engenho e o escravismo desempenharam papel relevante na definição e conformação da sociedade colonial.
- (D) A Igreja e os colonos partilharam de uma mesma atitude em relação ao indígena, isto é, escravizar para dominar.
- (E) Imobilidade, concentração e estabilidade das populações são características que configuraram a sociedade colonial brasileira.

108. (UEPB) Durante o período colonial tivemos o mercado externo como principal alvo dos nossos produtos. No entanto, também se produziam na colônia gêneros de primeiras necessidades, bem como alguns outros produtos que movimentavam o incipiente, porém promissor mercado interno.

Sobre essa estrutura paralela à grande plantação e a mineração, assinale a alternativa correta.

- (A) Existiam na colônia diversas atividades que eram exercidas tanto por escravos, como por homens pobres livres. Entre essas atividades destaca-se a agricultura de subsistência, o artesanato e o pequeno comércio.
- (B) Com o crescimento das cidades, os escravos libertos se tornaram os principais comerciantes do mercado interno.
- (C) Os grandes comerciantes nunca conseguiram se destacar como força política ou econômica na colônia, devido a grande importância dos latifundiários e dos pequenos proprietários.
- (D) Toda a produção de subsistência ficava a cargo dos homens livres, já que os escravos não poderiam ser liberados de suas tarefas.
- (E) O crescimento das cidades impossibilitou a utilização de escravos no comércio ambulante e vetou a instalação de oficinas de artesanato comandadas por homens pobres livres, pois, o controle sobre essas atividades econômicas obedecia a um rígido controle da metrópole.

109. (Fuvest-SP) A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) as distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de índigenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor."

(Stuart B. Schwartz, Segredos internos.)

A partir do texto pode-se concluir que:

- (A) a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e se constituiu no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.
- (B) a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.
- (C) os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.
- (D) a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade.
- (E) a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

110. (UNISO) Durante a maior parte do período colonial a participação nas câmaras das vilas era uma prerrogativa dos chamados "homens bons", excluindo-se desse privilégio os outros integrantes da sociedade. A expressão "homem bom" dizia respeito a:

- (A) homens que recebiam a concessão da Coroa portuguesa para explorar minas de ouro e de diamantes;
- (B) senhores de engenho e proprietários de escravos;
- (C) funcionários nomeados pela Coroa portuguesa para exercerem altos cargos administrativos na colônia;
- (D) homens considerados de bom caráter, independentemente do cargo ou da função que exerciam na colônia.

111. (Cesgranrio-RJ) "O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos." O comentário de Antonil, escrito no século XVIII, pode ser considerado característico da sociedade colonial brasileira porque:

- (A) a condição de proprietário de terras e de homens garantia a preponderância dos senhores de engenho na sociedade colonial.
- (B) a autoridade dos senhores restringia-se aos seus escravos, não se impondo às comunidades vizinhas e a outros proprietários menores.
- (C) as dificuldades de adaptação às áreas coloniais levaram os europeus a organizar uma sociedade com mínima diferenciação e forte solidariedade entre seus segmentos.
- (D) as atividades dos senhores de engenho não se limitavam à agroindústria, pois controlavam o comércio de exportação, o tráfico negreiro e a economia de abastecimento.
- (E) o poder político dos senhores de engenho era assegurado pela metrópole através da sua designação para os mais altos cargos da administração colonial.



112. (CESGRANRIO) No Brasil, o quilombo foi uma das formas de resistência da população escrava. Sobre os quilombos no Brasil, é correto afirmar que o(a):
- (A) maior número de quilombos se concentrou na região nordeste do Brasil, em função da decadência da lavoura cafeeira, já que os fazendeiros, impossibilitados de sustentar os escravos, incentivavam-lhes a fuga.
  - (B) maior dos quilombos brasileiros, Palmares, foi extinto a partir de um acordo entre Zumbi e o governador de Pernambuco, que se comprometeu a não punir os escravos que desejassem retornar às fazendas.
  - (C) existência de poucos quilombos na região Norte pode ser explicada pela administração diferenciada, já que, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Coroa Portuguesa havia proibido a escravidão negra.
  - (D) quase inexistência de quilombos no Sul do Brasil se relaciona à pequena porcentagem de negros na região, o que também permitiu que lá não ocorressem questões ligadas à segregação racial.
  - (E) população dos quilombos também era formada por indígenas ameaçados pelos europeus, brancos pobres e outros aventureiros e desertores, embora predominassem africanos e seus descendentes.
113. (FATEC) A escravidão indígena adotada no início da colonização do Brasil, foi progressivamente abandonada e substituída pela africana, entre outros motivos, devido:
- (A) ao constante empenho do Papado na defesa dos índios contra os colonos.
  - (B) à bem sucedida campanha dos jesuítas em favor dos índios.
  - (C) à completa incapacidade dos índios para o trabalho.
  - (D) aos grandes lucros proporcionados pelo tráfico negreiro aos capitais particulares e à coroa.
  - (E) ao desejo manifestado pelos negros de emigrarem para o Brasil em busca de trabalho.
114. (IFPE) Entre os séculos XVI e XIX, milhares de africanos foram desembarcados no Brasil, para trabalharem como escravos em diversas atividades, como o plantio de cana, a produção do açúcar, a pecuária etc. Estes homens, mulheres e crianças eram transportados nos chamados navios negreiros ou tumbeiros, que não possuíam condições favoráveis de viagem, fazendo com que cerca de 20% deles morressem durante o trajeto. Sobre a vinda dos negros e sua vida no Brasil, analise as seguintes proposições.
- I. Amontoados nos porões dos navios, os africanos, durante o percurso, tinham que permanecer sentados, acorrentados uns aos outros, praticamente sem condições de se moverem.
  - II. A violência contra os escravos era mais comum nas grandes lavouras, na zona rural do país. Já nos núcleos urbanos a relação entre senhores e cativos era pacífica.
  - III. Os quilombos foram uma forma de resistência dos escravos ao cativo, que consistiam em comunidades escondidas em locais distantes, como florestas e serras.
  - IV. Os escravos urbanos tinham mais liberdade para se locomover, sem a vigilância do senhor de engenho ou do feitor, pois trabalhavam muitas vezes comércio nas cidades.

Estão corretas, apenas:

- (A) I, II e III
  - (B) I, III e IV
  - (C) I, II e IV
  - (D) I e IV
  - (E) II e III
115. (UEG GO) Poucos temas da história brasileira têm sido tão discutidos e investigados como a escravidão. Um dos assuntos de destaque é a existência de uma "brecha camponesa", defendida por autores que destacam a importância do setor dedicado ao mercado interno na economia brasileira.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2010, p. 125. (Adaptado).

A "brecha camponesa" que existiu no tempo da escravidão era formada pelos:

- (A) escravos das monoculturas de cana e café que tiveram permissão de trabalhar em pequenas porções de terras, produzindo para a subsistência e para o mercado.
- (B) imigrantes europeus, sobretudo italianos, que vieram para o Brasil trabalhar como pequenos camponeses nas fazendas de café.

- (C) quilombolas que, por meio da produção coletiva, abasteceram as principais cidades do Império com a produção de alimentos.
- (D) indígenas que, sob a proteção das leis indigenistas do Império, recebiam pequenos lotes individuais para a produção agropecuária.

116. (PUCCamp SP) O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (...)

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar nem aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.

(ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**)

O trabalho escravo durante o período colonial, mencionado pelo jesuíta André João Antonil, foi essencial não apenas aos senhores de engenho como também aos donos de minas. No período da mineração, os escravos

- (A) controlavam o contrabando de ouro e diamantes, prática estimulada pelos portugueses proprietários da maioria das lavras, que pretendiam burlar a fiscalização empreendida com rigor pela elite local.
- (B) foram organizados em irmandades religiosas cujo objetivo era a catequese e a punição eficaz a qualquer prática herdada das religiões africanas ou forma de sincretismo cultural.
- (C) passaram a ser menos explorados, tratados de forma mais humana e não raramente remunerados, uma vez que dependia deles o sucesso da exploração dos minérios.
- (D) participaram de diversas rebeliões contra a Coroa que eram influenciadas pelos ideais iluministas, caso da Inconfidência Mineira, cuja maioria dos integrantes era negra e mulata.
- (E) alcançaram densidade populacional surpreendente na região de Minas Gerais, uma vez que os investimentos e as riquezas ali obtidas estimularam o aumento desse tipo de mão de obra e a intensificação do tráfico.

117. (IFMG) Com relação à escravidão no Brasil, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os escravos perderam, por completo, suas referências religiosas, ao serem obrigados a adotar o cristianismo.
- II. A escravidão no Brasil foi um sistema de trabalho que impediu qualquer tipo de resistência escrava.
- III. A prática da alforria foi comum na escravidão brasileira, sendo que esta podia ocorrer quando um escravo conseguia juntar recursos para comprar sua liberdade ou quando um senhor a concedia em situações diversas.
- IV. A escravidão no Brasil foi branda, uma vez que os escravos eram bem tratados pelos seus senhores e ganhavam a liberdade assim que se convertiam ao cristianismo.

A partir da análise das afirmativas acima, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

118. (FUVEST SP) No Brasil colonial, a escravidão caracterizou-se essencialmente:

- (A) Por sua vinculação exclusiva ao sistema agrário exportador.
- (B) Pelo incentivo da Igreja e da Coroa à escravidão de índios e negros.
- (C) Por estar amplamente distribuída entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade.
- (D) Por destinar os trabalhos mais penosos aos negros e os mais leves aos índios.
- (E) Por impedir a emigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil.

119. (EsFCEX - 2010) A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça e condição social (...)"

(Schwartz, Stuart B. Segredos Internos.)

A partir da análise do fragmento acima e dos conhecimentos sobre as consequências do processo colonial para a formação da sociedade brasileira é correto afirmar que:

- (A) a categoria "raça", no que se refere aos indígenas e negros no Brasil colonial se constituiu em um importante elemento de submissão e dominação cultural e religiosa e, também, de exploração da força de trabalho.

- (B) Os elementos de diferenciação entre raça, cultura e condição social obedeceram, na formação do Brasil colonial, o modelo medieval português que se utilizava dessas categorias em sua organização social.
- (C) A hierarquia gradual dos diversos grupos sociais se constituiu em um importante elemento de formação da sociedade brasileira, a qual diluiu e superou as distinções clássicas de raça, cor e condições sociais.
- (D) As distinções essenciais entre colonizadores, índios e negros no Brasil colonial não consideraram, como o modelo português clássico, a propriedade e o trabalho como elementos do processo de hierarquização social.
- (E) Localizados hierarquicamente no topo da pirâmide social do Brasil colonial, os portugueses promoveram o processo de miscigenação com o objetivo de reduzir a distância social entre brancos, índios e negros – o que resultou em uma sociedade marcada pela convivência democrática e pacífica entre os seus grupos formadores.

120. (Curso Cidade) Sobre as bandeiras no contexto da colonização do Brasil, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

- I. As bandeiras eram organizadas pelo Governo que acreditava em um dia encontrar depósitos auríferos espalhados pelo interior. Esses bandeirantes costumavam partir de várias localidades da Capitania de S. Vicente – Sorocaba, Taubaté e da própria Vila de S. Paulo.
- II. Nas buscas iniciais, não encontrando o ouro, os bandeirantes desbravaram o sul do país, aprisionando índios reunidos pelos jesuítas espanhóis no oeste de nossos atuais Estados do sul.
- III. As bandeiras de caça ao índio promoveram o povoamento do interior, porém, não impediram que os espanhóis ocupassem a região do oeste de Mato Grosso.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente II e III

121. (Mackenzie) A historiografia tradicional atribui ao bandeirismo o alargamento do território brasileiro para além de Tordesilhas.

Sobre esta atividade é correto afirmar que:

- (A) jamais converteu-se em elemento repressor, atacando quilombos ou aldeias indígenas.
- (B) as Missões do Sul foram preservadas dos ataques paulistas, devido à presença dos jesuítas espanhóis.
- (C) na verdade, o bandeirismo era a forma de sobrevivência para mestiços vicentinos, rudes e pobres e a expansão territorial ocorreu de forma inconsciente como subproduto de sua atividade.
- (D) eram empresas totalmente financiadas pelo governo colonial, tendo por objetivo alargar o território para além de Tordesilhas.
- (E) era exercida exclusivamente pelo espírito de aventura dos brancos vinculados à elite proprietária vicentina, cujas lavouras de cana apresentavam grande prosperidade.

122. (Curso Cidade) Sobre as bandeiras paulistas e seus desdobramentos, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta

- I. As bandeiras foram expedições que reuniam às vezes milhares de índios e lançavam-se pelo serão em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos.
- II. As bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas, destacava-se o Guairá, situado no Oeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguaçu.
- III. Do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena, prevalecendo, entretanto, a hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e III
- (E) I, II e III

123. (Ufu) A atividade bandeirante marcou a atuação dos habitantes da Capitania de São Vicente entre os séculos XVI e XVIII.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Buscando capturar o índio para utilizá-lo como mão-de-obra ou para descobrir minas de metais e pedras preciosas, o chamado bandeirismo apresador e o prospector foram importantes para a ampliação dos limites geográficos do Brasil colonial.
- (B) As bandeiras eram empresas organizadas e mantidas pela Metrópole, com o objetivo de conquistar e povoar o interior da colônia, assim como garantir, efetivamente, a posse e o domínio do território.
- (C) As chamadas bandeiras apresadoras tinham uma organização interna militarizada e eram compostas exclusivamente por homens brancos, chefiados por uma autoridade militar da Coroa.
- (D) O que explicou o impulso do bandeirismo no século XVII foi a assinatura do tratado de fronteiras com a Espanha, que redefiniu a Linha de Tordesilhas e abriu as regiões de Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, possibilitando a conquista e a exploração portuguesa.
- (E) Derivado da bandeira de apresamento, o sertanismo de contrato era uma empresa particular, organizada com o objetivo de pesquisar indícios de riquezas minerais, especialmente nas regiões de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

124. (ESPM) As incursões dos bandeirantes paulistas às missões dos jesuítas castelhanos do Guairá multiplicaram-se a partir do século XVII. Paulistas e guerreiros tupiniquins enveredavam pelo Caminho do Peabiru, velha trilha tupi, rumo ao Guairá, território situado entre os rios Paranapanema, Iguazu e Paraná. Nessa região de posse duvidosa, dado que os portugueses sempre consideraram que a linha de Tordesilhas passava pelo estuário do Prata, os jesuítas espanhóis haviam criado entre 1622 e 1628 onze missões.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. História do Brasil: uma interpretação)

Quanto ao assunto tratado no texto é correto assinalar:

- (A) as incursões dos bandeirantes às missões jesuítas visavam apresar indígenas aldeados em grupos numerosos e habituados ao trabalho rural;
- (B) nessas incursões não havia nenhuma participação de indígenas entre os integrantes das bandeiras;
- (C) o objetivo primordial dos bandeirantes paulistas era apresar "negros da terra" para a exportação dessa mão de obra para a Europa;
- (D) os ataques dos bandeirantes paulistas aos jesuítas castelhanos eram uma resposta contra a postura da Espanha que naquele momento apoiava a invasão holandesa ao Brasil;
- (E) as incursões dos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas de Guairá e Tapes ocorreram após o Tratado de Madri.

125. (UNIMONTES MG) Acerca da sociedade paulista nos séculos XVII e XVIII, assinale C (Correta) e I (Incorreta) nas afirmativas abaixo:

1. ( ) A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras, que eram expedições que reuniam brancos, mamelucos e índios, que se lançavam sertão adentro em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos.
2. ( ) Os paulistas, ao longo desse período, construíram uma sociedade rústica e mestiça, profundamente influenciada pela cultura indígena.
3. ( ) Os paulistas constituíram uma sociedade especial que, por sua origem mestiça, pode ser considerada democrática, pois não possuíam hierarquias raciais que aprofundavam as distinções entre índios, mestiços e brancos.

A sequência CORRETA é:

- (A) C, C, I.
- (B) C, C, C.
- (C) C, I, I.
- (D) I, I, I.

126. (UFU MG) Leia os textos a seguir:

Ao longo do século XVII, as atividades econômicas dos colonos da região de São Paulo assentaram-se numa ampla e sólida base de escravos índios, aprisionados nas frequentes expedições dos paulistas ao sertão.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 209.

Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 15.

Considerando os textos acima, assinale a alternativa correta acerca da relação entre entradas, bandeiras e escravidão indígena.

- (A) Os indígenas foram a mão de obra mais importante na constituição da monocultura exportadora de café, estabelecida na região de São Paulo no século XVII, a partir das entradas feitas pelo colonizador português.
- (B) As entradas e bandeiras pelo sertão paulista durante o século XVII foram o momento em que o branco português impôs sua cultura ao indígena, capturando-o e escravizando-o nas lavouras de cana-de-açúcar.
- (C) Os indígenas, protegidos pela Igreja Católica e desejados como escravos, eram exímios conhecedores da geografia da colônia, o que os tornou fundamentais nas expedições exploratórias e de expansão territorial.
- (D) Os indígenas, apesar de serem escravizados para trabalhar nas fazendas, foram conquistando seu espaço na sociedade colonial brasileira, na medida em que conseguiam fugir e formar quilombos com grande população.

127. (FATEC SP) De acordo com o historiador Boris Fausto,

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras.

(FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial e Edusp, 2001. p. 51.)

A afirmação pode ser considerada correta, pois

- (A) foi nesse período que expedições reunindo brancos, índios e mamelucos, chefiados pelos paulistas, lançaram-se pelo sertão em busca de índios a serem escravizados e de metais preciosos que colocariam o Brasil na era do ouro.
- (B) os paulistas, através das bandeiras, marcaram seu poder político de São Paulo a Minas Gerais, se fixando na capitania do Rio de Janeiro e transformando-a em sede colonial.
- (C) esse século representou a presença dos paulistas em postos públicos de poder, presença essa alternada por vezes pelos mineiros, os donos de minas de ouro, tudo a mando da metrópole.
- (D) a descoberta, no século XVII, de minas de ouro na atual região das Minas Gerais, pelos paulistas, lhes garantiu prestígio e o direito de investir suas riquezas nas futuras fazendas de café.
- (E) as bandeiras e o apresamento de indígenas para a escravidão significaram uma diminuição do uso da mão de obra negra e o início do caminho para a abolição definitiva do tráfico de escravos africanos.

128. (Mackenzie SP) "Os bandeirantes foram romantizados (...) e postos como símbolo dos paulistas e do progresso, associação enobrecedora. A simbologia bandeirante servia para construir a imagem da trajetória paulista como um único e decidido percurso rumo ao progresso, encobrindo conflitos e diferenças."

(Abud, K. Maria. In: Matos, M. I. S. de São Paulo e Adoniram Barbosa)

Ainda que essa imagem idealizada do bandeirante tenha sido uma construção ideológica, sua importância, no período colonial brasileiro, decorre:

- (A) de sua iniciativa em atender à demanda de mão-de-obra escrava do Brasil Holandês, durante o governo de Maurício de Nassau.
- (B) de sua extrema habilidade para lidar com o nativo hostil, garantindo sua colaboração espontânea na busca pelo ouro.
- (C) de sua colaboração no processo de expansão territorial brasileira, à medida que ultrapassou o Tratado de Tordesilhas e fundou povoados, garantindo, futuramente, o direito de Portugal sobre essas terras.

- (D) de sua atuação decisiva na Insurreição Pernambucana, que resultou na expulsão dos holandeses do nordeste, em 1654, considerada como o primeiro movimento de cunho emancipacionista da colônia.
- (E) da colaboração dos mesmos na formação das Missões Jesuíticas, cujo objetivo era a proteção e catequização de índios tupis, obstáculo à ocupação do território colonial.

129. (Mackenzie) "Os bandeirantes foram romantizados (...) e postos como símbolo dos paulistas e do progresso, associação enobrecedora. A simbologia bandeirante servia para construir a imagem da trajetória paulista como um único e decidido percurso rumo ao progresso, encobrendo conflitos e diferenças."

(Abud, K. Maria. In: Matos, M. I. S. de São Paulo e Adoniram Barbosa)

Ainda que essa imagem idealizada do bandeirante tenha sido uma construção ideológica, sua importância, no período colonial brasileiro, decorre:

- (A) de sua iniciativa em atender à demanda de mão-de-obra escrava do Brasil Holandês, durante o governo de Maurício de Nassau.
- (B) de sua extrema habilidade para lidar com o nativo hostil, garantindo sua colaboração espontânea na busca pelo ouro.
- (C) de sua colaboração no processo de expansão territorial brasileira, à medida que ultrapassou o Tratado de Tordesilhas e fundou povoados, garantindo, futuramente, o direito de Portugal sobre essas terras.
- (D) de sua atuação decisiva na Insurreição Pernambucana, que resultou na expulsão dos holandeses do nordeste, em 1654, considerada como o primeiro movimento de cunho emancipacionista da colônia.
- (E) da colaboração dos mesmos na formação das Missões Jesuíticas, cujo objetivo era a proteção e catequização de índios tupis, obstáculo à ocupação do território colonial.

130. (UFTM MG) Comentando a economia de São Paulo do século XVII, frei Gaspar da Madre de Deus afirmou:

"(...) Ihe chamavam o celeiro do Brasil por daqui saírem trigo, carnes e outros muitos víveres para todas as povoações do Estado, quando muito se frequentava a navegação do Porto de Santos para os Reinos de Portugal e Angola".

(Citado por John Monteiro, Negros da terra)

Essa afirmação de frei Gaspar da Madre de Deus destaca:

- (A) o isolamento da capitania de São Paulo em relação ao amplo mercado colonial.
- (B) os motivos iniciais da organização das entradas e bandeiras pelos paulistas.
- (C) a importância da mão de obra escrava africana nas plantações em São Paulo.
- (D) o declínio do apresamento de indígenas que supria a economia paulista.
- (E) a relevância da produção de alimentos em São Paulo para abastecer outras regiões.

131. (UNESP SP) Desde o início do século XVIII, a extensão geográfica da Colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. (...) a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual.

(Boris Fausto, História concisa do Brasil.)

Foram contribuições decisivas para a ampliação dos domínios territoriais portugueses na América:

- (A) a produção cafeeira e os engenhos de açúcar.
- (B) a tricultura nordestina e o tráfico negreiro.
- (C) as bandeiras paulistas e a criação de gado.
- (D) as fábricas de algodão do Ceará e as entradas.
- (E) a extração da borracha e a navegação de cabotagem.

132. (UFTM MG) No período colonial, as bandeiras que partiam de São Paulo:

- (A) Permitiram que a vila enriquecesse com a exploração de ouro, tornando-se a cidade mais importante do Brasil.
- (B) Contribuíram para a expansão territorial além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.
- (C) Contaram com a participação de brancos e escravos negros, que buscavam índios para catequisar.
- (D) Encontraram nos jesuítas seus maiores rivais, devido ao interesse dos paulistas em organizar missões.
- (E) Foram organizadas pela metrópole, que pretendia fundar vilas no interior e ocupá-lo com engenhos de açúcar.

133. (UEG GO) Entre os séculos XVI e XVII, organizaram-se as bases da economia colonial na América portuguesa em um forçoso convívio entre brancos, negros e índios.



Acerca desse longo processo de ordenação econômica e social, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os primeiros contatos entre portugueses e indígenas foram marcados por enorme violência. O indígena foi um obstáculo à exploração da terra de onde se retirava, principalmente, madeira e especiarias.
- (B) A fertilidade do solo permitiu que se disseminasse em toda a costa o plantio de cana-de-açúcar. A riqueza produzida pela cana foi responsável pelo sucesso das capitânicas hereditárias, o que permitiu o povoamento do território em toda a sua extensão.
- (C) A Igreja católica apoiou abertamente as atividades de preação de indígenas pelos bandeirantes paulistas. Ela se associava a esses empreendimentos em busca de terras, fundamentais para o abastecimento e para a conversão dos gentios.
- (D) O contato com os distintos povos indígenas permitiu aos portugueses o necessário conhecimento para o desbravamento dos sertões. As bandeiras constituíram um lucrativo empreendimento graças ao valor atribuído ao índio escravizado.
- (E) O apoio da Igreja à escravização dos índios foi o resultado de um acordo entre a elite paulista e as ordens religiosas. Os bandeirantes dedicaram-se exclusivamente ao domínio das tribos bravias, preservando o território dominado pelas missões.

134. (UNIOESTE PR) A expansão da Colonização Portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- (A) O esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- (B) A instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.
- (C) O bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- (D) A expansão da lavoura de cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- (E) As alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

135. (IFSC-adaptada) Sobre essas as expedições que contribuíram para a expansão do território brasileiro, relacione as colunas:

- |                         |  |
|-------------------------|--|
| Entradas                | 1. ( ) Expedições de iniciativas particulares com objetivos diversos.  |
| Bandeiras               | 2. ( ) Expedições com objetivo de combater tribos indígenas e quilombos.   |
| Sertanismo de contrato  | 3. ( ) Expedições que tinham como principal objetivo encontrar metais e pedras preciosas.                              |
| Bandeiras de prospecção | 4. ( ) Expedições patrocinadas pela Coroa ou governadores com objetivos diversos, entre eles a expansão do território. |

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA correspondente ao preenchimento da segunda coluna, de cima para baixo.

- (A) 1, 3, 4, 2.
- (B) 2, 4, 3, 1.
- (C) 2, 3, 4, 1.
- (D) 1, 4, 3, 2.
- (E) 3, 2, 4, 1.

136. (FGV) Leia o texto sobre as origens de São Paulo.

A estratégia da penetração para o sertão, se foi amplamente aproveitada pelos colonos de São Paulo, nasce na prática da conversão jesuítica. (...) Embora por razões opostas, tanto as incursões dos jesuítas, tímidas é verdade, não se embrenhando muito além do núcleo piratiningano, como as bandeiras e as entradas dos colonos tinham um mesmo objetivo: o índio.

(Amílcar Torrão Filho, A cidade da conversão: a catequese jesuítica e a fundação de São Paulo de Piratininga. Revista USP. São Paulo, n.º 63, 2004)

O fragmento apresenta parte das condições que originaram

- (A) a guerra travada entre a Igreja Católica, a favor da escravização indígena, e os colonos paulistas, defensores do trabalho livre.

- (B) o conflito entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra indígena, presente no entorno de São Paulo.
- (C) a leitura, com forte viés ideológico, que considerava desnecessária a exagerada violência dos jesuítas contra os povos indígenas.
- (D) o desvinculo econômico de São Paulo com o resto da colônia, diante da impossibilidade de exploração da mão de obra indígena.
- (E) o fracasso das missões religiosas em São Paulo, pois coube apenas ao Estado português o controle direto dos indígenas.

137. (UFG GO) Leia o texto a seguir.

[...] se me representou que, pelas notícias que tinham adquirido com as entradas que haviam feito pelos sertões dessa América, se lhes fazia certo haver neles minas de ouro e prata, e pedras preciosas, cujo descobrimento senão havia intentado pela distância em que ficaram as tais terras, aspereza dos caminhos, e povoações de índios bárbaros que nelas se achavam aldeados; [...] e porque deste descobrimento de minas podiam resultar grandes interesses à minha fazenda, se ofereciam a me irem fazer esse serviço tão particular, à sua custa, não só conquistando com guerra aos gentios bárbaros que se lhes opuserem mas também procurando descobrir os haveres que nas ditas terras esperavam achar, [...] e que fazendo o serviço que se ofereciam esperavam ser-lhes remunerado com as honras e prêmios.

RESPOSTA DE D. JOÃO V ao pedido de licença dos bandeirantes, 14 de fevereiro de 1721. In: PALACÍN, Luís; GARCIA, Ledonias; AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos. Goiânia: Editora da UFG, 1995. p. 22. (Adaptado).

O documento remete às relações entre o Rei e os súditos, no período colonial no Brasil, estabelecendo que:

- (A) a exploração aurífera seria feita com base nos investimentos da Coroa nas expedições.
- (B) os gentios seriam protegidos por meio da proibição de sua escravização.
- (C) o conhecimento da fauna e da flora do sertão seria prioritário para os interesses da Coroa.
- (D) a recompensa dos bandeirantes estaria assegurada em caso de sucesso da expedição.
- (E) as expedições em áreas distantes e infestadas de gentios seriam excluídas do patrocínio real.

138. (ESPM) Com efeito, São Paulo e São Vicente, baldados os esforços iniciais de uma agricultura rentável em nível internacional, encontraram no índio sua mercadoria de exportação, não apenas para outras capitanias brasileiras, onde ele era cinco vezes mais barato que o escravo negro, mas também para o Paraguai, com seus ervais, e para o Peru (...).

Em 1630, os paulistas, dirigidos por Antonio Raposo Tavares, atacaram a parte setentrional do Guairá, apoderando-se dos índios da redução de São Miguel. No ano seguinte tomaram outras aldeias.

(Fernando Cacciatore de Garcia. Fronteira Iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul)

O texto deve ser relacionado com:

- (A) bandeirismo de sertanismo de contrato.
- (B) bandeirismo de procura de drogas do sertão.
- (C) entradas.
- (D) bandeirismo de apresamento de indígenas.
- (E) bandeirismo de procura de ouro e pedras preciosas.

139. (ESPM) Antonio Raposo Tavares faz parte do rol dos grandes bandeirantes e, pela visão dos colonos, foi um verdadeiro herói, responsável pelo alargamento das fronteiras, pelo controle e domínio das matas, por comandar lutas contra os espanhóis, por participar da campanha contra os holandeses.

Sob o ponto de vista indígena, dos jesuítas e de centenas de milhares de famílias, certamente está na galeria dos assassinos e dos grandes invasores, capaz de matar, saquear vilas, incendiar igrejas, separar pessoas queridas, que por ele eram tratadas como mercadorias, sendo aprisionadas e maltratadas. Afinal, sua atividade era exclusivamente de apresamento de índios para negociar como escravos.

Raposo Tavares viu nesse empreendimento a chance de sobreviver e de enriquecer diante das circunstâncias impostas pela colônia. Ele aproveitou a presença holandesa no nordeste, que controlava o tráfico negreiro, para vender a mão de obra indígena aos engenhos dos colonos portugueses da região.

(Fábio Pestana Ramos e Marcus Vinícius de Moraes. Eles formaram o Brasil)

A partir da leitura do texto é correto assinalar:

- (A) o texto apresenta uma visão unidimensional da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando sua heroica contribuição para a formação das fronteiras brasileiras;
- (B) o texto fornece uma visão fundamentalmente crítica da ação do bandeirante Raposo Tavares, não apontando qualquer enfoque elogioso de sua atuação;
- (C) o texto apresenta uma abordagem multifacetada da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando-o sob diferentes olhares;
- (D) Raposo Tavares foi um caso único entre os bandeirantes, pois não houve qualquer outro desbravador daquele tempo que tenha se dedicado ao apresamento de indígenas;
- (E) O texto refuta qualquer relação entre a presença holandesa no nordeste e a atividade de apresamento de indígenas e sua utilização em engenhos de cana-de-açúcar.
140. (EsFCEX 2013) O fator de maior efetividade para a conquista e ocupação de áreas sertanejas da América portuguesa no primeiro século da colonização foi:
- (A) a caça ao índio, que visava suprir as necessidades de mão-de-obra.
- (B) a busca de metais e a implantação das minas de ouro e prata.
- (C) a procura das especiarias e de drogas sertanejas.
- (D) a implantação da cultura de produção do gado.
- (E) a busca de madeiras de lei para a construção urbana e o mobiliário.
141. (Fuvest ) Foram, respectivamente, fatores importantes na ocupação holandesa no Nordeste do Brasil e na sua posterior expulsão:
- (A) o envolvimento da Holanda no tráfico de escravos e os desentendimentos entre Maurício de Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais.
- (B) a participação da Holanda na economia do açúcar e o endividamento dos senhores de engenho com a Companhia das Índias Ocidentais.
- (C) o interesse da Holanda na economia do ouro e a resistência e não aceitação do domínio estrangeiro pela população.
- (D) a tentativa da Holanda em monopolizar o comércio colonial e o fim da dominação espanhola em Portugal.
- (E) a exclusão da Holanda da economia açucareira e a mudança de interesses da Companhia das Índias Ocidentais.
142. (PUC SP) A invasão e a ocupação holandesas no Nordeste do Brasil, ocorridas durante o período da União Ibérica (1580-1640):
- (A) derivaram dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, que fragilizaram o controle português sobre a colônia.
- (B) foram resultado das disputas entre Holanda e Inglaterra pelo controle da navegação comercial atlântica.
- (C) derivaram dos interesses holandeses na produção e comercialização do açúcar de cana.
- (D) foram resultado do expansionismo naval espanhol, que desrespeitou os limites definidos no Tratado de Tordesilhas.
- (E) derivaram da corrida colonial, entre as principais potências europeias, na busca de fontes de matérias primas e carvão.
143. (Fameca SP) Na escolha do Brasil como alvo do ataque empreendido pela WIC pesou uma variedade de motivos. A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala de prioridades militares do governo de Madri. Contava-se também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados [...].

(Evaldo Cabral de Mello. O Brasil holandês, 2010.)

Esse ataque da companhia holandesa WIC pode ser interpretado como:

- (A) uma demonstração da importância da América portuguesa, graças ao pau-brasil e ao café, mercadorias valiosas ao comércio holandês.
- (B) uma expressão da disputa, entre as potências europeias, pelas minas de ouro, prata e diamantes da América portuguesa.
- (C) um resultado da fragilidade da defesa na América portuguesa, devido ao maior interesse no comércio de produtos orientais.
- (D) uma consequência direta do domínio britânico sobre Portugal e suas possessões coloniais, que os tornou inimigos da Holanda.

- (E) um esforço holandês para manter e ampliar os lucros no comércio internacional de açúcar, no período de união das coroas ibéricas.

144. (Mackenzie) Acerca da presença dos holandeses no Brasil, durante o período colonial, assinale a alternativa correta.

- (A) Garantiram a manutenção do direito e liberdade de culto, tabelaram os juros e financiaram plantações.
- (B) Perseguiram judeus e católicos através do Tribunal do Santo Ofício.
- (C) Aceleraram o processo de unificação política entre Espanha e Portugal.
- (D) Criaram, no Brasil, instituições de crédito, financiando a industrialização contra os interesses ingleses.
- (E) Visavam à ocupação pacífica do Nordeste.

145. (ENEM) Os holandeses desembarcaram em Pernambuco no ano de 1630, em nome da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e foram aos poucos ocupando a costa que ia da foz do Rio São Francisco ao Maranhão, no atual Nordeste brasileiro. Eles chegaram ao ponto de destruir Olinda, antiga sede da capitania de Duarte Coelho, para erguer no Recife uma pequena Amsterdã.

NASCIMENTO, R. L. X. A toque de caixas.

**Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n. 70, jul. 2011.

Do ponto de vista econômico, as razões que levaram os holandeses a invadirem o nordeste da Colônia decorriam do fato de que essa região:

- (A) era a mais importante área produtora de açúcar na América portuguesa.
- (B) possuía as mais ricas matas de pau-brasil no litoral das Américas.
- (C) contava com o porto mais estratégico para a navegação no Atlântico Sul.
- (D) representava o principal entreposto de escravos africanos para as Américas.
- (E) constituía um reduto de ricos comerciantes de açúcar de origem judaica.

146. (Mackenzie) Dentre as consequências da expulsão dos holandeses do Brasil no século XVII, destacamos:

- (A) o crescimento da produção açucareira, graças às novas técnicas aprendidas com os holandeses.
- (B) o desaparecimento da oposição senhor e escravo, em função da luta contra o invasor batavo.
- (C) o declínio da produção açucareira do nordeste, devido à concorrência do açúcar holandês produzido nas Antilhas.
- (D) o alinhamento de Portugal à França, potência hegemônica da época.
- (E) o abrandamento das restrições do pacto colonial e a concessão de maior liberdade de comércio.

147. (Mackenzie SP) Com a união das coroas de Portugal e Espanha, ocorreu o início do período chamado de União Ibérica (1580-1640). A Holanda, que enfrentou diversas lutas contra a Espanha, exerceu influência direta na colônia portuguesa na América, pois

- (A) passou a pilhar e saquear as feitorias na costa africana dominada pelos espanhóis, interessada no comércio de escravos e de marfim, invadindo, também, as cidades de Santos e Salvador, no Brasil.
- (B) o embargo espanhol representou prejuízos para os interesses holandeses no Brasil, uma vez que participavam do comércio de produtos tropicais nacionais, principalmente do pau-brasil.
- (C) sofria, na época, perseguições religiosas na Europa e retaliações dos católicos residentes em seu país, por isso, seu desejo foi montar uma colônia protestante no Brasil.
- (D) ocupou o nordeste brasileiro para evitar a criação de bases e feitorias espanholas, visando quebrar o monopólio da rota da prata advinda das demais colônias e também minar o prestígio internacional ibérico.
- (E) apoderou-se do nordeste brasileiro e retomou o controle da lucrativa operação de transporte, refino e distribuição comercial do açúcar brasileiro, perdido a partir da União Ibérica.

148. (Ufrs) "Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil e lista de tudo o que o Brasil pode produzir anualmente".

Este título de livro da época nos dá uma visão do espírito que norteou o movimento das invasões holandesas. Sobre estas podemos afirmar que:

- (A) a política de invasões dos holandeses visava restabelecer o protecionismo ao comércio colonial, porque os produtos brasileiros só podiam ser comprados pelos comerciantes espanhóis.

- (B) a criação da Companhia das Índias Ocidentais visava romper o bloqueio econômico português que impedia o livre comércio do açúcar.
  - (C) os planos dos holandeses visavam à reapropriação dos lucros da distribuição e venda do açúcar brasileiro, prejudicados pela dominação filipina sobre Portugal.
  - (D) a hegemonia holandesa já estava estabelecida na Europa e era necessário agora ocupar a área açucareira com trabalhadores livres.
  - (E) os espanhóis, ao dominarem o Brasil, pretendiam desenvolver uma colonização fora do sistema mercantilista, e isto era lesivo aos interesses da Companhia das Índias Ocidentais.
149. (Cesgranrio) No século XVII, as invasões do nordeste brasileiro pelos holandeses estavam relacionadas às mudanças do equilíbrio comercial entre os países europeus porque:
- (A) a Holanda apoiava a união das monarquias ibéricas.
  - (B) a aproximação entre Portugal e Holanda era uma forma de os lusos se liberarem da dependência inglesa.
  - (C) as Companhias das Índias Orientais e Ocidentais monopolizavam o escambo do pau-brasil.
  - (D) os holandeses tinham grandes interesses no comércio do açúcar.
  - (E) Portugal era tradicionalmente rival dos holandeses nas guerras europeias.
150. (Mackenzie) Durante a União Ibérica, Portugal foi envolvido em sérios conflitos com outras nações européias. Tais fatos trouxeram como consequências para o Brasil Colônia:
- (A) as invasões holandesas no nordeste e o declínio da economia açucareira após a expulsão dos invasores.
  - (B) o fortalecimento político e militar de Portugal e colônias, devido ao apoio espanhol.
  - (C) a redução do território colonial e o fracasso da expansão bandeirante para além de Tordesilhas.
  - (D) a total transformação das estruturas administrativas e a extinção das Câmaras Municipais.
  - (E) o crescimento do mercado exportador em virtude da paz internacional e das alianças entre Espanha, Holanda e Inglaterra.
151. (Fgv) Com relação ao domínio holandês no Brasil, no período colonial, pode-se afirmar que:
- (A) os limites das suas conquistas ficaram restritos a Pernambuco, então a Capitania que mais produzia açúcar na Colônia;
  - (B) o governo de Nassau, de acordo com a Companhia das Índias Ocidentais, procurou, juntamente com os produtores locais, incrementar ainda mais a produção do açúcar;
  - (C) a partir de suas bases no Nordeste, os holandeses ampliaram o raio da sua dominação, chegando, em 1645, a conquistar a Amazônia peruana;
  - (D) oriundo de uma Holanda dividida pelas guerras de religião, o protestante Nassau fez do seu governo, em Pernambuco, um regime teocrático de protestantismo radical;
  - (E) nas regiões que dominaram, os holandeses transformaram a economia numa atividade igualmente lucrativa para Portugal e Espanha.
152. (FGV) Sobre a conquista holandesa do Nordeste brasileiro, no período colonial, é correto afirmar:
- (A) Os conflitos entre portugueses e holandeses devem ser compreendidos no contexto da União Ibérica (1580-1640) e da separação das Províncias Unidas do Império Habsburgo.
  - (B) A ocupação das áreas de plantio de cana obrigou os holandeses a intensificarem a escravização dos indígenas, uma vez que não possuíam bases no continente africano.
  - (C) Estabelecidos em Pernambuco, os holandeses empreenderam uma forte perseguição aos judeus e católicos ali residentes e fortaleceram a difusão do protestantismo no Brasil colonial.
  - (D) A administração de Maurício de Nassau foi caracterizada pelo pragmatismo e pela desmontagem do grande centro de artistas e letrados organizado pelas autoridades portuguesas em Olinda.
  - (E) Os holandeses implementaram uma nova e eficiente estrutura produtiva baseada em pequenas e médias propriedades familiares, que se diferenciava das antigas plantations escravistas.
153. (Uff) O domínio holandês no Brasil, sobretudo no governo de Maurício de Nassau, foi marcado por grande desenvolvimento cultural e artístico. Tal processo pode ser relacionado a características peculiares da República das Províncias Unidas no século XVII.

Relativamente a este momento histórico é INCORRETO afirmar:

- (A) A assimilação da arte, identificada mais fortemente na produção artística de Rembrandt, testemunhou o poderio da burguesia holandesa do período.
- (B) Os holandeses viviam numa república descentralizada que encorajava não só a eficiência económica, como também o florescimento das artes e ciências.
- (C) O calvinismo foi o fator determinante para o desenvolvimento do capitalismo holandês.
- (D) A cultura holandesa era mais receptiva às inovações, assim como os elementos estrangeiros.
- (E) A inexistência de uma corte contribuiu para que a burguesia holandesa não assimilasse, mais efetivamente, o consumismo exacerbado ditado pelos padrões culturais europeus.

154. (UEFS BA) Os holandeses [...] não eram, nem de longe, os hereges e os bichos-papões dos quais tanto se ouvia falar mal. Muito pelo contrário. Eram uma gente perseverante e trabalhadora, que construía sua pátria domando rios, drenando lagos, escavando canais, erguendo paisagens imensas e tomando terras ao Mar do Norte. Um povo destemido, que lutava contra os espanhóis pela independência [...] e, ainda assim, entre uma batalha e outra, havia construído a nação mais próspera do mundo cristão.

Sei pouco sobre essas gentes — comentou em tom de mal disfarçado despeito Dom Álvaro de Abranches, um capitão da infantaria. — Deve de ser um país bem grande, imagino eu.

— Muito pelo contrário, companheiro — garantiu Dom Diogo, naquele sorriso vaidoso dos viajados

— É até bem pequeno. Um pouquinho menor do que Portugal. E lá ninguém passa fome; quase toda a gente sabe ler e escrever... É o povo mais rico e feliz que conheço. (RORIZ, 2006, p.130-131).

O texto, de ficção, traça um perfil otimista dos holandeses no século XVII, cuja prosperidade na história relaciona-se com:

- (A) a exploração colonial na costa oeste da América do Norte, o que lhes dava acesso à navegação no oceano Pacífico.
- (B) o combate às heresias, através das quais os judeus e os protestantes buscavam resistir às leis que predominavam nos Países Baixos.
- (C) uma economia mercantil baseada na navegação comercial e na parceria entre o Estado e as Companhias de Comércio.
- (D) a proteção económica que passaram a receber de Portugal, após as guerras de independência que travaram contra a Espanha.
- (E) o apoio recebido pela Igreja Católica no combate ao luteranismo e ao calvinismo, que se espalhavam pelo país, provocando lutas internas e desequilibrando a economia local.

155. (UNIMONTES MG) Assinale a alternativa que apresenta elementos que favoreceram, respectivamente, a ocupação holandesa em 1630, em Pernambuco, e sua expulsão em 1654.

- (A) Os interesses económicos holandeses em explorar a região mineradora e as ameaças que tal projeto representou para os interesses espanhóis.
- (B) A necessidade de recuperar os capitais aqui investidos, ameaçados pela União Ibérica, e o endividamento da elite local junto à Cia. das Índias.
- (C) O fracasso dos investimentos na produção açucareira antilhana e o envolvimento holandês, por motivos religiosos, na Guerra dos Sete Anos.
- (D) O interesse em consolidar o monopólio do tráfico negreiro para o Atlântico Sul e as pressões inglesas após o Bill Aberdeen.

156. (UFTM MG) Os holandeses invadiram parte do Nordeste brasileiro no século XVII e, sob Maurício de Nassau (1637-1644), ocorreu o auge desse domínio. A administração de Nassau foi caracterizada:

- (A) pela concessão de créditos aos senhores de engenho e por incentivos à produção cultural, com a vinda de artistas e cientistas.
- (B) por uma política de tolerância religiosa e pela tomada das terras dos colonos portugueses, a fim de assegurar aos holandeses a produção açucareira.
- (C) pela regularização do fornecimento de escravos africanos e pela proibição à participação política dos senhores de engenho.
- (D) pelo aumento dos impostos cobrados aos colonos portugueses e pela modernização dos engenhos de açúcar mediante investimentos.
- (E) pela utilização intensiva de mão de obra escrava indígena e pela política de arrocho colonial, com o reforço do monopólio.

157. (Fatec) Os holandeses permaneceram no Brasil, em Pernambuco, de 1630 até 1654; conquistaram terras, desenvolveram a indústria açucareira e urbanizaram Recife.

É correto afirmar, ainda, que:

- (A) foram traídos por Domingos Fernandes Calabar quando invadiram o Brasil.
- (B) invadiram primeiramente o Rio de Janeiro, onde fundaram o Brasil Holandês, uma colônia totalmente formada por protestantes.
- (C) dominaram grande parte dos senhores de engenho preocupados não só em escravizar os índios para trabalhar na lavoura mas também em destruir o Quilombo de Palmares.
- (D) fundaram o Arraial do Bom Jesus, de onde partiram e dominaram por completo os brasileiros.
- (E) tiveram em Maurício de Nassau a maior figura holandesa no Brasil, pois foi ele quem reorganizou a vida econômica, após ter garantido a ocupação do território.

158. (Uel) Considere as afirmações.

- I. A Companhia das Índias Ocidentais foi criada pelos holandeses, em 1621, com o objetivo de restabelecer, entre outros, o comércio do açúcar no nordeste brasileiro.
- II. A Coroa Ibérica enviou Maurício de Nassau para governar Pernambuco e expulsar os holandeses que tentavam ocupar a região produtora de açúcar em todo o nordeste brasileiro.
- III. Durante a ocupação do nordeste brasileiro, a administração holandesa procurou manter uma política de tolerância em relação às dívidas dos senhores de engenho, que foi rompida a partir de 1644.
- IV. Por serem calvinistas, os holandeses perseguiram principalmente os católicos e judeus, durante o período de sua ocupação na zona produtora de açúcar, no nordeste brasileiro.

Sobre a ocupação holandesa no nordeste brasileiro no século XVII, estão corretas SOMENTE:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

159. (UFRN) No século XVII, os holandeses conquistaram o nordeste da América Portuguesa (Brasil) e imprimiram características próprias a essas áreas coloniais. O apogeu do governo holandês deu-se à época da administração do príncipe João Maurício de Nassau (1637-1644).

Considerando-se o governo de Nassau e comparando-o com a colonização portuguesa, pode-se afirmar que:

- (A) a colonização holandesa aprovava a libertação dos negros, índios e mestiços; ao passo que a colonização portuguesa defendia a escravidão dos negros africanos e dos ameríndios.
- (B) a colonização holandesa permitia a convivência entre protestantes, católicos e judeus; enquanto que a colonização portuguesa proibia a prática de qualquer outra religião que não fosse o catolicismo.
- (C) os holandeses doavam terras de suas colônias para que os homens-bons construíssem os seus engenhos de açúcar; enquanto que a Coroa Portuguesa vendia terras aos senhores de engenhos.
- (D) os holandeses desenvolviam a produção açucareira utilizando o engenho movido a vapor; ao passo que a Coroa Portuguesa expandia sua produção utilizando-se do engenho a tração animal.

160. (Ufpr) Durante a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), as formas de exploração do continente africano sofreram mudanças consideráveis. Sobre esse aspecto, considere as seguintes afirmativas:

- I. O rei de Espanha e Portugal, Felipe II, proibiu os Países Baixos, entre eles a Holanda, de traficar escravos na costa africana. Isso levou os holandeses a fundar a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, com o objetivo de participar do tráfico de escravos para o Novo Mundo.
- II. Os holandeses conquistaram a Costa da Mina e Angola, na costa africana. Apenas Angola foi recuperada pelos portugueses, graças a uma expedição que partiu do Brasil liderada por Salvador de Sá.
- III. Após a conquista da Costa da Mina pelos holandeses, o tráfico de escravos entre o Brasil e aquela região africana praticamente desapareceu.
- IV. A produção do tabaco da Bahia entrou em declínio, uma vez que aquele produto era comercializado essencialmente na Costa da Mina.



- V. Única praça subordinada à administração portuguesa na África, Angola, através de seus portos de Luanda, Cabinda e Benguela, passou a receber mercadorias, sobretudo, como a geritiba (cachaça), que eram trocadas por escravos africanos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) Somente as afirmativas IV e V são verdadeiras.
- (C) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Somente as afirmativas I e V são verdadeiras.

Leia o texto abaixo, para responder o item abaixo.

A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de gradação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça e condição social (...)"

(Schwartz, Stuart B. Segredos Internos.)

161. A partir da análise do fragmento acima e dos conhecimentos sobre as consequências do processo colonial para a formação da sociedade brasileira é correto afirmar que:

- (A) a categoria "raça", no que se refere aos indígenas e negros no Brasil colonial se constituiu em um importante elemento de submissão e dominação cultural e religiosa e, também, de exploração da força de trabalho.
- (B) Os elementos de diferenciação entre raça, cultura e condição social obedeceram, na formação do Brasil colonial, o modelo medieval português que se utilizava dessas categorias em sua organização social.
- (C) A hierarquia gradual dos diversos grupos sociais se constituiu em um importante elemento de formação da sociedade brasileira, a qual diluiu e superou as distinções clássicas de raça, cor e condições sociais.
- (D) As distinções essenciais entre colonizadores, índios e negros no Brasil colonial não consideraram, como o modelo português clássico, a propriedade e o trabalho como elementos do processo de hierarquização social.
- (E) Localizados hierarquicamente no topo da pirâmide social do Brasil colonial, os portugueses promoveram o processo de miscigenação com o objetivo de reduzir a distância social entre brancos, índios e negros – o que resultou em uma sociedade marcada pela convivência democrática e pacífica entre os seus grupos formadores.

162. (Ufu) 'Uti possidetis' é um princípio de direito internacional bastante utilizado desde o século XVIII nas definições dos limites entre territórios vizinhos. Esse princípio reconhece o direito de posse a quem de fato ocupa determinado território.

Considerando o uso desse princípio e a formação territorial do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Espanha e Portugal tiveram poucos conflitos sobre territórios conquistados na América, durante o período colonial, pois suas posses foram definidas por tratados e bulas desde antes da ocupação das terras.
- (B) A expansão territorial da América Portuguesa no século XVII, motivada por fatores econômicos, religiosos e políticos, gerou conflitos com nações europeias. O 'uti possidetis' foi utilizado, por exemplo, para legitimar essas novas posses.
- (C) Os domínios portugueses na América foram ampliados durante a União Ibérica, o que permitiu fixar-se no rio da Prata o limite sul do Brasil, até a separação da Província Cisplatina no século XIX.
- (D) A fixação das fronteiras nacionais do Brasil teve início no século XIX e, nos primeiros anos do século XX, vários problemas de limites foram solucionados pela diplomacia brasileira, apoiando-se no princípio do 'uti possidetis'.

163. (Unesp) A partir de 1750, com os Tratados de Limites, fixou-se a área territorial brasileira, com pequenas diferenças em relação a configuração atual. A expansão geográfica havia rompido os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. No período colonial, os fatores que mais contribuíram para a referida expansão foram:

- (A) criação de gado no vale do São Francisco e desenvolvimento de uma sólida rede urbana.
- (B) apresamento do indígena e constante procura de riquezas minerais.
- (C) cultivo de cana-de-açúcar e expansão da pecuária no Nordeste.
- (D) ação dos donatários das capitanias hereditárias e Guerra dos Emboabas.
- (E) incremento da cultura do algodão e penetração dos jesuítas no Maranhão.

164. (Uel) Em 1703, a Inglaterra impôs a Portugal o Tratado de Methuen que consistia basicamente em:

- (A) exclusividade comercial entre o Brasil e a Inglaterra.
- (B) bloqueio marítimo aos navios de bandeira francesa.

- (C) determinação de ruptura do Pacto Colonial.
- (D) abertura dos mercados ingleses ao vinho português, em troca da abertura dos mercados lusitanos aos tecidos ingleses.
- (E) proibição do comércio franco-espanhol com as colônias portuguesas.

165. (Unifesp) "A substância do Tratado [de Madri, 1750] consiste em concessões mútuas e na partilha de um imenso território despovoado. Nós cedemos a Portugal o que não nos serve e para eles será de grande utilidade; e Portugal nos cede a Colônia e o rio da Prata que não os beneficia e nos destrói".

(Francisco de Auzmendi, oficial maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros da Espanha e partícipe do Tratado.)

Essa interpretação do autor:

- (A) ignora as vantagens que a Espanha obteve com o Tratado, haja vista a tentativa de Portugal reconquistar a região em 1809.
- (B) demonstra a cordialidade existente entre Portugal e Espanha nas disputas pela posse de seus territórios americanos.
- (C) silencia sobre o fato de que o entendimento entre Portugal e Espanha resultava prejudicial para a Inglaterra.
- (D) defende o acordo por ser parte interessada no mesmo, pois foi pago pelo governo português para que a Espanha o aceitasse.
- (E) revela que Portugal e Espanha souberam preservar com muita habilidade seus interesses coloniais no Novo Mundo.

166. A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, em 1777, ocorreu devido ao conflito de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Assinale a proposição CORRETA:

- (A) A invasão na Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis ocorreu depois de um intenso ataque da esquadra espanhola aos fortes existentes na entrada da Baía Sul.
- (B) Com assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a Ilha de Santa Catarina seria devolvida novamente para Portugal e a Colônia do Sacramento ficaria com a Espanha.
- (C) A ocupação espanhola na Ilha de Santa Catarina trouxe para a população local violenta perseguição religiosa.
- (D) O Tratado de Utrecht, assinado no final de 1777, trouxe o fim do conflito e novamente a paz para a Ilha de Santa Catarina.
- (E) Portugal não se preocupou com a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, pois estava intensamente envolvido com as guerras napoleônicas.

167. A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, em 1777, ocorreu devido ao conflito de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Assinale a proposição CORRETA:

- (A) A invasão na Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis ocorreu depois de um intenso ataque da esquadra espanhola aos fortes existentes na entrada da Baía Sul.
- (B) Com assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a Ilha de Santa Catarina seria devolvida novamente para Portugal e a Colônia do Sacramento ficaria com a Espanha.
- (C) A ocupação espanhola na Ilha de Santa Catarina trouxe para a população local violenta perseguição religiosa.
- (D) O Tratado de Utrecht, assinado no final de 1777, trouxe o fim do conflito e novamente a paz para a Ilha de Santa Catarina.
- (E) Portugal não se preocupou com a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, pois estava intensamente envolvido com as guerras napoleônicas.

168. (Ufpi) Algumas décadas depois da chegada de Cabral à América, os portugueses viram-se na necessidade de efetivar a ocupação das suas descobertas territoriais. Sobre o processo de colonização implementado pelos lusitanos na América, podemos afirmar que:

- (A) Foi viabilizado pela descoberta de ouro e diamantes no interior, particularmente, em terras hoje pertencentes aos Estados de Minas Gerais e Goiás.
- (B) Teve, no cultivo da cana para a fabricação de açúcar a ser comercializado no mercado europeu e na utilização do trabalho escravo, fatores centrais.
- (C) Teve, na exploração do pau-brasil, na utilização da mão-de-obra africana e na criação de um sistema colonial centrado na vida urbana, elementos vitais para o sucesso inicial do empreendimento colonial.
- (D) Teve, na Coroa Espanhola e nos mercadores da Nova Lusitânia, parceiros vitais para o êxito do empreendimento.

(E) Só foi efetivamente viabilizado com a unificação da Península Ibérica em 1580.

169. (Puc-rio) A formação do espaço territorial brasileiro resultou de um conjunto de experiências históricas no qual interferiram processos de conquista e colonização, políticas de povoamento, guerras e acordos diplomáticos. Os itens abaixo apresentam algumas dessas experiências:

- I. O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro documento legal a delimitar possessões portuguesas nas Américas.
- II. As bandeiras promovidas por paulistas, no século XVII, promoveram a fundação de vilas e cidades, nas atuais regiões Sudeste e Norte.
- III. Anexada ao território brasileiro, em 1821, a Banda Oriental do Uruguai vai permanecer por poucos anos no Império do Brasil como a Província da Cisplatina.
- IV. O Tratado de Petrópolis (1903) incorporou a região do Acre ao território brasileiro.

Assinale:

- (A) Se somente I, III e IV estão corretos.
- (B) Se somente I, II e IV estão corretos.
- (C) Se somente II, III e IV estão corretos.
- (D) Se somente I e II estão corretos.
- (E) Se todos os itens estão corretos.

170. (Ufes) O processo de expansão da conquista territorial que culminou com a incorporação da Amazônia ao domínio português esteve vinculado a diferentes situações. NÃO faz parte desse contexto o(a):

- (A) iniciativa de colonos que se aventuravam na coleta de recursos naturais da região, como as "drogas do sertão", ou formavam as "tropas de resgate".
- (B) implantação da grande lavoura canavieira com base no latifúndio e no trabalho escravo negro, voltada para o mercado externo.
- (C) conflito entre colonos e missionários, que tinham, a respeito da população indígena, interesses diversificados.
- (D) prática de uma política oficial adotada pela Coroa, que incentivava o movimento expansionista e fazia realizar expedições para o reconhecimento da área.
- (E) ação das Ordens Religiosas que buscavam os indígenas para nucleá-los e catequizá-los, estabelecendo missões ou aldeamentos.

171. (Mackenzie) A partir do século XVII, uma série de fatores provocaram a expansão da colônia e ocupação do interior do Brasil, exceto:

- (A) a pecuária desenvolvida no sertão nordestino e região sul.
- (B) a busca de riquezas minerais liderada pelos bandeirantes de São Paulo.
- (C) a ação missionária dos jesuítas vinculada também à extração de drogas do sertão.
- (D) a União Ibérica, que possibilitou maior liberdade de circulação no território além de Tordesilhas.
- (E) o apoio de jesuítas e índios dos Sete Povos das Missões, confirmando os termos do Tratado de Madri em 1750.

172. Leia atentamente as proposições.

- I. Durante os primeiros tempos da colonização, a ocupação portuguesa na América limitou-se à faixa litorânea.
- II. A ação dos bandeirantes contribuiu para a ocupação do interior do território brasileiro pelos holandeses e ingleses.
- III. A descoberta do ouro trouxe muitas mudanças para o Brasil Colônia, entre elas o surgimento de núcleos urbanos e novos estilos de vida nas regiões de mineração.
- IV. Os bandeirantes sempre tiveram relações cordiais e amistosas com os padres jesuítas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (B) Apenas a proposição IV é verdadeira.
- (C) Apenas a proposição II é verdadeira.
- (D) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas a proposição III é verdadeira.

173. (Ufv) Em finais do século XVI e durante o século XVII, inúmeras expedições percorreram os sertões brasileiros, partindo principalmente da Capitania de São Paulo. Tais expedições ficaram conhecidas como "bandeiras", e seus componentes, "bandeirantes". O objetivo principal das bandeiras era:
- (A) encontrar um novo caminho para as Índias Orientais.
  - (B) abastecer as regiões mineradoras das Minas Gerais.
  - (C) combater as incursões dos colonos espanhóis na fronteira do Rio Grande do Sul.
  - (D) destruir os quilombos de escravos fugidos das grandes fazendas de café.
  - (E) apresar índios e buscar ouro e pedras preciosas.
174. (Unirio) A definição dos limites do Brasil colonial em diversos tratados, durante o século XVIII, foi o resultado político de vários movimentos, dentre os quais se destaca na região sul o(a):
- (A) interesse português no rio da Prata, materializado na fundação da Colônia do Sacramento.
  - (B) necessidade natural de ocupação de novas terras para a "plantation" canavieira.
  - (C) proteção portuguesa aos aldeamentos indígenas, contrariando a política espanhola de escravização do gentio.
  - (D) disputa pela posse das zonas mineradoras na região platina.
  - (E) interferência do Papado na negociação do Tratado de Madri para resguardar as zonas missionárias.
175. A anulação do Tratado de Tordesilhas, e a utilização do princípio "uti possidetis", que determinou que Sacramento ficaria com a Espanha, e Sete Povos das Missões ficaria com Portugal, ocorre mediante assinatura do Tratado de:
- (A) Lisboa (1681)
  - (B) Utrecht (1715)
  - (C) Madri (1750)
  - (D) El Pardo (1761)
  - (E) Santo Ildefonso (1777)
176. (Pucsp) As Bandeiras utilizaram amplamente os rios para penetrar no território brasileiro e atingir regiões distantes do litoral. Entre suas funções, é possível afirmar que:
- (A) estavam intimamente ligadas ao tráfico negreiro e buscavam o interior para vender escravos africanos para aldeias indígenas.
  - (B) opunham-se às tentativas de catequização de índios pelos jesuítas por considerar os índios destituídos de alma.
  - (C) procuravam, a mando da metrópole portuguesa, pedras e metais preciosos no interior do Brasil e no leito dos rios que navegavam.
  - (D) fundavam cidades ao longo dos rios e dos caminhos que percorriam e garantiam, posteriormente, seu abastecimento de alimentos.
  - (E) eram contratadas, por senhores de terras, para perseguir escravos fugitivos e destruir quilombos.
177. (Faap) O Brasil estava sob domínio ibérico de 1580 a 1640. Neste período os criadores de gado e os bandeirantes, que buscavam metais e pedras preciosas, atravessaram a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, incorporando ao território brasileiro:
- (A) Minas Gerais, Amazonas e Pará
  - (B) Ceará, Piauí e Alagoas
  - (C) Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso
  - (D) Maranhão, Pernambuco e Bahia
  - (E) Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
178. (Unirio) A descoberta do Brasil não alterou os rumos da expansão portuguesa voltada prioritariamente para o Oriente, o que explica as características dos primeiros anos da colonização brasileira, entre as quais se inclui o(a):
- (A) caráter militar da ocupação, visando à defesa das rotas atlânticas.
  - (B) escambo com os indígenas, garantindo o baixo custo da exploração.
  - (C) abertura das atividades extrativas da colônia a comerciantes das outras potências européias.
  - (D) migração imediata de expressivos contingentes de europeus e africanos para a ocupação do território.
  - (E) exploração sistemática do interior do continente em busca de metais preciosos.

179. (Fgv) O princípio do "Uti possidetis" esteve presente como base à solução dos conflitos de fronteira entre Portugal e Espanha no século XVIII. O resultado efetivo dessa negociação foi o Tratado de Madri (1750), que definiu, no caso brasileiro, limites territoriais muito próximo dos atuais. Foi o principal articulador desse tratado/princípio:

- (A) Diego de Mendonça Corte Real;
- (B) Francisco Pereira Coutinho;
- (C) Luís Antônio de Sousa;
- (D) Alexandre de Gusmão;
- (E) João VI.

180. (Fgv) O princípio do "Uti possidetis" esteve presente como base à solução dos conflitos de fronteira entre Portugal e Espanha no século XVIII. O resultado efetivo dessa negociação foi o Tratado de Madri (1750), que definiu, no caso brasileiro, limite territorial muito próximo dos atuais. Foi o principal articulador desse tratado/princípio:

- (A) Diego de Mendonça Corte Real;
- (B) Francisco Pereira Coutinho;
- (C) Luís Antônio de Sousa;
- (D) Alexandre de Gusmão;
- (E) João VI

181. (Fgv) Entre os momentos definidores da penetração para além do limite do Tratado de Tordesilhas e a conseqüente expansão territorial do Brasil, no século XVII, estão o/os:

- (A) Tratados de Utrecht e de Madri;
- (B) Tratados de Santo Ildefonso e de Utrecht;
- (C) Tratado de Madri e o ciclo da caça ao índio;
- (D) ciclos de caça ao índio e de sertanismo por contrato;
- (E) Tratado de Madri e o ciclo de sertanismo por contrato.

182. (EsFCEX - 2001) Preencher as lacunas com o nome de um Estado da Federação.

TEXTO

"Acompanhemos este litoral, quase sempre ingrato, de norte a sul, saltando apenas aqueles trechos que já analisamos acima. Um primeiro percurso vai do extremo setentrional da colônia, o rio Oiapoque, ao Araguari; é a famosa região do \_\_\_\_\_, disputada ao Brasil durante séculos por ingleses, holandeses e finalmente franceses, e que se incorporou definitiva e indisputadamente no nosso território em 1899 (12). Formado no seu litoral de terras baixas e alagadiças onde a navegação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível, o \_\_\_\_\_ se conserva praticamente despovoado. Algumas missões franciscanas, ..., tinham estendido para aí a sua catequese dos indígenas no séc. XVII. Seus resultados foram mínimos, se não nulos. Restariam delas, em fins do séc. XVIII, algumas miseráveis e vegetativas aldeias de índios semicivilizados e degenerados."

(Adaptado de: Formação do Brasil Contemporâneo – Caio Prado Júnior – Editora Brasiliense – 6a. edição – 1965 – São Paulo – pág. 37.)

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto VIII.

- (A) Rio Grande do Sul
- (B) Amapá
- (C) Piauí
- (D) Ceará
- (E) Maranhão

183. (EsFCEX - 2003) Durante o Período Colonial, o Tratado de Limites que garantiu maior posse territorial ao Brasil foi o de:

- (A) Tordesilhas.
- (B) Petrópolis.
- (C) Santo Ildefonso.
- (D) Tomar.
- (E) Madri.

184. (EsFCEEx - 2007) Analise as alternativas abaixo sobre os tratados que fixaram as fronteiras coloniais na América, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

1. ( ) O Tratado de Utrecht (1713), assinado entre representantes de Portugal e da França, estabelecia que o rio Oiapoque, no extremo norte da colônia, seria o limite da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.
2. ( ) O Tratado de Badajós (1801) estabelecia que a região dos Sete Povos das Missões ficaria com os portugueses, assim como a colônia do Sacramento.
3. ( ) O Tratado de Madri (1750) determinava que a Portugal e Espanha caberia a posse das terras que ocupavam. O descontentamento entre índios e jesuítas dos aldeamentos dos Sete Povos das Missões gerou luta violenta que ficou conhecida como Guerra Guaranítica.
4. ( ) O Tratado de Santo Ildefonso (1777) estabelecia que a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões ficariam com Portugal que cederia à Espanha terras que haviam sido anexadas ao Rio Grande do Sul.

- (A) V - V - F - F
- (B) V - F - V - F
- (C) F - V - F - V
- (D) F - F - V - V
- (E) V - F - F - F

185. (EsFCEEx - 2010) Sobre a fixação de fronteiras no Brasil colonial, durante o século XVIII, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. O tratado de Santo Ildefonso estabeleceria a concessão portuguesa dos Sete Povos das Missões à França que passou a controlar a região do Rio da Prata.
- II. A delimitação de fronteiras durante o século XVIII foi favorecida pela expansão territorial estimulada pela mineração, pelo bandeirismo, extrativismo e missões católicas.
- III. O Segundo Tratado de Utrecht estabelecia o reconhecimento português do direito espanhol à Colônia do Sacramento.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) Somente III está correta.
- (D) Somente I e II estão corretas.
- (E) Somente I e III estão corretas.

186. Sobre mercantilismo e processo de colonização do Brasil, leia os fragmentos abaixo.

#### Fragmento 1

"O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido. [...] o sistema colonial promovia, ao mesmo tempo acumulação de capitais, por parte dos grupos empresariais, e expansão dos mercados consumidores dos produtos manufaturados. [...] É nesse contexto que se torna possível compreender o modo como se organizaram nas colônias as atividades produtivas [...]."

(NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial)

#### Fragmento 2

"[...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]."

(PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo)

Analisando os fragmentos acima, é correto afirmar:

- (A) Segundo os fragmentos, a colonização do Brasil foi organizada a partir da exploração de recursos naturais, monopólio sobre o comércio e a produção colonial, e sistema de acumulação de riqueza voltado para os interesses de grupos empresariais da metrópole. Podemos considerá-las características do mercantilismo e sistema colonial praticados no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.
- (B) Nos fragmentos apresentados no enunciado da questão, Caio Prado Jr. e Fernando Novais possuem ideias divergentes. Para Fernando Novais, o sentido da colonização do Brasil reside na liberdade de diferentes nações em acumular riquezas a partir do comércio de manufaturas praticado autonomamente no Brasil. Para Caio Prado Jr., a riqueza era resultado apenas da exploração de recursos naturais sem associação de uma vasta empresa comercial.
- (C) O monopólio comercial da colônia pela metrópole não pode ser considerado uma das características da prática do mercantilismo, pois limitaria a expansão do mercado.
- (D) A exploração dos recursos naturais se limitaram apenas ao pau-brasil e minerais preciosos como o ouro, ambos encontrados na natureza. A cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco não devem ser considerados produtos oriundos da exploração dos recursos naturais, pois são produções artificiais resultantes da intervenção humana e trabalho escravo.
- (E) O comércio europeu e os interesses metropolitanos não foram preponderantes para definir o sentido e a forma de produção e exploração colonial no Brasil. As colônias, a exemplo do Brasil e dos E.U.A., por possuírem plena autonomia econômica em relação às metrópoles europeias, formaram Impérios Coloniais com suas próprias metrópoles, como Salvador que foi a sede do Governo Geral no Brasil.

187. Segundo o historiador Fernando Novais, o pacto colonial "define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido".

(NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 47-63.)

Considerando as ideias expostas, é correto afirmar que a exploração açucareira, no nordeste do Brasil Colonial,

- (A) pode ser considerada uma exceção, visto que a montagem do sistema açucareiro atendeu muito mais às condições existentes na colônia do que aos interesses comerciais da metrópole.
- (B) contrariava os objetivos gerais do colonialismo mercantilista, uma vez que grande parte dos lucros obtidos com a comercialização do açúcar era apropriada pelos senhores de engenho, em detrimento da burguesia mercantil metropolitana.
- (C) seguiu a lógica particular do colonialismo português de obter lucros elevados mediante a redução nos custos da produção, razão pela qual o açúcar foi o produto escolhido, visto que essa atividade exigia investimentos iniciais bastante modestos.
- (D) atendeu plenamente à lógica mercantilista dos empreendimentos coloniais, promovendo uma atividade apoiada no tripé – latifúndio, monocultura e escravidão africana – altamente lucrativa e que contribuía para a acumulação de capitais na metrópole.
- (E) foi coerente com os quadros gerais do sistema colonial no que diz respeito ao produto, muito valorizado nos mercados internacionais, mas não no tocante ao uso de mão de obra africana, visto que a mão de obra indígena era mais abundante e barata.

188. (Faap) A colonização portuguesa no Brasil é caracterizada por uma ampla empresa mercantil. É o próprio Estado metropolitano que, em conjugação com as novas forças sociais produtoras, ou seja, a burguesia comercial, assume o caráter da colonização das terras brasileiras. A partir daí os dois elementos - Estado e burguesia - passam a ser os agenciadores coloniais e, assim, a política definida com relação à colonização é efetivada através de alguns elementos básicos que se seguem: dentre eles apenas um não corresponde ao exposto no texto; assinale-o.

- (A) a preocupação básica será a de resguardar a área do Império Colonial face às demais potências europeias.
- (B) o caráter político da administração se fará a partir da Metrópole e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo.
- (C) o vértice definidor, reside no monopólio comercial.
- (D) a função histórica das Colônias será proeminente no sentido de acelerar a acumulação do capital comercial pela burguesia mercantil europeia.



(E) a produção gerada dentro das Colônias estimula o seu desenvolvimento e atende às necessidades de seu mercado interno.

189. (Ufes) A organização da agromanufatura açucareira no Brasil Colônia está ligada ao sentido geral da colonização portuguesa, cuja dinâmica estava baseada na:

- (A) pesada carga de taxas e impostos sobre o trabalho livre, com o objetivo de isentar de tributos o trabalho escravo.
- (B) unidade produtiva voltada para a mobilidade mercantil interna, ampliada pelo desenvolvimento de atividades artesanais, industriais e comerciais.
- (C) estrutura de produção, que objetivava a urbanização e a criação de maior espaço para os homens livres da colônia.
- (D) pequena empresa, que procurava viabilizar a produção açucareira apenas para o mercado interno.
- (E) propriedade latifundiária escravista, para atender aos interesses da Metrópole Portuguesa de garantir a produção de açúcar em larga escala para o comércio externo.

190. (Ufpe) Na opinião do historiador Caio Prado Jr., todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo sentido. Este se percebe, não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais...

Assinale a alternativa que corresponde ao "sentido" da colonização portuguesa no Brasil.

- (A) A colonização se estabeleceu dentro dos padrões de povoamento e expansão religiosa.
- (B) A colonização foi um fato isolado, portanto, uma aventura que não teve continuidade.
- (C) A colonização foi o resultado da expansão marítima dos países da Europa e, desde o início, constituiu-se numa sociedade de europeus sem nenhuma miscigenação.
- (D) A colonização se realizou no "sentido" de uma vasta empresa comercial para fornecer ao mercado internacional açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e outros produtos.
- (E) A colonização portuguesa teve, desde cedo, o objetivo de criar um mercado nacional no Brasil.

191. (Unesp) O tráfico de negros escravos para o Brasil Colônia representou:

- (A) certa lucratividade para a Metrópole portuguesa, favorecendo a acumulação de capitais.
- (B) prejuízos à Metrópole lusitana pela não adaptação do negro ao trabalho agrícola.
- (C) a possibilidade da exportação de índios para a Europa na condição de escravos domésticos.
- (D) incentivo ao crescimento do mercado interno e à criação de um parque manufatureiro.
- (E) maior estímulo à agricultura de subsistência em prejuízo dos produtos agrícolas exportáveis.

192. "A atividade colonizadora dos povos europeus na época moderna, inaugurada com a ocupação e utilização das ilhas atlânticas, e logo desenvolvida em larga escala com o povoamento e valorização econômica da América, distingue-se da empresa de exploração comercial, a qual desde o século XV os portugueses já vinham realizando, nos numerosos entrepostos do litoral atlântico-africano e no mundo indiano."

(NOVAIS, Fernando A. Brasil em Perspectiva)

A formação de toda a estrutura do Brasil colonial esteve condicionada aos interesses ligados à expansão comercial e colonial europeia na época moderna. A respeito do funcionamento do Antigo Sistema Colonial e do posicionamento do Brasil nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o sistema de colonização empreendido pelos Estados europeus retardou o processo de fortalecimento político-econômico das potências, por ter desviado recursos internos para desenvolver a exploração ultramarina.
- (B) os interesses da alta nobreza e da burguesia portuguesa não entraram em choque no quadro da expansão ultramarina, pois ambas defendiam o projeto de alargar os domínios da fé cristã nos novos territórios.
- (C) no Brasil, como nos entrepostos africanos e asiáticos sob o domínio lusitano, a atividade econômica dos europeus abrangia, além da circulação de mercadorias, também o âmbito da produção.
- (D) o funcionamento do antigo sistema colonial, parte integrante da expansão mercantil da Europa, era regulado pelos interesses da alta nobreza, fortalecida, no caso do Brasil, com a aquisição das melhores capitânicas hereditárias.
- (E) o monopólio do comércio das colônias pela metrópole era vital para o sistema colonial, e a preservação desse privilégio foi seguida de medidas para resguardar as áreas coloniais da cobiça por parte das demais nações europeias.

193. (Cesgranrio) Com a expansão marítima dos séculos XV/XVI, os países ibéricos desenvolveram a ideia de "império ultramarino" significando:

- (A) a ocupação de pontos estratégicos e o domínio das rotas marítimas, a fim de assegurar a acumulação do capital mercantil;
- (B) o estabelecimento das regras que definem o Sistema Colonial nas relações entre as metrópoles e as demais áreas do "império" para estabelecer as ideias de liberdade comercial;
- (C) a integração econômica entre várias partes de cada "império" através do comércio intercolonial e da livre circulação dos indivíduos;
- (D) a projeção da autoridade soberana e centralizadora das respectivas coroas e sobre tudo e todos situados no interior desse "império";
- (E) a junção da autoridade temporal com a espiritual através da criação do Império da Cristandade.
194. (Cesgranrio) A política colonizadora portuguesa, voltada para a obtenção de lucros do monopólio na esfera mercantil, tinha como principal área de produção:
- (A) a implantação da grande lavoura tropical, de base escravista e latifundiária caracterizada pela diversidade de produtos cultivados e presença de minifúndios e latifúndios;
- (B) o "exclusivo colonial", que subordinava os interesses da produção agrícola aos objetivos mercantis da Coroa e dos grandes comerciantes metropolitanos;
- (C) a agricultura de subsistência, baseada em pequenas e médias propriedades, utilizando mão-de-obra indígena;
- (D) a integração agropastoril, destinada ao abastecimento do mercado interno colonial, sobretudo ao do metropolitano;
- (E) a criação de Companhias Cooperativas envolvidas com a produção de tecidos e demais gêneros ligados ao consumo caseiro.
195. (Mackenzie) A riqueza produzida pela mineração trouxe poucos benefícios de caráter permanente à economia luso-brasileira, porque:
- (A) a rígida estrutura escravista da zona do ouro não permitiu alforrias e mobilidade social.
- (B) o mercado interno não se desenvolveu mantendo-se a situação de ilhas econômicas.
- (C) o contrabando e a voracidade do fisco português não podem ser considerados fatores que colaboraram para este resultado.
- (D) a região não atraiu mão-de-obra da metrópole, ocorrendo um povoamento disperso e pouca vida urbana.
- (E) a dependência econômica de Portugal, em relação à Inglaterra configurada no Tratado de Methuen, transferiu para este país grande parte do ouro explorado.
196. A crise do sistema colonial gerou uma série de rebeliões, as quais refletiam as contradições internas e a ruptura de interesses entre Metrópole e Colônia. Nesse quadro, está inserida a Inconfidência Mineira. Sobre o referido movimento, podemos afirmar:
- (A) Que ocorreu em 1720, em Vila Rica, e que foi capitaneada por dois líderes revolucionários: Filipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier.
- (B) Que tinha como principal objetivo o fim da escravidão negra no Brasil, assim como, a implantação de um Governo Imperial absolutista, nos moldes do antigo regime.
- (C) Que teve profundas raízes populares, arregimentando grande quantidade de pessoas contra a dominação portuguesa.
- (D) Que foi um movimento muito influenciado pelas ideias liberais, presentes na Europa naquele momento, e pelo recente movimento de independência das treze colônias inglesas na América do Norte.
- (E) Que tinha como objetivo central a busca da unidade territorial de todas as colônias portuguesas na América.
197. (Curso Cidade) Sobre o movimento da Inconfidência Mineira, seu contexto e características, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.
- I. No contexto de exploração do ouro, a Coroa tratou de garantir sua parte nas riquezas através de impostos: o do Quinto, por meio do qual a quinta parte do ouro encontrado competia à Coroa; o sistema de Capitação, que exigia o pagamento do ouro pelo número de cabeças que trabalhassem nas minas; o sistema de Quota Fixa, que era o pagamento em ouro, devido à Coroa, numa base de 25 arrobas por ano.
- II. A Conjuração Mineira, cujos conspiradores desejavam a independência do Brasil, foi um movimento que não chegou a se realizar, mas que teve importância pelas ideias avançadas que apresentou na época, tais como defesa em torno da

indústria e a independência em torno de um projeto republicano. Também defenderam o serviço militar obrigatório e a possibilidade de prêmios para as mães que tivesse muitos filhos na capitania.

- III. Uma das estratégias do governo da capitania de Minas para dismantelar o movimento dos inconfidentes foi a suspensão da derrama. Esta, por sua vez, constituía-se de um sistema de cobrança de impostos atrasados que atingia a todos os moradores da região das Minas Gerais; além dos mineradores, também os comerciantes, agricultores e todos aqueles que tivessem no local qualquer ramo de negócio.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I, II e III

198. (Curso Cidade) Sobre a Inconfidência Mineira e seu contexto histórico, analise as afirmativas e marque a opção correta.

- I. Nas últimas décadas do século XVIII, a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua de produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto.
- II. Do ponto de vista do trabalho escravo, os inconfidentes estabeleceram um consenso quanto à emancipação dos cativos: a mesma, seria imediata o que propiciaria uma adesão de segmentos populares, dando força ao movimento.
- III. O entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses, em 1782. Cunha Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, o próprio Tiradentes se viu prejudicado, ao perder o comando do destacamento dos Dragões que patrulhava estratégica estrada da serra da Mantiqueira.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente I e III

199. (FEI) Sobre o período colonial brasileiro, podemos afirmar que:

- I. Foi marcado por um rígido controle da economia por parte da metrópole portuguesa.
- II. Teve na produção de açúcar no Nordeste e na mineração no Sudeste as duas principais fontes de riqueza coloniais.
- III. Caracterizou-se pelo estabelecimento de um modelo agrário baseado na produção diversificada de gêneros agrícolas em pequenas propriedades.

- (A) apenas I está correta
- (B) I e III estão corretas
- (C) II e III estão corretas
- (D) apenas II está correta
- (E) I e II estão corretas

200. (UFSM) "O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido."

(NOIVAS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme(org.). BRASIL EM PERSPECTIVA. São Paulo: Difel.)

O texto expressa a situação do Brasil no chamado Pacto Colonial. Sobre isso, pode-se dizer que:

- (A) a colonização do Brasil se inseriu nos quadros da expansão imperialista mundial e constituiu um importante pilar de sustentação do Estado colonial.
- (B) a colonização foi, em sua essência, motivada pelo interesse do Estado e dos grupos dominantes em adquirir e acumular metais preciosos e terras e em conquistar mercados.

- (C) o pacto transformava a economia colonial numa economia central cuja função era gerar riquezas para a economia periférica metropolitana.
- (D) o pacto favorecia os senhores feudais da metrópole que, recebendo dos colonos os privilégios do monopólio, apropriavam-se do extraordinário lucro gerado pela industrialização das colônias.
- (E) a colônia era estimulada a produzir mercadorias manufaturadas, o que promovia o desenvolvimento do mercado interno e a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil nacional.

201. (Curso Cidade) Sobre o a Conjuração Baiana, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta

- I. A Conjuração Baiana, também conhecida como "Conjuração dos Alfaiates", foi caracterizada pela participação de artesãos, soldados e trabalhadores negros e mulatos, e mesmo alguns escravos.
- II. As influências dos ideais da Revolução Francesa eram claras e deram uma tônica radical ao movimento que defendiam a abolição da escravidão, a liberdade de comércio e a República.
- III. A Conjuração Baiana esteve vinculada a uma conjuntura de alta de preços insuficientemente acompanhada pelos salários, causando forte mal-estar popular em Salvador.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e III
- (E) I, II e III

202. (Curso Cidade)Do ponto de vista social, a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana se diferenciaram, pois:

- (A) enquanto a primeira apresentou um forte caráter elitista e escravocrata, a segunda foi um movimento fortemente marcado pela ação das camadas populares e de cunho abolicionista.
- (B) embora ambas tenham lutado pela independência do Brasil e pela abolição da escravatura, a Inconfidência Mineira possuía um caráter menos elitista do que a Conjuração Baiana.
- (C) se por um lado os dois movimentos eram elitistas e foram inspirados no êxito da Revolução Francesa, por outro, somente a Conjuração Baiana era verdadeiramente abolicionista e republicana.
- (D) somente a Inconfidência Mineira, pelo fato de ser inspirada nos ideais do pensamento iluminista, pregava a igualdade de direitos sociais e, conseqüentemente, o fim da escravidão.
- (E) de certo modo, defendiam interesses distintos, afinal, enquanto a primeira lutava pela liberdade de toda a população brasileira, a segunda lutava apenas em defesa dos senhores de escravos da Bahia.

203. (Unesp) Os preços dos produtos da colônia portuguesa da América, o Brasil, caíram sensivelmente na segunda metade do século XVII. De 1659 a 1688, houve uma queda de 41% no preço do açúcar; já o preço do tabaco encolheu 65% de 1668 a 1688. A diminuição dos preços destes produtos coloniais produziu uma crise no comércio português. Na primeira metade do século XVIII, o déficit da balança comercial portuguesa foi compensado:

- (A) pela extinção dos monopólios estatais sobre produtos coloniais e pela suspensão do regime metropolitano do exclusivo colonial.
- (B) pela entrega do nordeste brasileiro à Holanda e pelo incentivo à criação de gado nas regiões sul e sudeste da colônia.
- (C) pela implantação de indústrias na colônia do Brasil e pela intensificação do comércio de especiarias com o Oriente.
- (D) pela diminuição da exploração social, com o aumento dos salários dos operários, e o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores.
- (E) pelo estímulo governamental ao desenvolvimento de manufaturas no reino e pelo volume crescente da produção aurífera no Brasil.

204. (Ufv) O sistema de colonização introduzido no Brasil pelos portugueses baseou-se fundamentalmente:

- (A) no monopólio do comércio pelo Estado português, assegurando, assim, a máxima lucratividade para os empresários metropolitanos.
- (B) no desenvolvimento de produtos tropicais para satisfação do mercado interno consumidor.
- (C) na exploração econômica da terra, com sua divisão em pequenos lotes chamados de feitorias.
- (D) no povoamento da terra pelos excedentes demográficos da Europa, semelhante ao esforço colonizador empreendido nas Américas.

- (E) no trabalho da mão-de-obra europeia assalariada, para garantir a maior produtividade da área plantada e atender aos interesses da colônia.
205. (Mackenzie) Duas atividades econômicas destacaram-se durante o período colonial brasileiro: a açucareira e a mineração. Com relação a essas atividades econômicas, é correto afirmar que:
- (A) na atividade açucareira, prevalecia o latifúndio e a ruralização, a mineração favorecia a urbanização e a expansão do mercado interno.
  - (B) o trabalho escravo era predominante na atividade açucareira e o assalariado na mineradora.
  - (C) o ouro do Brasil foi para a Holanda e os lucros do açúcar serviram para a acumulação de capitais ingleses.
  - (D) geraram movimentos nativistas como a Guerra dos Emboabas e a Revolução Farroupilha.
  - (E) favoreceram o abastecimento de gêneros de primeira necessidade para os colonos e o desenvolvimento de uma economia independente da Metrópole.
206. (Ufrn) A Guerra dos Emboabas, a dos Mascates e a Revolta de Vila Rica, verificadas nas primeiras décadas do século XVIII, podem ser caracterizadas como:
- (A) movimentos isolados em defesa de ideias liberais, nas diversas capitanias, com a intenção de se criarem governos republicanos.
  - (B) movimentos de defesa das terras brasileiras, que resultaram num sentimento nacionalista, visando à independência política.
  - (C) manifestações de rebeldia localizadas, que contestavam aspectos da política econômica de dominação do governo português.
  - (D) manifestações das camadas populares das regiões envolvidas, contra as elites locais, negando a autoridade do governo metropolitano.
207. (Cesgranrio) A colonização brasileira foi sempre marcada por confrontos que refletiam a diversidade de interesses presentes na sociedade colonial como pode ser observado nos(as):
- (A) conflitos internos, sem conteúdo emancipacionista, como as Guerras dos Emboabas e dos Mascates.
  - (B) ideais monárquicos e democráticos defendidos pelos mineradores e agricultores na Conjuração Mineira.
  - (C) projetos imperiais adotados pela Revolução Pernambucana de 1817 por influência da burocracia lusitana.
  - (D) reações contrárias aos monopólios, como na Conjuração Baiana, organizada pelos comerciantes locais.
  - (E) características nacionalistas de todos os movimentos ocorridos no período colonial, como nas Revoltas do Rio de Janeiro e de Beckman.
208. (Fuvest) A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710, deveu-se:
- (A) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses.
  - (B) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses.
  - (C) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão-de-obra escrava.
  - (D) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores.
  - (E) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.
209. (Unesp) "E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras".

(André João Antonil. "Cultura e opulência do Brasil", 1711.)

No trecho transcrito, o autor denuncia:

- (A) a corrupção dos proprietários de lavras no desvio de ouro em seu próprio benefício e na compra de escravos.
- (B) a transferência do ouro brasileiro para outros países em decorrência de acordos comerciais internacionais de Portugal.
- (C) o prejuízo para o desenvolvimento interno da colônia e da metrópole gerado pelo contrabando de ouro brasileiro.

- (D) o controle do ouro por funcionários reais preocupados em esbanjar dinheiro e dominar o poder local.
- (E) a ausência de controle fiscal português no Brasil e o desvio de ouro para o exterior pelos escravos e mineradores ingleses.

210. (Fgv) Antunes voltou ao capão e transmitiu a seus companheiros as promessas de Bento. Os paulistas saíram dos matos aos poucos, depondo as armas. Muitos não passavam de meninos; outros eram bastante velhos. Sujos, magros, cambaleavam, apoiavam-se em seus companheiros. Estendiam a mão, ajoelhados, suplicando por água e comida. Bento fez com que os paulistas se reunissem numa clareira para receber água e comida. Os emboabas saíram da circunvalação, formando-se em torno dos prisioneiros. Bento deu ordem de fogo. Os paulistas que não morreram pelos tiros foram sacrificados a golpes de espada.

(Ana Miranda, "O retrato do rei")

O texto trata do chamado Capão da Traição, episódio que faz parte da Guerra dos Emboabas, que se constituiu:

- (A) em um conflito opondo paulistas e forasteiros pelo controle das áreas de mineração e tensões relacionadas com o comércio e a especulação de artigos de consumo como a carne de gado, controlada pelos forasteiros.
- (B) em uma rebelião envolvendo senhores de minas de regiões distantes dos maiores centros - como Vila Rica - que não aceitavam a legislação portuguesa referente à distribuição das datas e a cobrança do dízimo.
- (C) no primeiro movimento colonial organizado que tinha como principal objetivo separar a região das Minas Gerais do domínio do Rio de Janeiro, assim como da metrópole portuguesa, e que teve a participação de escravos.
- (D) no mais importante movimento nativista da segunda metade do século XVIII, que envolveu índios cativos, escravos africanos e pequenos mineradores e faiscadores contra a criação das Casas de Fundição.
- (E) na primeira rebelião ligada aos princípios do liberalismo, pois defendia reformas nas práticas coloniais e exigia que qualquer aumento nos tributos tivesse a garantia de representação política para os colonos.

211. (Ufrs) A seguir, na coluna I, são citadas seis revoltas ocorridas durante o período colonial brasileiro. Na coluna II, são apresentadas as motivações de quatro daquelas revoltas.

Inconfidência Mineira	Insatisfação da comunidade mercantil recifense com o domínio político dos senhores de engenho olindenses.
Revolta de Beckman	Proibição da circulação de ouro em pó na região mineira e criação das Casas de Fundição.
Guerra dos Emboabas	Criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e oposição dos jesuítas à utilização da mão de obra indígena pelos colonos.
Guerra dos Mascates	Insatisfação dos colonos com a tentativa de monopolização das minas auríferas pelos paulistas.
Revolta de Filipe dos Santos	
Inconfidência Baiana	

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 4 - 5 - 2 - 3.
- (B) 1 - 2 - 3 - 6.
- (C) 5 - 1 - 2 - 4.
- (D) 3 - 2 - 6 - 5.
- (E) 4 - 1 - 3 - 6.

212. (Fatec) No século XVIII, a colônia Brasil passou por vários conflitos internos.

Entre eles temos a:

- (A) Guerra dos Emboabas, luta entre paulistas e gaúchos pelo controle da região das Minas Gerais. Essa guerra impediu a entrada dos forasteiros nas terras paulistas e manteve o controle da capitania de São Paulo sobre a mineração.
- (B) Revolta Liberal, tentativa de reagir ao avanço conservador da monarquia portuguesa, que usava de seus símbolos monárquicos e das baionetas do Exército da Guarda Nacional, como forma de cooptar e intimidar os colonos portugueses.

- (C) Revolta de Filipe dos Santos, levante ocorrido em Vila Rica e liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos. O motivo foi a cobrança do quinto, a quinta parte do ouro fundido pelas Casas de Fundição controladas pelo poder imperial.
- (D) Farroupilha, revolta que defendia a proclamação da República Rio-Grandense (República dos Farrapos) como forma de obter liberdades políticas, fim dos tributos coloniais e proibição da importação do charque argentino.
- (E) Cabanagem, movimento de elite dirigido por padres, militares e proprietários rurais, que propunham a proclamação da república como forma de combater o controle econômico exercido pelos comerciantes portugueses.

213. (Ufpel) "No decorrer do período colonial no Brasil os interesses entre metropolitanos e colonos foram se ampliando.

O descontentamento se agravou quando, a 1<sup>a</sup> de abril de 1680, a Coroa estabeleceu a liberdade incondicional dos indígenas, proibindo taxativamente que fossem escravizados. Além disso confiou-os aos jesuítas, que passaram a ter a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Visando solucionar o problema da mão-de-obra para as atividades agrícolas do Maranhão, o governo criou a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (1682).

Durante vinte anos, a Companhia teria o monopólio do comércio importador e exportador do Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Cabia-lhe fornecer dez mil escravos africanos negros, à razão de quinhentos por ano, durante o período da concessão outorgada."

(AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al.]. "Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais". 3<sup>o</sup> ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.)

Pelos elementos mercantilistas, geográficos e cronológicos, o conflito inferido do texto foi a Revolta:

- (A) dos Emboabas.
- (B) dos Mascates.
- (C) de Amador Bueno.
- (D) de Filipe dos Santos.
- (E) de Beckman.

214. Leia atentamente as seguintes afirmações sobre a chamada "Inconfidência Mineira":

- I. A Inconfidência Mineira foi um movimento de contestação à Coroa Portuguesa, em função do aumento de impostos sobre o açúcar, principal produto de Minas Gerais no século XVIII.
- II. Predominava entre os inconfidentes a ideia de se criar uma república.
- III. Dos inconfidentes, apenas Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi morto; a maioria foi condenada à prisão e ao degredo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (C) Todas as proposições são verdadeiras.
- (D) Apenas a proposição I é verdadeira.
- (E) Nenhuma proposição é verdadeira.

215. (Unifesp) "Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias... a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios".

(Manuel Beckman, 1684.)

As duas principais reivindicações do líder da Revolta que leva seu nome são:

- (A) a revogação do monopólio da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão e a expulsão dos jesuítas que se opunham à escravidão indígena.
- (B) a saída dos portugueses do Grão Pará e Maranhão e a supressão dos aldeamentos indígenas, que monopolizavam as chamadas "drogas do sertão".
- (C) a repressão ao contrabando estrangeiro, que prejudicava os negócios dos atacadistas portugueses, e a liberdade para importar escravos negros.
- (D) a expulsão dos holandeses do Nordeste, que monopolizavam o comércio do açúcar, e a reedição da guerra justa, que proibia a escravidão indígena.



- (E) a revogação do monopólio comercial da Metrópole sobre o Norte e Nordeste da colônia e a proibição para importar escravos negros.

216. (Uece) "Cada hum soldado he cidadão mormente os homens pardos e pretos que vivem escornados, e abandonados, todos serão iguaes, não haverá diferença, só haverá liberdade, igualdade e fraternidade."

(Manifesto dirigido ao "Poderoso e Magnífico Povo Bahiense Republicano", em 1798. Cit. por NEVES, Joana e NADAI, Elza. HISTÓRIA DO BRASIL. DA COLÔNIA À REPÚBLICA. 13• ed. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 119.)

Assinale a opção que melhor expressa as diferenças entre a Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira:

- (A) os mineiros eram mais radicais do que os baianos com relação à escravidão, pois defendiam não só liberdade dos negros mas sua participação no governo.
- (B) enquanto em Minas os revoltosos evitavam tocar em questões delicadas como a escravidão, na Bahia a influência da Revolução Francesa era mais marcante.
- (C) a revolta na Bahia foi liderada e apoiada por setores instruídos da população, o que ditou seu tom mais moderado, mas em Minas a população pobre foi às ruas e expulsou as lideranças conciliadoras.
- (D) a influência da Independência dos EUA foi mais intensa na revolta baiana, enquanto que, em Minas, a presença dos ideais franceses foi mais forte.

217. (Uel) A Inconfidência Mineira foi uma conspiração que ocorreu em Vila Rica, hoje Ouro Preto, com caráter separatista. Sobre esse movimento é correto afirmar que:

- (A) "foi um mero sintoma da generalização do pensamento socialista que vai explodir na geração seguinte. Apesar de sua existência efêmera representou um marco de resistência colonial contra a opressão metropolitana..."
- (B) "inspirada nos ideais revolucionários franceses, visava à igualdade social, liberdade de comércio, trabalho livre e fim das distinções de raça e de cor."
- (C) "o movimento reflete o clima de tensão social e política vivida na região. Foi nesta região que se desenvolveu a maioria das sociedades secretas que divulgaram os ideais revolucionários de liberdade."
- (D) "foi um movimento que abortou antes de se iniciar, mas que mostrou um sintoma de desagregação do Império português na América. Embora não tenha recebido influência direta da Revolução Francesa os ideais iluministas e liberais estavam presentes no movimento."
- (E) "defendendo o federalismo, os insurretos pretendiam proclamar a independência e organizar o governo com base nos princípios de soberania popular e participação das camadas mais pobres nas decisões políticas".

218. (Mackenzie) "A coalizão de magnatas comprometidos com a revolução mineira não era monolítica, tendo na multiplicidade de motivações e de elementos envolvidos uma debilidade potencial. Os magnatas esperavam alcançar seus objetivos sob cobertura de um levante popular".

(Kenneth Maxwell - "A devassa da devassa").

Assinale a interpretação correta sobre o texto referente à Inconfidência Mineira.

- (A) A Inconfidência Mineira era um movimento de elite, com propostas sociais indefinidas e que pretendia usar a derrama como pretexto para o levante popular.
- (B) O movimento mineiro tinha sólido apoio popular e eclodiria com a adesão dos dragões: a polícia local.
- (C) Os envolvidos não tinham motivos pessoais para aderir à revolta, articulada em todo o país através de seus líderes.
- (D) A conspiração entrou na fase da luta armada, sendo derrotada por tropas metropolitanas.
- (E) A segurança perfeita e o sigilo do movimento impediram que delatores denunciassem a revolta ao governo.

219. (Mackenzie) O fato de ser alferes influiu para transformar-me em conspirador, levado a tanto que fui pelas injustiças que sofri, preterido sempre nas promoções a que tinha direito. Uni minhas amarguras às do povo, que eram maiores, e foi assim que a ideia de libertação tomou conta de mim.

(Tiradentes)

As razões da insatisfação do alferes e do povo mineiro em 1789 eram:

- (A) a opressão tributária sobre a capitania cujo ouro se esgotara, o empobrecimento e ameaça da derrama e a divulgação das ideias iluministas pela elite letrada.

- (B) a concentração de terras e do comércio em mãos de comerciantes lusos, provocando intensa xenofobia na região do ouro.
- (C) a criação de indústrias nesta área pelo governo de D. Maria I, fato que enriqueceu a população local, gerando a ideia da independência.
- (D) o predomínio do trabalho escravo na zona mineradora e a ausência total de mecanismos de alforria e trabalho livre, agravando a crise social.
- (E) o declínio da produção de açúcar para exportação, despertando o choque de interesses entre colônia e metrópole, e a ideia de libertação.

220. (Puc-rio) A Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) possuem em comum o fato de terem sido movimentos que:

- I. evidenciaram a crise do Antigo Sistema Colonial.
- II. visavam à emancipação política do Brasil.
- III. apresentavam forte caráter popular.
- IV. expressavam insatisfações em face da política metropolitana, particularmente desde a queda do Marquês de Pombal.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

221. (Ufrs) A seguir, na coluna I, são citadas seis revoltas ocorridas durante o período colonial brasileiro. Na coluna II, são apresentadas as motivações de quatro daquelas revoltas.

Inconfidência Mineira	Insatisfação da comunidade mercantil recifense com o domínio político dos senhores de engenho olindenses.
Revolta de Beckman	Proibição da circulação de ouro em pó na região mineira e criação das Casas de Fundição.
Guerra dos Emboabas	Criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e oposição dos jesuítas à utilização da mão-de-obra indígena pelos colonos.
Guerra dos Mascates	Insatisfação dos colonos com a tentativa de monopolização das minas auríferas pelos paulistas.
Revolta de Filipe dos Santos	
Inconfidência Baiana	

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 4 - 5 - 2 - 3.
- (B) 1 - 2 - 3 - 6.
- (C) 5 - 1 - 2 - 4.
- (D) 3 - 2 - 6 - 5.
- (E) 4 - 1 - 3 - 6.

222. (Fgv) Leia as afirmações sobre a Sedição Baiana de 1798 e assinale a alternativa CORRETA.

- I. Conhecida como Conjuração Baiana ou dos Alfaiates, a Sedição de 1798, foi um movimento social de caráter republicano e abolicionista.
- II. Diferentemente da Conjuração Mineira, o movimento de 1798 teve apoio dos setores mais explorados da sociedade colonial.
- III. Entre as reivindicações dos sediciosos estavam o fim do domínio colonial, a separação Igreja-Estado e a igualdade de direitos, sem distinção de cor ou de riqueza.
- IV. Dos muitos processados, quatro foram enforcados. Entre eles, Manuel Faustino dos Santos, de apenas 23 anos.
- V. O movimento caracterizou-se pela distribuição de panfletos manuscritos na cidade de Salvador.

- (A) apenas I, II e IV estão corretas;
- (B) apenas II, III e V estão corretas;

- (C) apenas III e V estão corretas;
- (D) apenas I e IV estão corretas;
- (E) todas estão corretas.

223. (Udesc) Sobre os movimentos que questionaram a dominação colonial na América portuguesa, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as afirmativas falsas.

1. ( ) A Inconfidência ou Conjuração Mineira (1789) reunia intelectuais, clérigos, advogados, mineradores, proprietários, militares, etc.; dentre outros objetivos, pretendia proclamar uma república em Minas Gerais.
2. ( ) Os sentimentos de liberdade e independência dos inconfidentes de Minas Gerais foram alimentados pelos ideais iluministas e influenciados pela Independência dos EUA (1776). Mas nem chegaram a decretar a revolução, pois foram delatados por um dos seus companheiros.
3. ( ) O movimento baiano (1798), também influenciado pelas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (1789), teve um caráter popular e contou com a participação de pequenos comerciantes, soldados, artesãos, alfaiates, negros libertos, mulatos e escravos.
4. ( ) Os movimentos mineiro e baiano foram duramente reprimidos pelas autoridades portuguesas. Alguns conspiradores, sobretudo os mais poderosos, conseguiram se livrar das acusações ou receberam penas mais leves.
5. ( ) No movimento mineiro, o único condenado à morte foi Tiradentes; e no movimento baiano, apenas os negros e os mulatos foram punidos com rigor, com quatro integrantes condenados à morte, executados e esquartejados, a exemplo de Tiradentes.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- (A) V - F - V - V - F
- (B) V - V - F - V - V
- (C) F - F - V - V - F
- (D) F - V - F - V - V
- (E) V - V - V - V - V

224. Leia atentamente as seguintes afirmações sobre a chamada "Inconfidência Mineira":

- I. A Inconfidência Mineira foi um movimento de contestação à Coroa Portuguesa, em função do aumento de impostos sobre o açúcar, principal produto de Minas Gerais no século XVIII.
- II. Predominava entre os inconfidentes a ideia de se criar uma república.
- III. Dos inconfidentes, apenas Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi morto; a maioria foi condenada à prisão e ao degredo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (C) Todas as proposições são verdadeiras.
- (D) Apenas a proposição I é verdadeira.
- (E) Nenhuma proposição é verdadeira.

225. (Cesgranrio) No período colonial surgiram várias rebeliões e movimentos de libertação que questionaram a dominação portuguesa sobre o Brasil. A respeito dessas rebeliões, podemos afirmar que:

- I. Todos os Movimentos de contestação visavam à separação definitiva do Brasil de Portugal.
- II. Até a 1 metade do século XVIII, os movimentos contestatórios exigiam mudanças, mas não o rompimento do estatuto colonial.
- III. Desde o final do século XVIII, os movimentos de libertação sofreram a influência do Iluminismo e defendiam o fim do pacto colonial.
- IV. A luta pela abolição da escravatura era uma das propostas presentes em basicamente todas as rebeliões.
- V. Uma das razões de vários movimentos contestatórios era o abuso tributário da Coroa Portuguesa em relação aos colonos.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) somente I, II e III.

- (B) somente I, III e V.
- (C) somente II, III e IV.
- (D) somente II, III e V.
- (E) somente III, IV e V

226. (EsFCEEx - 2001) Os movimentos nativistas mais embasados filosoficamente pelas ideias iluministas foram:

Escolher uma resposta.

- (A) Revolta Beckman e Guerra dos Mascates
- (B) Guerra dos Emboabas e Revolta de Felipe dos Santos
- (C) Revolta Beckman e Inconfidência Mineira
- (D) Revolta de Felipe dos Santos e Revolução dos Alfiates
- (E) Inconfidência Mineira e Revolução dos Alfiates

227. (EsFCEEx - 2005) Analise as afirmativas abaixo sobre a Inconfidência Mineira e, a seguir, marque a alternativa correta:

- I. Uma das suas causas foi a ameaça do fisco com pesados impostos num ciclo econômico já em declínio.
- II. Minas Gerais possuía uma das mais famosas elites intelectuais da colônia, o que contribuiu para o movimento.
- III. Houve influências das ideias iluministas que existiam na Europa.
- IV. Constituiu-se no único movimento político e social do mundo no último quartel do século XVIII (1776/1800).

Escolher uma resposta.

- (A) somente a I está correta.
- (B) somente a II e a IV estão corretas.
- (C) somente a III e a IV estão corretas.
- (D) somente a I, II e a III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

228. (EsFCEEx - 2005) A independência do Brasil em 1822 foi precedida de movimentos antilusitanos, dentre eles destacamos, a Inconfidência Mineira em Minas Gerais, e a Revolta dos Alfiates na Bahia, na segunda metade do século XVIII. Analise as afirmativas abaixo sobre esses movimentos e, a seguir, marque a alternativa verdadeira:

- I. O problema da escravidão foi amplamente debatido pelo movimento mineiro, constando da sua proposta de reivindicações a alforria dos negros.
- II. A Sociedade Literária – A Ilustração, agremiação dos intelectuais, foi centro divulgador das ideias do movimento baiano.
- III. A Revolta dos Alfiates foi de natureza distinta, pois pretendia-se abolir a escravidão e revelava um forte anticlericalismo.
- IV. O movimento mineiro circunscreveu sua atuação a Minas Gerais na sua fase inicial e teve por base em suas reivindicações o fim das amarras econômicas da Metrópole.

Escolher uma resposta.

- (A) somente a I está correta.
- (B) somente a II e a IV estão corretas.
- (C) somente a III e a IV estão corretas.
- (D) somente a I, II e a III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

229. (EsFCEEx - 2008) Relacione a coluna da direita com a da esquerda, identificando características e situações que se referem à Inconfidência Mineira de 1789 e à Conjuração dos Alfaiates de 1798 e, a seguir, assinale a alternativa que contemple a sequência correta.

Inconfidência Mineira

Seus integrantes eram, em sua maioria, da elite colonial.

Conjuração dos Alfaiates

Seus integrantes eram majoritariamente de origem popular, prevalecendo homens mulatos e negros.

Os conspiradores defendiam a proclamação da república, o livre comércio, o fim da escravidão e punição a padres contrários a liberdade.

As dívidas com a Coroa Portuguesa foram um dos fatores que levou seus integrantes a conspirar contra o domínio metropolitano

- (A) 1 - 2 - 2 - 1
- (B) 2 - 1 - 2 - 2
- (C) 2 - 2 - 1 - 1
- (D) 2 - 1 - 1 - 2
- (E) 1 - 2 - 1 - 2

230. (EsFCEEx - 2009) Um clima de tensão e revolta tomou conta das camadas mais altas da sociedade quando o governador da capitania, o Visconde de Barbacena, anunciou que haveria uma nova derrama. Ou seja, haveria uma nova cobrança forçada de impostos atrasados. Os fatos do enunciado acima se aplicam ao movimento que atingiu o Brasil durante o século XVIII e que se denominou:

- (A) Revolta de Vila Rica.
- (B) Guerra dos Emboabas.
- (C) Guerra da Cisplatina.
- (D) Inconfidência Mineira.
- (E) Conjuração Baiana.

231. (EsFCEEx - 2010) No quadro dos movimentos coloniais separatistas destacou-se na Bahia, em 1798, a Conjuração Baiana. Analise as afirmativas abaixo sobre este movimento e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. Um dos elementos de inspiração do movimento era o ideário revolucionário da República jacobina estabelecida na França entre 1793 e 1794.
- II. Os Cavaleiros da Luz, denominação dos integrantes da sociedade maçônica baiana, impulsionaram o movimento de resistência fazendo circular panfletos que atacavam ferozmente a administração local.
- III. O contexto da transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro agravou a situação das camadas mais pobres, sobretudo, pelo aumento nos preços dos produtos e pela diminuição da oferta de empregos na Capitania da Bahia.
- IV. A Conjuração Baiana, assim como a Inconfidência Mineira, se pautou, basicamente, na discussão das questões políticas liberais e, apesar de obtido o apoio das camadas populares foi liderada por intelectuais e grandes comerciantes.

Escolher uma resposta.

- (A) Somente I e III estão corretas.
- (B) Somente I, II e III estão corretas.
- (C) Somente I, II e IV estão corretas.
- (D) Somente II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

232. (Mackenzie) "O certo é que, se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos, não se estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de 14 anos..."

(Caio Prado Júnior - "Evolução Política do Brasil")

O fato histórico mencionado no texto e que praticamente anulou nossa situação colonial foi:

- (A) Criação do Ensino Superior.
- (B) Alvará de Liberdade Industrial.
- (C) Tratados de 1810 com a Inglaterra.
- (D) Abertura dos Portos.
- (E) Elevação do Brasil a Reino Unido.

233. (Ufes) No início do século XIX, a transformação do Brasil em sede da monarquia portuguesa levou D. João VI a adotar medidas que mudaram o contexto socioeconômico da antiga colônia.

Dentre essas medidas, podemos destacar:

- I. a organização da maçonaria, constituída por grandes latifundiários e comerciantes do Rio de Janeiro;
- II. a criação do Banco do Brasil, da Casa da Moeda e do Jardim Botânico;
- III. a convocação de uma Assembleia Constituinte, que estabeleceu a liberdade de comércio para os comerciantes nacionais;
- IV. a criação da Faculdade de Medicina na Bahia, da Imprensa Régia, da Escola Nacional de Belas-Artes e da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro;
- V. a assinatura de tratados de comércio e navegação com a Inglaterra, os quais favoreciam a comercialização de produtos portugueses pelas baixas tarifas alfandegárias.

Assinale a opção que contém as afirmativas corretas:

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) II e IV
- (D) III e IV
- (E) IV e V

234. (Fuvest) "... quando o príncipe regente português, D. João, chegou de malas e bagagens para residir no Brasil, houve um grande alvoroço na cidade do Rio de Janeiro. Afinal era a própria encarnação do rei [...] que aqui desembarcava. D. João não precisou, porém, caminhar muito para alojar-se. Logo em frente ao cais estava localizado o Palácio dos Vice-Reis".

(Lilia Schwarcz. "As Barbas do Imperador".)

O significado da chegada de D. João ao Rio de Janeiro pode ser resumido como:

- (A) decorrência da loucura da rainha Dona Maria I, que não conseguia se impor no contexto político europeu.
- (B) fruto das derrotas militares sofridas pelos portugueses ante os exércitos britânicos e de Napoleão Bonaparte.
- (C) inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.
- (D) alteração da relação política entre monarcas e vice-reis, pois estes passaram a controlar o mando a partir das colônias.
- (E) imposição do comércio britânico, que precisava do deslocamento do eixo político para conseguir isenções alfandegárias.

235. (Mackenzie) A Abertura de Portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos.

Boris Fausto

A Abertura de Portos produziu inúmeras transformações EXCETO:

- (A) a escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro, consolidada nos Tratados de 1810.
- (B) a necessidade do governo Joanino de conciliar os interesses dos grandes proprietários brasileiros e comerciantes reinóis.
- (C) que a medida foi acompanhada da revogação dos decretos de proibição da produção de manufaturas na Colônia.
- (D) que a presença inglesa não anulou nossos esforços de industrialização, em virtude das tarifas protecionistas e do pequeno volume de importações inglesas.
- (E) a questão da escravidão, que interessava à Inglaterra nesse momento, foi incluída nos tratados e acordos entre Portugal e Inglaterra.

236. (Pucrs) A chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, representou o início do desenvolvimento estrutural do Brasil, e também a introdução de princípios do liberalismo econômico na Colônia, com a "Abertura dos portos às nações amigas". Essa abertura ocasionou:

- (A) a diminuição dos laços coloniais, baseados no monopólio comercial mercantilista.
- (B) a diminuição das liberdades coloniais, fundadas na estrutura liberal.
- (C) o aumento da opressão colonial portuguesa, privilegiando-se a Inglaterra no comércio com o Brasil.
- (D) o aumento de restrições ao comércio com a Inglaterra.
- (E) o aumento da distribuição de privilégios aos franceses, quanto ao comércio com o Brasil.

237. "A história do Período Joanino no Brasil é inseparável do anedotário que traça o perfil de sua mais importante personagem feminina: a Princesa Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança".

(Fonte: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. "Carlota Joaquina na Corte do Brasil". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.17).

Sobre a princesa Carlota Joaquina, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A historiografia tanto brasileira, quanto portuguesa, foi comumente parcial tanto no tocante à vida pública quanto à vida privada da Princesa.
- II. O tratamento dado à figura da Princesa fixou no imaginário social a imagem de uma mulher vulgar, ambiciosa e transgressora de todas as normas morais e éticas do seu tempo.
- III. Enquanto no Brasil a imagem da princesa foi construída de modo negativo, em Portugal sua memória foi construída de forma apologética e D. Carlota é vista até hoje como heroína.

Assinale o correto.

- (A) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmações I e III são falsas.
- (C) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmações I e II são falsas.

238. (G1) Neste texto, Ruy Castro se transporta no tempo e se vê como um jornalista a noticiar a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, ocorrida há 200 anos.

### É hoje!

Rio de Janeiro. O príncipe regente dom João desembarca hoje no Rio com sua família e um enorme séquito de nobres, funcionários, aderentes e criados. Preciso que Napoleão botasse suas tropas nos calcanhares da Corte para que esta fizesse o que há cem anos lhe vinha sendo sugerido: transferir-se para o Brasil.

Não se sabe o que, a médio prazo, isso representará para a metrópole. Mas, para a desde já ex-colônia, será supimpa. Porque, a partir de agora, ela será a metrópole. E, para estar à altura de suas novas funções, terá de passar por uma reforma em regra - não apenas cosmética, para receber o corpo diplomático, o comércio internacional e os grã-finos de toda parte. Mas, principalmente, estrutural. Afinal, é um completo arcabouço administrativo que se está mudando.

Para cá virão os ministérios, as secretarias, as intendências, as representações e a burocracia em geral. Papéis sem conta serão despachados entre esses serviços, o que exigirá uma superfrota de estafetas [mensageiros]. A produção de lacre para documentos terá de decuplicar. O Brasil importará papel, tinta e mata-borrões em quantidade, mas as penas talvez possam ser fabricadas aqui, colhidas dos traseiros das aves locais.

Estima-se que, do Reino, chegarão 15 mil pessoas nos próximos meses. Será um tremendo impacto numa cidade de 60 mil habitantes. Provocará mudanças na moradia, na alimentação, nos transportes, no vestuário, nas finanças, na medicina, no ensino, na língua. Com a criação da Imprensa Régia, virão os jornais. O regente mandará trazer sua biblioteca. Da escrita e da leitura, brotarão as ideias.

Até hoje, na história do mundo, nunca a sede de um império colonial se transferiu para sua própria colônia. É um feito inédito - digno de Portugal. E que pode não se repetir nunca mais.

(Ruy Castro. "Folha de S. Paulo", 08/03/2008)

O texto de Ruy Castro apresenta algumas mudanças ocorridas na Colônia após a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, as quais foram fundamentais para o processo da Independência.

Assinale a alternativa que apresenta uma medida adotada e sua importância para a emancipação política do Brasil.

- (A) a transferência do corpo diplomático, do comércio internacional e dos grã-finos, pois garantiu a formação de uma elite nacional interessada na autonomia.
- (B) um sensível crescimento da leitura e da escrita, com a criação da Imprensa Régia, os jornais, a biblioteca e o ensino, o que abriu espaço à formação e difusão de novas ideias.
- (C) a vinda de ministérios, secretarias e intendências, pois sem essa burocracia seria impossível a formação de uma nação.



- (D) a importação de papel, tinta e mata-borrões, sem os quais as aves não seriam utilizadas para o desenvolvimento de uma produção local.
- (E) as mudanças na moradia, na alimentação, nos transportes e no vestuário, pois favoreceram a formação de uma classe média crítica e transformadora.

239. (Mackenzie) Adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter intacto o sistema colonial era impossível nas novas condições. Daí as contradições de sua política econômica.

Emília Viotti da Costa

Sobre a política econômica adotada por D. João VI durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) permanecia a proibição à produção das manufaturas nacionais e o estabelecimento de fábricas no Brasil, que representariam uma possível concorrência aos produtos ingleses.
- (B) proibia a entrada e a venda de vinhos estrangeiros no Brasil, estabelecendo tarifas favoráveis aos vinhos portugueses, que continuaram a ser os mais consumidos.
- (C) a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, concedia liberdade de comércio à colônia, mas não extinguiu o monopólio português exercido em nossa economia.
- (D) com a assinatura dos Tratados de 1810, consolidou-se a dominação econômica inglesa sobre o nosso país, apesar de os súditos britânicos residentes no Brasil não terem garantia de liberdade religiosa.
- (E) as medidas tomadas durante esse período acentuaram as divergências entre os interesses da elite nacional, as exigências britânicas e as necessidades dos comerciantes metropolitanos.

240. (Ufrj) A citação a seguir destaca a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, como um início de uma fase de grandes mudanças para a cidade que perdia então a sua imagem colonial.

Para o Rio de Janeiro, principalmente, era toda uma fase de sua história que agora terminava. Fase de grandes transformações realizadas sob o impacto das necessidades de toda ordem despertadas pela chegada e instalação da Corte portuguesa. Em pouco mais de uma década, a cidade passara por um processo de modernização material e atualização cultural, perdendo muito de sua aparência colonial para transformar-se numa metrópole.

FALCÓN, F. C.; MATTOS, I. R. de. "O Processo de Independência no Rio de Janeiro". In: MOTA, C. G. (org). 1822. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Entre as medidas que favoreceram essas transformações podem ser assinaladas:

- (A) o início da construção do Paço Imperial, a sede do governo, a criação da Imprensa Régia e a instalação da iluminação a gás.
- (B) a construção da primeira estrada de ferro do Brasil, a criação do banco do Brasil e a fundação da Imperial Academia de Música.
- (C) o estabelecimento da Intendência Geral de Polícia, a fundação do Banco do Brasil e a criação da Imprensa Régia.
- (D) a criação da Imprensa Régia, a instalação da iluminação a gás e a construção da primeira estrada de ferro do Brasil.
- (E) a permissão de instalação de manufaturas no Brasil, o estabelecimento da Intendência geral de Polícia e a construção da primeira estrada de ferro do Brasil.

241. (G1) Assinale a proposição CORRETA. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil teve consequências no processo de autonomia política brasileira.

- (A) Foi possível ao governo metropolitano controlar o processo de independência do Brasil, que acabou ocorrendo de maneira lenta e gradual, diferentemente das demais colônias do continente sul-americano.
- (B) A presença da monarquia no Brasil aguçou as contradições entre a Colônia e a Metrópole, levando a uma violenta separação, que se resolveu nos campos de batalha.
- (C) Confrontada pela realidade brasileira e pelo alto grau de desenvolvimento político das instituições coloniais, a Coroa Portuguesa cedeu a independência de forma pacífica e generosa.
- (D) Os brasileiros, sentindo mais próximas as amarras metropolitanas, rebelaram-se e conquistaram a independência no mesmo movimento que varria as colônias ibero-americanas.

- (E) A presença da Corte possibilitou um grande desenvolvimento econômico, político e cultural na Colônia, o que, paradoxalmente, acabou por retardar o surgimento de um sentimento autonomista e nacionalista entre os brasileiros.

242. (Ufg) Leia os fragmentos a seguir.

"Não corram tanto ou pensação que estamos fugindo!"

("REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL". Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2005, p. 24.)

"Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo. Sabendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nasceu".

(MONTEIRO, Tobias. "História do Império: a elaboração da Independência". Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 55. [Adaptado].

O embarque da família real para o Brasil, em 1807, deu origem a contraditórias narrativas. A frase acima, atribuída à rainha D. Maria I, tornou-se popular, passando a constituir uma versão narrativa ainda vigorosa. Nos anos de 1920, os estudos sobre a Independência refizeram o percurso do embarque, assegurando uma interpretação republicana sobre esse acontecimento, tal como exemplificado no trecho do jornalista e historiador Tobia Monteiro. Sobre essa versão narrativa em torno do embarque, pode-se dizer que pretendia:

- (A) conquistar a simpatia da Inglaterra, ressaltando a importância do apoio inglês no traslado da corte portuguesa para o Brasil.
  - (B) associar a figura do rei ao pragmatismo político, demonstrando que o deslocamento da corte era um ato de enfrentamento a Napoleão.
  - (C) ridicularizar o ato do embarque, agregando à interpretação desse acontecimento os elementos de tragédia, comicidade e ironia.
  - (D) culpabilizar a rainha pela decisão do embarque, afirmando-lhe o estado de demência lamentado por seus súditos.
  - (E) explicar o financiamento do ócio real por parte da colônia, comprovando que o embarque fora uma estratégia articulada pelo rei.
243. (Fatec) "Após o tratado, pelo regime de virtual privilégio do comércio britânico, ficou sendo o seguinte o estado legal das relações mercantis no Brasil: livres, as mercadorias estrangeiras que já tivessem pego direitos em Portugal, e bem assim os produtos da maior parte das colônias portuguesas; sujeitas à taxa de 24% 'ad valorem' as mercadorias estrangeiras diretamente transportadas em navios estrangeiros; sujeitas à taxa de 16% as mercadorias portuguesas, e também as estrangeiras importadas sob pavilhão português; sujeitas à taxa de 15% as mercadorias britânicas importadas sob pavilhão britânico, ou português."

(Lima, Oliveira - D. JOÃO VI NO BRASIL.)

O acontecimento histórico abordado no texto está diretamente relacionado com:

- (A) a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808.
  - (B) o repúdio à manutenção do Pacto Colonial.
  - (C) o Tratado de Comércio e Navegação de 1810, celebrado entre Inglaterra e Portugal.
  - (D) o processo de emancipação política do Brasil, iniciado em 1810.
  - (E) a independência da economia portuguesa em relação aos interesses capitalistas britânicos.
244. (Puccamp) "A 3 de setembro de 1825, partimos do Rio de Janeiro. Um vento fresco ajudou-nos a vencer, em 24 horas, a travessia de 70 léguas, até Santos, e isto significou dupla vantagem, porque a embarcação conduzia, também, 65 negros novos, infeccionados por sarna da cabeça aos pés'. Assim começa o mais vivo, completo e bem documentado relato da famosa Expedição de Langsdorff, que na sua derradeira e longa etapa, entre 1825 e 1829, percorreu o vasto e ainda bravo interior do Brasil, por via terrestre e fluvial - do Tietê ao Amazonas. Seu autor é um jovem francês de 21 anos, Hercules Florence, no cargo de desenhista topográfico. Encantado com as maravilhas das terras brasileiras e com seu povo hospitaleiro, Hercules Florence permaneceu aqui, ao término da expedição, escolhendo a então Vila de São Carlos, como Campinas foi conhecida até 1842, para viver o resto de sua vida. Florence morreu em 27 de março de 1879 (...)."

(Revista: "Scientific American Brasil", n. 7, São Paulo: Ediouro, 2002. p. 60)

Muitos franceses, principalmente professores, cientistas, arquitetos, escultores e pintores vieram ao Brasil no século XIX a partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Pode-se explicar a presença desses franceses no país com o argumento de que:

- (A) a maioria deles chegou ao Brasil com o intuito de colonizar as regiões desabitadas do interior do país, constituindo núcleos de exploração de produtos tropicais, que seriam comercializados na Europa.
- (B) eles tinham como missão convencer o rei D. João VI a romper relações diplomáticas com a Inglaterra, uma vez que este país tinha estabelecido o Bloqueio Continental, impedindo as relações comerciais entre França e Brasil.
- (C) grande parte deles desembarcou no Rio de Janeiro estimulados por D. João VI, que tinha como um dos seus grandes projetos trazer uma missão artística francesa, com o objetivo de constituir no Brasil uma base de desenvolvimento cultural.
- (D) todos esses franceses chegaram ao Brasil como refugiados políticos, uma vez que os mesmos discordavam da política cultural do imperador Napoleão Bonaparte, que perseguia os artistas contrários às suas determinações políticas.
- (E) parte significativa da população francesa emigrou para o Brasil em razão dos intensos combates ocorridos durante a Comuna de Paris, instalando-se principalmente nos Estados do Maranhão e do Pará e trabalhando na extração da borracha.

245. (Fei) O ato de D. João VI, proclamando a abertura dos portos do Brasil, na verdade garantia direitos preferenciais ao comércio inglês, que:

- (A) na época dependia economicamente de Portugal;
- (B) estava prejudicado pelo bloqueio imposto por Napoleão Bonaparte;
- (C) assegurava o desenvolvimento econômico da colônia;
- (D) pretendia favorecer os franceses, aliados tradicionais da Inglaterra;
- (E) era carente de produtos industriais e bom fornecedor de matérias primas.

246. (Puccamp) Na limpidez transparente de um universo sem culpa, entrevemos o contorno de uma terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral. Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia. Na sociedade parasitária e indolente, que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência. (...) Por isso, tomamos com reserva a ideia de que as "Memórias de um sargento de milícias" são um panorama documentário do Brasil joanino (...).

(Antonio Candido, Dialética da malandragem. "Memórias de um sargento de milícias")

Analise as afirmações sobre o período a que o texto se refere.

- I. A Coroa portuguesa suspendeu todas as concessões de futuras sesmarias, até o estabelecimento de um novo regime de propriedade legal da terra. Essas medidas favoreciam diretamente os interesses ingleses.
- II. O governo português autorizou o livre-comércio entre o Brasil e as demais nações não aliadas da França; o imposto de importação a ser pago nas alfândegas brasileiras pelos produtos estrangeiros foi fixado em 24%; os produtos portugueses pagavam 16%.
- III. Portugal, ao mesmo tempo que deu aos produtos ingleses tarifa preferencial de 15% no Brasil, inferior a dos seus próprios artigos, comprometeu-se a limitar o tráfico de escravos.
- IV. O governo foi responsável pela implantação de diversas academias e obras culturais no Brasil e pela contratação de artistas e professores estrangeiros.
- V. Os acordos realizados com a Inglaterra impulsionaram a imigração europeia para o Brasil, deslocando o eixo econômico do Nordeste para a região Sudeste, no final do século XIX.

É correto o que está afirmado SOMENTE em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, III e V.

247. (Puccamp) (...) era o Leonardo Pataca. Chamavam assim a uma rotunda e gordíssima personagem de cabelos brancos e carão avermelhado, que era o decano da corporação, o mais antigo dos meirinhos(\*) que viviam nesse tempo. (...) Fora Leonardo algibebe(\*\*) em Lisboa, sua pátria; aborreceu-se porém do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos.

(\*) meirinho = funcionário da justiça.

(\*\*) algibebe = vendedor de roupas baratas; mascate.

(Manuel Antonio de Almeida. "Memórias de um sargento de milícias. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 6)

Leonardo Pataca é uma personagem que viveu "nos tempos do rei" e obteve emprego por meio da proteção de alguém, prática que integra a política exercida por D. João VI após 1808. São medidas tomadas durante a administração joanina:

- (A) a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarve e a decretação de Guerra ao Paraguai.
- (B) a Abertura dos Portos e o Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.
- (C) a extinção do tráfico negreiro, imposta pela Inglaterra em 1810, e a criação do Banco do Brasil.
- (D) a modernização da capital e o Golpe da Maioridade, que garantiu a sucessão de D. Pedro I ao trono.
- (E) o saneamento dos gastos da Corte e o crescimento das exportações e do setor industrial.

248. Muitos franceses, principalmente professores, cientistas, arquitetos, escultores e pintores vieram ao Brasil no século XIX a partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Pode-se explicar a presença desses franceses no país com o argumento de que:

- (A) a maioria deles chegou ao Brasil com o intuito de colonizar as regiões desabitadas do interior do país, constituindo núcleos de exploração de produtos tropicais, que seriam comercializados na Europa.
- (B) eles tinham como missão convencer o rei D. João VI a romper relações diplomáticas com a Inglaterra, uma vez que este país tinha estabelecido o Bloqueio Continental, impedindo as relações comerciais entre França e Brasil.
- (C) grande parte deles desembarcou no Rio de Janeiro estimulados por D. João VI, que tinha como um dos seus grandes projetos trazer uma missão artística francesa, com o objetivo de constituir no Brasil uma base de desenvolvimento cultural.
- (D) todos esses franceses chegaram ao Brasil como refugiados políticos, uma vez que os mesmos discordavam da política cultural do imperador Napoleão Bonaparte, que perseguia os artistas contrários às suas determinações políticas.
- (E) parte significativa da população francesa emigrou para o Brasil em razão dos intensos combates ocorridos durante a Comuna de Paris, instalando-se principalmente nos Estados do Maranhão e do Pará e trabalhando na extração da borracha.

249. (Ufrs) Embora a independência política do Brasil tenha sido declarada somente em 1822, o início do processo de emancipação pode ser relacionado com uma conjuntura anterior, na qual um acontecimento de grande impacto desencadeou as mudanças que levaram à separação entre o Brasil e Portugal. Esse fato, que assinalou o final efetivo da situação colonial, foi:

- (A) a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, que introduziu no Brasil as ideias iluministas e republicanas, minando a monarquia portuguesa.
- (B) a Inconfidência Baiana, ocorrida em 1798, que introduziu no Brasil as ideias jacobinas e revolucionárias, levando ao fim do domínio lusitano.
- (C) a transferência da Corte para o Brasil em 1808, que significou a presença do aparato estatal metropolitano na Colônia, a qual passou a ser a sede da Monarquia portuguesa.
- (D) a Revolução Pernambucana de 1817, que trouxe para o cenário político brasileiro o ideário maçônico e republicano.
- (E) a convocação das Cortes de Lisboa em 1820, que exigiram o retorno de Dom João para Portugal e a recolonização do Brasil.
- (F) Chegaram à América portuguesa cientistas e viajantes estrangeiros, como o zoólogo Spix, o botânico Martius e o naturalista Saint-Hilaire, que percorreram o território realizando inventários de comunidades, da geografia, da fauna e da flora.

250. (Udesc) O ano de 2008 assinala os duzentos anos da chegada da Família Real ao Brasil.

Sobre isso assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A monarquia que chegava ao Brasil representava, em realidade, boa parte dos ideais da Revolução Francesa e do liberalismo europeu daquele período.

- (B) As motivações da vinda da Família Real para o Brasil estão relacionadas mais à realidade europeia do período do que à ideia de desenvolvimento de um Brasil monárquico e posteriormente independente de Portugal.
- (C) Foi incentivada a manifestação pública de nossos problemas, seguindo as práticas liberais e laicas da monarquia portuguesa.
- (D) Chegando ao Brasil, o monarca trabalhou muito para a ampliação da cidadania.
- (E) A política de terras foi imediatamente implementada e, em 1810, o Brasil realizava sua primeira reforma agrária.

251. (Uel) Leia os documentos a seguir.

"Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio Nome, como no nome de Seus Sucessores, admitir para sempre, de aqui em diante, no Reino de Portugal os panos de lã e mais as fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até os tempos em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário."

(Tratado de Methuen, entre Inglaterra e Portugal, em 1703. Disponível em: <<http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc002.htm>> Acesso em: 30 set. 2004.)

"Eu a rainha faço saber aos que este alvará virem [...] que sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas que [...] têm se difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais naquele vasto continente; porque havendo uma grande e conhecida falta de população, é evidente que, quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; [...] hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares [...] excetuando-se tão somente aqueles [...] em que se tecem, ou manufaturam, fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário de negros, para enfardar, para empacotar, [...]; todas as mais sejam extintas e abolidas por qualquer parte em que se acharem em meus domínios do Brasil."

(Alvará de Dona Maria I sobre a manufatura no Brasil, em 1785. Disponível em: <<http://www.webhistoria.com.br>> Acesso em: 30 set. 2004.)

Com base nos documentos, é correto afirmar:

- (A) Ao contrário da Inglaterra, a manufatura não se desenvolveu no Brasil devido à ausência de vocação para a industrialização.
- (B) As restrições da metrópole ao desenvolvimento manufatureiro no Brasil justificaram-se pela concorrência dos produtos ingleses, considerados de melhor qualidade.
- (C) No século XVIII, a Coroa portuguesa aumentou o controle sobre a Colônia enquanto submeteu o seu reino aos interesses comerciais ingleses.
- (D) As medidas proibitivas dos portugueses contra as manufaturas da Colônia representaram um afrouxamento no monopólio comercial, favorecendo os setores rurais.
- (E) No século XVIII, Portugal e Inglaterra adotaram medidas conjuntas visando estimular a produção e o comércio das manufaturas em suas respectivas colônias.

252. (EsFCEX - 2001) Durante o primeiro quartel do século XIX, os fatos da História do Brasil demonstram claramente que:

- (A) a transmigração da Família Real para o Brasil não provocou consequências substanciais.
- (B) houve uma diminuição da influência inglesa na economia brasileira.
- (C) a escravidão indígena e negra era adotada no Brasil, inclusive com legislação régia da época.
- (D) as fronteiras brasileiras mantiveram a mesma configuração que existia antes da transmigração da Família Real para o Brasil.
- (E) houve paz interna, sem ocorrência de qualquer movimento revolucionário.

253. (EsFCEX - 2002) O desenvolvimento cultural da América Portuguesa e da América Espanhola, fez-se diferentemente durante a época colonial. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Na América Espanhola, as universidades só surgiram no século XIX.
- II. O número de graduados por universidades no Brasil era superior ao da América Espanhola.
- III. Os periódicos na América Colonial Portuguesa foram censurados pela Metrópole.
- IV. Só se estabeleceu a imprensa oficial no Brasil, no século XIX, com a transmigração da Família Real.

Com base na análise, assinale alternativa correta.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II e IV estão corretas.

- (C) Somente III e IV estão corretas.
- (D) Somente I, II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

254. (EsFCEEx - 2003) Analise as afirmativas abaixo sobre os últimos tempos da Era Colonial no Brasil:

- I. A ocupação de Portugal pela França precipitou a independência econômica do Brasil.
- II. Nos últimos tempos da Colônia, os brasileiros haviam alcançado grande prestígio dentro da monarquia portuguesa.
- III. A vinda da corte portuguesa para o Brasil foi favorável ao nosso país.
- IV. O conceito brasileiro no exterior era de ser um território mais pobre e menos culto que Portugal.

Com base na análise, pode-se afirmar que:

- (A) somente a I está correta.
- (B) somente a II e a IV estão corretas.
- (C) somente a III e a IV estão corretas.
- (D) a I, a II e a III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

255. (EsFCEEx - 2004) Os cursos superiores leigos no Brasil começaram a ser implantados no período de:

- (A) D. João VI.
- (B) D. Pedro I.
- (C) Padre Feijó.
- (D) Araújo Lima.
- (E) D. Pedro II.

256. (EsFCEEx - 2005) O processo de emancipação política do Brasil teve ligação estreita com a transferência da Família Real portuguesa para a Colônia em 1808, pois esta:

- (A) introduziu pela primeira vez as ideias liberais na Colônia, incentivando várias rebeliões.
- (B) reforçou os laços de dependência e monopólio do sistema colonial português com a assinatura dos tratados de 1810.
- (C) incentivou as atividades mercantis dos brasileiros em detrimento dos interesses dos portugueses, grandes proprietários da lavoura canavieira.
- (D) instalou no Brasil a estrutura do Estado português reforçando a autonomia da Colônia.
- (E) proibiu que os portugueses e ingleses criassem manufaturas ou fábricas no Brasil para incentivar a industrialização nacional.

257. (EsFCEEx - 2005) A existência de governadores gerais no Brasil, estes que depois passaram ao título de vice-reis, sobreviveu até:

- (A) 1808, quando a família Real se transferiu para o Brasil.
- (B) 1763, quando a sede do governo foi transferida para o Rio de Janeiro.
- (C) 1572, quando o rei português resolveu dividir a administração da Colônia em dois governos: Norte e Sul.
- (D) 1580, quando o Brasil ficou subordinado à Coroa espanhola.
- (E) 1822, com o processo de Independência.

258. (EsFCEEx - 2008) Sobre a vinda da família real e suas consequências é correto afirmar que:

- (A) sua chegada ao Brasil retardou o processo de independência brasileira.
- (B) inúmeras medidas tomadas por D. João visavam aferrar ainda mais os laços coloniais do Brasil com Portugal.
- (C) a Abertura dos Portos de 1808 beneficiou consideravelmente a Inglaterra.
- (D) a presença da Corte no Brasil inibiu movimentos de contestação à ordem vigente.
- (E) a ausência do aparelho burocrático estatal, deixado em Portugal, transformou o gabinete de D. João em um gabinete composto somente por brasileiros.

259. (EsFCEX - 2012) A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 teve efeitos imediatos importantes no cenário do Império como um todo e no contexto particular da colônia. Assinale a única opção que contém dois desses efeitos.

- (A) O fim do exclusivo comercial – A extinção do tráfico de escravos.
- (B) A independência da colônia ante a metrópole – As atividades da imprensa periódica.
- (C) A mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro – A extinção da escravidão.
- (D) A extinção do tráfico de escravos – A independência da colônia ante a metrópole.
- (E) A abertura do comércio para navios de bandeira não-portuguesa – A circulação dos primeiros periódicos no território da América portuguesa.

260. (Fuvest) Durante o período em que a Corte esteve instalada no Rio de Janeiro, a Coroa Portuguesa concentrou sua política externa na região do Prata, daí resultando:

- (A) A constituição da Tríplice Aliança que levaria à Guerra do Paraguai.
- (B) a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina.
- (C) a formação das Províncias Unidas do Rio da Prata, com destaque para a Argentina.
- (D) o fortalecimento das tendências republicanas no Rio Grande do Sul, dando origem à Guerra dos Farrapos.
- (E) a coalizão contra Juan Manuel de Rosas que foi obrigado a abdicar de pretensões sobre Uruguai.

261. (Mackenzie) No plano internacional, colaboraram para o processo de independência do Brasil:

- (A) o desenvolvimento do capitalismo industrial, em prejuízo do mercantilista, e a política napoleônica, resultando na transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.
- (B) a ideologia liberal que defendia restrições e monopólios, além de forte intervenção do Estado na economia.
- (C) a tradicional dependência de Portugal em relação à França, já que desde o século XVII estes países eram fortes aliados e parceiros econômicos.
- (D) a política portuguesa liberal que garantia, após o retorno da Corte, todas as vantagens concedidas ao Brasil no período Joanino.
- (E) o exemplo norte-americano e a influência iluminista não atingiam nossa realidade, marcada por forte atraso intelectual.

262. (IFSC) Em 1808, a família real portuguesa chegou ao Brasil. Enquanto esteve na colônia, uma série de transformações aconteceram. Sobre esse período, leia e analise as afirmações abaixo:

- I. Algumas atividades antes proibidas passaram a ser liberadas na colônia, como a tipografia.
- II. Ainda que a família real tenha se transferido para a colônia também em função da política expansionista de Napoleão Bonaparte, artistas franceses foram convidados a virem ao Brasil.
- III. A família real portuguesa foi transferida para o Brasil para resolver os problemas causados pelo fim da Guerra do Paraguai.
- IV. A abertura dos portos às nações amigas beneficiou, em especial, a França e a Espanha, parceiras econômicas de Portugal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmações I, II e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmações I, II, e III são verdadeiras.
- (E) Todas as afirmações são verdadeiras.

263. (Cesgranrio) A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, acelerou transformações que favoreceram o processo de independência. Entre essas transformações, podemos citar corretamente a(s):

- (A) ampliação do território com a incorporação definitiva de Caiena e da Cisplatina.
- (B) implantação, na colônia, de vários órgãos estatais e de melhoramentos, como estradas.
- (C) redução da carga tributária sobre a colônia, favorecendo-lhe a expansão econômica.
- (D) política das Cortes portuguesas de apoio à autonomia colonial.
- (E) restrições comerciais implantadas por interesse dos comerciantes portugueses.

264. (Puccamp) A transmigração da família real portuguesa para o Brasil em 1808, repercutiu de forma significativa, no que se refere à participação do Brasil no mercado mundial, porque:



- (A) organizou-se uma legislação visando à contenção das importações de artigos supérfluos que naquela época começavam a abarrotar o porto do Rio de Janeiro.
- (B) o Ministério de D. João colocou em execução um projeto de cultivo e exportação do algodão visando a substituir a exportação norte-americana, prejudicada pela Guerra de Independência.
- (C) o tráfico de escravos negros para o Brasil foi extinto em troca do direito dos comerciantes portugueses abastecerem, com exclusividade, algumas das colônias Inglesas, como a Guiana.
- (D) o corpo diplomático joanino catalisou rebeliões na Província Cisplatina, favorecendo, assim, a exportação de couro para a Europa.
- (E) foi promulgada a Abertura dos Portos e realizados Tratados com a Inglaterra.

265. (MACKENZIE) Podem ser consideradas características do governo joanino no Brasil:

- (A) a assinatura de tratados que beneficiam a Inglaterra e o crescimento do comércio externo brasileiro devido à extinção do monopólio;
- (B) o desenvolvimento da indústria brasileira graças às altas taxas sobre os produtos importados;
- (C) a redução dos impostos e o controle do déficit em função da austera política econômica praticada pelo governo;
- (D) o não envolvimento em questões externas sobretudo de caráter expansionista;
- (E) a total independência econômica de Portugal com relação à Inglaterra em virtude de seu acelerado desenvolvimento.

266. (UNIFENAS) Foram fatos importantes na política externa de D. João VI, no Brasil:

- (A) a invasão da Guiana Francesa e a anexação da Província Cisplatina;
- (B) os tratados de Methuen e Madri;
- (C) os diversos tratados de limites resolvendo as questões do Acre e do Amapá;
- (D) a guerra contra a Inglaterra devido à questão Cisplatina;
- (E) a questão Christie e a guerra contra o Uruguai.

267. (Fac. Direito de Sorocaba SP) O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos (...).

(Caio Prado Júnior, Evolução política do Brasil – Colônia e Império)

De acordo com o autor, a independência poderia ser antedatada porque:

- (A) a abertura dos portos, com a instalação da Corte no Brasil, acabou com o monopólio de comércio, elemento principal do Pacto Colonial.
- (B) a elevação do Brasil a Reino Unido, como sede do governo, eliminou a influência portuguesa sobre as estruturas administrativas.
- (C) o príncipe regente D. Pedro defendia, na verdade, os interesses da burguesia mercantil lusitana e não os da elite fundiária brasileira.
- (D) o fato conhecido como Grito do Ipiranga foi uma trama da aristocracia rural, que desejava apoiar a política das Cortes portuguesas.
- (E) o rompimento definitivo com a dominação portuguesa ocorreu quando D. João VI concedeu vantagens comerciais à Inglaterra.

268. (IFSC) Em 1806 o Imperador francês Napoleão Bonaparte anunciou o Bloqueio Continental à Inglaterra, estabelecendo que nenhum país europeu poderia comercializar com os ingleses. O rei de Portugal, pressionado pela onda liberal da Revolução Francesa e apoiado pela Inglaterra, fugiu para a colônia portuguesa, na América, para esperar a situação se normalizar.

Com relação à presença da Família Real portuguesa no Brasil é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A Revolução Farroupilha ocorrida no sul do Brasil tinha como principal objetivo expulsar a Corte portuguesa e proclamar a independência da colônia americana.
- (B) Salvador foi elevada à condição de capital do Reino Unido de Portugal e Algarves tornando-se o maior centro político, econômico e cultural da colônia.

- (C) A presença da Corte portuguesa no Brasil, exercendo um governo absolutista e conservador, contribuiu para retardar a Independência do Brasil pois as melhorias administrativas e econômicas deixaram a elite liberal brasileira satisfeita.
- (D) Chegando ao Brasil, D. João VI tratou logo de cumprir o prometido aos ingleses e decretou a abertura dos portos, em 1808, para as nações amigas comercializarem diretamente com a colônia.
- (E) Em 1821 os franceses foram expulsos de Portugal e D. João VI foi chamado para assumir o trono português, mas ele preferiu ficar no Brasil. Esse fato ficou conhecido como "Dia do Fico".

269. (FGV) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na Metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um império luso-brasileiro na América. Das alternativas abaixo, assinale aquela que não diz respeito ao período joanino:

- (A) Ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
- (B) Abertura dos portos da Colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio.
- (C) Ocorreu uma inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.
- (D) Atendeu as exigências do comércio britânico que conseguiu isenções alfandegárias.
- (E) Ocorreu a Revolução Pernambucana de 1817, que defendia separatismo com governo republicano e manutenção da escravidão.

270. (ESPM) A região fazia parte do território brasileiro como Província Cisplatina. Em 1825, Lavalleja, à frente de um exército de guerrilheiros, tomou a região e a proclamou independente do Brasil anunciando publicamente sua ligação com a Argentina.

Em dezembro desse ano, o Brasil e a Argentina entraram em uma guerra que se prolongou até 1828, quando acabaram reconhecendo a formação de um novo país independente, a República Oriental do Uruguai.

(Antonio Pedro. História do Brasil)

Originalmente localizada em área colonizada pela Espanha, a Cisplatina havia sido incorporada ao Reino Unido de Portugal e Brasil:

- (A) quando foi conquistada pela política expansionista de D. João VI;
- (B) quando foi conquistada pela ação dos bandeirantes;
- (C) graças ao Tratado do Pardo, de 1750, e a ação de Alexandre de Gusmão;
- (D) graças a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso;
- (E) como resultado das seguidas intervenções brasileiras na região platina durante o governo de D. Pedro I.

271. (Fatec/SP — 1995) A abertura dos portos, realizada por D. João (1808), teve amplas repercussões, pois na prática significou:

- (A) o aumento sensível das exportações sobre as importações, com a restauração da balança de pagamentos.
- (B) o estabelecimento de maiores laços comerciais com Lisboa, conforme o plano de Manuel Nunes Viana, paulista de grande prestígio.
- (C) manutenção da política econômica mercantilista, segundo defendia José da Silva Lisboa.
- (D) o rompimento do pacto colonial, iniciando em novo processo que culminou com a Independência.
- (E) a intensificação do processo de independência econômica do Brasil, em face da liberdade industrial.

272. A respeito da Revolução Pernambucana de 1817, considere as seguintes afirmativas:

- I. Foi marcada por forte sentimento antilusitano, resultante do aumento dos Impostos e dos grandes privilégios concedidos aos comerciantes portugueses.
- II. Não contou com o apoio de religiosos e militares, tendo apenas a adesão dos demais segmentos da população,
- III. Foi uma revolta sangrenta que durou mais de dois meses e deixou profundas marcas no Nordeste, com os combates armados passando de Recife para o sertão, estendendo-se também a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- IV. A revolta foi sufocada apenas dois anos depois por tropas aliadas, reunindo forças armadas portuguesas, francesas e inglesas.
- V. Propunha a República, com igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não previa a abolição da escravidão.

São verdadeiras apenas as afirmativas:

- (A) I, III e V
- (B) I, II e III
- (C) I, IV e VI
- (D) II, III e IV
- (E) II, III e V

273. (ESCS DF) O primeiro passo para o desmonte do sistema de colonização nas Américas foi a declaração de independência das treze colônias inglesas da América do Norte, em 1776, fato que exerceu influência também na Revolução Francesa, iniciada em 1789, mesmo ano em que era desmantelada, no Brasil, a Inconfidência Mineira. As circunstâncias da política europeia nos primeiros anos do século XIX influenciaram os movimentos de emancipação das colônias espanholas e levaram o reino português a tomar inédita decisão, a qual acabou por constituir importante elemento para o avanço do processo que levaria à Independência do Brasil, em 1822.

Quando se menciona a inédita decisão do reino português que teria sido decisiva para a Independência do Brasil, o que se tem em mente é:

- (A) o decreto de proibição do tráfico e de utilização do trabalho escravo em todo o império colonial português, o que atingiu frontalmente os interesses da oligarquia brasileira.
- (B) a transferência do Estado português para a Colônia, o que, entre outros desdobramentos, redundou no fim do monopólio metropolitano, com a abertura dos portos ao comércio internacional.
- (C) a condenação dos inconfidentes a penas variadas, reservando-se a mais pesada delas, a morte, ao líder do movimento, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.
- (D) a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em clara demonstração de que o eixo econômico colonial passaria a girar essencialmente em torno do café.
- (E) a transferência a empresários ingleses do direito de exploração das alfândegas brasileiras por um período não inferior a noventa e nove anos.

274. No Congresso de Viena, concluído em 1815, pouco antes da derrota de Napoleão em Waterloo, os soberanos europeus vitoriosos fixaram os destinos da Europa. Nessa reconstrução geopolítica:

- (A) a Inglaterra, lesada em posições estratégicas, perdeu definitivamente o domínio dos mares para potências emergentes, como Espanha e Itália.
- (B) a nova carta político-territorial da Europa assegurou o equilíbrio entre as grandes potências ao reconhecer as aspirações nacionais.
- (C) a França, apesar da derrota, foi poupada, não perdendo seus territórios nem sendo obrigada a pagar indenizações de guerra, em nome do equilíbrio europeu.
- (D) a Rússia abdicou de qualquer pretensão de tornar-se a potência dominante da Europa oriental, enquanto a Áustria, que conquistou a Bélgica, perdeu seus domínios na Itália.
- (E) o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, o que permitiu a permanência da família real no continente americano, sem perda do trono.

275. (FMABC SP) "Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das Potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha leal Coroa, ou em navios dos meus vassalos (...).Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produtos coloniais, à exceção do Pau-Brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias (...)."

Príncipe D. João, 28/1/1808. Citado por Ilmar Rohloff de Mattos e Luis Affonso Seigneur de Albuquerque. Independência ou morte. A emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991, p. 16-17.

O documento indica a abertura dos portos brasileiros, em 1808. Podemos afirmar que:

- (A) tal decisão provocou forte dependência econômica brasileira em relação aos Estados Unidos, que passaram a dominar o comércio nas Américas.
- (B) entre as "Potências que se conservam em paz e harmonia com a minha leal Coroa", é possível incluir a Inglaterra e a França.
- (C) tal decisão desagradou aos países aliados de Portugal, que preferiam contar com a intermediação da metrópole.
- (D) entre os "estrangeiros" que podem "exportar para os Portos", é possível incluir os navegantes espanhóis e italianos.

(E) tal decisão eliminou o exclusivo metropolitano, que regulara as relações comerciais entre metrópole e colônia.

276. (UEFS BA) Após turbulenta travessia transatlântica, sob a escolta da marinha britânica, a Família Real, no porto, sentia-se mais segura! Afinal, descortinava-se diante dos seus olhos uma cidade possuidora de uma vista magnífica. Por enquanto, ela escondia seus encantos e desencantos, melhor percebidos nos trinta e cinco dias que se seguiram. (ANDRADE. 2008, p, 57).

ANDRADE, M.J. Sylvia Menezes de Athaide (org.). A Bahia na época de D. João: a chegada da Corte portuguesa. 1808. Salvador: Museu de Arte da Bahia: Solisluna Design e Editora, 2008.

A convivência entre a marinha britânica, a Família Real portuguesa e o porto de Salvador, no início do século XIX, como indicado no texto, resultava da

- (A) liberdade de comércio com todas as nações, que existia no Brasil desde o início da colonização, no século XVI.
- (B) turbulência na política europeia, quando a França napoleônica entrou em conflito comercial e político com a Inglaterra e Portugal.
- (C) dominação inglesa sobre Portugal, que impedia o comércio baiano de exportar seus produtos para outras regiões da Europa.
- (D) decisão da Corte portuguesa de permanecer na Bahia, que seria elevada à condição de Capital do Reino Unido a Portugal.
- (E) pobreza da cidade do Salvador, que levou a Família Real a promover investimentos no seu desenvolvimento urbano, com o objetivo de transformá-la no principal porto de exportação dos produtos coloniais.

277. (Fuvest) Podemos afirmar que tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador de 1824:

- (A) o descontentamento com as barreiras econômicas vigentes foi decisivo para a eclosão dos movimentos.
- (B) os proprietários rurais e os comerciantes monopolistas estavam entre as principais lideranças dos movimentos.
- (C) a proposta de uma república era acompanhada de um forte sentimento antilusitano.
- (D) a abolição imediata da escravidão constituía-se numa de suas principais bandeiras.
- (E) a luta armada ficou restrita ao espaço urbano de Recife, não se espalhando pelo interior.

278. (UNESP SP) Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar "os enormes recursos naturais" e as potencialidades do Império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local.

(Maria Odila Leite da Silva Dias.  
A interiorização da metrópole e outros estudos, 2005.)

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, ocorrida em 1808 e citada no texto, foi provocada, sobretudo:

- (A) pelo fim da ocupação francesa em Portugal e pelo projeto, defendido pelos liberais portugueses, de iniciar a gradual descolonização do Brasil.
- (B) pela pressão comercial espanhola e pela disposição, do príncipe regente, de impedir a expansão e o sucesso dos movimentos emancipacionistas na colônia.
- (C) pelo interesse de expandir as fronteiras da colônia, avançando sobre terras da América Espanhola, para assegurar o pleno domínio continental do Brasil.
- (D) pela invasão francesa em Portugal e pela proximidade e aliança do governo português com a política da Inglaterra.
- (E) pela intenção de expandir, para a América, o projeto de união ibérica, reunindo, sob a mesma administração colonial, as colônias espanholas e o Brasil.

279. (PUC RS) A chegada da Família Real ao Brasil trouxe incremento à vida cultural e modificações de ordem político-administrativa, com reflexos na economia.

Considerando a primeira metade do século XIX, é correto apontar, como exemplo de medida adotada,

- (A) o início do monopólio comercial da Colônia, com o fechamento dos portos às nações amigas.
- (B) a proibição para o funcionamento de indústrias no território.
- (C) a promoção da melhoria de aeroportos e a duplicação de estradas.
- (D) a criação do Ministério da Educação, Desportos e Turismo.
- (E) a criação de instituições científicas, artísticas e financeiras, algumas ainda existentes.

280. (Fuvest) Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:

- (A) pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros.
- (B) porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da independência dos Estados Unidos.
- (C) como consequência do processo político desencadeado pela instalação da corte portuguesa na colônia.
- (D) pelo fascínio que a pompa e o luxo da corte monárquica exerciam sobre os colonos.
- (E) em oposição ao regime republicano português implantado pelas cortes.

281. (Curso Cidade) Sobre a Revolução Liberal do Porto e seus impactos no Brasil, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.

- I. A Revolução Liberal do Porto, ocorrida em Portugal em 1820, visava retirar a antiga sede do império luso da opressiva situação em que jazia, desprovido que estava da presença de seu soberano, asfixiado pelo marasmo econômico, subordinado à autoridade dos inoperantes governadores do reino e sujeito à arrogância do marechal Beresford e das tropas inglesas de ocupação.
- II. Os objetivos primordiais do movimento eram o de submeter o rei ao controle do congresso e restabelecer a supremacia europeia sobre o restante do império.
- III. Revogando as medidas adotadas por D. João VI, as cortes de Lisboa conseguiram avançar, num primeiro momento, no processo de recolonização do Brasil.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente I e III

282. (Curso Cidade) Sobre o processo de independência do Brasil, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.

- I. Diante das arbitrariedades das cortes de Lisboa, D. Pedro – então Príncipe Regente no Brasil – articula-se com a elite coimbrã para tentar construir uma monarquia mais próxima das concepções do absolutismo ilustrado.
- II. Como um dos atos que apontaram no sentido da ruptura com Portugal, pode-se mencionar o Manifesto aos povos do Brasil de Gonçalves Ledo e o Manifesto às nações amigas, redigido por José Bonifácio que já assumiam, em agosto de 1822, a separação como fato consumado.
- III. O episódio do Grito do Ipiranga, proferido a 7 de setembro de 1822, comemorado como data nacional, não teve significado especial não sendo sequer noticiado pela imprensa da época, exceto por breve comentário no jornal fluminense O Espelho.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I,II e III

283. (Curso Cidade) Sobre o processo de independência do Brasil, sua consolidação e conflitos internos, analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta

- I. Enquanto a adesão do Rio de Janeiro à causa do príncipe parecia inquestionável, as resistências apareciam em outros pontos do país, principalmente nas províncias do Norte, onde era grande a concentração de comerciantes portugueses ligados ao comércio de exportação e importação, e numeroso o efetivo das tropas portuguesas lá sediadas.
- II. Para enfrentar as tropas do general Madeira, sediadas na Bahia que se recusavam a obedecer às ordens do príncipe, José Bonifácio contratara os serviços do general francês Pedro Labatut.

- III. A Bahia constituiu-se como o principal foco de resistência lusa no contexto da independência não sendo observados conflitos ao sul do Brasil.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) Somente II e III

## 2. BRASIL IMPÉRIO

284. (Curso Cidade) Sobre o processo de construção do Estado brasileiro durante o Primeiro Reinado (1822-1831) analise as afirmativas a seguir e marque a opção correta.

- I. O projeto de constituição estabelecido na Assembleia Constituinte de maio de 1823 determinava, entre outros aspectos, o fortalecimento do legislativo em detrimento dos poderes do Imperador. Estabelecia uma monarquia hereditária e representativa, constituída pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Imperador não poderia impedir nem dissolver a reunião da Assembleia, mas apenas adiá-la ou prorrogá-la.
- II. Dos conflitos oriundos da entre o poder legislativo, que pretendia limitar o poder do Imperador, e este último, não aceitando tal condição, resultou a dissolução da Assembleia Constituinte em 23 de novembro de 1823 por D. Pedro I.
- III. A Constituição de 25 de março de 1824 notabilizou-se pela centralização política e administrativa, e pela concentração de poderes nas mãos do Imperador, que se manifestava a partir da criação do chamado poder moderador.

Estão corretas:

- (A) Somente I
- (B) Somente II
- (C) Somente III
- (D) Somente I e II
- (E) I, II e III

285. (UFSCAR SP)As elites coloniais, influenciadas pelo liberalismo, organizaram os movimentos de independência na América Latina.

Após esses movimentos, uma característica que diferenciou o Brasil foi:

- (A) a abolição imediata da escravidão.
- (B) a manutenção da unidade territorial.
- (C) a realização de ampla reforma agrária.
- (D) o fim da dependência econômica à Inglaterra.
- (E) o controle do governo pelas classes populares.

286. (Mackenzie) "A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e a escravidão da maioria dos habitantes do país."

(Emília V. da Costa)

A interpretação correta do texto anterior sobre a independência brasileira seria:

- (A) a nossa independência caracterizou-se pelo processo revolucionário que rompeu socialmente com o passado colonial.
- (B) a preservação da ordem estabelecida, isto é, escravidão, latifúndio e privilégios políticos da elite, seria garantida pelo novo governo republicano.
- (C) a rápida transformação da economia foi comandada pela elite política e econômica interessada na superação da ordem colonial.

- (D) o espírito liberal de nossas elites não impediu que estas mantivessem as estruturas arcaicas da escravidão e do latifúndio, sendo a monarquia a garantia de tais privilégios.
- (E) o rompimento com a dependência inglesa foi inevitável, já que após a independência o governo passou a incentivar o mercado interno e a industrialização.

287. (UECE) Atente ao que se diz a respeito dos dois partidos políticos denominados Partido Português e Partido Brasileiro, considerando os acontecimentos que culminaram com o processo de emancipação política brasileira de 1822.

- I. O Partido Português, composto em sua maioria por comerciantes portugueses, gostaria de ver mantidos os privilégios a eles proporcionados pela estrutura colonial e desejava o retorno de Dom Pedro a Portugal para que as medidas recolonizadoras fossem aplicadas.
- II. O Partido Brasileiro reunia burocratas, grandes proprietários de terras, advogados e investidores urbanos nascidos no Brasil. Esse grupo foi privilegiado pela abertura dos portos de 1808 e gostaria que fosse mantida a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

Acerca das duas proposições acima, é correto afirmar que:

- (A) ambas são verdadeiras.
- (B) I é falsa e II é verdadeira.
- (C) ambas são falsas.
- (D) I é verdadeira e II é falsa.

288. (UNITAU SP) "Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as instituições do antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um sentido mais restrito, não se apoiaram nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função".

COSTA, E. V. d. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.27.

Sobre o liberalismo no processo de Independência da Colônia portuguesa na América, é CORRETO afirmar:

- (A) Apesar da aparente ideia de liberdade, havia grandes contradições que impunham limites à utopia liberal, como era o caso da escravidão.
- (B) Foi utilizado intensamente como mecanismo contra o despotismo real português.
- (C) Apesar do sistema escravocrata, a instauração de uma nação nos moldes liberais no Brasil foi possível devido ao empenho do partido liberal em promover discursos convincentes.
- (D) As afinidades entre a corte portuguesa e os interesses coloniais baseados no liberalismo contribuíram para que fossem tomadas medidas para manter o príncipe no Brasil.
- (E) Foi, desde o início, organizado como uma forma de se opor frontalmente às pretensões radicais de democracia no Brasil.

289. (ESCS DF) A independência norte-americana foi o passo inicial do desmonte do Antigo Sistema Colonial. As ondas revolucionárias que sacudiram a Europa Ocidental na primeira metade do século XIX tiveram ressonância no outro lado do Atlântico, acompanhando o processo de emancipação das colônias espanholas e portuguesa. A respeito desse processo de independência latino-americana, assinale a opção correta.

- (A) Ao contrário do ocorrido no Brasil, o movimento pela emancipação política das colônias espanholas na América seguiu um caminho autônomo, desconhecendo as circunstâncias históricas que, naquele contexto, convulsionavam grande parte da Europa, inclusive a Península Ibérica.
- (B) Ciosa da necessidade de manter a salvo seus históricos interesses econômicos em Portugal, a Inglaterra, na condição de maior potência capitalista mundial no século XIX, procurou impor vários obstáculos à concretização da independência do Brasil.
- (C) Ao adotar a forma monárquica de governo, quando proclamou sua independência, o Brasil seguiu o exemplo da maior parte das antigas colônias espanholas, mas rompeu com o modelo republicano escolhido pelas colônias inglesas da América do Norte ao se emanciparem.
- (D) A transferência do Estado português para sua colônia americana, decisão tomada em face da difícil conjuntura política europeia, acabou por criar as condições favoráveis à independência do Brasil, a começar pela abertura dos portos ao comércio internacional, que pôs fim ao "pacto colonial".

290. (Fac. de Ciências da Saúde de Barretos SP) O problema inerente ao amadurecimento do capitalismo industrial na Inglaterra é de âmbito amplo e define o quadro geral das transformações do mundo ocidental nesse período. A luta entre os interesses mercantilistas e o liberalismo econômico se processaria de forma intensiva na Inglaterra do século XIX, afetando



drasticamente a política de todos os países coloniais diretamente relacionados com a expansão do Império britânico do comércio livre.

(Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole e outros estudos, 2005. Adaptado.)

Entre os efeitos produzidos no Brasil pelo processo histórico mencionado no texto, é correto incluir

- (A) o rompimento das relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra e o aumento significativo do comércio colonial com a França, no início do século XIX.
- (B) a ampliação do emprego de mão de obra escrava e a repressão ao movimento abolicionista, que só veio a alcançar seu principal objetivo no final do século XIX.
- (C) a reorganização do Império português a partir da transferência da família real para a colônia, em 1808, e a intensificação das ações pela independência.
- (D) o aumento das exportações brasileiras de açúcar, na metade do século XIX, e o desestímulo à produção de algodão, provocado pela baixa demanda da mercadoria.
- (E) a aproximação política e comercial do Brasil com os demais países da América e a submissão do país, a partir de 1822, aos interesses comerciais norte-americanos.

291. (PUC RJ) Considere as afirmações abaixo sobre a crise do Antigo Sistema Colonial e a Independência do Brasil (1822).

- I. O movimento intelectual chamado de Iluminismo teve grande influência na crise do Antigo Sistema Colonial, pois, além de criticar as bases do Antigo Regime, como o absolutismo monárquico e os privilégios da nobreza, condenava também o sistema colonial e o monopólio comercial.
- II. Os conflitos na Europa decorrentes da expansão do império napoleônico estiveram na base desse processo, na medida em que Napoleão, tentando bloquear o acesso da Inglaterra ao mercado colonial ibérico, invadiu Espanha e Portugal, precipitando, assim, o processo de independência da América.
- III. A vinda da corte portuguesa para o Brasil é considerada como um fator que retardou o processo de independência brasileiro, pois a presença do monarca lusitano na América estreitou ainda mais os laços entre Brasil e Portugal, tornando o primeiro ainda mais dependente do segundo.
- IV. A Independência do Brasil foi marcada por um forte conflito entre o novo país e a sua antiga metrópole europeia, devido à rejeição das elites político-econômicas da antiga colônia portuguesa ao modelo agroexportador implantado pela coroa lusitana, baseado na grande propriedade da terra e na mão de obra escrava.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

292. (UERJ) ... é comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo Príncipe, e depois Rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação, em 1810.

(Monteiro, Hamilton de Mattos. In: Linhares, Maria Yedda. História Geral do Brasil. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129.)

O trecho anterior se refere ao processo de:

- (A) abolição da escravidão.
- (B) independência do Brasil.
- (C) descolonização da região Sul do país.
- (D) desenvolvimento industrial no Brasil.

293. (UECE) Sobre o processo que resultou no pronunciamento de D. Pedro I, no dia 09 de janeiro de 1822, para a multidão reunida diante do Paço Imperial (o dia do Fico), considere as seguintes afirmações.

- I. O processo representou o desacordo com Portugal que exigia o seu regresso à Lisboa.
- II. O processo representou o fortalecimento do Partido Brasileiro, explícito na composição do novo Ministério.
- III. O processo representou o rompimento dos laços políticos formais com Portugal.

É correto o que se afirma:

- (A) em I, II e III.
- (B) apenas em I.
- (C) apenas em III.
- (D) apenas em I e III.

294. (Ufrn) Sobre a independência política do Brasil, Cáceres comenta:

A independência foi obra dos proprietários rurais e grandes comerciantes. Esses beneficiários da sociedade colonial não pensaram na formação de uma nova sociedade, na abolição da escravidão e na promoção das camadas marginalizadas. O liberalismo, segundo a visão desses segmentos, consistia em acabar com os últimos resquícios do sistema colonial, limitar o poder do imperador, mas mantendo a forma monárquica de governo.

CÁCERES, Florival. História do Brasil. São Paulo: Moderna, 1995. p. 153.

Essas ideias dominaram a Assembleia Constituinte. O projeto constitucional de 1823, por ela elaborado, expressou fortemente os interesses das facções aristocráticas, uma vez que

- (A) instituiu que o eleitor ou candidato aos cargos de deputado e senador teria que comprovar elevada renda, proveniente, sobretudo, da atividade agrícola.
- (B) estabelecia o exercício do poder moderador como atribuição exclusiva do imperador, que poderia interferir em decisões tomadas pelo Legislativo ou Judiciário.
- (C) adotava diretrizes políticas que privilegiavam os proprietários de terras e de escravos e os grandes comerciantes portugueses que tivessem renda em dinheiro.
- (D) determinava a adoção do voto universal para os homens brancos, livres e cristãos, mas impedia que mulheres, escravos e não-católicos se expressassem nas eleições.

295. (UNESP SP) A Independência do Brasil do domínio português significou o rompimento com:

- (A) a economia europeia, sustentada pela exploração econômica dos países periféricos.
- (B) o padrão da economia colonial, baseado na exportação de produtos primários.
- (C) a exploração do trabalho escravo e compulsório de índios e povos africanos.
- (D) o liberalismo econômico e a adoção da política metalista ou mercantilista.
- (E) o sistema de exclusivo metropolitano, orientado pela política mercantilista.

296. (UNIFESP SP) Encerrado o período colonial no Brasil, entre as várias instituições que a metrópole implantou no país, uma sobreviveu à Independência. Trata-se das:

- (A) Províncias gerais.
- (B) Milícias rurais.
- (C) Guardas nacionais.
- (D) Câmaras municipais.
- (E) Cortes de justiça.

297. (Fgv) Iniciados os trabalhos da Constituinte [em maio de 1823], José Bonifácio procurou articular em torno de si os propósitos dos setores conservadores, além de esvaziar radicais e absolutistas.

Na prática, José Bonifácio (...) procurou imprimir um projeto conciliador entre as pretensões centralizadoras e os anseios das elites rurais. O papel do imperador deveria ser destacado dentro da organização do novo Estado, já que em torno de sua figura se construiria a unidade territorial do novo país.

(Rubim Santos Leão de Aquino et alii, "Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais")

No momento em que os trabalhos constituintes eram iniciados, a manutenção da unidade territorial do Brasil corria riscos em virtude:

- (A) da ocupação exercida por forças militares portuguesas na Bahia, no Pará e na província Cisplatina.
- (B) das pressões inglesas para que as regiões próximas da bacia amazônica fossem separadas do Brasil.
- (C) da Revolta dos Farrapos, que lutava pela emancipação das províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.
- (D) da adesão de Gonçalves Ledo ao partido brasileiro, que defendia uma ampla autonomia do nordeste brasileiro.
- (E) de o anteprojeto constitucional - a Constituição da Mandioca - apontar para uma ordem administrativa igual à dos EUA.

298. (Pucmg) O reconhecimento da nossa independência política enfrentou sérias dificuldades nas negociações entre Brasil e Portugal, as quais só conseguiram ser sanadas com apoio da Inglaterra, que exigiu em troca:

- (A) a revogação do decreto de D. João VI que permitira a instalação de fábricas e manufaturas no país desde 1808.
- (B) a manutenção de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos portugueses nos portos brasileiros.
- (C) a renovação dos tratados de 1810 e a promessa brasileira de extinguir o tráfico negreiro no prazo de três anos.
- (D) a abolição imediata da escravidão africana no Império sem a devida indenização à elite rural brasileira.

299. (UESPI) Os processos históricos de emancipação das nações latino-americanas mostraram a opressão que essas nações viveram sob o jugo dos países europeus. No caso do Brasil, essa emancipação, em 1822:

- (A) representou o afastamento definitivo da política portuguesa.
- (B) teve influência marcante das idéias socialistas e libertárias.
- (C) conservou relações tradicionais, decepcionando os mais radicais.
- (D) foi incentivada pela Inglaterra, provocando o fim da escravidão.
- (E) trouxe mudanças sociais importantes para as regiões mais pobres.

300. (EsFCEx - 2013) Quando tratamos da Independência do Brasil e da formação do Império brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) ocorreu um processo de continuidade e também de ruptura entre colônia e metrópole.
- (B) o ano de 1822 foi o marco decisivo para a formação nacional.
- (C) ocorreu a inauguração de valores e costumes muito diferentes dos portugueses.
- (D) houve a permanência do mesmo linguajar político utilizado na colônia.
- (E) se verificou a permanência da mesma cultura política vivenciada na colônia.

301. O texto abaixo foi extraído da Constituição do Império outorgada em 1824.

Art. 91 Têm votos nestas eleições primárias:

1º Os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos;

2º Os estrangeiros naturalizados;

Art. 92 São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

[...]

5º Os que não tiverem renda líquida anual de 100\$rs por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Com base no texto, analise as afirmativas.

- I. O Império nasceu como uma democracia plena na qual os direitos políticos de todos foram assegurados.
- II. O Império nasceu como um estado desigual no qual apenas as pessoas com posses e status social podiam votar e ser votadas.
- III. A maioria da população do Brasil durante o Império podia votar e ser votada.
- IV. A maioria da população no Brasil Império ficou excluída do direito a voto.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

302. A Constituição de 1824 estabeleceu os direitos políticos dos cidadãos que poderiam participar das eleições no Brasil. Dentre as situações propostas, identifique a que indica a pessoa que poderia votar de acordo com os preceitos constitucionais.

- (A) Um homem liberto, maior de 21 anos, de nacionalidade brasileira, exercendo a profissão de professor, poderia apenas votar nas eleições de deputados e senadores.
- (B) Um brasileiro nato ou naturalizado, maior de 25 anos, com renda líquida anual superior a duzentos mil réis, tinha o direito de votar nas eleições de deputados e senadores.
- (C) Uma mulher livre, maior de 30 anos, de nacionalidade brasileira, com renda líquida de 50 mil réis, tinha o direito político de votar pelo menos nas Assembleias Paroquiais.
- (D) Um membro do alto clero, maior de 25 anos, de nacionalidade portuguesa, mantido economicamente pela cúpula da Igreja, podia votar apenas nas eleições de senador.
- (E) Um proprietário de terras, maior de 21 anos, estrangeiro naturalizado, com renda inferior a 200 mil réis, tinha o direito de votar e ser eleito nas eleições de senador.

303. A Confederação do Equador (Pernambuco, 1824) foi um movimento regional de grande relevância na crise política do Primeiro Reinado. O movimento pernambucano radicalizou-se de forma notável, incluindo reivindicações de caráter popular no confronto com o poder imperial.

É correto afirmar que esse processo de radicalização foi condicionado:

- (A) Pela influência do movimento operário europeu, que começava a organizar-se segundo a perspectiva revolucionária do socialismo científico.
- (B) Pelo fortalecimento do movimento abolicionista na região, devido ao processo de modernização da lavoura canieira, que então se verificava.
- (C) Pelo apoio material dos comerciantes portugueses às frações radicais do movimento, objetivando o não-reconhecimento internacional da independência.
- (D) Pela liderança de imigrantes europeus, que pretendiam alterar a estrutura fundiária da região, baseada no latifúndio.
- (E) Pela necessidade dos grupos dominantes locais de mobilizar o apoio das camadas populares para sustentar o confronto com o poder central.

304. (Mackenzie) A abdicação de Pedro I, a 7 de abril de 1831, resultou:

- (A) na vitória do partido português, em seu projeto de restabelecer o Reino Unido.
- (B) na consolidação de nossa independência e do poder dos grandes proprietários, à frente do Estado Brasileiro.
- (C) no declínio da elite rural, em virtude de amplas reformas sociais após a queda do imperador.
- (D) em maior estabilidade política, traço que caracterizou o Período Regencial.
- (E) na superação imediata da crise econômica que afligia o país.

305. O Primeiro Reinado (1822-1831) marcou o início da vida nacional após desfazer-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, instituído em 1815.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- I. Politicamente regeu-se, em maior parte, pela Carta Imperial ou Constituição de 1824.
- II. No plano externo, enfrentou a Argentina ou Províncias Unidas do Prata, que tentara anexar a Província Cisplatina (Uruguai).
- III. Internamente, ocorreu a revolta denominada Confederação do Equador, a qual foi derrotada e seus líderes anistiados.
- IV. No plano econômico a grande exportação de café permitiu expressivos saldos comerciais e ótima situação do tesouro nacional.

Estão corretas:

- (A) as opções I, III e IV.
- (B) as opções II, III e IV.
- (C) as opções I, II e IV.
- (D) as opções III e IV.
- (E) apenas I e II.

306. O Primeiro Reinado (1822-1831) marcou o início da vida nacional após desfazer-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, instituído em 1815.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- I. Politicamente regeu-se, em maior parte, pela Carta Imperial ou Constituição de 1824.
- II. No plano externo, enfrentou a Argentina ou Províncias Unidas do Prata, que tentara anexar a Província Cisplatina (Uruguai).
- III. Internamente, ocorreu a revolta denominada Confederação do Equador, a qual foi derrotada e seus líderes anistiados.
- IV. No plano econômico a grande exportação de café permitiu expressivos saldos comerciais e ótima situação do tesouro nacional.

Estão corretas:

- (A) as opções I, III e IV.
- (B) as opções II, III e IV.
- (C) as opções I, II e IV.
- (D) as opções III e IV.
- (E) apenas I e II.

307. (IFSC) Após a emancipação política do Brasil, o império foi instalado e, em 1824, foi outorgada a primeira constituição desse nascente país. Sobre a Constituição de 1824, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A partir da Constituição de 1824, a cidadania brasileira foi estendida aos escravos.
- (B) A Constituição de 1824 previa o Estado laico e a liberdade religiosa.
- (C) A Constituição de 1824 previa a divisão em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (D) A Constituição de 1824 instituiu o voto censitário, determinado pela renda do eleitor.
- (E) O Brasil foi o primeiro país do mundo a garantir, através da Constituição de 1824, a igualdade entre homens e mulheres.

308. (ESPM) ...uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

(Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in História do Brasil: uma interpretação)

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático- imperial de Pedro I.

Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- (A) Revolução Pernambucana de 1817;
- (B) Sabinada;
- (C) Cabanagem;
- (D) Balaiada;
- (E) Confederação do Equador.

309. (Ufes) "Havendo Eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano próximo passado, a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes, e havendo a dita Assembleia perjurado ao tão solene juramento que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem dissolver a mesma Assembleia..."

LINHARES, M. Y. "História Geral do Brasil". Rio de Janeiro: Campus, 1996.

A passagem acima é parte integrante do Decreto de D.Pedro I, de 12 de novembro de 1823, que mandava cercar e evacuar o prédio no qual estava instalada a primeira Assembleia Constituinte do Brasil.

Essa Constituinte foi fechada porque:

- (A) defendia a dupla cidadania - Brasil e Portugal - para brasileiros e portugueses residentes no Brasil.
- (B) previa, no projeto da Constituição em pauta, uma monarquia absolutista, na qual o monarca era uma figura inviolável.

- (C) ousou desafiar o projeto de soberania do Imperador, tirando-lhe o direito não só de vetar, mas também de sancionar os atos dos constituintes.
- (D) era dominada pelo Partido Português, que defendia uma Monarquia Parlamentar como Reino Unido a Portugal.
- (E) inseriu no projeto da Constituição o Quarto Poder, o Moderador, que deveria ser exercido pelo Imperador.

310. (Unesp) Brasileiros do norte! Pedro de Alcântara, filho de d. João VI, rei de Portugal, a quem vós por uma estúpida condescendência com os brasileiros do sul aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-nos (...). Não queremos um imperador criminoso, sem fé nem palavras; podemos passar sem ele! Viva a Confederação do Equador! Viva a constituição que nos deve reger! Viva o governo supremo, que há de nascer de nós mesmos!

(Proclamação de Manuel Paes de Andrade, presidente da Confederação do Equador, 1824.)

A proclamação de Manuel Paes de Andrade deve ser entendida:

- (A) no contexto dos protestos desencadeados pelo fechamento da Assembleia Constituinte e da outorga, por D. Pedro I, da Carta Constitucional.
- (B) como um desabafo das lideranças da região norte do país, que não foram consultadas sobre a aclamação de D. Pedro.
- (C) no âmbito das lutas regionais que se estabeleceram logo após a partida de D. João VI para Portugal.
- (D) como resposta à tentativa de se estabelecer, após 1822, um regime controlado pelas câmaras municipais.
- (E) como reação à política adotada pelo Conselho de Estado, composto em sua maioria por portugueses.

311. (Ufpr) Com a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831, o fracasso do primeiro reinado tomou corpo. Com relação a isso, considere os fatos a seguir:

- I. A imigração europeia para o Brasil ocorrida nesse período.
- II. A eclosão da guerra na Província Cisplatina (1825-1828) contra as Províncias Argentinas, a qual consumiu recursos do Estado em formação, e cujo principal resultado foi a criação da República Oriental do Uruguai, em 1828.
- III. A indisposição do Imperador nas negociações com os deputados das províncias do Brasil, que levou ao fechamento da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, e à imposição de uma carta constitucional em 1824.
- IV. A queda do gabinete dos Andradas, que levou o Imperador a se cercar de inúmeros portugueses, egressos de Portugal ainda ao tempo do governo de D. João VI.

Tiveram influência direta no desfecho do primeiro reinado os fatos apresentados em:

- (A) I, III e IV somente.
- (B) III e IV somente.
- (C) II, III e IV somente.
- (D) I, II e III somente.
- (E) I e II somente.

312. (UECE) No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- 1. ( ) A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.
- 2. ( ) As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.
- 3. ( ) Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.
- 4. ( ) A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos. A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, V, V, F.
- (B) V, F, F, V, V.
- (C) V, F, F, V, V.
- (D) V, V, V, F, F.

313. (CEFET MG) Com a naturalidade de um soberano que sabia usar da autoridade em sua plenitude, D. Pedro criou a Ordem do Cruzeiro. Não será certamente coincidência que o ato aproximava-se daquele de Napoleão Bonaparte ao estabelecer a legião de Honra (1802). Também a coroação de 10 de dezembro tivera como modelo, em grande medida por intermédio da competência de Jean-Baptiste Debret, a cerimônia de sagração do imperador francês.

A criação da honorífica Ordem do Cruzeiro por D. Pedro I representava a:

- (A) limitação do imperador em remunerar financeiramente os feitos públicos.
- (B) preocupação em disseminar os ideais revolucionários franceses no Brasil.
- (C) concessão de privilégios sociais em oposição ao modelo estamental europeu.
- (D) inspiração nos ideais liberais divulgados pela imprensa dos radicais jacobinos.
- (E) manutenção de práticas típicas das monarquias absolutistas na nação independente.

314. (IFPE) Após a independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822, as elites locais estruturaram o novo país a partir de uma série de códigos legais, como a Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código Comercial de 1850, entre outros. Sobre a Constituição de 1824, assinale a alternativa que corresponde a uma de suas características.

- (A) Aboliu a escravidão, prevendo o pagamento de uma indenização para os antigos proprietários de escravos.
- (B) Estabeleceu a eleição direta para Imperador, Presidentes de Províncias e Deputados e Juizes de paz.
- (C) Criou os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, este último a ser exercido pelo Imperador.
- (D) Ampliou o direito ao voto para homens e mulheres acima de 21 anos, sem necessidade de comprovação de renda.
- (E) Estabeleceu que tanto o Catolicismo como os Protestantismos seriam as religiões oficiais do Estado, evitando conflitos de interesse entre ambas.

315. (Fgv) "A propagação das ideias republicanas, antiportuguesas e federativas (...) ganhou ímpeto com a presença no Recife de Cipriano Barata, vindo da Europa, onde representava a Bahia nas Cortes. É importante ressaltar (...) o papel da imprensa na veiculação de críticas e propostas políticas (...). Os Andradas, que tinham passado para a oposição depois das medidas autoritárias de D. Pedro, lançaram seus ataques através de 'O Tamoio'; Cipriano Barata e Frei Caneca combateram a monarquia centralizada, respectivamente na 'Sentinela da Liberdade' e no 'Íbis Pernambucano'."

(Boris Fausto, "História do Brasil")

A conjuntura exposta no texto anterior refere-se à emergência da:

- (A) Rebelião Praieira;
- (B) Cabanagem;
- (C) Balaiada;
- (D) Sabinada;
- (E) Confederação do Equador.

316. (Pucpr) "Art. 26 - Se o Imperador não tiver parente algum que reúna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Império governado durante a sua menoridade por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos..."

"Art. 32 - Fica suprimido o Conselho de Estado de que trata o título 5, capítulo 79 da Constituição".

Os artigos citados compuseram:

- (A) A Constituição Imperial de 1824.
- (B) O Ato Adicional de 1834.
- (C) A Lei de Interpretação do Ato Adicional.
- (D) O anteprojeto de Antônio Carlos, "A Constituição da Mandioca", que não terminou de ser debatido em função da Dissolução da Assembleia Constituinte em 1823.
- (E) A Declaração ou Lei da Maioridade.

317. (IFRS) No ano de 2013, quase cento e oitenta anos depois de falecido, o Imperador D. Pedro I voltou a ser notícia. Seus restos mortais foram alvo de uma detalhada exumação que revelou mais informações a respeito de suas condições de saúde e circunstâncias de sua morte. Trasladado para o Brasil em 1972, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da independência, esta foi a primeira vez em que o cadáver do primeiro imperador brasileiro foi alvo de análise mediante o emprego de alta tecnologia.



A partir das informações presentes no enunciado e considerando as circunstâncias da morte, bem como a transferência dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A proclamação da República em Portugal, ocorrida em 1971, teve como consequência o desprezo ao passado monárquico do país, o que levou ao envio dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil.
- (B) Ao renunciar ao trono brasileiro em favor de seu filho, D. Pedro I acabou voltando a Portugal para combater seu irmão D. Miguel, que tomara o trono real, morrendo logo após derrotá-lo, foi enterrado por lá, repousando em solo português até as comemorações dos cento e cinquenta anos da independência brasileira.
- (C) O desprezo de D. Pedro II durou por toda a vida, fato que fez com que se mantivessem afastados do Brasil os restos mortais de seu pai (morto na miséria), prática que perdurou durante a República instalada em 1889, tendo sido lembrado apenas quando os militares assumiram o poder em 1964, repatriando-o como forma de homenagem.
- (D) Considerado traidor da Coroa portuguesa, ao pisar naquele país em 1831, D. Pedro I foi preso, julgado, condenado e degredado para uma colônia africana aonde veio a falecer e seu cadáver acabou enterrado em lugar incerto, o mesmo sendo considerado perdido até 1972, quando então foi mandado de volta para o Brasil.
- (E) Em virtude de não ter reconhecido a independência brasileira, Portugal manteve a guarda dos restos mortais do primeiro imperador como forma de afrontar sua ex-colônia, conduta adotada até 1972, ano em que formalmente aceitou a separação do Brasil.

318. (IFSC) O reinado de D. Pedro I foi marcado por controvérsias. O aclamado "Defensor Perpétuo do Brasil" mostrou-se uma figura bastante autoritária. Sobre as razões que levaram ao desgaste da imagem da figura de D. Pedro I, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os jornalistas brasileiros apoiaram D. Pedro I por promulgar a Constituição de 1824.
- (B) A imprensa denunciou os absurdos do império por devolver o Uruguai para a Argentina após a Guerra da Cisplatina.
- (C) O Império Brasileiro se manteve neutro frente à Confederação do Equador.
- (D) A elite brasileira criticou a postura de D. Pedro I ao abolir a escravidão.
- (E) O assassinato do jornalista Libero Badaró, o qual denunciava o autoritarismo do imperador.

319. (IFCE) Em março de 1824, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, que, dentre outras características, definia quatro poderes, voto censitário, forma de governo monárquica. Sobre isso, é **correto** dizer-se que:

- (A) esta Carta Magna foi diferente da de 1891, a primeira Republicana, pois contou com o voto aberto, universal e distrital, como forma expressa do liberalismo do Imperador.
- (B) apesar de definir quatro poderes, Executivo, Legislativo, judiciário e Moderador, eles funcionavam de forma independente e harmônica onde o Imperador exercia o executivo, e um Conselho Militar, o moderador.
- (C) ao se dizer que esta Constituição foi outorgada, fica claro que não houve participação popular nem representatividade democrática. Ela foi uma Constituição imposta pelo Imperador D. Pedro I.
- (D) o voto censitário estabelecido na Constituição de 1824 foi baseado na propriedade de terra, isto é, quem tivesse mais propriedades de terra teria mais direito político, ao poder se candidatar aos cargos legislativos mais elevados.
- (E) uma das inovações da Carta de 1824 foi, além do socialismo, a implantação de eleições censitárias para os cargos do poder judiciário.

320. (IFMG) Com relação ao Primeiro Reinado, é correto afirmar que:

- (A) a primeira Constituição do país, outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, foi a mais liberal da história do Brasil, marcada pelo estabelecimento da divisão dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (B) representou um momento de unidade nacional, no qual os conflitos foram extintos e as divergências sociais e regionais se desfizeram frente à centralização da nação.
- (C) foi marcado por conflitos entre o imperador e setores da sociedade inconformados com a postura absolutista do monarca, que culminaram com sua abdicação em favor de seu filho.
- (D) teve como característica principal a solidariedade entre a monarquia portuguesa e o jovem império brasileiro, fator que pode ser percebido na abdicação do trono brasileiro por Dom Pedro I para assumir o trono português, após a morte de Dom João VI.

321. Analise as afirmativas abaixo e marque a resposta correta.

- I. A Constituição brasileira de 1824, esquivando-se do federalismo, estabeleceu o sistema monárquico unitário para o País.
- II. A Confederação do Equador, cujo centro de gravidade foi a Província de Pernambuco em 1824, foi um movimento de reação ao processo de centralização comandado por D. Pedro I.

III. A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador, foi facilmente aceita pelas regiões, pois eram frágeis as aspirações localistas naquele contexto político da história brasileira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

322. Analise as afirmativas sobre a Constituição brasileira de 1824 e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- 1. ( ) Conferiu caráter oficial à Igreja Católica.
- 2. ( ) Inovando, estabeleceu uma divisão de poderes em Executivo, Legislativo, Judicial e Moderador.
- 3. ( ) Foi aprovado pela reunião dos deputados em assembleia constituinte e legislativa.
- 4. ( ) Estabeleceu que o sistema de voto no Brasil seria indireto e censitário.

- (A) V – V – F – V
- (B) V – F – V – V
- (C) V – V – V – V
- (D) F – V – F – V
- (E) V – V – V – F

323. (EsFCEEx-2010) Sobre o período regencial no Brasil e a política externa (ultramarina) recolonizadora, assinale a alternativa correta.

Escolher uma resposta.

- (A) O contexto é marcado pelas ideias da Revolução do Porto e tal política tinha o objetivo de pressionar o então príncipe-regente. D. Pedro, a permanecer no Brasil e fortalecer o estatuto do reino.
- (B) A política recolonizadora buscou enviar de volta a Portugal as tropas mais próximas ao regente e fortalecer o Brasil com os grupos que apoiavam a política das cortes, a exemplo, das tropas no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.
- (C) Buscou-se fortalecer a imagem e autoridade do príncipe, com a criação de repartições e contratação de funcionários, principalmente para os tribunais.
- (D) Foram extintas as juntas governamentais das províncias e a comunicação entre as cortes lusitanas e a colônia passaram a ser realizadas diretamente entre Lisboa e Rio de Janeiro.
- (E) Foram reduzidas as taxas alfandegárias para os produtos transportados em navios estrangeiros.

324. Analise as afirmativas sobre a Constituição brasileira de 1824.

- I. O voto era censitário.
- II. Os libertos só podiam ser eleitos na primeira fase das eleições.
- III. A escravidão foi expressamente declarada no texto.
- IV. O voto dos analfabetos não era proibido.
- V. Os governantes provinciais eram nomeados pelo Imperador.

Assinale a opção que somente contém dispositivos da Constituição monárquica brasileira.

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

325. (UERN)“Como Imperador Constitucional (...) disse ao povo no dia primeiro de dezembro, em que fui coroado e sagrado, que minha espada defenderia a pátria, a nação e a constituição, se fosse digna do Brasil e de mim. Ratifico hoje, mui solenemente perante vós essa promessa, e espero que me ajudeis a desempenhá-la, fazendo uma constituição sábia e justa, adequada e executável (...)”

A partir da leitura atenta do texto e tendo em vista a outorga da Constituição de 1824, marque a alternativa correta.

- (A) A Constituinte de 1823 perjurou, aos olhos de D. Pedro I, as promessas e designações por ele estabelecidas.
- (B) Essa Constituição (1824) foi a confirmação dos anseios e propostas empreendidas pelo imperador no ano anterior a seus constituintes.
- (C) Ambas as constituições, tendo em vista o objetivo a que se propunham, lograram êxito e contribuíram para a estabilidade política do Império.
- (D) A Constituição de 1824, tanto quanto a de 1823 (da Mandioca) sinalizam o cunho democrático preconizado por D. Pedro I em seu governo.

326. (Mackenzie) Relativamente ao Primeiro Reinado, considere as afirmações a seguir.

- I. A dissolução da Constituinte, o estilo de governo autoritário e a repressão à Confederação do Equador aceleraram o desgaste político de Pedro I.
- II. O temor de uma provável recolonização, caso fosse restabelecida a união com Portugal, aprofundou os atritos entre brasileiros e portugueses.
- III. O aumento das exportações agrícolas, a estabilidade da moeda e a redução do endividamento externo foram os pontos favoráveis do governo de Pedro I.
- IV. A cúpula do exército, descontente com a derrota militar na Guerra Cisplatina, aderiu à revolta, que culminou na Abdicação do Imperador.

Então:

- (A) todas estão corretas.
- (B) todas são falsas.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas I, II e IV estão corretas.
- (E) apenas III está correta.

327. (Fuvest) Qual o papel conferido ao Imperador pela Constituição de 1824?

- (A) Subordinação ao poder legislativo.
- (B) Instrumento da descentralização político-administrativa.
- (C) Chave de toda a organização política.
- (D) Articulador da extinção do Padroado.
- (E) Liderança do Partido Liberal.

328. (UFAL) Estabelecido no Brasil pela Constituição Imperial de 1824, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I e posteriormente referendada pelas então poderosas Câmaras Municipais do Império, era definido, nos termos da própria Constituição, como "a chave de toda a organização Política", sendo "delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos." (Artigo 98).

Disponível em: <http://www.causaimperial.org.br>. Acesso em: 9 dez. 2013 (adaptado).

O texto se refere ao poder

- (A) Executivo.
- (B) Judiciário.
- (C) Moderador.
- (D) Legislativo.
- (E) Divino.

329. (Cesgranrio) A Constituição imperial brasileira, promulgada em 1824, estabeleceu linhas básicas da estrutura e do funcionamento do sistema político imperial tais como o(a):

- (A) equilíbrio dos poderes com o controle constitucional do Imperador e as ordens sociais privilegiadas.
- (B) ampla participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos.

- (C) laicização do Estado por influência das ideias liberais.
- (D) predominância do poder do imperador sobre todo o sistema através do Poder Moderador.
- (E) autonomia das Províncias e, principalmente, dos Municípios, reconhecendo-se a formação regionalizada do país.

330. (UEFS BA) A monarquia liberal estruturada, no Brasil, com a outorga da Constituição de 1824, conviveu, até o final do século XIX, com contradições relativas

- (A) à presença do trabalho escravo, da religião oficial e do Poder Moderador.
- (B) à manutenção dos laços de dependência com a Casa Portuguesa de Bragança e com a presença dos visitantes do Santo Ofício.
- (C) ao controle dos partidos políticos pelo Estado e à ausência de um sistema eleitoral.
- (D) à prática da reforma agrária nos moldes portugueses, concretizada com a aplicação da Lei de Terras, de 1880.
- (E) ao controle do sistema educacional pelo Estado Monárquico, que garantia o livre acesso de todos à escola.

331. (Fuvest) A Constituição Brasileira de 1824 colocou o Imperador à testa de dois Poderes. Um deles lhe era "delegado privativamente" e o designava "Chefe Supremo da Nação" para velar sobre "o equilíbrio e harmonia dos demais Poderes Políticos", o outro Poder o designava simplesmente "Chefe" e era delegado aos Ministros de Estado. Estes Poderes eram respectivamente:

- (A) Executivo e Judiciário
- (B) Executivo e Moderador
- (C) Moderador e Executivo
- (D) Moderador e Judiciário
- (E) Executivo e Legislativo.

332. (Pucrs) A Carta Constitucional de 1824 fixou um núcleo de poder político cujo exercício seria marcante no parlamentarismo monárquico brasileiro e que incluía as seguintes atribuições: empregar a força armada; escolher os senadores a partir de lista tríplice; sancionar e vetar atos do legislativo; dissolver a Câmara; nomear juízes.

Segundo a referida Constituição, esse conjunto de atribuições era exercido:

- (A) pelo Primeiro Ministro.
- (B) pelo Supremo Tribunal de Justiça.
- (C) pelo Monarca.
- (D) pela Câmara dos Deputados.

333. (Ufpe) A Constituição de 1824, elaborada por "homens probos e amantes da dignidade imperial e da liberdade dos povos", segundo o Imperador Pedro I, continha uma novidade em relação ao projeto de constituição de 1823: a criação do Poder Moderador. Assinale a alternativa que melhor define este Poder.

- (A) Com base no Poder Moderador, o Imperador restringiu os poderes dos regentes unos - Padre Diogo Feijó e Araújo Lima.
- (B) O Poder Moderador conferia à Câmara de Deputados a prerrogativa de vetar decisões do Imperador.
- (C) A Constituição de 1824 conferia ao Poder Moderador, que era exercido pelo Senado, nomear e demitir livremente os ministros de estado, conceder anistia e perdoar dívidas públicas.
- (D) O Poder Moderador era o quarto poder do Império e era exercido pelo Imperador Pedro I. Com base neste Poder, o Imperador poderia dissolver a câmara dos deputados, aprovar e suspender resoluções dos conselhos provinciais e suspender os magistrados, entre outras prerrogativas.
- (E) O Poder Moderador de invenção maquiavélica, atribuído a Benjamin Constant, foi responsável pelo golpe da maioria em 1840 pelo Conselho de Estado.

334. (Fgv) A Constituição Brasileira de 1824:

- (A) Foi elaborada e aprovada pela Assembleia Geral Constituinte e estabeleceu a organização do Estado a partir da divisão em três poderes: Legislativo, Judiciário e Moderador.
- (B) Ficou conhecida como a Constituição da Mandioca, em razão da adoção de um sistema censitário que definia pelo critério de renda e bens aqueles que poderiam votar e ser votados nas eleições gerais.
- (C) Foi elaborada pelo Conselho de Estado após a dissolução da Constituinte e, além dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, estabelecia o Poder Moderador, a ser exercido pelo monarca brasileiro.

- (D) Foi elaborada pelo Conselho de Estado após a dissolução da Constituinte e garantia forte autonomia às Províncias, apesar da implementação do Poder Moderador, a ser exercido pelo monarca brasileiro.
- (E) Foi elaborada pela Assembleia Geral Constituinte e caracterizou-se pela adoção dos princípios liberais, pela garantia da defesa dos direitos fundamentais do homem e pela adoção dos princípios federativos.

335. (UFT TO) Leia o texto com atenção.

“Os meses que medeiam da partida de D. João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitaram, resultou num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrolava exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de afastar da influência das cortes portuguesas (...). Resulta daí que a Independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto” (PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil:** Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense. pp. 52-53).

A respeito da Constituição de 1824, assinale a alternativa que a caracteriza CORRETAMENTE.

- (A) Liberal e descentralizadora, cuja principal fonte de poder estava localizada nas Assembleias Legislativas das províncias, conforme o modelo dos Estados Unidos da América.
- (B) Autoritária, mas o estabelecimento dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo garantia o respeito aos direitos políticos e sociais dos cidadãos.
- (C) Tipicamente liberal, com a divisão em três poderes, inspirada nas formulações de Montesquieu e, inclusive, prevendo uma federação de províncias.
- (D) Centralizadora e liberal, prevendo em seus artigos diversas garantias sociais e trabalhistas, o que desagradou a interesses dos proprietários de terras e escravos.
- (E) Centralizadora e autoritária, contando, além dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com a existência do Poder Moderador, o que fortalecia o poder do Imperador.

336. (Ufrj) Leia os textos a seguir, reflita e responda. “Após a Independência política do Brasil, em 1822, era necessário organizar o novo Estado, fazendo leis e regulamentando a administração por meio de uma Constituição. Para tanto, reuniu-se em maio de 1823, uma Assembleia Constituinte composta por 90 deputados pertencentes à aristocracia rural.(...) Na abertura dos trabalhos, o Imperador D. Pedro I revelou sua posição autoritária, comprometendo-se a defender a futura Constituição desde que ela fosse digna do Brasil e dele próprio”.

VICENTINO, C; DORIGO, G. "História Geral do Brasil." São Paulo: Scipione, 2001.

A Independência política do Brasil, em 1822, foi cercada de divergências, entre elas, o desagrado do Imperador com a possibilidade, prevista no projeto constitucional, de o seu poder vir a ser limitado, o que resultou no fechamento da Constituinte em novembro de 1823. Uma comissão, então, foi nomeada por D. Pedro I para elaborar um novo projeto constitucional, outorgado por este imperador, em 25 de março de 1824.

Em relação à Constituição Imperial, de 1824, é correto afirmar que nela:

- (A) foi consagrada a extinção do tráfico de escravos, devido à pressão da sociedade liberal do Rio de Janeiro.
- (B) foi introduzido o sufrágio universal, somente para os homens maiores de 18 anos e alfabetizados, mantendo a exigência do voto secreto.
- (C) foi abolido o padroado, assegurando ampla liberdade religiosa a todos os brasileiros natos, limitando os cultos religiosos aos seus templos.
- (D) o poder moderador era atribuição exclusiva do Imperador, conferindo a ele, proeminência sobre os demais poderes.
- (E) o poder executivo seria exercido pelos ministros de Estado, tendo estes total controle sobre o poder moderador.

337. (UFRN) Após ser proclamada a Independência do Brasil, o Império foi regido por uma Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824. Nos artigos referentes às eleições, lê-se:

CAPÍTULO VI  
Das Eleições

Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral e dos membros dos conselhos gerais das províncias serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais os eleitores de províncias e estes os representantes da nação e província.

Art. 91. Têm votos nestas eleições primárias:

- 1º) Os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos;
- 2º) Os estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais: [...]

5º) Os que não tiverem de renda líquida anual 100\$000 [100 mil réis] por bens de raiz [imóveis], indústria, comércio ou empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembleias primárias de Paróquias não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Constituição política do império do Brasil, edição fac-similar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.[Adaptado]

Os artigos citados permitem inferir que:

- (A) a doutrina de origem europeia, que inspirou a emancipação política e a Constituição, se opunha à ideia de igualdade.
- (B) o voto censitário, nos termos adotados no texto constitucional, caracterizou a chamada "Constituição da mandioca".
- (C) o texto constitucional imposto à Nação restringiu a participação política das camadas populares.
- (D) a implantação do voto censitário tornou o direito de votar restrito às elites latifundiárias.

338. (Puc-rio) Assinale a alternativa que identifica corretamente os critérios de cidadania política definidos pela Constituição do Estado Imperial, no Brasil, em 1824:

- (A) A vigência de um Estado laico impedia que membros da Igreja Católica ocupassem cargos públicos.
- (B) Os princípios da liberdade e da propriedade regulavam o exercício do voto.
- (C) O poder moderador permitia ao Imperador suspender os direitos políticos dos cidadãos.
- (D) Escravos e homens livres e pobres podiam votar, mas não podiam ocupar cargos políticos.
- (E) O sufrágio era censitário, permitindo o voto a homens e mulheres que possuísem a renda estipulada em lei.

339. (ESPCEX) Era "exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes". (COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- (A) Moderador.
- (B) Justificador.
- (C) Executivo.
- (D) Judiciário.
- (E) Legislativo.

340. (UEL PR)A Constituição Imperial de 1824 estabeleceu a divisão dos poderes em Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. O poder Moderador era exercido pelo imperador e tinha caráter centralizador.

Pode-se afirmar que o poder Moderador

- (A) impediu o imperador de nomear membros vitalícios do Conselho de Estado.
- (B) garantiu independência e autonomia aos magistrados do poder Judiciário.
- (C) oficializou ao Legislativo o exercício de controlar o Estado.
- (D) garantiu prerrogativas para o imperador controlar a política do país.
- (E) garantiu ao Executivo a suspensão dos atos imperiais.

341. (UESPI) A Constituição de 1824, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, marcou o início da institucionalização do poder monárquico no Brasil.

Essa Constituição:

- (A) criou o Poder Moderador de exclusividade do Imperador, o que na prática significava conceder-lhe poderes quase absolutos.
- (B) provocou a insatisfação em diversas províncias, estando na base da eclosão de diversas rebeliões, como a Confederação do Equador, a Sabinada e o Contestado.
- (C) favoreceu o reconhecimento do Brasil como nação independente, o que ocorreu sem reveses, à exceção dos Estados Unidos por conta da doutrina Monroe.
- (D) estabeleceu a eleição pelo voto censitário para os governadores das províncias.
- (E) determinou que representantes para o Senado e a Câmara seriam eleitos pelo voto direto e secreto.

342. (UEFS BA) Ao reconhecer a terra indígena Raposa Serra do Sol, situada em Roraima, [...], o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu 19 condições que podem criar um cenário preocupante para os índios da região e para futuros casos de demarcação e homologação de terras indígenas. Uma delas prevê que os índios não precisariam ser consultados pela União caso haja interesse do usufruto das riquezas naturais. Essa determinação é conflitante com as normas da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o Brasil ratificou. Quando o país aceita as proposições de acordos e tratados internacionais, consequentemente incorpora na sua legislação as recomendações desses documentos. Entre as normas da OIT, está estabelecido que os índios devem ser consultados antes que seja feita a exploração das riquezas de onde vivem.[...]

Para Ana Valéria Araújo, advogada e coordenadora-executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Supremo Tribunal Federal extrapolou o seu poder e criou leis que deveriam ter sido discutidas no âmbito do poder legislativo. "Neste caso, o Supremo atropelou a competência do Congresso Nacional", considera. A advogada ressalta que é no Congresso que os diversos setores da sociedade podem debater e defender os seus interesses e a lei representa o resultado dessa discussão. "O STF não foi eleito e ele não foi delegado pela sociedade para legislar. O que aconteceu é grave", avalia. (AO RECONHECER..., 2010).

A divisão da estrutura política em três poderes ocorreu a partir de um lento processo histórico, cujas características variaram conforme o tempo histórico e o espaço, como pode ser constatado

- (A) na Constituição brasileira de 1824, na medida em que a criação do Poder Moderador se sobrepôs aos poderes executivo, legislativo e judiciário, possibilitando, na prática, o exercício do poder de uma forma autocrática.
- (B) no Período Regencial, época em que a forma republicana passa a vigorar, no Brasil, estabelecendo um perfeito equilíbrio entre os três poderes e a autonomia das províncias, em relação ao governo central.
- (C) no Movimento Iluminista, quando Jean Jacques Rousseau defendeu a existência de uma divisão de poderes que pudesse viabilizar a posse da propriedade privada pelos trabalhadores e a construção de uma sociedade socialista.
- (D) no Marxismo, que defendeu o modelo tripartite como uma conquista burguesa a ser incorporada pelos operários na construção da sociedade comunista, etapa necessária para o advento do anarquismo.
- (E) no Movimento Revolucionário Francês, durante a fase jacobina, quando o radicalismo político estabeleceu a supremacia do legislativo sobre os demais poderes, consolidando a democracia na França revolucionária.

343. (ESCS DF) Leio o texto a seguir:

"O sistema criado pela carta de 1824 e calcado sobre a tradição portuguesa assume caráter próximo à oligarquia que o imperador preside. A supremacia da coroa mitiga-se por órgãos de controle saídos das entranhas monárquicas, o Senado e o Conselho de Estado, e por via de um órgão dependente da eleição, a Câmara dos Deputados."

(Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1989, p. 291)

Ao outorgar a constituição de 1824, D. Pedro I instituiu um modelo absolutista ao Brasil como o texto acima evidencia nas palavras do historiador Raymundo Faoro. O modelo político imposto por D. Pedro I ao Brasil através da Carta outorgada de 1824, permitiu:

- (A) o equilíbrio entre os poderes constituídos do estado brasileiro;
- (B) a abolição do modelo escravista brasileiro;
- (C) a implantação do voto universal masculino restrito aos alfabetizados;
- (D) a eleição direta dos membros do Senado Imperial que possuíam mandato vitalício;
- (E) a subordinação do Poder da Igreja ao Poder do Imperador.

344. (UNIFOR CE) A Constituição de 1824 estabeleceu os direitos políticos dos cidadãos que poderiam participar das eleições no Brasil. Dentre as situações propostas, identifique a que indica a pessoa que poderia votar de acordo com os preceitos constitucionais.

- (A) Um homem liberto, maior de 21 anos, de nacionalidade brasileira, exercendo a profissão de professor, poderia apenas votar nas eleições de deputados e senadores.
- (B) Um brasileiro nato ou naturalizado, maior de 25 anos, com renda líquida anual superior a duzentos mil réis, tinha o direito de votar nas eleições de deputados e senadores.
- (C) Uma mulher livre, maior de 30 anos, de nacionalidade brasileira, com renda líquida de 50 mil réis, tinha o direito político de votar pelo menos nas Assembleias Paroquiais.
- (D) Um membro do alto clero, maior de 25 anos, de nacionalidade portuguesa, mantido economicamente pela cúpula da Igreja, podia votar apenas nas eleições de senador.
- (E) Um proprietário de terras, maior de 21 anos, estrangeiro naturalizado, com renda inferior a 200 mil réis, tinha o direito de votar e ser eleito nas eleições de senador.

345. (EsFCEEx - 2014/2015) Analise as afirmativas sobre a Constituição brasileira de 1824 e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- 1. ( ) Conferiu caráter oficial à Igreja Católica.
- 2. ( ) Inovando, estabeleceu uma divisão de poderes em Executivo, Legislativo, Judicial e Moderador.
- 3. ( ) Foi aprovado pela reunião dos deputados em assembleia constituinte e legislativa.
- 4. ( ) Estabeleceu que o sistema de voto no Brasil seria indireto e censitário.

- (A) V – V – F – V
- (B) V – F – V – V
- (C) V – V – V – V
- (D) F – V – F – V
- (E) V – V – V – F

346. (EsFCEEx - 2015/2016) Analise as afirmativas sobre a Constituição brasileira de 1824.

- I. O voto era censitário.
- II. Os libertos só podiam ser eleitos na primeira fase das eleições.
- III. A escravidão foi expressamente declarada no texto.
- IV. O voto dos analfabetos não era proibido.
- V. Os governantes provinciais eram nomeados pelo Imperador.

Assinale a opção que somente contém dispositivos da Constituição monárquica brasileira.

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

347. (EsFCEEx-2010) O processo de constituição do Estado nacional brasileiro estendeu-se pelo século XIX, após ter sido iniciado pelo imperador D. Pedro I. Sobre o referido processo, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. O Brasil assinou o Tratado de Paz e Aliança com Portugal que, entre outros fatores, obrigava D. Pedro I a ceder o título honorário de Imperador do Brasil a D. João VI e a não aceitar união com qualquer outra colônia portuguesa.
- II. Foi adotada uma política livre-cambista que, apesar da tentativa de fomentar a indústria nacional, fracassou em função dos baixos preços dos produtos britânicos.
- III. A constituição outorgada em 1824 classificou, para fins eleitorais, os cidadãos em: passivos – não alcançavam renda suficiente para ter direitos políticos; cidadãos ativos votantes – os que possuíam renda suficiente para votar; cidadãos ativos eleitores elegíveis – os que tinham renda suficiente para ser eleito.
- IV. A Confederação do Equador foi um momento crítico daquele período e se caracterizou pela liderança das elites de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Bahia, atingidos pela crise dos produtos típicos da região como o açúcar e o algodão.

Escolher uma resposta.

- (A) Somente I e II estão corretas.
- (B) Somente II e IV estão corretas.



- (C) Somente I, II e III estão corretas.
- (D) Somente I, III e IV estão corretas.
- (E) Somente II, III e IV estão corretas.

348. (EsFCEX) Analise as afirmativas sobre a Constituição de 1824 e marque a opção correta.

- I. O texto constitucional considerou sagrada, inviolável e irresponsável a pessoa do Imperador.
- II. A constitucionalização da nação brasileira foi uma decorrência do respeito do Imperador à Assembleia Constituinte que se incumbiu da elaboração da Carta.
- III. A Constituição estabeleceu que todos os portugueses residentes no Brasil naquele momento seriam considerados brasileiros.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.
- (E) Somente I e III são corretas.

349. (EsFCEX 2012) Analise as afirmativas abaixo e marque a resposta correta.

- I. A Constituição brasileira de 1824, esquivando-se do federalismo, estabeleceu o sistema monárquico unitário para o País.
- II. A Confederação do Equador, cujo centro de gravidade foi a Província de Pernambuco em 1824, foi um movimento de reação ao processo de centralização comandado por D. Pedro I.
- III. A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador, foi facilmente aceita pelas regiões, pois eram frágeis as aspirações localistas naquele contexto político da história brasileira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

# GABARITOS

<b><u>BRASIL</u></b>	<b>54.E</b>	<b>110. B</b>	<b>166. B</b>	<b>222. E</b>	<b>278. D</b>
<b><u>COLONIAL</u></b>	<b>55.E</b>	<b>111. A</b>	<b>167. B</b>	<b>223. E</b>	<b>279. E</b>
	<b>56.C</b>	<b>112. E</b>	<b>168. B</b>	<b>224. B</b>	<b>280. C</b>
<b>01.E</b>	<b>57.E</b>	<b>113. D</b>	<b>169. A</b>	<b>225. D</b>	<b>281. D</b>
<b>02.B</b>	<b>58.D</b>	<b>114. B</b>	<b>170. B</b>	<b>226. E</b>	<b>282. E</b>
<b>03.E</b>	<b>59.E</b>	<b>115. A</b>	<b>171. E</b>	<b>227. E</b>	<b>283. D</b>
<b>04.E</b>	<b>60.D</b>	<b>116. E</b>	<b>172. A</b>	<b>228. C</b>	
<b>05.C</b>	<b>61.D</b>	<b>117. A</b>	<b>173. E</b>	<b>229. A</b>	
<b>06.A</b>	<b>62.B</b>	<b>118. C</b>	<b>174. A</b>	<b>230. D</b>	
<b>07.A</b>	<b>63.E</b>	<b>119. A</b>	<b>175. C</b>	<b>231. B</b>	
<b>08.E</b>	<b>64.C</b>	<b>120. B</b>	<b>176. E</b>	<b>232. D</b>	
<b>09.D</b>	<b>65.B</b>	<b>121. C</b>	<b>177. C</b>	<b>233. C</b>	
<b>10.D</b>	<b>66.E</b>	<b>122. E</b>	<b>178. B</b>	<b>234. C</b>	
<b>11.D</b>	<b>67.C</b>	<b>123. A</b>	<b>179. D</b>	<b>235. D</b>	
<b>12.A</b>	<b>68.C</b>	<b>124. A</b>	<b>180. D</b>	<b>236. A</b>	
<b>13.B</b>	<b>69.D</b>	<b>125. A</b>	<b>181. D</b>	<b>237. C</b>	
<b>14.A</b>	<b>70.A</b>	<b>126. C</b>	<b>182. B</b>	<b>238. A</b>	
<b>15.D</b>	<b>71.C</b>	<b>127. A</b>	<b>183. E</b>	<b>239. E</b>	
<b>16.B</b>	<b>72.B</b>	<b>128. C</b>	<b>184. B</b>	<b>240. C</b>	
<b>17.C</b>	<b>73.A</b>	<b>129. C</b>	<b>185. B</b>	<b>241. A</b>	
<b>18.E</b>	<b>74.D</b>	<b>130. E</b>	<b>186. C</b>	<b>242. C</b>	
<b>19.D</b>	<b>75.D</b>	<b>131. C</b>	<b>187. D</b>	<b>243. C</b>	
<b>20.B</b>	<b>76.E</b>	<b>132. B</b>	<b>188. E</b>	<b>244. C</b>	
<b>21.A</b>	<b>77.A</b>	<b>133. D</b>	<b>189. E</b>	<b>245. B</b>	
<b>22.E</b>	<b>78.A</b>	<b>134. C</b>	<b>190. D</b>	<b>246. D</b>	
<b>23.A</b>	<b>79.C</b>	<b>135. C</b>	<b>191. A</b>	<b>247. B</b>	
<b>24.B</b>	<b>80.B</b>	<b>136. B</b>	<b>192. E</b>	<b>248. C</b>	
<b>25.C</b>	<b>81.E</b>	<b>137. D</b>	<b>193. D</b>	<b>249. C</b>	
<b>26.C</b>	<b>82.C</b>	<b>138. D</b>	<b>194. B</b>	<b>250. B</b>	
<b>27.C</b>	<b>83.E</b>	<b>139. C</b>	<b>195. E</b>	<b>251. C</b>	
<b>28.A</b>	<b>84.C</b>	<b>140. D</b>	<b>196. D</b>	<b>252. C</b>	
<b>29.E</b>	<b>85.A</b>	<b>141. B</b>	<b>197. E</b>	<b>253. C</b>	
<b>30.C</b>	<b>86.E</b>	<b>142. C</b>	<b>198. E</b>	<b>254. D</b>	
<b>31.C</b>	<b>87.A</b>	<b>143. E</b>	<b>199. E</b>	<b>255. A</b>	
<b>32.B</b>	<b>88.C</b>	<b>144. A</b>	<b>200. B</b>	<b>256. D</b>	
<b>33.D</b>	<b>89.C</b>	<b>145. A</b>	<b>201. E</b>	<b>257. A</b>	
<b>34.E</b>	<b>90.B</b>	<b>146. C</b>	<b>202. A</b>	<b>258. C</b>	
<b>35.D</b>	<b>91.C</b>	<b>147. E</b>	<b>203. E</b>	<b>259. E</b>	
<b>36.D</b>	<b>92.B</b>	<b>148. C</b>	<b>204. A</b>	<b>260. B</b>	
<b>37.B</b>	<b>93.B</b>	<b>149. D</b>	<b>205. A</b>	<b>261. A</b>	
<b>38.E</b>	<b>94.A</b>	<b>150. A</b>	<b>206. C</b>	<b>262. C</b>	
<b>39.C</b>	<b>95.B</b>	<b>151. B</b>	<b>207. D</b>	<b>263. B</b>	
<b>40.C</b>	<b>96.D</b>	<b>152. A</b>	<b>208. D</b>	<b>264. E</b>	
<b>41.C</b>	<b>97.B</b>	<b>153. C</b>	<b>209. C</b>	<b>265. A</b>	
<b>42.C</b>	<b>98.C</b>	<b>154. C</b>	<b>210. A</b>	<b>266. A</b>	
<b>43.C</b>	<b>99.E</b>	<b>155. B</b>	<b>211. A</b>	<b>267. A</b>	
<b>44.C</b>	<b>100. D</b>	<b>156. A</b>	<b>212. C</b>	<b>268. D</b>	
<b>45.E</b>	<b>101. D</b>	<b>157. E</b>	<b>213. E</b>	<b>269. D</b>	
<b>46.E</b>	<b>102. E</b>	<b>158. B</b>	<b>214. B</b>	<b>270. A</b>	
<b>47.E</b>	<b>103. D</b>	<b>159. B</b>	<b>215. A</b>	<b>271. D</b>	
<b>48.B</b>	<b>104. B</b>	<b>160. A</b>	<b>216. B</b>	<b>272. A</b>	
<b>49.A</b>	<b>105. A</b>	<b>161. A</b>	<b>217. D</b>	<b>273. B</b>	
<b>50.C</b>	<b>106. B</b>	<b>162. A</b>	<b>218. A</b>	<b>274. E</b>	
<b>51.E</b>	<b>107. C</b>	<b>163. B</b>	<b>219. A</b>	<b>275. E</b>	
<b>52.E</b>	<b>108. A</b>	<b>164. D</b>	<b>220. B</b>	<b>276. B</b>	
<b>53.B</b>	<b>109. D</b>	<b>165. E</b>	<b>221. A</b>	<b>277. C</b>	
					<b><u>BRASIL</u></b>
					<b><u>IMPÉRIO</u></b>
					<b>284. E</b>
					<b>285. B</b>
					<b>286. D</b>
					<b>287. A</b>
					<b>288. A</b>
					<b>289. D</b>
					<b>290. C</b>
					<b>291. A</b>
					<b>292. B</b>
					<b>293. D</b>
					<b>294. A</b>
					<b>295. E</b>
					<b>296. D</b>
					<b>297. A</b>

- 
298. C  
299. C  
300. A  
301. E  
302. B  
303. E  
304. B  
305. E  
306. B  
307. D  
308. E  
309. C  
310. A  
311. C  
312. D  
313. E  
314. C  
315. E  
316. A  
317. B  
318. E  
319. C  
320. C  
321. D  
322. A  
323. B  
324. E  
325. A  
326. D  
327. C  
328. C  
329. D  
330. A  
331. C  
332. C  
333. D  
334. C  
335. E  
336. D  
337. C  
338. B  
339. A  
340. D  
341. A  
342. A  
343. E  
344. B  
345. A  
346. E  
347. C  
348. A  
349. D